



**SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA**

DEPARTAMENTO DE COMPRA

DEPTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

OBJETO: Registro de preços visando à
contratação de empresa para fornecimento de
serviços de alimentação, tais como buff e marmitas

Dt emissão: 15/03/2024 **Dt abertura:** 10/04/2024

TERMO DE AUTUAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 04 /2024

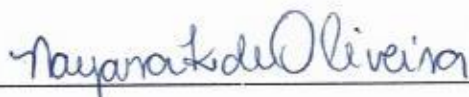
PREGÃO ELETRÔNICO nº: 05 /2024

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como *buffet* e *marmitas*.

INTERESSADO: Departamento de Pessoal.

Nesta data, autuei o presente processo no Departamento de Licitações, sob a numeração acima indicada, até a página de nº 23.

Em 21 de fevereiro de 2024.



Departamento de Licitações
NAYARA KAMINSKI DE OLIVEIRA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
------	--------	-------	-----------

1	1.000	UN	<p>BUFFET: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.</p>
2	40.000	UN	<p>REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEIX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO:</p> <p>1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIOCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES.</p> <p>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA BÁSICO DIÁRIO: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO Forno E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIOCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. PRATO PRINCIPAL: CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDegas, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHÃO SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G). FEIJOADA: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). COMPLEMENTOS: MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA; POLENTA OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÊ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO. OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE. SALADAS: FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE. SOBREMESA: NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS. LOCAL DE ENTREGA: OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS</p>

			FISCIAS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.
--	--	--	--

4. Local de entrega: A contratada deverá entregar o objeto do item 1 no local e data que será indicado pela SURG com antecedência de 10 dias. O objeto do item 2 deverá ser entregue nos horários, locais e quantidades designadas pelos fiscais de contrato diariamente, de segunda-feira a domingo.

Guarapuava, 05 de fevereiro de 2024.

PAULO CESAR TRACZ
Departamento de Pessoal

04



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63 - Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor médio unitário	Valor médio total
1	1.000	UN	BUFFET: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETOALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.	R\$ 58,97	R\$ 58.970,00
2	40.000	UN	REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO: 2) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIOCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES. <u>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA BÁSICO DIÁRIO:</u> ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIOCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. <u>PRATO PRINCIPAL:</u> CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDegas, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHÃO SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G).	R\$ 19,34	R\$ 773.600,00

		<p>FEIJOADA: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE).</p> <p>COMPLEMENTOS:</p> <p>MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO);</p> <p>NHOQUE;</p> <p>LASANHA;</p> <p>PANQUECA;</p> <p>POLENTA OU QUIRERA;</p> <p>BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÊ);</p> <p>BATATA DOCE;</p> <p>MANDIOCA;</p> <p>TORTAS SALGADA;</p> <p>FAROFÁ OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO.</p> <p>OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE.</p> <p>SALADAS: FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA</p> <p>DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE.</p> <p>SOBREMESA: NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC.</p> <p>OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS.</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS.</p> <p>LOCAL DE ENTREGA: OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIAIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.</p>		
VALOR GLOBAL ESTIMADO:			R\$ 832.570,00	

1.2. A licitação é dividida em itens, conforme tabela constante deste Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, desde que atendido as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

1.3. A SURG não se obriga a adquirir os itens relacionados do licitante vencedor, nem as quantidades indicadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição daqueles itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e § 3º, do art. 66, da Lei 13.303/2016.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. 2. Trata-se da contratação de empresa para efetuar o fornecimento de serviços de alimentação para a Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava.

2.2. Conforme cláusula vigésima quarta, parágrafo terceiro, do Acordo Coletivo de Trabalho firmado para o período 2023/2024, a SURG deve fornecer alimentação pronta (marmitas) para todos os seus empregados quando houver extrapolamento da jornada de trabalho.

2.3. Ressalta-se, a SURG é responsável pelos serviços relacionados à urbanização (obras, limpeza pública, coleta de resíduos sólidos, entre outros) no município de Guarapuava, em que, toda a logística de execução destes serviços acarreta na movimentação das equipes de



trabalho por diversos pontos da cidade e distritos, o que dificulta o deslocamento de todas as equipes para suas residências nos horários de refeição, o que também justifica o fornecimento de refeições prontas pela empregadora.

2.4. Além disso, sempre com objetivo de uma melhor organização e valorização dos servidores, a SURG realiza diversos eventos como palestras, capacitações e reuniões de gestão para apresentação de metas e resultados, entre outros. Para tanto, pretende-se, eventualmente, o fornecimento de refeições tipo buffet.

2.5. Desta forma, devido às programações dos referidos eventos, o fornecimento de alimentação faz-se necessário para que não ocorra deslocamento dos participantes dos eventos para alimentação, perfazendo o melhor aproveitamento das temáticas apresentadas ou mesmo pela importância e valorização do evento. A contratação em questão é condizente com as finalidades e objetivos da entidade.

2.6. No que diz respeito ao quantitativo dos itens relacionados nesta requisição, essas são suficientes para atender às necessidades da SURG por um período de 12 (doze) meses, considerando os históricos de consumos anteriores no que toca às marmitas e previsão de eventos a serem realizados.

2.7. Sendo essas as razões necessárias para justificar a presente requisição, encaminha-se ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos para as providências que se fizerem necessárias.

3. EXISTÊNCIA DE CONTRATO VIGENTE

3.1. Para o objeto descrito existe a ata de registro de preços de n. 01/2023 decorrente do Pregão Eletrônico n. 01/2023, o qual possui vigência até a data de 08/03/2024, o que justifica a abertura de um novo procedimento licitatório para que o objeto não fique sem cobertura contratual.

4. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em conformidade com o art. 106, I e III do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, o objeto em questão tem como característica a necessidade de contratação frequente e entrega parcelada, além disso, não é possível definir previa e precisamente o quantitativo a ser demandado, por esta razão a quantidade é meramente estimada, daí a justificativa para realização em sistema de registro de preços é, conforme necessidade, a SURG formalizará a contratação.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS

5.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de produto comum, nos termos do art. 3º, IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

6. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

6.1. Fornecimento do item 1:

- A contratante realizará o pedido de fornecimento com 10 (dez) dias para o item 2, indicando a quantidade, local, data e horário do evento.
- A entrega do objeto descrito no item 1 deve ser realizada em até 30 (trinta) minutos antes do fornecimento do mesmo para consumo, observando a quantidade e o cronograma do evento, o qual será informado pela contratante.

- A contratada deverá organizar a disposição dos itens na(s) mesa(s) onde os mesmos serão servidos e repor quando necessário.
- Ao término da prestação do serviço os objetos devem ser recolhidos e o espaço organizado e limpo.
- O objeto deverá estar adequadamente acondicionado em embalagens higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos. Todos os produtos devem ser frescos e produzidos no dia do evento.
- A contratada não poderá alterar o cardápio, salvo mediante solicitação prévia e justificada ao contratante que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer no mínimo 24 (vinte quatro) horas antes do evento.

6.2. Fornecimento do item 2:

- A contratada deverá entregar as marmitas nos horários, locais e quantidades designadas diariamente pelos fiscais de contrato, de segunda-feira a domingo, para almoço e jantar.
- Em regra, as entregas ocorrem nos 4 departamentos da SURG, localizados nos seguintes endereços: Rua Afonso Botelho, n. 63, Trianon; Rua das Rosas, s/n, bairro Pérola do Oeste; Rua Gualra esq. c/ Vicente Machado, Centro; Rua Joaquim Osório Duque estrada s/n, bairro Santana, bem como nos locais onde se encontrem as equipes de trabalho, podendo ser dentro do município de Guarapuava (inclusive bairro Jordão e Canil Municipal, localizado atrás do aeroporto) e nos distritos (Entre Rios, Guará, Guairacá e Palmeirinha).
- As marmitas deverão estar dispostas em embalagens próprias, sendo *marmitex* de alumínio nº 9, acondicionadas em recipientes isotérmicos devidamente higienizados, visando impedir a penetração de elementos ou substâncias de qualquer natureza, mantendo a qualidade das refeições até o momento do consumo. A temperatura de entrega das marmitas não pode ser inferior a 65°C.
- O transporte das refeições deverá ser realizado em veículos apropriados da empresa contratada, devidamente higienizados e climatizado e em que estejam acondicionados em recipientes térmicos hermeticamente fechados.
- A contratada somente fará a entrega das marmitas mediante solicitação por meio das requisições assinadas pelos fiscais de contrato.

6.3. Disposições gerais para todos os itens:

- As refeições deverão ser preparadas conforme as Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados estabelecidos na RDC nº 275/2002 da ANVISA. O cardápio deverá ser conduzido sob a responsabilidade de profissional nutricionista e confeccionada no dia da entrega por profissionais qualificados para executar os serviços.
- A contratada deverá manter controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos, bebidas e demais itens.
- O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas em lei, pela má qualidade dos serviços prestados.
- A contratada responderá perante a contratante e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes do fornecimento do objeto deste instrumento ou por erros relativos à execução do objeto, incluindo-se quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados.
- Eventuais danos causados à saúde e ao bem estar físico dos empregados da SURG, por conta do consumo do objeto fornecido pela contratada, terão todas as despesas decorrentes custeadas por esta, tais como: despesas médicas, hospitalares, medicamentos, exames, internamentos, e eventuais danos permanentes, morais, estéticos, etc. Além disso, ocorrendo eventual afastamento do funcionário por questões de saúde, mediante atestado médico, deverá ser restituído à contratante o valor equivalente ao dia de trabalho do funcionário, conforme valor apurado pelo Departamento de Pessoal.
- A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em

geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

- A contratada fica responsável também pelos produtos utilizados na fabricação do objeto, mesmo que obtidos de outro produtor, fornecedor, fabricante, industrial, etc.

- Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação do fornecedor/prestador com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da contratante.

- Todos os custos com o fornecimento são de responsabilidade da contratada, incluindo a preparação, acondicionamento, embalagens, descartáveis, transporte, conferência na entrega junto com o representante do contratante.

- Será sempre conferido pela contratante, no momento da entrega, a quantidade, a qualidade, devendo tudo estar de acordo com o solicitado, reservando-se a SURG o direito de recusar o fornecimento em desacordo com o pedido, podendo exigir que sejam substituídos, de modo satisfatório, sem qualquer ônus adicional.

- Não se obriga a contratante a contratar toda a quantidade prevista neste termo, uma vez que se tratam de estimativas de consumo.

7. VALOR ESTIMADO

7.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 832.570,00 (oitocentos e trinta e dois mil quinhentos e setenta reais). O valor total estimado da contratação foi baseado na média aritmética dos orçamentos apresentados, calculados no Mapa de Pesquisa de Preços, em conformidade com os critérios abaixo informados.

8. JUSTIFICATIVA REFERENTE AO PREÇO DE REFERÊNCIA

8.1. Estão anexas ao presente Termo de Referência as pesquisas de preços elaboradas em conformidade com o art. 17 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, os quais se tratam de contratações similares realizadas por outros entes públicos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da presente pesquisa, obtidos junto ao Sistema Banco de Preços, bem como pesquisa junto ao mercado especializado na região e que demonstrou interesse.

8.2. Para apuração do preço médio foi realizada uma análise crítica dos orçamentos obtidos e estabelecido o preço médio, conforme se observa no mapa comparativo de preços em anexo.

9. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Das empresas pesquisadas, das quais se obteve orçamentos, constatou-se que existe no mínimo 02 (duas) que se tratam de ME/EPP sediados localmente.

10. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os objetos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e da proposta;

10.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos.



11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Em conformidade com a Portaria n. 01/2024, fica designada Gestora das Contratações a Sra. Jorgeete Lacerda e fiscais os Srs. Eduardo Moreira da Rosa, José Santos, Loacir Carlos da Fonseca, Rosângela Aparecida de Matos Fonseca, Silvana Cândido e Ataíze Paulena.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado até 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento.

12.2. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica do objeto entregue, a qual deve indicar a quantidade fornecida, a descrição, o valor unitário e total, o número da licitação e da ata/contrato/ordem de fornecimento.

12.3. A nota fiscal deve ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.jorgeete@surg.com.br, devendo ainda atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

12.4. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.

13. VIGÊNCIA DA ATA

13.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, contados de sua assinatura.

13.2. Relativamente ao item 2, uma vez que se trata de fornecimento contínuo, será realizado contrato da quantidade total prevista em ata para o período de 12 (doze) meses.

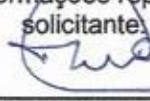
Guarapuava, 05 de fevereiro de 2024.

Termo de referência elaborado por:



ANA FLÁVIA TRACTZ DA LUZ
Departamento de Compras

Com auxílio e informações repassados pela área
solicitante:



PAULO CESAR TRACZ
Departamento de Pessoal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2023

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

No dia oito de março de dois mil e vinte e três, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/2002 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 01/2023** – Sistema de Registro de Preços, realizado em 30 de janeiro de 2023, às 08h30min, devidamente homologado, **RESOLVE**, registrar preços para contratação de empresa especializada em prestação de: (i) serviços de buffet (almoços e jantares); (ii) serviços continuados para fornecimento de refeição transportada (do tipo marmitex), conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa **BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA**, cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida na rua Coronel Luis Lustosa, nº 2231, Bairro Batel, CEP 85.015-344, inscrita no CNPJ sob nº 03.114.885/0001-48, aqui representada pelo **Sr. MOISES RIBEIRO**, inscrito no CPF nº 058.711.089-97, como segue:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 01/2023, dos produtos abaixo descritos:

ITENS

ITEM	QUANT.	UNI. D.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2	1.000	un	BUFFET (ALMOÇOS E JANTARES): SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.	R\$ 65,00	65.000,00
3	10.000	un	REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, PARA EQUIPES DE TRABALHO DA SURG, A SEREM ENTREGUES EM DIVERSOS LOCAIS (DA CIDADE E DISTRITOS) E HORÁRIOS A SEREM DEFINIDOS, CONFORME CARDÁPIO A SEGUIR: 1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES.	R\$14,00	R\$56000,00

08



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

000330

		<p>COMPOSIÇÃO DE CADA REFEIÇÃO/MARMITEX BÁSICO DIÁRIO: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIOCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. PRATO PRINCIPAL: CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔDEGAS, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHÃO SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 80G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G). FEIJOADA: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). COMPLEMENTOS: MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA; POLENTA OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÉ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO. OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE. SALADAS: FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE. SOBREMESA: NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCE COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS. LOCAL DE ENTREGA: OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCALIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.</p>	
Valor total			R\$ 625.000,00

1.2. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.3. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

09

COTAÇÃO DE PREÇOS

EMPRESA: OLVAIR BIF JUNIOR E CIA LTDA
CNPJ: 15604584000181
ENDEREÇO: CAPITAO ROCHA 1757
E-MAIL: JEANEARAUJO@LIVE.COM
TELEFONE: 42999710956 / 4230360706
NOME DO RESPONSÁVEL PELO CONTATO:

Informamos à SURG, os valores para fornecimento seguintes itens:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
2.000	UN	COFFEE-BREAK: CONTENDO NO MÍNIMO: 100 ML DE CAFÉ, 100 ML DE LEITE, 100 ML DE CHÁ E 100 ML DE SUCO, 03 TIPOS DE SALGADOS COM NO MÍNIMO 25 GRAMAS CADA, (COXINHA DE FRANGO, PASTEL DE CARNE E BOLINHA DE QUEIJO), 02 TIPOS DE BOLACHA (AMANTEIGADA E SEQUILO) CADA UMA COM NO MÍNIMO 10 GRAMAS. CADA UNIDADE DE COFFEE DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO, 1 UNIDADES DE CADA TIPO DE SALGADO E 05 UNIDADES DE CADA TIPO DE BOLACHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER TOALHAS, SOBETOALHAS, COPOS, GUARDANAPOS, PRATOS SERVIR EM RECIPIENTES ADEQUADOS. A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR EM DATA, LOCAL, HORÁRIO CONFORME SOLICITADO PELA SURG.
R\$ 49.000,00	R\$ 24,50	
1.000	UN	JANTAR: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA COM ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INC PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBETOALHAS, GUARDANAPOS APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO PARA CADA 20 PESSOAS.
R\$ 52.000,00	R\$ 52,00	
40.000	UN	REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS CONTENDO: 1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO (150G COM OSSO); 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES. <u>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITEIX</u> <u>BÁSICO DIÁRIO:</u> ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIÓCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. <u>PRATO PRINCIPAL:</u> CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDEGAS, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA SALSICHÃO SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADA, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G). FEIJÃO: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). <u>COMPLEMENTOS:</u> MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA;
	R\$ 19,88	

09. ✓



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

R\$ 795.000,00	<p>POLENTA OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÊ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO. OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE. <u>SALADAS:</u> FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE. <u>SOBREMESA:</u> NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS. <u>A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS.</u> <u>LOCAL DE ENTREGA:</u> OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIAIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.</p>
----------------	---

Guarapuava, 22_ de janeiro de 2024.

Assinatura do responsável e carimbo da empresa

Segue cotação Padoca

Logo

10



De jeane de fatima araujo <jeanearaujo@live.com>
Para compras.ana@surg.com.br <compras.ana@surg.com.br>
Data 22/01/2024 17:01

cotação2201.pdf (~63 KB) cotação22011.jpeg (~341 KB)

Segue cotação

Obrigada

Jeane

cotação22011.jpeg

~341 KB





SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

11

COTAÇÃO DE PREÇOS

EMPRESA: Fino Tracto Nutriservice LTDA
CNPJ: 05.550.909 0001/37
ENDEREÇO: Saldanha Marinho 2909
E-MAIL: pedido@finotracto.com.br
TELEFONE: 42- 984024424
NOME DO RESPONSÁVEL PELO CONTATO: Maickel S. Panassolo

Informamos à SURG, os valores para fornecimento seguintes itens:

QUANTIDADE	UNIDADE	Valor Unitário	DESCRIÇÃO
2.000	UN	R\$ 25,90	COFFEE-BREAK: CONTENDO NO MÍNIMO: 100 ML DE CAFÉ, 100 ML DE LEITE, 100 ML DE CHÁ E 100 ML DE TIPOS DE SALGADOS COM NO MÍNIMO 25 GRAMAS CADA, (COXINHA DE FRANGO, PASTEL DE CARNE E QUEIJO), 02 TIPOS DE BOLACHA (AMANTEIGADA E SEQUILO) CADA UMA COM NO MÍNIMO 10 GRAMAS. CADA UNIDADE DE COFFEE DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO, 05 UNIDADES DE CADA TIPO DE SALGADO E 05 UNIDADES DE CADA TIPO DE BOLACHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER TOALHAS, SOBETOALHAS, COFAS, GUARDANAPOS, PRATOS E SERVIR EM RECIPIENTES ADEQUADOS. A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR EM LOCAL E HORÁRIO CONFORME SOLICITADO PELA SURG.
1.000	UN	R\$ 59,90	JANTAR: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREI, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOF, CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECORA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA, COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PIA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE. FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBETOALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJU SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.
40.000	UN	R\$ 24,90	REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTE: 1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIOCA OU PRETO) PESO: CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DO PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES. <u>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITEIX</u> <u>BÁSICO DIÁRIO:</u> ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREI, RISOTO, CARR Forno e OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIOCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. <u>PRATO PRINCIPAL:</u> CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COS MOLHOS, COMO ALMÔNDEGAS, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PO SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICI). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECORA, ASSADO, FRI GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NES DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 12 FEIJOADA: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (C LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). <u>COMPLEMENTOS:</u> MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA; POLENTA OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÉ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA;

11.N



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

08

			<p>FAROFÁ OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO. OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE.</p> <p><u>SALADAS:</u> FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAR ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHL BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPER ÓLEO, SAL E VINAGRE.</p> <p><u>SOBREMESA:</u> NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO I GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC.</p> <p>OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALI QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU O' A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS.</p> <p><u>LOCAL DE ENTREGA:</u> OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIAIS DE CONTRATO, DIARIAME MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZ/ CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALH/ MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.</p>
--	--	--	--

Guarapuava, 23 de janeiro de 2024.

Assinatura do responsável e carimbo da empresa

Re: Solicitação de Orçamento Marmitas, coffee e jantar

Logo



De Fino Tracto Nutriservice <pedido@finotracto.com.br>

Para <compras.ana@surg.com.br>

Data 23/01/2024 18:52

12

COTAÇÃO DE PREÇO SURG.pdf (~80 KB)

Olá, boa tarde Ana, tudo bem?
Segue em anexo a cotação solicitada;
Ficamos a disposição
Maickel Panassolo

Em seg., 22 de jan. de 2024 às 09:06, <compras.ana@surg.com.br> escreveu:

Bom dia,

Solicito orçamento para fornecimento de coffee-break, buffet e marmitas para a SURG.

As quantidades e especificações estão previstas no anexo e serão utilizadas pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o fornecimento das marmitas é contínuo e diariamente e os demais eventualmente.

Qualquer dúvida entre em contato.

Prazo para envio da cotação: 03 dias.

--

ANA FLÁVIA TRACTZ DA LUZ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG

CNPJ N. 75.646.273/0001-07

RUA AFONSO BOTELHO, N. 63 - BAIRRO TRIANON - CEP 85012-030 - GUARAPUAVA/PR

TEF. (42)3630-0500



GRATOS POR SUA PREFERÊNCIA

RUA: Saldanha Marinho 2909, Guarapuava PR. CEP 85035-160 FONE: 42-36238638



Relatório de Cotação: Marmitas

Pesquisa realizada entre 24/01/2024 08:59:29 e 24/01/2024 09:06:48

Relatório gerado no dia 24/01/2024 09:28:40 (IP: 191.32.23.88)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL	
2 / 7	1	R\$ 18,60 (un)		R\$ 18,60	R\$ 18,60	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES			NºPregão:1302023 UASG:988183	13/09/2023	R\$ 16,50
2	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			NºPregão:1192023 UASG:987541	13/09/2023	R\$ 20,70
Valor Unitário						R\$ 18,60
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 18,60		Média dos Preços Obtidos: R\$ 18,60		

Valor Global: R\$ 18,60

Detalhamento dos Itens



Relatório gerado no dia 24/01/2024 09:28:40 (IP: 191.32.23.88)

Código Validação: Ns8T7wLBhgJDI0InC6ogfGzzYD4nzJfaDcoAhl%252fqwqHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=Ns8T7wLBhgJDI0InC6ogfGzzYD4nzJfaDcoAhl%252fqwqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Item 1: REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS

Preço Estimado: R\$ 18,60 (un)

Percentual -

Preço Estimado Calculado: R\$ 18,60

Média dos Preços Obtidos: R\$ 18,60

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	<p>REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO: 1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADO S OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES. COMPOSIÇÃO DE CAD A MARMITEIX BÁSICO DIÁRIO: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO Forno E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIÓCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. PRATO PRINCIPAL: CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDegas, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÊ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHÃO SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECORA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G). FEIJÃO: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). COMPLEMENTOS: MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA; POLenta OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÊ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES. NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO. OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE. SALADAS: FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE. SOBREMESA: NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRAVÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS. LOCAL DE ENTREGA: OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIAIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.</p>	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 16,50

Inc. 1 Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES

Data: 13/09/2023 09:00

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa especializada visando o fornecimento de refeição (marmiteix) para atendimento dos usuários que utilizam os serviços e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: N°Pregão:1302023 / UASG:988183

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 20.750

Unidade: UNIDADE

UF: SC

Descrição: Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces - Refeição Tipo Marmita. Características: Em embalagem tipo marmiteix térmica de isopor, com divisórias. Conforme cardápio semanal, disponibilizado pelo restaurante, com 02 opções de proteína, guarnição e duas opções de acompanhamento por marmiteix, pesando aproximadamente 850 gramas, com salada a cada 03(três) marmitas e suco de frutas de 200 ml em embalagem individual, para cada refeição. Devendo ainda acompanhar talhars, copos resistentes e guardanapos na mesma quantidade de refeições. Não será admitido o fornecimento de alimentação requentada. O fornecimento deverá atender aos requisitos das normas técnicas ABNT e Vigilância Sanitária.

CatSer: 3697 - FORNECIMENTO DE REFEICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
38.651.241/0001-73 *VENCEDOR*	SABOR DA SERRA HOSPEDARIA LTDA	R\$ 16,49
11.088.016/0001-14	CAMILA SABINO PRESTES	R\$ 16,50
47.335.134/0001-27	DAISI PEREIRA RIBEIRO LIMITADA	R\$ 18,90



Relatório gerado no dia 24/01/2024 09:28:40 (IP: 191.32.23.88)
 Código de validação: Ns8T7wLBhgJDI0nCcglGzzYD4nzJfaDc0Ahl%2f9wqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=Ns8T7wLBhgJDI0nCcglGzzYD4nzJfaDc0Ahl%252f9wqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Objeto: Registro de preços, objetivando a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de refeições (marmita) para atender a demanda da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos. Com item(ns) de Cota Reservada para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e item(ns) aberto(s) para Ampla Concorrência.

Descrição: Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces - MARMITA COM BEBIDA MARMITA Fornecimento de marmita com peso por unidade entre 850 a 950 gramas, mais salada e de acordo com o cardápio. As embalagens devem ser do tipo marmiteix de isopor individual (sendo uma marmita alimentos quente e uma para salada). Cardápio: 1 - Segunda-Feira: Arroz, feijão temperado (1 concha de aproximadamente 150 gramas), um ovo frito, macarrão temperado, carne bovina (2 bifes à milanesa 60 gramas cada), batatinha ao molho, legumes sortidos, salada crua (embalada separadamente), salada cozida. Suco sabor frutas, embalagem de 500ml. 2 - Terça-Feira: Arroz, feijão temperado (1 concha de aproximadamente 150 gramas), um ovo frito, frango (2 galletos assado de 60 gramas cada), mandioca, salada crua (embalada separadamente), salada cozida. Suco sabor frutas, embalagem de 500ml. 3 - Quarta-Feira: Arroz, feijão temperado (1 concha de aproximadamente 150 gramas), um ovo frito, carne de suína com batata salsa, mandioca sauté, couve refogada, salada crua (embalada separadamente), salada cozida. Suco sabor frutas, embalagem de 500ml. 4 - Quinta-Feira: Arroz, feijão temperado (1 concha de aproximadamente 150 gramas), um ovo frito, purê de batata, carne bovina (2 bifes acebolados de 60 gramas, etc

Data: 13/09/2023 08:15

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:1192023 / UASG:987541

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 7.500

Unidade: UNIDADE

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.101.087/0001-96 *VENCEDOR*	E. L. ANTONELLO LTDA	R\$ 20,60
80.030.323/0001-67	E. SAVARIS - EIRELI	R\$ 20,65
42.204.595/0001-47	THIAGO HENRIQUE ZOTTI 09571081922	R\$ 20,75
49.231.937/0001-67	STEVIA MED REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	R\$ 20,88



Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - ComprasNet

www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 03/10/2023 23:42:52

[Acessar a fonte aqui](#)

14. ✓





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.550.909/0001-37 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/03/2003
NOME EMPRESARIAL FINO TRACTO NUTRISERVICE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RESTAURANTE FINO TRACTO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-01 - Restaurantes e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SALDANHA MARINHO	NÚMERO 2909	COMPLEMENTO *****
CEP 85.035-160	BAIRRO/DISTRITO DOS ESTADOS	MUNICÍPIO GUARAPUAVA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO PEDIDO@FINOTRACTO.COM.BR	TELEFONE (42) 9967-5465	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/02/2024 às 09:46:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

16

[Assinatura]

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.604.584/0001-81 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/05/2012	
NOME EMPRESARIAL OLVAIR BIF JUNIOR & CIA LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PADOCA PANIFICADORA E BUFFET					PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-04 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares 56.11-2-01 - Restaurantes e similares 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R CAPITAO ROCHA		NÚMERO 1757	COMPLEMENTO LOJA: 02 B;		
CEP 85.010-270	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GUARAPUAVA		UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO PADOCAGPUAVA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (42) 3036-0706/ (42) 9971-0956			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/05/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/02/2024** às **09:50:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Assinatura]



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63 - Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

MAPA COMPARATIVO

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	ATA SURG	OLVAIR BIF	FINO TRACTO NUTRISERVIC	BANCO DE PREÇOS	MÉDIA DOS VALORES
<p>BUFFET: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFE DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETÓALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.</p>	R\$ 65,00	R\$ 52,00	R\$ 59,90		R\$ 58,97
<p>REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO:</p> <p>1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES.</p> <p>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITEIX BÁSICO DIÁRIO: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIÓCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. PRATO PRINCIPAL: CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDEGAS, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHÃO SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G). FEIJÃO: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). COMPLEMENTOS: MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA; POLENTA OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÉ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO. OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE. SALADAS: FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE. SOBREMESA: NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS. LOCAL DE ENTREGA: OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIAIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS</p>	R\$ 14,00	R\$ 19,88	R\$ 24,90	R\$ 18,60	R\$ 19,34

GUARAPUAVA, 05 de fevereiro de 2024.

SURG Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

ANA FLÁVIA T. DA LUZ
DEPTO DE COMPRAS



PREVISÃO DE RECEITA/FATURAMENTO

Requisição Preliminar 005/2024

Objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como buffet e marmitas.

Declaramos para os devidos fins existir **previsão de receita/faturamento (valor que se espera faturar e receber num determinado período)**, conforme consta em contrato de prestação de serviços nº 349/2022 entre a SURG e a Prefeitura Municipal de Guarapuava.

Guarapuava, 06 de Fevereiro de 2024.



Bruna Vanessa Portella

Contabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 Departamento de Licitações e Contratos

MINUTA 3º TERMO ADITIVO AO
 CONTRATO Nº 349/2022 -
 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE
 GUARAPUAVA E A COMPANHIA DE
 SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE
 GUARAPUAVA - SURG.

O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e Prefeitura à Rua Brigadeiro Rocha, 2777, Estado do Paraná, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 76.178.037/0001-76, neste ato representado pelo Diretor de Licitações e Contratos, Sr. DIEGO VOLFF e pelos Secretários Municipais, JACQUELINE SATIKO, Secretária Municipal de Viação, Obras e Serv. Urbanos; PABLO DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Educação; FRANCIELE GÖES LACERDA DE PIERI, Procuradoria Geral do Município; CHAYANE ANDRADE, Secretária Municipal de Saúde; GERMANO DE TOLEDO, Secretário Municipal do Meio Ambiente; PRISCILA SCHRAN DE LIMA, Secretária de Políticas para as Mulheres; ITACIR JOSÉ VEZZARO, Secretário Municipal de Agricultura; KATRIANE MILA, Secretária Municipal de Turismo e Eventos; ADALBERTO JOSÉ RIBEIRO DE CAMPOS, Secretário Municipal de Trânsito e Transporte; RITA FELCHAK, Secretária Municipal de Cultura; JANAINA NAUMANN, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico; SAVIO FRANÇA DENARDI, Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação; DORACI SERGER LUY, Secretária Municipal de Administração; DIOCESAR COSTA DE SOUZA, Secretário Municipal de Finanças; PAULO DIRCEU ROSA DE SOUZA, Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo; TATIANA FARHAT, Secretária de Comunicação Social; ELENITA LUIZA LODI, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; DANILO DOMINICO, Secretário Municipal de Habitação; MILTON DE LACERDA ROSEIRA JUNIOR, Secretário Municipal de Esportes e Recreação, a seguir denominado CONTRATANTE e a COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG, sociedade de economia mista, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, sediada na Rua Afonso Botelho, nº 063, Bairro Triunon, na cidade de Guarapuava - Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Diretor Administrativo Sr. HALMUTH FAGNER GOBA BRANDTNER, inscrito no CPF nº XXX.836.XXX-04, e Diretor Técnico, Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA, inscrito no CPF nº XXX.700.XXX-72, firmam o presente termo aditivo mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo do Contrato em epígrafe tem por objeto a **Contratação da SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Sociedade de Economia Mista, para prestação de serviços e execução e/ou administração de obras, decorrente da Dispensa de Licitação nº 33/2022.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Com fulcro no Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 e Parecer Jurídico Referencial nº 01/2021, **PRORROGA-SE** o prazo de vigência do contrato em epígrafe em 12 (doze) meses, da data 22/09/2023 à 22/09/2024.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

Com fundamentos no Art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, **REAJUSTA-SE** o valor do Contrato em epígrafe, com base no Índice INCC do mês de Setembro/2022 a Agosto/2023 no percentual de 3,15 % (três vírgula quinze por cento).

O valor contratual total passará de **R\$ 75.101.500,00** (setenta e cinco milhões, cento e um mil e quinhentos reais) para **R\$ 77.467.197,25** (setenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cento e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme descrição em tabela abaixo:

SECRETARIA	VALOR UNIT. ANTERIOR	VALOR TOTAL UNITÁRIO
Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos	R\$ 45.000.000,00	R\$ 46.417.500,00
Secretaria de Esportes e Recreação	R\$ 300.000,00	R\$ 309.450,00
Secretaria de Agricultura	R\$ 50.000,00	R\$ 51.575,00
Secretaria de Turismo	R\$ 180.000,00	R\$ 185.670,00
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.094.500,00
Secretaria de Habitação	R\$ 600.000,00	R\$ 618.900,00
Secretaria de Trânsito e Transportes	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.220.500,00
Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres	R\$ 60.000,00	R\$ 61.890,00
Secretaria de Saúde	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.237.800,00
Secretaria de Educação	R\$ 800.000,00	R\$ 825.200,00
Procuradoria Geral	R\$ 1.500,00	R\$ 1.547,25
Secretaria de Administração	R\$ 600.000,00	R\$ 618.900,00
Secretaria de Meio Ambiente	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.472.500,00
Secretaria de Comunicação Social	R\$ 20.000,00	R\$ 20.630,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico/SCIT - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 650.000,00	R\$ 670.475,00
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	R\$ 40.000,00	R\$ 41.260,00
Secretaria de Cultura	R\$ 500.000,00	R\$ 515.750,00
Secretaria de Finanças	R\$ 100.000,00	R\$ 103.150,00
TOTAL	R\$75.101.500,00	R\$ 77.467.197,25

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária conforme ANEXO 1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Ficam nomeados como **FISCAIS** do contrato em epígrafe, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 os Srs.(as):

Secretaria de Comunicação Social, o Sr. **ABIMAELE DE LIMA VALENTIN**, inscrito no CPF sob o nº XXX.325.XXX-91;

Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, a Sra. **ANDRESSA DO AMARAL**, inscrita no CPF sob o nº XXX.257.XXX-17 e a Sra. **ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA**, inscrita no CPF sob o nº XXX.485.XXX-25;

Procuradoria, o Sr. **DIVONEI JOSÉ DA COSTA**, inscrito no CPF sob o nº XXX.289.XXX-04.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato. E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente instrumento.

Guarapuava, XX de Agosto de 2023.

DIEGO VOLFF Diretor de Licitações e Formalização de Contratos	
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG Contratada HALMUTH FAGNER GOBA BRANDTNER Diretor Administrativo Testemunha:	COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG Contratada SANDRO ALEX RUSSO VALERA Diretor Técnico Testemunha:



**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA NO
EXERCÍCIO DE 2021**

Aos quatro dias do mês de Janeiro de dois mil e um, às 18h00min horas, em sua sede social na Rua Afonso Botelho, 63 – Bairro Trianon na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, atendendo a convocação de forma legal e estatutária, reuniu-se os membros efetivos do Conselho de Administração, os senhores: Antonio Carlos Santos Alves, Acir Ribeiro Queiroz, Ednilson Antonio Pires, Shaylane Stavinski Ribeiro, Nilton Cesar dos Santos, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Sandro Alex Russo Valera e Halmunth Fagner Goba Brandtner, para deliberarem sobre o seguinte: a) Dentro do que faculta o artigo 143, parágrafo 1º da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, foi reeleito para preencher o cargo de Diretor Administrativo da SURG o Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner e para Diretor Técnico o Sr. Sandro Alex Russo Valera. b) Ficando desta forma, a Diretoria assim constituída: **DIRETOR ADMINISTRATIVO Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua C, nº 259/Apto 202, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 9.771.629-3 (PR) e CPF nº 057.836.209-04; **DIRETOR TÉCNICO Sr. Sandro Alex Russo Valera**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua Carlos Gonçalves de Siqueira, 152, Santana, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 1.467.818-2 (PR) e CPF nº 881.700.209-72 e Registro no CREA nº PR-30592/D. Nada mais havendo a constar lavrou-se a presente ATA que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada.

Halmunth Fagner Goba Brandtner
Diretor Administrativo

Antônio Carlos Santos Alves

Ednilson Antonio Pires

Valdeney Jorge Domingues da Silva

Guarapuava., 04 de Janeiro de 2021.

Sandro Alex Russo Valera
Diretor Técnico

Acir Ribeiro Queiroz

Shaylane Stavinski Ribeiro

Nilton Cesar dos Santos



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

22

PORTARIA Nº 003/2023

**Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio de
pregões bem como Presidente e Comissão
Permanente de Licitação.**

O Diretor Administrativo da **SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que preceitua o Estatuto Social da Companhia, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor **Paulo Cezar Tracz** e a senhora **Leiliane Aparecida Santos Gaspar** para exercerem as atribuições de Pregoeiro (a) nos processos de contratação da SURG.

Art. 2º - Nomear, para compor a Equipe de Apoio para atuar nos Pregões, o senhor **Felipe Veroni Caldas** e a senhora **Nayara Kaminski de Oliveira**.

Art. 3º - Nomear os senhores **Paulo Cezar Tracz**, **Leiliane Aparecida Santos Gaspar**, **Felipe Veroni Caldas** e **Nayara Kaminski de Oliveira** como membros da CPL - Comissão Permanente de Licitação .

Parágrafo Único: O senhor **Paulo Cezar Tracz** fica nomeado para responder como Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, e como suplente a Sra. **Leiliane Aparecida Santos Gaspar**.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogando as disposições contrárias.

Guarapuava, 12 de maio de 2023.

SURG COMPANHIA DE
SERVICOS DE
URBANIZACAO DE
GUAR:75646273000107

Assinado de forma digital por
SURG COMPANHIA DE SERVICOS
DE URBANIZACAO DE
GUAR:75646273000107
Dados: 2023.05.12 14:37:35 -03'00'

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SURG

23



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

PORTARIA Nº 01/2024

O Diretor Administrativo da **SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que preceitua o Estatuto Social da Companhia, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 166 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG, gestores e fiscais dos contratos e das atas de registro de preços realizados por esta Companhia no ano de 2024, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização de sua execução até final dos respectivos termos e de seus aditivos:

GESTORAS DOS CONTRATOS E DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

- Jorgete Lacerda - matrícula 139106
- Isabella Lingardi de Lima - matrícula 192481

FISCAIS DOS CONTRATOS E DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**Almoxarifado:**

- João Vanor Siqueira - matrícula 140520
- Dirceu Kloster - matrícula 137103

Departamento Administrativo

- Vera Aparecida Lack Santos - matrícula 110280
- Ataíze Paulena - matrícula 192392
- Josmar Pereira - matrícula 160954

Departamento de Varrição

- Rosângela Aparecida de Matos Fonseca - matrícula 180530

Departamento de Coleta de lixo

- Fernanda de Oliveira Lopes - matrícula 191140
- Silvana Cândido - matrícula 160006

Departamento de Manutenção Mecânica

- Sérgio Maurício Florentino dos Santos - matrícula 192778

Departamento de Manutenção Elétrica

- Clodoaldo de Oliveira Santos - matrícula 190772

Departamento de Obras

- Alexandre Gustavo Portela Fabrício - matrícula 190012
- José Edinei da Silva - matrícula 170950
- José Maria Trindade de Jesus - matrícula 140740
- José Santos - matrícula 140694
- Matheus Camilo Stempinhaki - matrícula 191302
- Leandro Monteiro da Silva - 190497

Departamento de Praças, Parques e Jardins

- Eduardo Moreira da Rosa - matrícula 160571

Departamento de Segurança do Trabalho

- Igraziane Limberger - matrícula 160571

Departamento de Sinalização Viária

- Loacir Carlos da Fonseca - matrícula 134694

Departamento Técnico

- Maria de Fátima Werneck Lange - matrícula 134970
- Cristiane Dominico Lacerda - matrícula 191965

Departamento de Transportes

- Rodrigo bredum - matrícula 170399
- Jose Anselmo Correa - matrícula 192880

Departamento de Tecnologia e informática

- João Dutra Cristoforo - matrícula 191620

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Guarapuava - PR, 10 de janeiro de 2024.

gov.br
Documento assinado digitalmente
HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Data: 10/01/2024 11:32:42-0100
Verifique em: <https://portal.ar.gov.br>

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

MINUTA DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA

A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 03/2023, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2617 de 12 de maio de 2023, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com Documento de Requisição Preliminar n. 05/2024, emitida pelo Departamento de Pessoal e com as especificações conforme o ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, os Decretos Municipais nº 8089/20 e nº 7545/2019, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2008 e 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)
- ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO
- ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA
- ANEXO V - MODELO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO
- ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

— de — de 2024 às 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 929391 – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as relevâncias de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: Pelo site www.surg.com.br/surglicitacoes, na sede da SURG à Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br

Pregoeiro: Paulo Cezar Tracz ou Leilane Ap. Santos Gaspar

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (I) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (II)

SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEIRA) para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referência, Anexo I deste Edital.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, desde que atendidos os requisitos do item 4 - Da participação no pregão.

1.1.2. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata) preferência em igualdade de condições, conforme preconiza o §3º, do art. 66, da Lei nº 13.303/2016, combinado com o art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

1.1.3. A SURG não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados nos contratos que venham a ser firmados (oriundos da(s) ata(s) de registro de preço), tendo em vista que referida aquisição se dará de acordo com a sua oportunidade e conveniência.

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornarem desatualizados.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLT/PMOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.2. Não poderá participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.2.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.2.3.1. Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste prego em produto/serviço simples e comum.

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. Independente do porte da entidade, deverá assinalar, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está cliente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, penoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei específica e neste Edital.

5 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a indicação do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.1.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente declarado vencedor.

5.2. O envio da proposta pelos licitantes, bem como dos seus anexos pelo licitante provisoriamente declarado vencedor, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas.

6 - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. quantidade;

6.1.3. marca/fabricante;

6.1.4. declarações;

6.2. Para cada item, o Licitante deverá cotar o seu quantitativo total.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vincular a Contratada.

6.4. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto, conforme o caso.

6.4.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 151 do RILCC da SURG.

6.4.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a SURG deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no RILCC da SURG.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.

6.9. A existência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no termo de referência.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, que representa o valor mensal da locação.

7.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2,00% (dois por cento).

7.6.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

7.6.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.7. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contendo vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.7.2. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. Será adotado para o envio de lances neste pregão o modo de disputa aberto;

7.12.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

7.12.2 Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.3 A prorrogação automática de que trata o item 7.12.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.12.4 Na hipótese de não haver lances 7.12.1 e 7.12.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.12.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.25. O valor estimado para a contratação será tomado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

7.26. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

8 - DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública ou encaminhada a proposta final na fase fechada, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3. Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos.

8.4. A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

8.5. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor.

8.6. O pregoeiro poderá quando todas as propostas estiverem acima do orçamento referencial, realizar consulta simultânea às proponentes sobre interesse em cobrir a meta da contratação. A negociação com os que manifestarem o interesse seguirá o ordenamento classificatório.

8.7. Será convocado o licitante subsequente, respeitando o ordenamento prévio e as disposições relativas à preferência para microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas que tenha direito ao tratamento diferenciado previsto na LC 123/06, quando o licitante anterior for desclassificado ou inabilitado na forma do item.

8.8. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será cancelado/revogado o item.

8.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Neste caso, a inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que compreve:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.2.2. Para obras e serviços de engenharia, a licitante que apresentar proposta com valor global inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: média aritmética dos valores das propostas das licitantes que participaram da fase de lance do certame superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou, (ii) valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.2.3. Para os demais bens e serviços em geral, a licitante que apresentar proposta com valor global ou unitário inferior a 70% (setenta por cento) do valor do orçamento estimado pela sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daquelas exigidas neste Edital e complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.3.1. Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

9.4. A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá:

9.4.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.4.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.4.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, e arredondados para baixo até 2 (duas) casas decimais.

9.4.4. Deverá conter todas as informações exigidas nos ANEXOS I e IV do Edital.

9.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, conforme as orientações presentes no Termo de Referência.

9.5.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.5.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.5.3. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos no Termo de Referência.

9.5.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.5.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.5.6. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.

9.5.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Da mesma forma ocorrerá em caso de não aceitação das amostras.

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

27



10.1.1. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.2. Se o licitante vencedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. SICAF;

10.2.2. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoas jurídicas, disponível no endereço <https://certificacoes-eficiencias.tcu.gov.br/>;

10.2.3. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR, disponível no endereço <https://crlap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>.

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

10.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro verificará sua abrangência e, em caso da mesma contemplar a esfera da SURG, repará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.

10.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:

10.6. Habilitação jurídica

10.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br/;

10.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas sede, acompanhado de documento probatório de seus administradores;

10.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado;

10.6.7. Alvará sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado;

10.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

10.7.2. Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;

10.7.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

10.7.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

10.7.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);

10.7.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

10.7.7. No caso de participação no certame de empresa matriz, em que a execução do objeto será realizada por filial, é obrigatória a apresentação dos documentos de regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial.

10.8. Qualificação Econômico-Financeira

10.8.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

10.8.2. Balanço patrimonial com notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.8.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.8.2.2. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial;

c) Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo do ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

10.8.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

10.8.3. Demonstrativo de capacidade financeira, conforme modelo do Anexo V, assinada por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, demonstrando a boa situação financeira do licitante, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "on line".

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente, e Solvência Geral igual ou inferior a 1 (um), deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.8.4. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1;

A justificativa para os índices contábeis acima, em atenção ao artigo 45, §1º e §5º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios de SURG, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira do licitante, razão pela qual não representam restrição indevida.

10.9. Para o Item 03 Qualificação Técnica:

10.9.1. Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) objeto(s) desta licitação (similar ou superior). Obs. Esta declaração deverá conter carimbo com CNPJ da empresa declarante e firma reconhecida, exceto quando se tratar de órgão público, para o qual fica dispensado reconhecimento de firma.

10.10. Toda documentação poderá ser devidamente revisada pelo auxiliar da equipe de apoio anteriormente à decisão final da Autoridade competente em homologar o certame, a fim de evitar que as sessões sejam mais longas do que o habitual.

10.11. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.

10.11.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.12. Caso o Pregoeiro não loge êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.13. Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento ou neste edital, deverão ter sido emitidos em até 120 (cento e vinte) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.17. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detinha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.17.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

10.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate fidei, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11 – DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, seguirá da seguinte forma:

11.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da manifestação.

11.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 5 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo das razões de recurso do recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

www.gov.br/compras/di-ei

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do prego melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – GARANTIA

14.1. Não aplicável na presente contratação.

15 – LAUDOS E AMOSTRAS

15.1. A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bacteriológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

16 – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

16.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Ata de Registro de Preço para o item 01 e contrato para o lote 02. Assinado a ata/contrato a licitante se compromete a entregar os itens quando solicitado pela SURG, mediante ordem de fornecimento.

16.1.1. Vigência da ata de registro de preços e do contrato: 12 (doze) meses.

16.1.2. A gestão será realizada por meio de emissão de ordem de fornecimento, desde que cada pedido não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o art. 107, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

16.1.3. Relativamente ao item 2, uma vez que se trata de fornecimento contínuo, será realizado contrato da quantidade total prevista em ata para o período de 12 (doze) meses.

16.1.4. A qualquer tempo, existindo saldo em ata, poderá ser formalizado contrato do saldo com as licitantes detentoras das atas de registro de preços, desde que realizado dentro do prazo de vigência da ata, observando os quantitativos remanescentes, preço mais vantajoso para a SURG e demais condições fixadas na respectiva ata.

16.1.4.1. Havendo celebração de contrato entre as partes, este seguirá a minuta constante no Anexo III.

16.1.4.2. O contrato poderá atingir até 12 (doze) meses de vigência e poderá ser prorrogado e reajustado, nos casos previstos em lei e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/contrato, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/PR - CEP 85.012-030, TEL: (42) 3630-0500 ou no mesmo prazo, assinar eletronicamente e devolver no e-mail juridico@surg.com.br.

16.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas nesse Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação, as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata.

16.5. Quando solicitado, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar, a saber: (i) documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa, se for o caso; e, (ii) Planilha de composição do novo preço (preço reajustado), com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa, juntamente com a cópia dos orçamentos e ou notas fiscais de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual e futura solicitação de revisão/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, (iii) apresentar as Cartões Negativos de Débitos Federais, CRF/FGTS e CNIT.

16.5.1. A não apresentação desses documentos implicará na pena de decair do direito à assinatura do contrato (quando for o caso) e sofrer as sanções cabíveis.

16.6. Previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

12.6.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.7. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderá ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.8. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

16.9. A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme ANEXO I) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;

- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;
- d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente, quando for o caso;
- e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

16.10. As multas mencionadas no item 16.9 serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

16.11. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.

16.12. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.13. Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços da SURG, as disposições contidas no Regulamento Interno de licitações, Contratos e Convênios da SURG, no Decreto Municipal nº 1447/2007 e na Lei Federal nº 13.303/2016.

18- DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revisados, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

17.2. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

17.3. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme item 17.4.

17.4. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura das propostas de preços;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) da realização da sessão de abertura das propostas de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo da que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado, histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

17.4.1. Faculta-se a juntada – no sistema eletrônico – de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

30

17.4.2. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando se forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no item 17.3, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

17.4.3. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.

17.4.4. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

17.5. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência da elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido

17.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.7. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão do alor contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

17.8. Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

17.9. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

17.10. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

17.11. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

19 - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG

19.1. São obrigações da Contratada:

19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como nos contratos, atas e demais documentos que deles derivarem;

19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e nos contratos, atas e demais termos da presente contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

19.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.3. São obrigações da Contratada:

19.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

19.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

19.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a SURG, devendo ressair imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;

19.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.

19.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

19.3.9. Prestar garantia de fábrica para os produtos ofertados.

19.3.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;

19.3.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (Anexo I) ou na minuta de contrato;

19.3.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

19.3.13. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e o fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contrato; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

19.3.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

19.3.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

31

19.3.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21 – DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência – Anexo I parte integrante desse edital.

22 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

21.2. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moralatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

21.2.1. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

21.3. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;
- III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV - atasar ou procurar alistar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI - incorrer em inexecução contratual;
- VII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

21.4. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

21.4.1. A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedor do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

21.4.2. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

21.5. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação;
- III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;
- IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

21.5.1. Ocorrendo uma infração contratual apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia

21.5.2. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedores do Município para fins de registro.

21.5.3. Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

21.5.4. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

21.5.5. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

21.5.6. O valor da multa aplicada será:

- I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;
- II - pago por meio de Guia de Recolhimento;
- III - descontado do valor da garantia prestada, ou
- IV - cobrado judicialmente.

21.5.7. A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

21.6. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.6.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

21.6.2. Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindir o contrato mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

21.6.3. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

21.7. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail juridico@surg.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3830-0500, Departamento de Licitações.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

22.4. Acoitida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.surg.com.br e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e de suas alterações e das condições do objeto da presente licitação, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento das características do objeto da presente como elemento impeditivo da correta formulação da proposta de preço.

23 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

23.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

24 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO / CONTRATO

24.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2024, fica designada Gestora das contratações a Sra. Jorgete Lacerda.

24.2. Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar

a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:

I - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (Anexo I), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditivos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

II - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

III - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual, verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;

IV - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação a unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;

V - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;

VI - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;

VII - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;

VIII - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;

IX - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

X - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;

XI - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;

XII - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;

XIII - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;

XIV - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, desconitualidades;

XV - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;

XVI - Controlar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nos dias estabelecidos;

XVII - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;

XVIII - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;

XIX - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

25 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

25.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2024, ficam designados como Fiscais de Contrato os Srs. Eduardo Moreira da Rosa, José Santos, Loair Carlos da Fonseca, Rosângela Aparecida de Matos Fonseca, Silvana Cândido e Aizee Paulena

33

25.2. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

I - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).

II - Conferir os dados das faturas antes de aceitá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;

III - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;

IV - Andar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das falhas ou defeitos observados;

V - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;

VI - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;

VII - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o conteúdo no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital de licitação e no contrato;

VIII - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/máquina locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;

IX - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;

X - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;

XI - Elaborar Relatório de Análise Técnica;

XII - Verificar a qualidade dos serviços prestados ao final de cada evento e a cada 25 dias, no caso das refeições transportadas do tipo marmitex, através de pesquisa de satisfação, de acordo com o modelo constante no Anexo VI do presente edital;

26 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o SURG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

26.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.

26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.11. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.12. Os documentos assinados digitalmente pelos licitantes deverão ser passíveis de verificação pelo site <https://validar.it.gov.br/>

26.13. Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.

26.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.surg.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 17h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, ____ de ____ de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
DIRETOR ADMINISTRATIVO

34



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuá
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Triunfon
CNPJ 75.646.273/0001-07


PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 - Processo Administrativo nº 07/2024

OBJETIVOS DE AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1 000	UN	<p>BUFFET SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE, PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA, DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONHOFE DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUA OU COSTELA BOVINA ASSADA, SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ, REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA, A EMPRESA VENCEDORA, DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUCA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETALHARES, GUARDANAPÓS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GUAÇOS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.</p> <p>REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVÍDUAS, CONTENDO:</p> <p>1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU ATES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS, NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 50G; 6) SOBREMESA; FRUTAS E DOCES.</p> <p><u>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA</u></p> <p><u>BÁSICO DIÁRIO</u></p> <p>ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1, UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO, À GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, ACORDADO, E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ.</p> <p>FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIÓCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNATIVAMENTE.</p> <p>PRATO PRINCIPAL</p> <p>CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMONDEGAS, PISTA RECHEADA, BIFE À ROLE, BIFE AO MOLHO, À CARNE MOIDA, PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA.</p> <p>CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (PIQUETÉ GALSICHÃO E SALSICHÃO SUÍNO).</p> <p>FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO.</p> <p>PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO.</p> <p>LINGÜIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NÃO SE DEVE COZINHA DEVERÁ, ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G).</p> <p>FEIJADA: NO MÁXIMO 1 VEZ À CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGÜIÇA, PELE E CHARQUE).</p> <p>COMPLEMENTOS</p> <p>MACARRÃO, ESPALMADO, TALHARIM, PARAFUSO);</p> <p>MOQUE;</p> <p>USANHA;</p> <p>ANQUECA;</p> <p>PIRUTA OU QUIRERA;</p>
2	40 000	UN	

23 de 41

24 de 41

35 

elementos ou substâncias de qualquer natureza, mantendo a qualidade das refeições até o momento do consumo. A temperatura de entrega das marmitas não pode ser inferior a 85°C.

- O transporte das refeições deverá ser realizado em veículos apropriados da empresa contratada, devidamente higienizados e climatizados e em que estejam acondicionados em recipientes térmicos hermeticamente fechados.
- A contratada somente fará a entrega das marmitas mediante solicitação por meio das requisições assinadas pelos fiscais de contrato.

2.3. Disposições gerais para todos os itens:

- As refeições deverão ser preparadas conforme as Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados estabelecidos na RDC nº 275/2002 da ANVISA. O cardápio deverá ser conduzido sob a responsabilidade de profissional nutricionista e confeccionada no dia da entrega por profissionais qualificados para executar os serviços.
- A contratada deverá manter controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos, bebidas e demais itens.
- O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas em lei, pela má qualidade dos serviços prestados.
- A contratada responderá perante a contratante e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes do fornecimento do objeto deste instrumento ou por erros relativos à execução do objeto, incluindo-se quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados.
- Eventuais danos causados à saúde e ao bem estar físico dos empregados da SURG, por conta do consumo do objeto fornecido pela contratada, terão todas as despesas decorrentes custeadas por esta, tais como: despesas médicas, hospitalares, medicamentos, exames, internamentos, e eventuais danos permanentes, morais, estéticos, etc. Além disso, ocorrendo eventual afastamento do funcionário por questões de saúde, mediante atestado médico, deverá ser restituído à contratante o valor equivalente ao dia de trabalho do funcionário, conforme valor apurado pelo Departamento de Pessoal.
- A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico condutivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.
- A contratada fica responsável também pelos produtos utilizados na fabricação do objeto, mesmo que obtidos de outro produtor, fornecedor, fabricante, industrial, etc.
- Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação do fornecedor/prestador com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da contratante.
- Todos os custos com o fornecimento são de responsabilidade da contratada, incluindo a preparação, acondicionamento, embalagem, descartáveis, transporte, conferência na entrega junto com o representante do contratante.
- Será sempre conferido pela contratante, no momento da entrega, a quantidade, a qualidade, devendo tudo estar de acordo com o solicitado, reservando-se a SURG o direito de recusar o fornecimento em desacordo com o pedido, podendo exigir que sejam substituídos, de modo satisfatório, sem qualquer ônus adicional.
- Não se obriga a contratante a contratar toda e quantidade prevista neste termo, uma vez que se tratam de estimativas de consumo.

3. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Os objetos serão recebidos:
- Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
 - Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e da proposta.
- 3.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
- 3.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- 4.1.1. A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2, devem ser encaminhados ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.juridico@surg.com.br, e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.
- 4.1.2. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.
- 4.2. A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:
- Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica: Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ato/contrato.
 - Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS.
 - Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF.
- 4.3. Em caso de início de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho.
- 4.4. Em caso de início de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 4.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.
- 4.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.
- 4.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel limbrado e assinado, para autorização de pagamento.
- 4.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.
- Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constate a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
 - Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.
 - Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

5. LAUDOS E AMOSTRAS

- 5.1. A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico condutivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

36



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos _____, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo Sr. HALMUNTH F. GOBA BRANDTNER, e Diretor Técnico Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/02 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 05/2024 – Sistema de Registro de Preços, realizado em _____ de 2024, às XXh00min, devidamente homologado, RESOLVE, registrar preços para a _____, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa _____ (Nome da Empresa), cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida à Rua _____, bairro _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, inscrita no CPF nº _____, aqui representada por (sócio, procurador, etc.) _____, inscrita no CPF nº _____, como segue:

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços para _____.
- 1.2. O Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados, na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 05/2024, dos produtos abaixo descritos:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. As quantidades são estimativas para o período da validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.
- 1.4. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que tenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.
- 1.5. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.
- 1.6. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.
- 1.7. Cada fornecimento deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.
- 1.8. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no Anexo I do Edital.
- 1.9. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata).

2. DO PREÇO

- 2.1. O valor global do objeto é de R\$ ()



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se seguiu vencedora do cartame, conforme descrito no item 1 desta ata.

2.3. Os preços dos produtos/serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.

2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagem, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

3.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos no Anexo I deste edital, que serão transcritos aqui no momento da ata definitiva.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.
- 4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata Sra. Jorgete Lacerda, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL, ficam nomeados os Srs. Eduardo Moreira da Rosa, José Santos, Rosângela Aparecida de Matos Fonseca, Silvana Cândido e Ataze Peulenia, matrícula _____ a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao Gestor de Ata a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no item 20 do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal de Ata, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no item 21 do Edital.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG.

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Conforme critérios de pagamento descritos no Termo de Referência - Anexo I - desse edital, que serão aqui transcritos no momento da ata definitiva.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitados de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Substituir-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se a SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente a SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual).

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória;
- III - multa compensatória;
- IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;
- IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas nestes tópicos.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

- I - a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;
- II - a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III - a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;
- IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;
- V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;
- VI - por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;
- II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços;
- III - houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RLCC da SURG;

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquele com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisado o valor registrado ou contratado, para a promoção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no Anexo II.

38

13.3. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata/contrato, os preços poderão ser revisados, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reajuste em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital de licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II - Cópia das Notas Fiscais dos elementos formadores do novo preço;
- III - Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV - Outros documentos que comprovem o direito ao reajuste, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros ou da própria administração, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, de de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

CONTRATADA
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha / Gestora da Ata

JOÃO VANOR SIQUEIRA
Testemunha / Fiscal da Ata

DIREU KLOSTER
Testemunha/Fiscal do Contrato

39





SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG E A EMPRESA

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 057.836.209-04, e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 881.700.209-72, ambos com domicílio profissional no mesmo endereço indicado da SURG.

E de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede a Rua nº Bairro CEP (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preço nº .../2024**, nos termos da Lei nº federal 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024**, por Sistema de Registro de Preços, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato a, conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convençionam que a Contratante no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:

Lote	Item	Quant	Unid	Descrição do material	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL R\$						

- 1.5. A SURG procederá a aquisição do(s) produtos acima referidos de acordo com a oportunidade e conveniência do departamento solicitante, razão pela qual não se obriga a adquirir, dentro do prazo da vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados no subitem acima (1.4), sendo que tal fato não

gerará direito algum à contratada, acerca do recebimento total do valor ora contratado, e ou mesmo a aplicação de qualquer penalidade à contratante por suposto descumprimento parcial do contrato.

- 1.6. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I do Edital**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de (.....) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. Conforme critérios de pagamento descritos no Termo de Referência - Anexo I - desse edital, que serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Conforme regras de estabelecidas no Edital, que serão aqui transcritas no momento do contrato definitivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DOS PRODUTOS

7.1. Os materiais deverão ter garantia contra defeitos ou imperfeições, deverão ser substituídos pela proponente sem ônus para a contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos no Anexo I deste edital e serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

9. CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anolando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 246/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139/08, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL, ficam nomeados os matrícula e matrícula Sr. matrícula a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.5. Compete ao Gestor de Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no Item 20 do Edital.

9.6. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no Item 21 do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

- 10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de gestor e fiscal;
- 10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.1.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.1.8. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações da Contratada:

- 10.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.3.2. Efetuar o serviço e fornecimento em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela SURG, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, emitindo-se a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de quantidade e valor;
- 10.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a SURG, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeito;
- 10.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado;
- 10.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- 10.3.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 10.3.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (Anexo I) ou na minuta de contrato;
- 10.3.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.3.12. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.3.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 10.3.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 10.3.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória;
- III - multa compensatória;
- IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos.

11.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;
- IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

11.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas conjuntamente com a do inciso II.

41
CZ

11.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

11.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNTA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;
- III - judicialmente, nos termos da legislação;
- IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da demobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;
- III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atestados em processo:

- a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;
 - b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário à execução total do objeto.
- 12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava, de de 2024

HALMUTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha/Gestora do contrato

JOÃO VANOR SIQUEIRA
Testemunha/Fiscal do Contrato

DIRCEU KLOSTER
Testemunha/Fiscal do Contrato

42



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel limbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

Empresa: CNPJ:
Endereço: Cidade: Estado:
Fone / Whatsapp: Email:
Dados Bancários: Agência: Conta:
Banco:

OBJETO: _____, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01						
02						

Valor global = R\$ (.. por extenso ...)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou ateação do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: Conforme descrito no Termo de Referência.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 05/2024 e seus ANEXOS I e II (leia-se de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).

Local, de de 2024.

Nome e Assinatura do sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante
(Nº Cédula de Identidade)

ANEXO V – MODELO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Identificação do Pesquisado (opcional)	
Nome:	
Sector:	
Data:	

O Pesquisado é:	
<input type="checkbox"/> Servidor	<input type="checkbox"/> Membro <input type="checkbox"/> Público Externo

Notas de avaliação:
Insatisfeito (equivalente a nota 3,0) / Pouco satisfeito (equivalente a nota 5,0)
Satisfeito (equivalente a nota 7,0) / Muito satisfeito (equivalente nota 10,0)

1) Quanto à apresentação visual dos alimentos, conceitua:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito

2) Quanto à variedade dos alimentos:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito

3) Quanto à qualidade dos alimentos (sabor e frescor) servidos:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito

4) Quanto à quantidade dos alimentos:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito

5) Considerando as respostas acima de qual nota seria compatível com o serviço oferecido:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito

Espaço para demais comentários (não será considerado para fins de avaliação)



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Triunton
CNPJ 75.646.273/0001-07

ANEXO V – DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCEIRA
(modelo)

A Equipe de apoio de preções

SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 05/2024

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.
Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo
PC: Passivo Circulante;	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a % do valor estimado da contratação.

Local, de de 2024

Nome do Contador
CPF nº

44



45
P

PARECER JURÍDICO nº 008/2024

Interessado: Departamento de Pessoal.

Processo de pregão eletrônico nº05/2024 – Processo Administrativo nº 07/2024

Assunto: Trata-se de parecer sobre pregão eletrônico, registro de preço para fornecimento de serviços de alimentação, tais como *buffet* e marmitas.

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Modalidade pregão ELETRÔNICO. Critério julgamento menor preço por ITEM. Leis 13.303/2016, Lei 123/2006, bem como os requisitos contidos em nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, para a modalidade Pregão ELETRÔNICO.

I – Relatório:

Vem ao exame dessa Advogada, na forma do parágrafo único, letra “g” do art. 15, do nosso Regulamento Interno de Licitações, o presente procedimento, Pregão Eletrônico nº03/2024 – critério de julgamento, menor preço – POR ITEM, donde consta:

1.1. Requisição Preliminar n.05/2024 (das folhas 03 até 04.

1.1. No documento **Termo de referência** (das folhas 04/verso até 07, contem item 1 “objeto”:
“Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) **BUFFET (ALMOÇO e JANTARES)**, incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) **SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX)**, para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:.” Consta do termo de referência a informação de que existe a ata de registro de preços de n. 01/2023 decorrente do Pregão Eletrônico n. 01/2023, com vigência até 08 de março de 2024 e também os itens: justificativa para utilização do sistema de registro de preços, classificação dos bens/serviços comuns, método e estratégias de suprimento, valor estimado, Microempresas e empresas de pequeno porte, recebimento e critério de aceitação do objeto, controle da execução, condições de pagamento e vigência da ata/contrato. Na Justificativa constante do termo de referência, pontua: “2.1. 2. Trata-se da contratação de empresa para efetuar o fornecimento de serviços de alimentação para a Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava. 2.2. Conforme cláusula vigésima quarta, parágrafo terceiro, do Acordo Coletivo de Trabalho firmado para o período 2023/2024, a SURG deve fornecer alimentação pronta (marmitas) para todos os seus empregados quando houver extrapolamento da jornada de trabalho. 2.3. Ressalta-se a SURG é responsável pelos serviços relacionados à urbanização (obras, limpeza pública, coleta de resíduos sólidos, entre outros) no município de Guarapuava, em que, toda a logística de execução destes serviços acarreta na movimentação das equipes de trabalho por diversos



pontos da cidade e distritos, o que dificulta o deslocamento de todas as equipes para suas residências nos horários de refeição, o que também justifica o fornecimento de refeições prontas pela empregadora. 2.4. Além disso, sempre com objetivo de uma melhor organização e valorização dos servidores, a SURG realiza diversos eventos como palestras, capacitações e reuniões de gestão para apresentação de metas e resultados, entre outros. Para tanto, pretende-se, eventualmente, o fornecimento de refeições tipo buffet. 2.5. Desta forma, devido às programações dos referidos eventos, o fornecimento de alimentação faz-se necessário para que não ocorra deslocamento dos participantes dos eventos para alimentação, perfazendo o melhor aproveitamento das temáticas apresentadas ou mesmo pela importância e valorização do evento. A contratação em questão é condizente com as finalidades e objetivos da entidade. 2.6. No que diz respeito ao quantitativo dos itens relacionados nesta requisição, essas são suficientes para atender às necessidades da SURG por um período de 12 (doze) meses, considerando os históricos de consumos anteriores no que toca às marmitas e previsão de eventos a serem realizados. 2.7. Sendo essas as razões necessárias para justificar a presente requisição, encaminha-se ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos para as providências que se fizerem necessárias.” E, por fim, consta de tal termo a justificativa referente ao preço de referência, nos seguintes termos: “8.1. Estão anexas ao presente Termo de Referência as pesquisas de preços elaboradas em conformidade com o art. 17 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, os quais se tratam de contratações similares realizadas por outros entes públicos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da presente pesquisa, obtidos junto ao Sistema Banco de Preços, bem como pesquisa junto ao mercado especializado na região e que demonstrou interesse 8.2. Para apuração do preço médio foi realizada uma análise crítica dos orçamentos obtidos e estabelecido o preço médio, conforme se observa no mapa comparativo de preços em anexo.”

1.2. Foram juntados:

- Das folhas 08 até 10, atas de registro de preços da SURG
- Das folhas 11 até 12, cotações de preços junto a potenciais fornecedores locais e regionais do ramo de atividade;
- Das folhas 13 até 14/verso, pesquisa junto ao Banco de Preços;
- Às folhas 15 e 16, cadastro nacional de pessoa jurídica das empresas que se colheu orçamentos;
- Às folhas 17, mapa comparativo de preços;
- Às folhas 18, 19 e 19/verso, declaração da Contadora da SURG e minuta de termo aditivo contratual, dando conta da previsão de haver recursos financeiros para pagamento;
- Às folhas 20 foi juntada da Ata contendo a nomeação dos diretores Técnico e Administrativo da Companhia, e às folhas 21 foi juntada a publicação de tal ata;
- Às folhas 22 foi juntada da portaria contendo para a nomeação de pregoeiro oficial, equipe de apoio e presidente e comissão permanente de licitação, e
- Às folhas 23 foi juntada a portaria de nomeação dos Gestores e Fiscais dos Contratos.

1.3. Consta no processo administrativo, **Minuta de Edital de Licitação** sob rito: Pregão Eletrônico nº 05/2024 (folhas 24“usque”34); E anexos, minutas:

- **Anexo I – Termo de Referência e Descrição do Objeto (das folhas 35 até 36);**
 - **Anexo II – Minuta Ata Registro de Preços(das folhas 37 até 39);**
 - **Anexo III - Minuta de Contrato (das folhas 40 até 42);**
 - **Anexo IV - Modelo de Proposta Comercial (folhas 43);**
 - **Anexo V - Modelo de Pesquisa de Satisfação(folhas 43), e**
 - **Anexo VI - Demonstrativo de Capacidade Financeira(folhas 44).**
- É o relatório.



46
8

II – Das Preliminares Ponderações:

É bom destacar que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como, dos pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente.

Ressalte-se que o parecer jurídico visa a *sugerir* providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa e importante destacar também, que estão excluídos da análise os aspectos relativos à conveniência e a oportunidade da realização de determinada contratação que fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

Não serão objeto da análise os aspectos de natureza *técnica, econômica, financeira e administrativa* que são de responsabilidade dos departamentos e administradores da Companhia.

Destaca-se por fim, que as manifestações desta Advogada possui natureza opinativa e, portanto não vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária a esta orientação, ou seja, a presente manifestação tem natureza obrigatória, porém, não vinculante. De tal forma, passa-se ao exame da questão.

III – Da Fundamentação legal:

Primeiramente, há que se verificar que a presente manifestação, baseia-se nos documentos constantes no processo administrativo em epígrafe, no momento da análise.

3.1. Do processo de licitação:

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública, senão vejamos:

“(....)XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações(.....)”.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de

3



1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo.

Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, **"a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade"**. Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação.

Lembramos que a Lei 14.133/21 dispõe em seu artigo 1º, §1º as sociedades de economia mista não são regidas por esta lei, , senão vejamos:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

.....

§ 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.

Ressalvado no entanto, que o seu artigo 178, o qual delineia os crimes de licitação e contratos da administração pública, que inclusive foram incluídos no Código Penal, abragem esta Companhia.

E para nortear as Licitações Públicas nas Estatais, como é o caso da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, uma sociedade anônima de economia mista, foi Criada a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e em seu artigo 28, fixou-se a licitação, via de regra, para se contratar com terceiros.

E no caso em questão, **registro de preços para aquisição de materiais de demarcação e segurança para o Departamento de Sinalização Viária**, também é regra sua contratação mediante licitação, senão vejamos:

Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.



42

Segue tal sentido o nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, eis que em seu artigo 119, determina:

Art. 119. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços a SURG, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a ser integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos deste RILC, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 120 e 121.

Assim, verificado a necessidade licitatória do objeto, passamos a análise da modalidade adotada.

3.2. Da Modalidade adotada – PREGÃO ELETRÔNICO:

E especificamente para as Estatais, como a SURG, as diretrizes licitatórias e contratuais foram unificadas na Lei 13.303/2016, donde a adoção preferencial de licitação denominada **pregão**, encontra-se fixada no inciso IV de seu artigo 32, como podemos observar:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I – padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;

II – busca da maior vantagem competitiva para a empresa pública ou sociedade de economia mista, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

III – parcelamento do objeto, visando a ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites estabelecidos no art. 29, incisos I e II;

IV – adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado; (grifo nosso)

E em tal modalidade, **Pregão** é importante tecer comentário de que a lei nº 10.520/2002 mencionada no inciso anteriormente citado, foi revogada pela lei 14.133.

5



Compulsando o processo administrativo observo que o desejo é “**Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇO e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência.**” E atende ao disposto no § único do artigo 21 de nosso Regulamento Interno de Licitações, que diz:

Art. 21. As licitações da SURG poderão ser processadas com base nos seguintes procedimentos:

I – Licitação pelo rito da modalidade Pregão, presencial ou eletrônico;

II – Licitação pelo modo de disputa aberto;

III – Licitação pelo modo de disputa fechado;

IV – Licitação pelo modo de disputa combinado.

Parágrafo único. Para a contratação de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, a licitação pelo rito da modalidade de pregão instituída pela Lei n° 10.520/2002 é preferencial, podendo ser substituída pelos demais procedimentos mediante justificativa. (Grifo Nosso)

Desta maneira, a eleição da modalidade licitatória **pregão eletrônico** depende de ter como objeto, produto e/ou serviço comum no mercado, ou seja, aquele que pode ser disponibilizado por vários fornecedores no local, o que neste caso me parece existir.

Segundo HELY LOPES MEIRELLES, “**bens e serviços comuns são aqueles com padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente pelo edital de licitação, através de especificações usuais no mercado. Geralmente, são bens e serviços fornecidos por um grande número de empresas e facilmente comparáveis entre si. Neste caso, é fácil identificar o menor preço, único critério de julgamento no pregão.**” MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, P. 228.

Assim, considerando que a contratação de empresa especializada de licença, conforme descrição constante do anexo I do edital, é, a priori, facilmente classificada como bem/serviço “comum”, correta a opção pelo pregão presencial para a realização do certame licitatório.

No Acórdão n° 785/2008-Pleno do TCE-PR, por exemplo, o **Tribunal respondeu consulta no sentido de entender pela aplicabilidade de pregão eletrônico para a compra de televisores, reforçando que cabe ao ente demonstrar que o objeto a ser licitado por pregão deve ser de natureza**



48
P

comum “ao considerar-se que os padrões de desempenho e qualidade podem, como foram, objetivamente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais no mercado.

Enfim, rito procedimental do pregão coerente com a finalidade e os objetivos preconizados no artigo 37, XXI e no artigo 173, parágrafo 1º, III da Constituição da República. E enquadra-se na classificação de produto comum, como apontado no termo de referência item 5(folhas 05/verso): **“O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de produto comum, nos termos do art. 3º, IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”**

3.3. Dos privilégios, das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

Observamos no presente procedimento licitatório, pelo constante do item “9” do termo de referência, que os privilégios das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foram respeitados, eis que as mesmas foram objeto de pesquisa, porém não foram encontradas(no local e regionalmente), e assim, atenderam a Lei Complementar no. 123/2006, lei 13.303/2016 e nosso regulamento interno de licitações, eis que é do compromisso da administração a observância de tais privilégios no certame licitatório.

3.4. Da forma de obtenção da média constante da tabela de preços:

Observei que foi efetuada a média de preços, constante da tabela de preços, com base em: **contratações similares realizadas por outros entes públicos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa, Sistema Banco de Preços, bem como pesquisa junto ao mercado especializado na região**, enfim foram considerados os preços praticados no mercado local, utilizou-se dos critérios, dentre os colocados nos incisos I a VII, e parágrafos do artigo 17 de nosso regulamento interno de licitações, senão vejamos:

Art. 17. A estimativa do valor máximo do objeto da contratação no caso de aquisições ou de contratação de serviços será realizada a partir dos seguintes critérios:

- I – preços existentes nos bancos de preços do sistema GMS, do Governo do Estado do Paraná, neste caso será admitida a pesquisa de um único preço;**
- III – preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;**
- IV – preços de tabelas oficiais;**
- V – pesquisas em mídias especializadas, sítios eletrônicos especializados, ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora do acesso;**

P



VI – por meio de planilhas de custos e formação de preços elaborados pela própria SURG;

VII – pesquisa junto aos fornecedores de bens ou prestadores de serviços, desde que as datas das pesquisas não ultrapassem a mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º. Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§2º. Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§3º. Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.

§4º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§5º. Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§6º. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores. (grifo nosso)

Quanto ao preço, como bem descreve Marçal Justen Filho, a sua **razoabilidade deverá ser verificada em razão de sua similaridade com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional.**

O processo possui em seu conteúdo as pesquisas de preços, que permite a mensuração de estimativa do preço e do valor da despesa a ser contratada, a qual parece ser a mais ampla possível, pois envolvendo preços praticados na região, banco de preços e painel de preços **(o que foi utilizado para se compor a tabela de preços constante, da folha 17.**

3.5. Do critério de julgamento – MENOR PREÇO:

No Instrumento convocatório o critério de julgamento utilizado é o de menor preço por **ITEM**, opção dada no inciso I do artigo 54 da lei 13.303/2016, bem como, a opção dada no inciso I do artigo 71 de nosso regulamento interno de licitações contratos e convênios (RILCC), senão vejamos:

“Art. 71. Nas licitações da SURG, poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I – menor preço;



49

II- maior desconto
....."

Parece-me que o gestor, cercou-se das cautelas necessárias que assegurem a idoneidade dos preços de referência a serem definidos.

3.6. Do regime de execução da licitação - Da forma de fornecimento:

Quanto ao regime de execução, nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, no seu artigo 22, determina que o Administrador deve determinar se a licitação será por ITEM ou LOTE global, quando a proposta dos licitantes deve englobar toda a execução do objeto, senão vejamos:

Art. 22. Nas contratações da SURG poderá ser utilizado um dos seguintes regimes de execução:

- I - empreitada por preço unitário;**
- II - empreitada por preço global;**
- III - contratação por tarefa;**
- IV - empreitada integral;**
- V - contratação semi-integrada;**
- VI - contratação integrada.**

O Tribunal de Contas da União editou a Súmula 247 que preconiza: **"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade"**.

Deste modo, a regra é que as licitações sejam por **ITEM**, a fim de preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa, previstos, respectivamente, no art. 2º Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios.

No presente caso a opção foi por ITEM.

3.7. Da Fase preparatória ou interna Preliminarmente:

A presente análise, limita-se à verificação da regularidade da licitação quanto aos procedimentos da fase interna.

O legislador dividiu o pregão em duas fases:

A fase interna, ou preparatória, na qual se desenvolvem os atos iniciais e que serão objeto do presente Parecer, e a fase externa, iniciada pela divulgação do

9



ato convocatório, seguida do julgamento e terminada com a assinatura do contrato.

Nos termos do art. 14 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, a fase preparatória ou interna do pregão abrange os elementos preparatórios do certame, desde justificativa do setor solicitante, definição do objeto, pesquisa de mercado, definição das exigências, critérios de aceitação, sanções por inadimplemento, cláusulas e minuta contratual e demais fases do procedimento propriamente dito.

3.8. Da Justificativa do setor solicitante e autorização para abertura de procedimento licitatório:

A presente licitação, originou-se da Requisição Preliminar de fl. 03, emitida pelo Departamento de Pessoal da SURG, obedecendo integralmente ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 1.168/2006 e 1.447/2007, com a justificativa para **contratação de empresa para efetuar o fornecimento de serviços de alimentação para a Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**, ao qual ainda cabe a chancela do Senhor Diretor Administrativo.

3.9. Da definição do objeto:

O objeto, inclusive com as especificações técnicas, constam descritas no Termo de Referência e no Anexo 01 da minuta de Edital.

3.10. Dos Recursos Financeiros;

Consta às fls. 18, documentos expressando a previsão de recursos financeiros próprios para futuras aquisições que se façam necessárias, devidamente assinada pela contadora responsável da SURG.

3.11. Da designação do pregoeiro e equipe de apoio:

Consta dos autos do procedimento licitatório a indicação do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio.

3.12. Das exigências do Termo de Referência:

Além dos itens acima analisados (objeto, especificações técnicas, justificativa/motivação, autorização para abertura do procedimento licitatório e valores referenciais de mercado), o Termo de Referência prevê:

- Prazo, local e condições de entrega;
- prazos e condições de garantia;
- responsável pelo recebimento, telefone e e-mail;



02

- condições e prazos de pagamento;
- obrigações do contratante e do contratado;
- qualificações técnicas de quem se pretende contratar;
- resultados esperados com a contratação, e cotação de preços, cumprindo as exigências contidas no art. 37, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, inclusive com a indicação do fiscal e do gestor do contrato.

3.13. Do instrumento convocatório/minuta do edital:

É imprescindível, na fase interna ou preparatória do processo licitatório, **minuta do edital**, donde deverão ser considerados todos os atos atinentes ao início do processo na elaboração das minutas, sendo respeitadas, a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes, desde a solicitação, autorização até a disponibilidade de recursos para dar atendimento ao contratado; se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa, pesquisa de preços, estimativa da contratação; definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.

A análise da minuta de edital será conduzida à luz da legislação aplicável, principalmente ao que foi estabelecido em nosso Regulamento Interno de Licitações, importante ressaltar que esta advogada se atem, tão somente, as questões relativas à legalidade das minutas, **ressalvando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada**, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços entendidos como necessários, bem como, a forma de execução. Bom destacar que a minuta do instrumento convocatório, quando não for utilizado minutas-padrão previamente aprovadas, em conformidade com a letra "i" do artigo 15 do nosso RILCC, deve ser aprovada mediante expediente próprio como dispõe a letra "h" do artigo 15 do nosso RILCC.

O artigo 37 do nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios estabelece critérios mínimos de exigências que deverão ser contemplados na minuta do edital, desta maneira, passamos a análise de tais critérios:

- No item I observo que o objeto da licitação foi descrito de forma sucinta e clara, a minuta destaca com clareza o **objeto** desta licitação (item 1.1), qual seja, **"Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇO e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos**



institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) **SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX)**, para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:....”, atendendo ao disposto no inciso I, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;

- Analisando o Preâmbulo da Minuta do Edital, faz-se menção DE QUE O PREGÃO SERÁ ELETRÔNICO, ATENDENDO a exigências do inciso II, do artigo 37 de nosso Regulamento interno de licitações;
- Denotamos que os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances foram evocadas nos incisos 4, 5, 6 e 7 do instrumento convocatório em comento, atendendo assim ao disposto na parte final do inciso III, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.
- Os requisitos de conformidade das propostas foram especificados no item 5, atendendo assim ao disposto no inciso IV, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;
- Quanto à data, em que serão recebidos os envelopes de documentação e proposta, observamos que deixado apenas a lacuna para ser preenchida no edital definitivo, **assim entendo que no edital definitivo deve ser dado atendimento ao estabelecido no inciso V, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;**
- Os critérios de desempate foram pontuados no instrumento convocatório, no intuito de dar atendimento ao disposto no inciso VI, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações, bem como, o critério de julgamento foi dando atendimento ao constante do inciso VI, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;
- Quanto ao critério de aceitabilidade dos preços, tal critério foi apresentado no item 9 do edital dando atendimento ao apontado no inciso VII, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.

a) Bom destacar que no tocante aos critérios para aferição de suposta inexecuibilidade das propostas no pregão, na esteira do que consta do enunciado na Súmula 262 do TCU, vislumbra-se a relevância de se aplicar as disposições do artigo 56, incisos III e V e parágrafos 2º e 3º, da Lei das Estatais. Tais dispositivos não só estabelecem o dever de realização de "diligências para aferir a exequibilidade das propostas" — o que inclui a garantia da oportunidade para que as licitantes demonstrem a viabilidade econômica de suas ofertas, como também a obrigatoriedade de fazer constar



51
P

- dos editais os "critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários"(o que consta do edital item 7).
- Quanto aos requisitos de habilitação observo que os mesmos vêm estampados no item 10 do instrumento convocatório, alinhados aos documentos pertinentes a espécie, de acordo com o disposto nos artigos 42, 43, 45 e 46 do nosso Regulamento Interno, ou sejam, exigências editalícias quanto aos documentos relativos à habilitação são compatíveis com o objeto licitado.
 - Quanto aos prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos estes vêm estampados no item 23 da minuta de edital dando atendimento assim ao disposto no inciso X, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;
 - Quanto aos prazos e condições para a entrega do objeto observo que os item 19 do instrumento convocatório os indica, atendendo assim ao disposto no inciso XI, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações. Quanto a vigência contratual **ESTA VEM ESTAMPADA NO ITEM 16.1.1** atendendo o disposto no 134 do nosso regulamento interno de licitações.
 - **Observei que no edital existe a indicação dos fiscais e da gestora do contrato(26.1 e 25.1 respectivamente), os mesmos constantes da Minuta de contrato(na cláusula nona);**
 - Quanto às formas, condições e prazos de pagamento, estes vêm descritos no item 21 da minuta de edital e quanto ao critério de revisão dos preços e do equilíbrio econômico este foi apresentado no item 13 do edital de licitações, dando atendimento ao disposto no inciso XII, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;
 - Quanto a faculdade da exigência de garantias, **esta foi citada no item 14.1;**
 - Quanto às sanções, o edital apresenta o rol de infrações, no item 22, que poderão acarretar a aplicação de sanções para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais, estas foram fixadas no item XI da minuta do edital, assim entendo que atendido o disposto no inciso XIV, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações e
 - O edital estabeleceu prazo de validade da proposta no item 6.7 de conformidade com o estabelecido no §2º do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.

3.14. Da Minuta do Contrato:

Antes de adentrar na análise, convém fazer sintética digressão acerca dos Contratos Administrativos. Segundo DI Pietro, a expressão **contrato Administrativo revela os ajustes que a administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para**



consecução de fim público, segundo o regime jurídico de Direito Público. (DI PITRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, São Paulo, Atlas 2011).

Marçal Justen Filho, no mesmo sentido, conceitua a figura **como um acordo de vontades em que uma das partes integra a Administração Pública, orientando a constituir relação jurídica submetida ao regime de Direito Público e destinada ou a fazer de modo direto as necessidades da Administração Pública ou a constituir uma delegação a um particular da prestação de serviço público (JUSTEN FILHO, Marçal Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Dialética 2012).**

É importante destacar as características peculiares da relação jurídica gerada pelo contrato administrativo, a saber:

1. Relevante frisar que no instrumento contratual deve haver formalismo posto que não baste o mero pacto entre as partes, sendo indispensável à instrumentalização do contrato com a observância de todos os requisitos externos e internos;
2. Comutatividade, posto que as obrigações pactuadas entre os contratante devem guardar relação de equivalência entre si;
3. Confiança recíproca, pois o contrato administrativo é celebrado *intuitu personae*, pois somente quem é considerado apto a contratar com a Administração Pública, será aquele que comprovar que possui condições para tanto, a ser verificado no procedimento licitatório destinado a averiguar qual das propostas é a mais vantajosa para o Estado, daí a aplicação do princípio da vedação da substituição contratual.
4. Bilateralidade, pois encerra sempre obrigações e direitos recíprocos, e pro fim;
5. Oneroso, pois prevê a remuneração conforme a forma convencionada.

A hermenêutica dada ao contrato administrativo é sempre voltada para as regras do direito público somente aplicando-se de forma supletiva as normas de direito privado

Assim, o contrato administrativo é sempre consensual, não sendo fruto de imposição da Administração e em geral é formal (por escrito, sujeito a certos requisitos), oneroso, comutativo (compensações recíprocas) e realizado *intuitu personae* (em função da pessoa contratada).

Além dessas características essenciais (internas), o contrato administrativo possui também característica externa: a exigência em regra de prévia licitação.



Bom destacar que a minuta do contrato, quando não for utilizado minutas padrão previamente aprovadas, devem ser aprovadas mediante expediente próprio como dispõe a letra "h" do artigo 15 do nosso RILCC.

Incumbe à parecerista desta Estatal pesquisar a conformidade com disposto no nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC) para nortear a Minuta Contratual, e ao confrontá-lo observamos que:

A) No aspecto formalização dos contratos, deu-se atendimento ao estabelecido nos artigos 126 e 127 do RILCC;

B) Destaco que no contrato definitivo deve constar o nome das partes e de seus representantes como estabelece o inciso I do artigo 131 do RILCC;

C) Na minuta contratual consta condição de pagamento e seus critérios e no contrato definitivo deve constar o preço.

D) **No Contrato definitivo cabe preenchimento de lacuna, indicativo de data, nome e dados do Fiscal de Contrato, pois a sua ausência não preenche o estabelecido no artigo 133 e 134 do RILCC;**

E) A cláusula com o valor contratual deve ser preenchida quando do contrato definitivo e

F) Por fim entendo que a matriz de risco, indicada no inciso XV do artigo 131 de nos RILCC, neste processo licitatório é facultativa, devendo existir obrigatoriamente, matriz de risco nas contratações semi-integradas e integradas, em obras e serviços de engenharia e quando utilizado o critério de julgamento "Maior Retorno Econômico". Nos demais casos, a Matriz de Riscos é facultativa, sendo a escolha de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

Feitas tais considerações é bom que se diga que, devem ser observados os artigos 152, 153 e 154, quanto a publicação dos contratos, e estes devem ser padronizados como determina o inciso I do artigo 3º do RILCC. De tal maneira, faço as seguintes recomendações.

IV – Das Recomendações:

Após a análise do presente processo administrativo faço as seguintes recomendações:

A) Ao Senhor Diretor Administrativo:

- Seja ratificado pelo Diretor Administrativo o contido nos Termos de Referência e emitida autorização pelo Diretor Administrativo para o pregão ELETRÔNICO, pois a Autoridade Administrativa, deve dedicar à devida importância na motivação de seus atos, em razão do poder discricionário que lhe compete, inclusive, observando o cronograma a ser seguido para o controle financeiro e de execução do objeto visando a previsão de custos e tempo a ser gasto para o êxito na efetivação do objeto contratado.



B) Ao responsável pelo Departamento de Licitações:

- Quando do edital definitivo e minutas preencham os espaços onde deixado apenas, lacuna para ser preenchida no edital definitivo e minutas definitivas, dando atendimento ao estabelecido no inciso V, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.
- Seja publicado o extrato na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias com vistas a conferir-lhe validade e eficácia, em face ao princípio da publicidade, nos termos do inciso I, letra "a", do artigo 61 e seus parágrafos de nosso RILCC, em razão que se trata de AQUISIÇÃO DE BENS.

C) Ao responsável pelo Departamento de Compras:

- Sempre, cercar-se das cautelas necessárias para assegurar a idoneidade dos preços obtidos, evitando-se a manipulação dos preços pelos concorrentes.

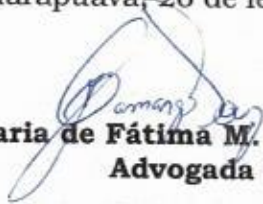
Desta forma, depois de atendidas as ponderações acima citadas, estarão presentes os requisitos exigidos pelo nosso Regulamento Interno de Licitações, bem como, o estabelecido na Lei 13.303/2016, o que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

V – Da Conclusão:

Analisando os autos, foi constatado que o **Termo de Referência** incluso no processo, há critério de aceitação do objeto e prazos, há justificativa **para o objeto em questão**. Assim, **depois de atendidas as recomendações anteriormente pontuadas**, entendo que, estarão preenchidos os requisitos estabelecido nas Leis, 13.303/2016, bem como os requisitos contidos em nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, para a modalidade Pregão ELETRÔNICO.

S. M.J. é o Parecer.

Guarapuava, 26 de fevereiro de 2024.


Maria de Fátima M. C. L. de Souza.
Advogada SURG

DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR**Processo Administrativo nº: 07/2024****Pregão Eletrônico nº: 05/2024**

Objeto: Registro de preços visando à contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como buffet e marmitas.

De acordo com o estabelecido no Plano de Cargos e Salários da SURG, uma das competências do Advogado da Companhia é "analisar o Processo Licitatório e dar o parecer jurídico da legalidade do processo, contratos e aditivos". Posto isso, sabe-se que é da competência do parecerista a análise do processo e a certificação de que tudo está dentro da legalidade, cabendo a Autoridade Superior apenas a ratificação e autorização do processo.

As recomendações apresentadas pela Advogada da Companhia, em seu Parecer Jurídico de nº 08/2024, são de praxe, ou seja, recomendações que sempre são realizadas ao longo do processo administrativo, inclusive antes da elaboração do parecer.

Assim, entende-se que às recomendações de caráter geral da página 52, do Parecer Jurídico nº 08/2024 (fls. 45 a 52), elaborado pela advogada da Companhia Maria de Fátima M. C. L. de Souza, foram cumpridas pelos respectivos departamentos e conferidas pela mesma, conforme o previsto no Plano de Cargos e Salários, dando segurança jurídica para que o Diretor Administrativo ratifique e autorize a contratação do objeto se assim entender.

Dessa forma, considerando a necessidade da aquisição do objeto em epígrafe, conforme justificativa e motivação constantes no termo de referência (fl. 04 e 07), acolhendo os termos do Parecer Jurídico nº 08/2024, elaborado pela advogada da SURG, Maria de Fátima M. C. L. de Souza, pelos motivos de fato e de direito ali consignados, como fundamento e razão de decidir, **AUTORIZO a realização do Pregão Eletrônico nº 05/2024**, prevista na minuta do contrato e seus anexos (fls. 24 a 44).

Guarapuava, 08 de março de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER

Diretor Administrativo

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 03/2023, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2617 de 12 de maio de 2023, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo como Documento de Requisição Preliminar n. 05/2024, emitida pelo Departamento de Pessoal e com as especificações conforme o ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, os Decretos Municipais nº 8089/20 e nº 7545/2019, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

ANEXO V - MODELO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO

ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

10 de abril de 2024 às 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.gov.br/compras/pt-br**UASG: 929391** – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: Pelo site www.surg.com.br/surg/licitacoes, na sede da SURG à rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br

Pregoeiro: Paulo Cezar Tracz ou Leiliane Ap. Santos Gaspar**1 - DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de:** (i) **BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES)**, incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) **SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX)**, para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos,

conforme descrição e quantidades abaixo especificadas, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referência, Anexo I deste Edital.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, desde que atendidos os requisitos do Item 4 - Da participação no pregão.

1.1.2. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata) preferência em igualdade de condições, conforme preconiza o §3º, do art. 66, da Lei nº 13.303/2016, combinado com o art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG;

1.1.3. A SURG não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados nos contratos que venham a ser firmados (oriundos da(s) ata(s) de registro de preço), tendo em vista que referida aquisição se dará de acordo com a sua oportunidade e conveniência.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.2.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.2.3.1. Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste pregão um produto/serviço simples e comum.

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.

4.4.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. Independente do porte da entidade, deverá assinalar, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei específica e neste Edital.

5 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a indicação do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.1.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente declarado vencedor.

5.2. O envio da proposta pelos licitantes, bem como dos seus anexos pelo licitante provisoriamente declarado vencedor, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas.

6 – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. valor unitário e total do item;
- 6.1.2. quantidade;
- 6.1.3. marca/fabricante;
- 6.1.4. declarações;

6.2. Para cada item, o Licitante deverá cotar o seu quantitativo total.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto, conforme o caso.

6.4.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 151 do RILCC da SURG.

6.4.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a SURG deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no RILCC da SURG.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.**

6.9. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

6.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no termo de referência.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, que representa o valor mensal da locação.

7.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2,00% (dois por cento).

7.6.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

7.6.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.7. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.7.2. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. Será adotado para o envio de lances neste pregão o modo de disputa aberto;

7.12.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

7.12.2 Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.3 A prorrogação automática de que trata o item 7.13.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.12.4 Na hipótese de não haver lances 7.13.1 e 7.13.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.12.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.13. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a SURG poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, nos termos do disposto no item 7.13.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

- 7.17.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.20.** No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21.** No caso da existência de itens de cota reservada à MEI, ME ou EPP e esta for vencedora de ambos os itens - ampla concorrência e cota reservada - a contratação deverá ocorrer pelo menor preço, situação na qual o pregoeiro verificará e solicitará ao detentor da melhor proposta que ajuste o valor do item de forma igual.
- 7.21.1.** Ao recusar-se a realizar o ajuste que trata o item 7.22 deste edital, o licitante será desclassificado de ambos os itens, ficando sujeito a sanções cabíveis.
- 7.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.23.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 7.23.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.23.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos **neste edital**;
- 7.23.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- 7.23.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.24.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, sucessivamente, aos bens produzidos por:
- 7.24.1.** empresas brasileiras;
- 7.24.2.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.24.3.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.
- 7.25.** O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
- 7.26.** A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

- 8.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública ou encaminhada a proposta final na fase fechada, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.3.** Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos.
- 8.4.** A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

- 8.5. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor.
- 8.6. O pregoeiro poderá quando todas as propostas estiverem acima do orçamento referencial, realizar consulta simultânea às proponentes sobre interesse em cobrir a meta da contratação. A negociação com os que manifestarem o interesse seguirá o ordenamento classificatório.
- 8.7. Será convocado o licitante subsequente, respeitando o ordenamento prévio e as disposições relativas à preferência para microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas que tenha direito ao tratamento diferenciado previsto na LC 123/06, quando o licitante anterior for desclassificado ou inabilitado na forma do item.
- 8.8. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será cancelado/revogado o item.
- 8.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. **Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável.**

9.2.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Neste caso, a inexecutabilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.2.2. Para obras e serviços de engenharia, a licitante que apresentar proposta com valor global inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: média aritmética dos valores das propostas das licitantes que participaram da fase de lance do certame superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou, (ii) valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.2.3. Para os demais bens e serviços em geral, a licitante que apresentar proposta com valor global ou unitário inferior a 70% (setenta por cento) do valor do orçamento estimado pela sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema**, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.3.1. Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

9.4. A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá:

9.4.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.4.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.4.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, e arredondados para baixo até 2 (duas) casas decimais.

9.4.4. Deverá conter todas as informações exigidas nos **ANEXOS I e IV** do Edital.

9.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, conforme as orientações presentes no Termo de Referência.

9.5.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.5.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.5.3. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos no Termo de Referência.

9.5.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.5.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.5.6. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.

9.5.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Da mesma forma ocorrerá em caso de não aceitação das amostras;

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

10.1.1. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.2. Se o licitante vencedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente **quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. SICAF;

10.2.2. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

10.2.3. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR, disponível no endereço <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>.

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

10.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro verificará sua abrangência e, em caso da mesma contemplar a esfera da SURG, reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.

10.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:

10.6. Habilitação jurídica

10.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

10.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado.

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

10.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

10.7.2. Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;

10.7.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

10.7.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

10.7.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS).

10.7.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

10.7.7. No caso de participação no certame de empresa matriz, em que a execução do objeto será realizada por filial, é obrigatória a apresentação dos documentos de regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial.

10.8. Qualificação Econômico-Financeira

10.8.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

10.8.2. Balanço patrimonial com notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.8.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.8.2.2. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial;

c) Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

10.8.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

10.8.3. Demonstrativo de capacidade financeira, conforme modelo do **Anexo V**, assinada por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, demonstrando a boa situação financeira do licitante, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "on line".

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente, e Solvência Geral igual ou inferior a 1 (um), deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.8.4. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1;

A justificativa para os índices contábeis acima, em atenção ao artigo 45, §1º e §5º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira do licitante, razão pela qual não representam restrição indevida.

10.9. Para o item 03 Qualificação Técnica:

10.9.1. Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) objeto(s) desta licitação (similar ou superior); Obs. Esta declaração deverá conter carimbo com CNPJ da empresa declarante e firma reconhecida, exceto quando se tratar de órgão público, para o qual fica dispensado reconhecimento de firma.

10.10. Toda documentação poderá ser devidamente revisada pelo auxiliar da equipe de apoio anteriormente à decisão final da Autoridade competente em homologar o certame, a fim de evitar que as sessões sejam mais longas do que o habitual.

10.11. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.

10.11.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.12. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.13. Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento ou neste edital, deverão ter sido emitidos em até 120 (cento e vinte) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.17. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detenha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.



O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.17.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

10.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11 – DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, seguirá da seguinte forma:

11.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da manifestação.

11.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 5 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo das razões de recurso do recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

h

14 – GARANTIA

14.1. Não aplicável na presente contratação.

15 – LAUDOS E AMOSTRAS

15.1. A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

16 – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

16.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Ata de Registro de Preço para o item 01 e contrato para o lote 02. Assinado a ata/contrato a licitante se compromete a entregar os itens quando solicitado pela SURG mediante ordem de fornecimento.

16.1.1. Vigência da ata de registro de preços e do contrato: 12 (doze) meses.

16.1.2. A gestão será realizada por meio de emissão de ordem de fornecimento, desde que cada pedido não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o art. 107, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

16.1.3. Relativamente ao item 2, uma vez que se trata de fornecimento contínuo, será realizado contrato da quantidade total prevista em ata para o período de 12 (doze) meses.

16.1.4. A qualquer tempo, existindo saldo em ata, poderá ser formalizado contrato do saldo com as licitantes detentoras das atas de registro de preços, desde que realizado dentro do prazo de vigência da ata, observando os quantitativos remanescentes, preço mais vantajoso para a SURG e demais condições fixadas na respectiva ata.

16.1.4.1 Havendo celebração de contrato entre as partes, este seguirá a minuta constante no **Anexo III**.

16.1.4.2. O contrato poderá atingir até 12 (doze) meses de vigência e poderá ser prorrogado e reajustado, nos casos previstos em lei e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/contrato, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, TEL: (42) 3630-0500 ou no mesmo prazo, assinar eletronicamente e devolver no e-mail juridico@surg.com.br.

16.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas **nesse** Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata.

16.5. Quando solicitado, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar, a saber: (i) documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa, se for o caso; e, (ii) Planilha de composição do novo preço (preço reajustado), com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa, juntamente com a cópia dos orçamentos e ou notas fiscais de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual e futura solicitação de revisão/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, (iii) apresentar as Certidões Negativas de Débitos Federais, CRF/FGTS e CNDT.

16.5.1. A não apresentação desses documentos implicará na pena de decair do direito à assinatura do contrato (quando for o caso) e sofrer as sanções cabíveis.

16.6. Previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

12.6.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.7. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.8. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

16.9. A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme **ANEXO I**) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;
- d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso;
- e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

16.10. As multas mencionadas no item 16.9 serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

16.11. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.

16.12. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.13. Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços da SURG, as disposições contidas no Regulamento Interno de licitações, Contratos e Convênios da SURG, no Decreto Municipal nº 1447/2007 e na Lei Federal nº 13.303/2016.

18- DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

17.2. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

17.3. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme item 17.4.

17.4. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura das proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

17.4.1. Faculta-se a juntada – no sistema eletrônico – de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

17.4.2. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no **item 17.3**, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

17.4.3. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.

17.4.4. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

17.5. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido

17.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.7. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão da ata/ contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

17.8. Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

17.9. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

17.10. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

17.11. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

19 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG

19.1. São obrigações da Contratante:

19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como nos contratos, atas e demais documentos que deles derivarem;

19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e nos contratos, atas e demais termos da presente contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

19.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.3. São obrigações da Contratada:

19.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

19.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

19.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a SURG, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;

19.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.

19.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

19.3.9. Prestar garantia de fábrica para os produtos ofertados.

19.3.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;

19.3.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (Anexo I) ou na minuta de contrato;

19.3.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

19.3.13. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

19.3.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

19.3.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

19.3.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21 – DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** parte integrante desse edital.

22 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

21.2. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

21.2.1. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

21.3. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;
- III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI - incorrer em inexecução contratual; e
- VII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

21.4. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

21.4.1. A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

21.4.2. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

21.5. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação.
- III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;
- IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

21.5.1. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

21.5.2. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedores do Município para fins de registro.

21.5.3. Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

21.5.4. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

21.5.5. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

21.5.6. O valor da multa aplicada será:

- I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;
- II - pago por meio de Guia de Recolhimento;
- III - descontado do valor da garantia prestada; ou
- IV - cobrado judicialmente.

21.5.7. A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

21.6. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.6.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

21.6.2. Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

21.6.3. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

21.7. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail juridico@surg.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.surg.com.br e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e de suas alterações e das condições do objeto da presente licitação, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento das características do objeto da presente como elemento impeditivo da correta formulação da proposta de preço.

23 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

23.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

24 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO / CONTRATO

24.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2024, fica designada Gestora das contratações a **Sra. Jorgete Lacerda**.

24.2. Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:

I - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (**Anexo I**), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

II - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;



- III** - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV** - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V** - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI** - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII** - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII** - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX** - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X** - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XI** - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XII** - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XIII** - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;
- XIV** - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, discontinuidades;
- XV** - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;
- XVI** - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;
- XVII** - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;
- XVIII** - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIX** - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

25 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

25.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2024, ficam designados como Fiscais de Contrato os Srs. Eduardo Moreira da Rosa, José Santos, Loacir Carlos da Fonseca, Rosângela Aparecida de Matos Fonseca, Silvana Cândido e Ataíze Paulena

25.2. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

- I** - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).
- II** - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;
- III** - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de



compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;

IV - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

V - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;

VI - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;

VII - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;

VIII - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;

IX - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;

X - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;

XI - Elaborar Relatório de Análise Técnica.

XII - Verificar a qualidade dos serviços prestados ao final de cada evento e a cada 25 dias, no caso das refeições transportadas do tipo marmiteix, através de pesquisa de satisfação, de acordo com o modelo constante no Anexo VI do presente edital;

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o SURG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

26.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.

26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.11. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.12. Os documentos assinados digitalmente pelos licitantes deverão ser passíveis de verificação pelo site <https://validar.iti.gov.br/>

26.13. Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.

26.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.surg.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, 15 de março de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 - Processo Administrativo nº 07/2024

1. DO OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) **BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES)**, incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) **SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX)**, para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:

ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA

1.1. Detalhamento do objeto:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1.000	UN	<p>BUFFET: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES – ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA – MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETOALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.</p>
2	40.000	UN	<p>REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO:</p> <p>1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES.</p> <p><u>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA</u> <u>BÁSICO DIÁRIO:</u> ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIÓCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. <u>PRATO PRINCIPAL:</u> CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDEGAS, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÊ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHA SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G). FEIJÃO: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). <u>COMPLEMENTOS:</u> MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA; POLENTA OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÊ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO</p>

		<p>COMPLEMENTO.</p> <p>OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE.</p> <p><u>SALADAS:</u> FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE.</p> <p><u>SOBREMESA:</u> NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC.</p> <p>OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS.</p> <p><u>A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS.</u></p> <p><u>LOCAL DE ENTREGA:</u> OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.</p>
--	--	---

1.2. Conforme disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016, bem como no art. 18 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, o valor de referência é **SIGILOSO** e somente será divulgado após a fase de lances.

1.3. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência.

2. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

2.1. Fornecimento do item 1:

- A contratante realizará o pedido de fornecimento com 10 (dez) dias para o item 2, indicando a quantidade, local, data e horário do evento.
- A entrega do objeto descrito no item 1 deve ser realizada em até 30 (trinta) minutos antes do fornecimento do mesmo para consumo, observando a quantidade e o cronograma do evento, o qual será informado pela contratante.
- A contratada deverá organizar a disposição dos itens na(s) mesa(s) onde os mesmos serão servidos e repor quando necessário.
- Ao término da prestação do serviço os objetos devem ser recolhidos e o espaço organizado e limpo.
- O objeto deverá estar adequadamente acondicionado em embalagens higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos. Todos os produtos devem ser frescos e produzidos no dia do evento.
- A contratada não poderá alterar o cardápio, salvo mediante solicitação prévia e justificada ao contratante que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer no mínimo 24 (vinte quatro) horas antes do evento.

2.2. Fornecimento do item 2:

- A contratada deverá entregar as marmitas nos horários, locais e quantidades designadas diariamente pelos fiscais de contrato, de segunda-feira a domingo, para almoço e jantar.
- Em regra, as entregas ocorrem nos 4 departamentos da SURG, localizados nos seguintes endereços: Rua Afonso Botelho, n. 63, Trianon; Rua das Rosas, s/n, bairro Pérola do Oeste; Rua Guaíra esq. c/ Vicente Machado, Centro; Rua Joaquim Osório Duque estrada s/n, bairro Santana, bem como nos locais onde se encontrem as equipes de trabalho, podendo ser dentro do município de Guarapuava (inclusive bairro Jordão e Canil Municipal, localizado atrás do aeroporto) e nos distritos (Entre Rios, Guará, Guairacá e Palmeirinha).
- As marmitas deverão estar dispostas em embalagens próprias, sendo *marmitex* de alumínio nº 9, acondicionadas em recipientes isotérmicos devidamente higienizados, visando impedir a penetração de elementos ou substâncias de qualquer natureza, mantendo a qualidade das refeições até o momento do consumo. A temperatura de entrega das marmitas não pode ser inferior a 65°C.
- O transporte das refeições deverá ser realizado em veículos apropriados da empresa contratada, devidamente higienizados e climatizado e em que estejam acondicionados em recipientes térmicos hermeticamente fechados.
- A contratada somente fará a entrega das marmitas mediante solicitação por meio das requisições assinadas pelos fiscais de contrato.

2.3. Disposições gerais para todos os itens:

- As refeições deverão ser preparadas conforme as Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais

Padronizados estabelecidos na RDC nº 275/2002 da ANVISA. O cardápio deverá ser conduzido sob a responsabilidade de profissional nutricionista e confeccionada no dia da entrega por profissionais qualificados para executar os serviços.

- A contratada deverá manter controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos, bebidas e demais itens.
- O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas em lei, pela má qualidade dos serviços prestados.
- A contratada responderá perante a contratante e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes do fornecimento do objeto deste instrumento ou por erros relativos à execução do objeto, incluindo-se quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados.
- Eventuais danos causados à saúde e ao bem estar físico dos empregados da SURG, por conta do consumo do objeto fornecido pela contratada, terão todas as despesas decorrentes custeadas por esta, tais como: despesas médicas, hospitalares, medicamentos, exames, internamentos, e eventuais danos permanentes, morais, estéticos, etc. Além disso, ocorrendo eventual afastamento do funcionário por questões de saúde, mediante atestado médico, deverá ser restituído à contratante o valor equivalente ao dia de trabalho do funcionário, conforme valor apurado pelo Departamento de Pessoal.
- A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.
- A contratada fica responsável também pelos produtos utilizados na fabricação do objeto, mesmo que obtidos de outro produtor, fornecedor, fabricante, industrial, etc.
- Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação do fornecedor/prestador com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da contratante.
- Todos os custos com o fornecimento são de responsabilidade da contratada, incluindo a preparação, acondicionamento, embalagens, descartáveis, transporte, conferência na entrega junto com o representante do contratante.
- Será sempre conferido pela contratante, no momento da entrega, a quantidade, a qualidade, devendo tudo estar de acordo com o solicitado, reservando-se a SURG o direito de recusar o fornecimento em desacordo com o pedido, podendo exigir que sejam substituídos, de modo satisfatório, sem qualquer ônus adicional.
- Não se obriga a contratante a contratar toda a quantidade prevista neste termo, uma vez que se tratam de estimativas de consumo.

3. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os objetos serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e da proposta;

3.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

3.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

4.1.1. A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2. devem ser encaminhados ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.jorgete@surg.com.br, e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

4.1.2. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.

4.2. A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- a) Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. **Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;

4.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

4.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

4.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

4.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

4.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

4.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constate a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

4.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

5. LAUDOS E AMOSTRAS

5.1. A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH F. GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/02 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 05/2024 – Sistema de Registro de Preços**, realizado em de de 2024, às XXh00min, devidamente homologado, **RESOLVE, registrar preços para a.....**, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa(Nome da Empresa)....., cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida à Rua, bairro, CEP, inscrita no CNPJ sob nº, aqui representada por (sócio, procurador, etc.), inscrito no CPF nº, como segue:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços para

1.2. O Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 05/2024, dos produtos abaixo descritos:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.4. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

1.5. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.

1.6. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.

1.7. Cada fornecimento deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

1.8. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

1.9. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata).

2. DO PREÇO

2.1. O valor global do objeto é de R\$ ().

2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 1 desta ata.

2.3. Os preços dos produtos/serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.

2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

3.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos no Anexo I deste edital, que serão transcritos aqui no momento da ata definitiva.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL ficam nomeados os Srs. Eduardo Moreira da Rosa, José Santos, Loacir Carlos da Fonseca, Rosângela Aparecida de Matos Fonseca, Silvana Cândido e Ataíze Paulena, matrícula _____ a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao **Gestor de Ata** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal de Ata**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG.

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Conforme critérios de pagamento descritos no Termo de Referência - Anexo I - desse edital, que serão aqui transcritos no momento da ata definitiva.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;

II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;

IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;

VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I – os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;

II – comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

III – houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no **Anexo II**.

13.3. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata/contrato, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

I - ausência de elevação dos encargos do particular;

II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;

IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros ou da própria administração, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, de de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha/Gestora do contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO**MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2024****CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 057.836.209-04, e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 881.700.209-72, ambos com domicílio profissional no mesmo endereço indicado da SURG.

E de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede a Rua, nº, Bairro, CEP, (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preço nº .../2024**, nos termos da Lei nº federal 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024**, por Sistema de Registro de Preços, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato a, conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convencionam que a Contratante, no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º, do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:

Lote	Item	Quant	Unid	Descrição do material	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL R\$						

1.5. A SURG procederá a aquisição do(s) produtos acima referidos de acordo com a oportunidade e conveniência do departamento solicitante, razão pela qual não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados no subitem acima (1.4), sendo que tal fato não gerará direito algum à contratada, acerca do recebimento total do valor ora contratado, e ou mesmo a aplicação de qualquer penalidade à contratante por suposto descumprimento parcial do contrato.

1.6. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.



2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de (.....) meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Conforme critérios de pagamento descritos no Termo de Referência - Anexo I - desse edital, que serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Conforme regras de estabelecidas no Edital, que serão aqui transcritas no momento do contrato definitivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DOS PRODUTOS

7.1. Os materiais deverão ter garantia contra defeitos ou imperfeições, deverão ser substituídos pela proponente sem ônus para a contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos no Anexo I deste edital e serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 246/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL ficam nomeados os _____, matrícula _____ e _____, matrícula _____. **Sr. _____**, matrícula _____, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.5. Compete ao **Gestor de Contrato** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.



- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;
- III - judicialmente, nos termos da legislação.
- IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anteriorº será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;
- III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;
- b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava, de de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha/Gestora do contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**PROPOSTA COMERCIAL**(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

Empresa: CNPJ

Endereço: Cidade: Estado:

Fone / Whatsapp: Email:

Dados Bancários:

Banco: Agência: Conta:

OBJETO:, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01						
02						

Valor global = R\$ (... por extenso ...)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.**Prazo de Entrega dos Produtos:** Conforme descrito no Termo de Referência.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 05/2024 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).

Local, de de 2024.

.....
Nome e Assinatura do sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante
(Nº Cédula de Identidade)

ANEXO V – MODELO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Identificação do Pesquisado (opcional)	
Nome:	
Setor:	
Data:	
O Pesquisado é:	
<input type="checkbox"/> Servidor	<input type="checkbox"/> Membro
<input type="checkbox"/> Público Externo	
Notas de avaliação:	
Insatisfeito (equivale a nota 3,0) / Pouco satisfeito (equivale a nota 5,0) Satisfeito (equivale a nota 7,0) / Muito satisfeito (equivalente nota 10,0)	
<div>1) Quanto à apresentação visual dos alimentos, conceitua:</div> <div><input type="checkbox"/> Muito Satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito</div>	
<div>2) Quanto à variedade dos alimentos:</div> <div><input type="checkbox"/> Muito Satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito</div>	
<div>3) Quanto à qualidade dos alimentos (sabor e frescor) servidos:</div> <div><input type="checkbox"/> Muito Satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito</div>	
<div>4) Quanto à quantidade dos alimentos:</div> <div><input type="checkbox"/> Muito Satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito</div>	
<div>5) Considerando as respostas acima de qual nota seria compatível com o serviço oferecido:</div> <div><input type="checkbox"/> Muito Satisfeito <input type="checkbox"/> Satisfeito <input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito</div>	
Espaço para demais comentários (não será considerado para fins de avaliação)	

ANEXO V – DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCEIRA
(modelo)**À Equipe de apoio de pregões**

SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 05/2024

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a % do valor estimado da contratação.

Local, de de 2024.

Nome do Contador
CPF nº

Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES) e (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) para equipes de trabalho da SURG.



**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA EMPREGADO: Portal de Compras do Governo Federal
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES: 10/04/2024 às 08h30min

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019 e suas alterações; Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: e-mail: juridico@surg.com.br ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo site: <http://surg.com.br/surg/licitacoes> ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava - PR, 15 de março de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SURG**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA EMPREGADO: Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.
ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES: 10/04/2024 às 08h30min

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019 e suas alterações; Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: e-mail: juridico@surg.com.br ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo site: <http://surg.com.br/surg/licitacoes> ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava - PR, 15 de março de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 6/2024 Data da Ata: 05/03/2024 Data da Assinatura da Ata: 05/03/2024

Data de Início da Ata: 12/03/2024 Data de Expiração da Ata: 12/03/2025

Processo: 2/2024 Modalidade: 2 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 44.219.136/0001-62 - ATLAS EQUIPAMENTOS LTDA

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de Balde plástico de 20 lts resistente, em polipropileno, com alça de metal, capacidade 20 lts.

Valor total da Ata: 497,00

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE

GUARAPUAVA

Número da Ata: 7/2024 Data da Ata: 05/03/2024

Data da Assinatura da Ata: 05/03/2024

Data de Início da Ata: 12/03/2024

Ata: 12/03/2025

Processo: 2/2024

Modalidade: 2 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 29.530.767/0001-04 - BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA LTDA

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de Vasoura de uso doméstico e Sabão em pó: 1 kg.

Valor total da Ata: 3.056,30

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 8/2024 Data da Ata: 05/03/2024

Data da Assinatura da Ata: 05/03/2024

Data de Início da Ata: 12/03/2024

Ata: 12/03/2025

Processo: 2/2024

Modalidade: 2 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 40.044.357/0001-96 - CJC COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS LTDA

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de SODA: composição soda cáustica 60% cloreto de sódio, carbonato de sódio e água de cristalização, pote com 1kg.

Valor total da Ata: 1.160,00

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 9/2024 Data da Ata: 05/03/2024

Data da Assinatura da Ata: 05/03/2024

Data de Início da Ata: 12/03/2024

Ata: 12/03/2025

Processo: 2/2024

Modalidade: 2 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 18.472.579/0001-50 - COMSABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de Filtro de papel em 100,00 % celulose.

Valor total da Ata: 2.520,00

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 10/2024 Data da Ata: 05/03/2024

Data da Assinatura da Ata: 05/03/2024

Data de Início da Ata: 12/03/2024

Ata: 12/03/2025

Processo: 2/2024

Modalidade: 2 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 31.726.339/0001-01 - DAVOS LTDA

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de Papel toalha interfolhas; de 20x20cm duas dobras pacote com 1000 folhas.

Valor total da Ata: 72.000,00

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 11/2024 Data da Ata: 05/03/2024

Data da Assinatura da Ata: 05/03/2024

Data de Início da Ata: 12/03/2024

Ata: 12/03/2025

Processo: 2/2024

Modalidade: 2 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 42.206.665/0001-04 - ER2 E-COMMERCE LTDA

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de Bom

HOME ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/](https://surg.com.br/surg/))

LICITAÇÕES ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/](https://surg.com.br/surg/licitacoes/))

CONCURSOS ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/](https://surg.com.br/surg/concursos/))

SOBRE ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/](https://surg.com.br/surg/sobre/))

PORTAL DO SERVIDOR ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/](https://surg.com.br/surg/portal-do-servidor/))

CONTATO ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/](https://surg.com.br/surg/contato/))

OUVIDORIA ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA](http://surg.com.br/surg/ouvidoria))

E-MAIL ([HTTP://WEBMAIL.SURG.COM.BR](http://webmail.surg.com.br))

76

Licitações (<https://surg.com.br/surg/licitacoes/>) / Licitações 2024

Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA

Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AMPLA CONCORRÊNCIA

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA EMPREGADO: Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br> (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades

da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES: 10/04/2024 às 08h30min

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019 e suas alterações; Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: e-mail: juridico@surg.com.br (<mailto:juridico@surg.com.br>) ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos CLICANDO AQUI (http://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/03/3_EDITAL_05.24_marmita.pdf) ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava – PR, 15 de março de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER

Diretor Administrativo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

Registro de preços para locação de caminhões e máquinas.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ▾

Registro de preços para aquisição de materiais de demarcação e segurança para o Departamento de Sinalização Viária.

Resposta a Impugnação - 1 30/01/2024

(<https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/01/RESPOSTA-À-IMPUGNAÇÃO-DO-EDITAL-SEM-NOME-DA-EMPRESA.pdf>)

Resposta a Impugnação - 2 05/02/2024

(<https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/site-RESPOSTA-À-IMPUGNAÇÃO-DO-EDITAL.pdf>)

Licitação Suspensa 06/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/AVISO_DE_LICITACAO_SUSPENSA_assinado.pdf)

Edital Retificado 22/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/8_EDITAL-RETIFICADO.pdf)

Aviso de Reabertura 22/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/9_Aviso-Reabertura.pdf)

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

77

 Voltar

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA
Ano*	2024
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	5
Modalidade*	Pregão
Número edital/processo*	7
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Descrição Resumida do Objeto*	
Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e	
Forma de Avaliação	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	832.570,00
A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação	
Data de Lançamento do Edital	15/03/2024
Data da Abertura das Propostas	10/04/2024
NOVA Data da Abertura das Propostas	
Data de Lançamento do Edital	
Data da Abertura das Propostas	
Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não
Há cota de participação para EPP/ME?	Não
Percentual de participação:	0,00
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	Não
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	Não
Data Cancelamento	

Editar Excluir

CPF: 4392393976 (Logout)

Edital

Edital nº 90005/2024

Acessar Contratação

78

Ativo até 15/03/2024

Local: Guarapuava/PR Órgão: COMPANHIA DE SERV. URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA Unidade compradora: 929391 - COMPANHIA DE SERV. URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021 Art. 28 | Tipo: Edital Modo de Disputa: Aberto Registro de preço: Sim

Data de divulgação no PNCP: 15/03/2024 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 15/03/2024 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 10/04/2024 08:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 75546273000107-1-000005/2024 Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES) e dos SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEIXO) para equipes de trabalho da SURG.

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnci.mobil.e-estaleiro.serpro.gov.br/comprasnei-web/public/landing?dest-no-quadro-informativo&compra=92939105900052024>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

SIGILOSO

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Buffet	5000	Sigiloso	Sigiloso	6
2	Fornecimento de refeições / lanches / salgadinhos / doces	40000	Sigiloso	Sigiloso	6

Itens 1-2 de 2 itens

Página < >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o novo sistema oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos e editais em matéria de licitação e contratos administrativos celebrados pelo Poder Público.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.761, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal e um novo ciclo de construção de uma concepção digital, foram impulsionados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Governo Digital.

A adequação, fidelização e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizados no PNCP, por força da Lei nº 14.133/2021, é de inteira responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Mais informações em portalnacionaldecontratacoes.gov.br

0200.008.2024

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



PREGÃO 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2024



OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Assunto **IMPUGNAÇÃO EDITAL**

De: Restaurante e Panificadora Batel <panificadorabatel@hotmail.com>

Para: juridico@surg.com.br <juridico@surg.com.br>

Data: 21/03/2024 08:22



80

- IMPG SURG .pdf(~235 KB)

BOM DIA!! SEGUE A RSAZÕES DA IMPGNAÇÃO AO EDITAL 05/2024,OBJETO AQUISIÇÕES DE REFEIÇÕES.

Atenciosamente

Panificadora e Restaurante Batel

Fone: (42) 3627 - 4339

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SURG – CIA. DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA/PR.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.114.885/0001-48, com sede na Rua Coronel Luís Lustosa, nº 2231, Bairro Batel, – CEP: 85.015-340 Município de Guarapuava, Estado Paraná, fone: 42 36274339, Email: panificadorabatel@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. MOISÉS RIBEIRO, inscrito no CPF sob nº 058.711.089.97 e RG nº 9.912685-0 SSP/PR, residente e domiciliado em Guarapuava/PR, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

MPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

Do Pregão Eletrônico nº 05/2024, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE

Da tempestividade e interesse

De início, se faz imprescindível destacar a tempestividade da presente impugnação conforme preconiza o art. 87, § 1º da Lei 13.303 de 2016. E artigo 164, da lei 14.133 de 2021, in verbis:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido

até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º. (destaque nosso)

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Idêntico raciocínio se extrai do edital, item 17.1:

"22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Resta, portanto, comprovado que a presente impugnação é plenamente tempestiva.

Noutra esteira, o mesmo item 22.1 do edital, permite que "qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimento, providências ou impugnar o ato convocatório".

Isto posto, totalmente legítimo interesse do peticionante quanto ao manejo da presente impugnação, não sendo necessário que o mesmo esteja vinculado ou que represente interesse de qualquer pessoa jurídica.

I – DOS FATOS

O peticionante obteve acesso ao edital epigrafado através do portal da transparência da **A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG**.

Da análise do referido edital, constatou o peticionante que objeto da presente licitação Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: **(I) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES)**.

Entretanto, ao aprofundar-se no estudo do presente edital, o peticionante constatou situação que diverge da legislação que regulamenta o preparo e fornecimento de refeições para atendimento aos órgãos Públicos, que é caso do presente certame, isto posto, Tal fato, não merece prosperar, senão vejamos:

Das Considerações Iniciais

Antes mesmo de analisar o mérito da impugnação, não podemos deixar de anotar a previsão constitucional a respeito de licitações.

É cediço que a Administração pública deve observar, entre outros o princípio da legalidade, além de ser permitido exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, consoante disposto na Constituição Federal, veja-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Conforme se observa, este dispositivo veda que a administração pública adote qualquer medida que, direta ou indiretamente, prejudique a seleção da melhor proposta e traga benefício a particular.

É exatamente o que ocorre com o presente edital.

O item 10.1 do edital, que trata das condições para habilitação, traz consigo a exigência de apresentação de inúmeros documentos, que são aptos a demonstrar a regularidade e idoneidade da empresa. Contemplando os requisitos primordial de um certame.

Tal exigência, além de atender a preceito contido na legislação, serve também para resguardar o interesse da administração pública, e, porque não dizer, de todos os administrados.

Ocorre que, no item 10.9 Qualificação Técnica: neste item, o presente edital, estranhamente, foi omissivo quanto a exigência da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, não exigindo **ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA**

COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO e ainda deixa de exigir para a empresa vencedora a **COMPROVAÇÃO DE INDICAÇÃO DE UM PROFISSIONAL DA ÁREA DE NUTRIÇÃO**. Colocando assim em risco a idoneidade da empresa que venha vencer o certame, comprometendo a prestação de serviço ora licitado.

O art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, não estabelece exigências de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional para o caso de contratações cujo objeto seja a aquisição de bens, tratando o dispositivo legal apenas das exigências pertinentes às obras e serviços.

Nada obstante, entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, com fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, caso verifique que a medida é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto.

Para tanto, recomenda-se que a Administração se utilize da interpretação extensiva das regras, limites e princípios que incidem em relação à prova de qualificação técnica dos licitantes na contratação de serviços, observadas as peculiaridades das compras em cada caso concreto.

Além de avaliar a pertinência de exigir qualificação técnica, o rigor das exigências também deve ser avaliado, promovendo-se adaptações pela área demandante ante o tipo de contratação que se pretende fazer.

A jurisprudência já pacificada nesse sentido. Vejamos:

[...] "ACÓRDÃO 891/2018 - PLENÁRIO A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico financeira das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados".

Noutra esteira, ao deixar de formular tal exigência, a administração pública põe em risco sua idoneidade, pois pode facilmente ser acusada de favorecimento a empresa que eventualmente não possua liberação do órgão fiscalizador das exigências sanitárias, para a manipulação de alimentos e devido funcionamento de uma empresa, ainda não possuir um responsável

técnico na área de atuação de nutrição, para que assim não coloque em risco a saúde populacional.

Isto posto, certamente põe em risco a saúde das pessoas que eventualmente venham consumir os produtos oriundos da presente licitação, vez que, não haverá garantia do atendimento das boas práticas de fabricação e, nem tampouco, a responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitado.

Ainda por força de seus princípios norteadores, a administração pública deve primar por uma contratação Segura, legal, e que atenda ao interesse Público.

Como é cediço, tem-se como a "espinha dorsal" da licitação, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, que, segundo Julieta Mendes Lopes Vareschini (VARESCHINI, 2013, p. 39):

[...] Não precisa ser, necessariamente, a de menor preço. O preço não é caráter absoluto para definição de vantajosidade, devendo ser atendidos pelo particular os requisitos mínimos de qualidade definidos pela Administração para aferição da proposta mais vantajosa. [Grifo meu]

Novamente, vislumbra-se a necessidade de que a Administração Pública determine os parâmetros mínimos, a serem atendidos pelos Interessados em com ela contratar, os quais virão por assegurar a qualidade na contratação, desde que estritamente ligados ao seu objeto, e necessários à sua execução.

De acordo com o objeto licitado, o alvará sanitário e a indicação de um responsável técnico na área de nutrição são indispensáveis para comprovar que a empresa participante, comprovem que estão aptas em desenvolver atividades ora licitada. Não colocando em risco a segurança jurídica do certame.

Conforme será demonstrado adiante, o Alvará sanitário faz necessário para a segurança jurídica do certame e está plenamente assegurado pela legislação, sua solicitação.

Vejam as determinações do código sanitário estadual. LEI Nº 13331, de 23 de novembro de 2001. Que regulamenta as atividades sanitárias dos municípios.

Art. 369. Todos os estabelecimentos que extraíam, produzam, transformam, manipulam, preparam, industrializam, fracionam, importam, embalam, reembalam, armazenam, distribuem e comercializam alimentos, e, veículos que transportam alimentos, devem apresentar:

I. edificações que atendam o especificado neste regulamento;

II. condições higiênico-sanitárias dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente quanto as Boas Práticas de Fabricação;

III. ausência de focos de contaminação na área externa;

IV. espaço suficiente para realizar os trabalhos de manipulação e fluxo adequado de produção;

Isto posto, todas as empresas que tem como atividade de alimentação, devem se enquadrar nas normas que estabelece o código sanitário Estadual. E o alvará sanitário emitido pela vigilância sanitária, tem como finalidade comprovar que a empresa foi fiscalizada pela vigilância sanitária e está apta em desenvolver tal ramo de atividade.

Nesse sentido vejamos o que termina o artigo 371 da mesma legislação;

Art. 371. Todos os estabelecimentos que extraíam, produzam, transformam, manipulam, preparam, industrializam, fracionam, importam, embalam, reembalam, armazenam, distribuem, comercializam alimentos, assim como os veículos que transportam alimentos deverão ser inspecionados e fiscalizados pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. As inspeções e fiscalizações sanitárias deverão ser realizadas com base na metodologia de análise de risco, avaliando a eficácia e a efetividade dos processos, meios, instalações e controles utilizados.

No mesmo sentido vejamos o acordo sobre a exigência do alvará sanitário.

ACÓRDÃO Nº 125/2011 – TCU – Plenário 4.4 Nos termos do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, incumbe à vigilância sanitária regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, entre eles, conforme o § 1º, inciso IV, os saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos. Entende-se que a exigência ao licitante vencedor de apresentação de alvará emitido pela vigilância sanitária não se constitui em cláusula de caráter restritivo, mas em atendimento a legislação especial.

Ainda no mesmo sentido a jurisprudência corrobora para melhor esclarecimento.

EMENTA - DENÚNCIA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PREPARO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EXIGÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO POSSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PREVISTA EM LEI ESPECIAL PERTINÊNCIA COM O OBJETO LICITADO LEGALIDADE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE IRREGULARIDADE ARQUIVAMENTO. A lei de licitações permite a possibilidade da apresentação de documentação prevista em lei especial, em determinados casos, como requisito de habilitação técnica. O Código Sanitário do Estado de Mato Grosso do Sul é claro ao dispor que as ações de vigilância sanitária abrangem os alimentos e o seu preparo, bem como, estabelece a obrigatoriedade de alvará sanitário para funcionamento. Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), é lícita a exigência de alvará sanitário e de localização ou funcionamento quando a atividade assim o exigir, como no caso do objeto da licitação ser contratação de serviços de preparo e fornecimento de alimentação. O processo de denúncia é arquivado diante da não comprovação de irregularidade alegada pelo denunciante. ACÓRDÃO: Vista, relatada e disutada a matéria dos autos, na 2ª Sessão Reservada do Tribunal Pleno, de 15 de agosto de 2018, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, pelo arquivamento da Denúncia formulada por Patrícia Dias Costa em face do Departamento Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, por possível ocorrência de irregularidades no procedimento licitatório Pregão Presencial nº 005/2017 porquanto, não ficaram comprovadas as irregularidades descritas pela denunciante no processo em tela, bem como pela suspensão do caráter sigiloso dos autos. Campo Grande, 15 de agosto de 2018. Conselheiro Iran Coelho das Neves Relator (TCE-MS - DEN: 220572017 MS 1849961. Relator: IRAN COELHO DAS NEVES, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 1846, de 27/08/2018).

Nesse sentido, a exigência do alvará de licença sanitário é plenamente legal, conforme determina a legislação reguladora e pacificado pela jurisprudência.

Ainda, apesar da lei de licitações não exigir que a empresa possua um responsável técnico ligado à sua empresa, a mesma não veda tal exigência, podendo na medida de suas necessidades, promover adaptações pela área demandante, ante o tipo de contratação que se pretende fazer, ajustando as Cláusulas com sua realidade.

Nesse sentido, tal exigência está perfeitamente ligado a necessidade da contratante, pois se refere a contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas.

Isto posto, se o órgão licitante julgar necessário que os referidos documentos podem restringir a competitividade igualitária entre as

empresas participantes, Requer que o mesmo seja somente exigido na fase de contratação, ou seja, na assinatura do contrato, e não na fase de habilitação.

82
Diante do exposto, pela violação dos princípios da legalidade (deixar de observar disposição contida em Lei), da igualdade (alterar edital com vistas a facilitar a participação de particular) e do interesse público (deixar aberta a possibilidade de contratação de empresa que não é totalmente apta para a prestação do serviço) que a retificação no edital é medida correta e necessária, pelo que se pugna.

III - PEDIDOS

Por todo o exposto, o impugnante requer e aguarda o total acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO, com a finalidade de haver a inclusão, no item 10.1. que trata dos documentos de habilitação, DA EXIGÊNCIA DA INDICAÇÃO DE UM PROFISSIONAL NUTRICIONISTA e do ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE COM RESPECTIVO RAMO DE ATIVIDADE CONDIZENTE COM O OBJETO LICITADO, por ser medida necessária ao cumprimento da legislação, bem como para sanar os flagrantes ofensas aos princípios que devem nortear a atuação estatal em todo e qualquer certame.

Ainda se órgão licitante julgar que a exigência dos referidos documentos na fase de habilitação vai restringir a competitividade entre as empresas participantes, REQUER que os mesmos sejam exigidos na fase de contratação, ou seja, no momento da assinatura do contrato pela empresa vencedora.

Nestes termos,
pede deferimento.

Guarapuava/PR, 20 de março de 2024.

MOISES
Assinado de forma digital por MOISES RIBEIRO

RIBEIRO
Data: 2024.03.21 08:15:08 -03'00'

BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

MOISÉS RIBEIRO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

A empresa BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.114.885/0001-48 com sede na Rua Coronel Luís Lustosa, nº 2231, Bairro Batel, CEP: 85.015.340 Município de Guarapuava, Estado Paraná, apresentou impugnação contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é o ***Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.***

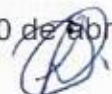
I. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do item 22 do Edital do Pregão nº 05/2024, "Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital".

O presente pedido de impugnação da empresa, chegou via e-mail no dia 21/03/2024.

Sabe-se que a contagem do prazo para impugnação possui o termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta.

No caso em apreço, a realização da sessão está marcada para o dia 10 de abril de 2024, portanto, tempestiva.



II. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Analisando a impugnação apresentada, verifica-se que a empresa requer como exigência de habilitação das licitantes a INDICAÇÃO DE UM PROFISSIONAL NUTRICIONISTA e do ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE COM RESPECTIVO RAMO DE ATIVIDADE CONDIZENTE COM O OBJETO LICITADO

III. DA APRECIÇÃO DO MÉRITO PELA ADMINISTRAÇÃO

Realizando uma prudente análise das questões levantadas, a fim de garantir a total legalidade e atendimento ao interesse público, passamos a discorrer sobre os dois pontos da impugnação:

a) DA EXIGÊNCIA DO ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE COM RESPECTIVO RAMO DE ATIVIDADE CONDIZENTE COM O OBJETO LICITADO.

Alega a impugnante que não foi exigido no edital o alvará de licença sanitário expedido pelo órgão competente com respectivo ramo de atividade condizente com o objeto licitado, porém, razão não assiste à impugnante, pois, no edital consta essa exigência, exatamente da forma como colocou a impugnante. Vejamos o item 10.6.7 do edital, abaixo transcrito:

10.6. Habilitação jurídica


(...)

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

Portanto, nesse ponto o edital mantém-se inalterado, uma vez que tal exigência já consta como requisito de habilitação jurídica.

b) DA EXIGÊNCIA DA INDICAÇÃO DE UM PROFISSIONAL NUTRICIONISTA

Da mesma forma alega, a impugnante que não foi exigido no edital a indicação de um profissional nutricionista, argumentando ainda que a falta dessa exigência colocaria em risco a idoneidade da empresa que venha vencer o certame, comprometendo a prestação de serviço ora licitado.

Nesse sentido, demonstrada a razoabilidade da exigência no edital, buscando sempre maior eficiência, na medida em que especifica critérios adequados de  qualidade

e segurança para os produtos almejados, visando resguardar a qualidade do das marmitas, considero regular a exigência no edital nesse ponto.

Para tanto, entendo prudente a SURG retificar o edital tornando obrigatória a exigência dos itens abaixo listados como requisito para a assinatura do contrato da licitante vencedora no certame, da seguinte forma:

16.1.3. Relativamente ao item 2, uma vez que se trata de fornecimento contínuo, será realizado contrato da quantidade total prevista em ata para o período de 12 (doze) meses, podendo ser rescindido a qualquer momento havendo irregularidade por parte da contratada ou prorrogado caso exista saldo no final dos doze meses.

16.1.3.1. Como condição para a assinatura do contrato deverá ser apresentado os itens descritos nas letras "a", "b" e "c" a seguir:

- a. Certidão de Registro e regularidade do responsável técnico** emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;
- b. Assunção de Responsabilidade Técnica (RT)** do profissional responsável, emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;
- c. Comprovação do vínculo do profissional de nutrição com a licitante.** O vínculo deve ser comprovado através de * Carteira profissional, *Contrato de prestação de serviço registrado em cartório ou *Comprovação de que é sócio da licitante, por meio do Contrato social;

Portanto, tais documentos serão de imprescindível apresentação pela empresa vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, devendo ser incluída tal exigência no edital, sob pena de não assinar o contrato e responder pelas demais sanções passíveis ao caso.

IV. DA CONCLUSÃO

Ante ao exposto, CONHEÇO e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO, propondo a alteração do edital nos seguintes termos

16.1.3. Relativamente ao item 2, uma vez que se trata de fornecimento contínuo, será realizado contrato da quantidade total prevista em ata para o período de 12 (doze) meses, podendo ser rescindido a qualquer momento havendo irregularidade por parte da contratada ou prorrogado caso exista saldo no final dos doze meses.

16.1.3.1. Como condição para a assinatura do contrato deverá ser apresentado os itens descritos nas letras "a", "b" e "c" a seguir:

- a. Certidão de Registro e regularidade do responsável técnico** emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;
- b. Assunção de Responsabilidade Técnica (RT)** do profissional responsável, emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;
- c. Comprovação do vínculo do profissional de nutrição com a licitante.** O vínculo deve ser comprovado através de * Carteira profissional, *Contrato de prestação de



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

serviço registrado em cartório ou *Comprovação de que é sócio da licitante, por meio do Contrato social;

Outrossim, entendo que as alterações a serem promovidas não alteram a proposta, não sendo necessário o agendamento de nova data para a abertura da proposta e julgamento, salvo disposição ao contrário a ser estabelecido pelo jurídico.

No mais, tendo em vista que a questão versa especificamente sobre aspectos jurídicos e legais, e que o edital foi devidamente analisado pelo jurídico, encaminho o processo para análise e validação desta decisão pelo Departamento Jurídico, para que verifique se está de acordo com a lei e os princípios que regem a administração pública.

Guarapuava/PR, 25 de março de 2024


LEILIANE AP. SANTOS GASPAR
Pregoeira



SURG – Cia. de Serviços De Urbanização De Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon - Guarapuava/PR
CNPJ 75.646.273/0001-0

25

DESPACHO 001/2024

Processo: Pregão Eletrônico nº 05/2024.

Interessado: Pregoeira

Assunto: impugnações e esclarecimentos

Inicialmente, ressalto que este procedimento chegou ao Jurídico somente em 28 de março de 2024.

E a resposta de impugnação ao edital:

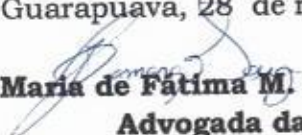
a) Os prazos foram atendidos em conformidade com o nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, em especial artigo 40 e seus parágrafos, bem como, item 22 do edital de licitações, e

b) Houve fundamentação na decisão da Senhora Pregoeira e deu-se atendimento ao §3º do artigo 40 o nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios.

Assim, sou pelo prosseguimento do feito com a devida divulgação de decisão, nos termos das letras "a" e "b", inciso II, §4º do artigo 40 o nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios e dando atendimento aos itens "22.7", "22.8" e "22.9" do edital.

À consideração Superior.

Guarapuava, 28 de março de 2024.


Maria de Fátima M. C. L. de Souza
Advogada da SURG

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 05/2024

Processo Administrativo nº 07/2024

Objeto: Registro de preços visando à contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como buffet e marmitas.

Acolho, como fundamento e razão de decidir, as conclusões do Despacho nº 01/2024, de autoria da Assessora Jurídica da SURG, Maria de Fátima M. C. L. de Souza, bem como a resposta à impugnação do edital dada pela Pregoeira Leiliane Aparecida Santos Gaspar, pelos motivos de fato e de direito ali consignados, pelo CONHECIMENTO e PROCEDÊNCIA PARCIAL da impugnação ao edital, interposta pela empresa BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

Posto isso, que o Departamento de Licitações e Contratos, retifique o edital conforme o disposto na decisão da Pregoeira da Companhia.

Guarapuava, 28 de março de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo



Assunto **Re: IMPUGNAÇÃO EDITAL**
De Jurídico Surg <juridico@surg.com.br>
Para Restaurante e Panificadora Batel <panificadorabatel@hotmail.com>
Data 01/04/2024 17:15



- 6_Resp Impugnacao.pdf(~2.4 MB)

Boa tarde,

segue em anexo resposta a impugnação do Edital enviada por vossa empresa.

Atenciosamente,

Em 21/03/2024 08:22, Restaurante e Panificadora Batel escreveu:

BOM DIA!! SEGUE A RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 05/2024, OBJETO AQUISIÇÕES DE REFEIÇÕES.

Atenciosamente

Panificadora e Restaurante Batel
Fone: (42) 3627 - 4339

--

 **SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**

Departamento de Licitações

Leiliano/Felipe/Nayara

Rua Afonso Botelho, nº 63 - Bairro Trianon - CEP: 85.012 - 030 - Telefone: 42 3630 - 0500

Assunto: **Delivered: Re: IMPUGNAÇÃO EDITAL**
De: <postmaster@outlook.com>
Para: <juridico@surg.com.br>
Data: 01/04/2024 17:16



88

Your message has been delivered to the following recipients:

Restaurante e Panificadora Batel (panificadorabatel@hotmail.com)

Subject: Re: IMPUGNAÇÃO EDITAL

Reporting-MTA: dns;R02P152MB4220.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM
Received-From-MTA: dns;smtp-sp217-25.kinghost.net
Arrival-Date: Mon, 1 Apr 2024 20:15:58 +0000

Original-Recipient: rfc822;panificadorabatel@hotmail.com
Final-Recipient: rfc822;panificadorabatel@hotmail.com
Action: delivered
Status: 2.0.0
Diagnostic-Code: smtp;250 2.0.0 OK
X-Display-Name: Restaurante e Panificadora Batel

X-MS-Exchange-Organization-SenderRecipientCommunicationState: NE
X-MS-Exchange-Organization-SenderRecipientCommunicationState-V4: NE
X-MS-Exchange-Organization-InternalOrgSender: False
Received: from AS4PR10CA0004.EURPRD10.PROD.OUTLOOK.COM (2603:10a6:20b:5dc::8) by R02P152MB4220.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM (2603:10d6:10:9d::13) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2, cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.20.7409.46; Mon, 1 Apr 2024 20:15:58 +0000
Received: from AM7EUR06FT029.eup-eur06.prod.protection.outlook.com (2603:10a6:20b:5dc::96) by AS4PR10CA0004.outlook.office365.com (2603:10a6:20b:5dc::8) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2, cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.20.7409.46 via Frontend Transport; Mon, 1 Apr 2024 20:15:58 +0000
Authentication-Results: spf=pass (sender IP is 191.6.217.25) smtp.mailfrom=surg.com.br; dkim=pass (signature was verified) header.d=dkim.kinghost.net; dmarc=bestguesspass action=none header.from=surg.com.br; compauth=pass reason=109
Received-SPF: Pass (protection.outlook.com: domain of surg.com.br designates 191.6.217.25 as permitted sender) receiver=protection.outlook.com; client-ip=191.6.217.25; helo=smtp-sp217-25.kinghost.net; pr=C
Received: from smtp-sp217-25.kinghost.net (191.6.217.25) by AM7EUR06FT029.mail.protection.outlook.com (10.233.255.173) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_3, cipher=TLS_AES_256_GCM_SHA384) id 15.20.7452.25 via Frontend Transport; Mon, 1 Apr 2024 20:15:57 +0000
X-IncomingTopHeaderMarker:
OriginalChecksum: E45C030B6F5AC799B58BF207FB85015160477849A201D4AC62F5C93DE5902CC; UpperCasedChecksum: 748B16E58C3B3B6098108AD05830C3AF768DEF42883F1D4F04A77659109
Received: from webmail-worker-cl1-05.kinghost.net (imap-vip-01-farm16.kinghost.net [191.6.216.4]) (Authenticated sender: juridico@surg.com.br) by smtp-sp217-25.kinghost.net (Postfix) with ESMTPA id F8AA4CEC5B6 for <panificadorabatel@hotmail.com>; Mon, 1 Apr 2024 17:15:55 -0300 (-03)
DKIM-Signature: v=1; a=rsa-sha1; c=relaxed/relaxed; d=dkim.kinghost.net; s=king1; t=1712002556; bh=VXfue9PK3pDc70Gafcp+WXjp8=; h=Date:From:To:Subject:In-Reply-To:References:From; b=VVR4G6tI2baE9DNsUARBpuqVpV5vQeAiriIT11ZmfCaNgFSOF1TQkYDSYdON35c LK1h1uqKmkAND/Bf13YVH/azwtUGohlrkd0S4QuA801Ht1A905A01x0FPPrvrvJ5Q 13meklOHyDsIyljdKvs7n8tA8lp8X49swUDK/Vg4-
PTIME-Version: 1.0
Date: Mon, 01 Apr 2024 17:15:55 -0300
From: =?UTF-8?Q?Jur=C3-Addico_Surg?= <juridico@surg.com.br>
To: Restaurante e Panificadora Batel <panificadorabatel@hotmail.com>
Subject: =?UTF-8?Q?Re:3A-IMPUGNA-C3=87-C3=83O-EDITAL?=
In-Reply-To: <SCVP152MB6417F8537EF998942FD15166B23228SCVP152MB6417.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM>
References: <SCVP152MB6417F8537EF998942FD15166B23228SCVP152MB6417.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM>
User-Agent: Roundcube Webmail/Final
Message-ID: <7b8d4c7c661b296508beeb87b45a8de@surg.com.br>
X-Sender: juridico@surg.com.br
Return-Receipt-To: =?UTF-8?Q?Jur=C3-Addico_Surg?= <juridico@surg.com.br>
Disposition-Notification-To: =?UTF-8?Q?Jur=C3-Addico_Surg?= <juridico@surg.com.br>
Content-Type: multipart/mixed;
boundary="=_f70c31bb83552c74ffc3e74962ef84da"
X-SND-ID: q8yVctiURTGTVBjxE3/rEwHnpv2xhUmQHNVWp74/5SG0RbaPuztLXzi3 Pc/XyVaB22Pk83L9MjCldSush8R18tCb95TndMqoLxSD09JagzkLv1aW VhB5EQlNhTn07qd6S/531H8AHY72IEBil9H0UDF0W+d2112M4/TchuQVvqs e/+3RvSeaw+X3w5x37C1u10ugVyl5RpZ7gup8xj512Rb0gVwPEXJ1PvRne xM9M4jivw/M5K0G0P1N1DV2lft/u61r80Kt5zaY2bqs2YykdnJfTCwaNgEzY pel6vPXfgnIq1cd0g79AhvC/QVvDajSctEjofdpv/rBcV93ioqYKldnh006 L/3/ZuqUjzdwQNT1ayBLMxMWTTFGkxWj6GqKdptuqgTnxXwpX/U0ya7c+ pX3Fa4g
X-IncomingHeaderCount: 16
Return-Path: juridico@surg.com.br
X-MS-Exchange-Organization-OriginalArrivalTime: 01 Apr 2024 20:15:57.7913 (UTC)
X-MS-Exchange-Organization-ExpirationStartTime: 01 Apr 2024 20:15:57.9944 (UTC)
X-MS-Exchange-Organization-ExpirationStartTimeReason: OriginalSubmit
X-MS-Exchange-Organization-ExpirationInterval: 1:00:00:00.000000
X-MS-Exchange-Organization-ExpirationIntervalReason: OriginalSubmit
X-MS-Exchange-Organization-Network-Message-Id: 0902b759-759d-4300-7b38-08dc52888af2
X-MS-Exchange-Organization-OriginalClientIPAddress: 191.6.217.25
X-MS-Exchange-Organization-OriginalServerIPAddress: 10.233.255.173
X-EOPAttributedMessage: 0
X-EOPTenantAttributedMessage: 84df9e7f-e9f6-40af-b435-aaaaaaaaaaaaa:0
X-MS-Exchange-Organization-TargetResourceForest: LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM
X-MS-Exchange-Organization-MessageDirectionality: Incoming
X-MS-Exchange-Organization-Id: 84df9e7f-e9f6-40af-b435-aaaaaaaaaaaaa
X-MS-Exchange-Organization-AttributedMailSource: Internet [191.6.217.25]
X-MS-Exchange-Organization-RecipientDatabaseId: 998a15f3-4d22-4a23-b68d-6bca00a56693
X-MS-Exchange-Organization-Cross-Premises-Headers-Processed:



Verbo Impugnacoes

6. Quando não há vínculo de profissional com o autor, não há, portanto, o vínculo de trabalho, não havendo, portanto, a obrigação de indenizar. O autor deve, portanto, comprovar a existência de vínculo de trabalho com o autor, para que seja possível a condenação do autor a indenizar. O autor deve, portanto, comprovar a existência de vínculo de trabalho com o autor, para que seja possível a condenação do autor a indenizar.

DA CONCLUSÃO

Ante ao exposto, CONHEÇO e JULGO PROCEDENTE a presente ação, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor.

4. Condições de elegibilidade e regularidade da aquisição: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 5. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 6. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

7. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 8. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 9. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

10. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 11. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 12. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

Curitiba, 07 de março de 2024.

LEILANE AP SANTOS CASARIN
Procuradora

RESCISÃO DE CONTRATO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

A CONHEÇO E JULGO PROCEDENTE a presente ação, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor.

DA TRANSFERÊNCIA DA LICENCIATURA

Nos termos do item 22 do Edital de Licitação nº 001/2023, que trata da licitação para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

11. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 12. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 13. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

Ante ao exposto, CONHEÇO e JULGO PROCEDENTE a presente ação, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor, para que seja julgada procedente a ação de indenização proposta pelo autor.

14. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 15. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 16. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

17. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 18. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 19. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

20. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 21. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 22. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

23. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 24. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 25. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

26. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 27. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade. 28. Avaliação do risco de inadimplência: técnica, jurídica, financeira, econômica, social e de prazo de validade.

AVISO**RETIFICAÇÃO DO EDITAL E ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA****EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, por intermédio de seu Diretor Administrativo, **INFORMA** a todos os interessados que, após pedido de impugnação, o edital em epígrafe foi retificado com a inclusão do seguinte requisito:

“16.1.3.1. Como condição para a assinatura do contrato deverá ser apresentado os itens descritos nas letras “a”, “b” e “c” a seguir:

- a) Certidão de Registro e regularidade do responsável técnico emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;***
- b) Assunção de Responsabilidade Técnica (RT) do profissional responsável, emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;***
- c) Comprovação do vínculo do profissional de nutrição com a licitante. O vínculo deve ser comprovado através de Carteira profissional, Contrato de prestação de serviço registrado em cartório ou Comprovação de que é sócio da licitante, por meio do Contrato social.”***

Tendo em vista a necessária republicação do edital, a abertura da sessão pública do presente processo será adiada para o dia 24 de abril de 2024, às 08h30.

A impugnação e sua resposta, bem como o edital retificado estão disponíveis no site da SURG - www.surg.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - www.gov.br/pncp/pt-br

Guarapuava - PR, 02 de abril de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

Edital retificado conforme publicação no Diário Oficial do Município em 02/04/2024. Alterações em vermelho.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 03/2023, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2617 de 12 de maio de 2023, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo como Documento de Requisição Preliminar n. 05/2024, emitida pelo Departamento de Pessoal e com as especificações conforme o ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, os Decretos Municipais nº 8089/20 e nº 7545/2019, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

ANEXO V - MODELO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO

ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

24 de abril de 2024 às 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 929391 – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: Pelo site www.surg.com.br/surg/licitacoes, na sede da SURG à rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br

Pregoeiro: Paulo Cezar Tracz ou Leiliane Ap. Santos Gaspar

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS**

PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referência, Anexo I deste Edital.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, desde que atendidos os requisitos do Item 4 - Da participação no pregão.

1.1.2. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata) preferência em igualdade de condições, conforme preconiza o §3º, do art. 66, da Lei nº 13.303/2016, combinado com o art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG;

1.1.3. A SURG não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados nos contratos que venham a ser firmados (oriundos da(s) ata(s) de registro de preço), tendo em vista que referida aquisição se dará de acordo com a sua oportunidade e conveniência.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente:

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.2.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.2.3.1. Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste pregão um produto/serviço simples e comum.

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.

4.4.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. Independente do porte da entidade, deverá assinalar, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei específica e neste Edital.

5 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a indicação do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.1.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente declarado vencedor.

5.2. O envio da proposta pelos licitantes, bem como dos seus anexos pelo licitante provisoriamente declarado vencedor, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas.

6 – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. valor unitário e total do item;
- 6.1.2. quantidade;
- 6.1.3. marca/fabricante;
- 6.1.4. declarações.

6.2. Para cada item, o Licitante deverá cotar o seu quantitativo total.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto, conforme o caso.

6.4.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 151 do RILCC da SURG.

6.4.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a SURG deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no RILCC da SURG.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.

6.9. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

6.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no termo de referência.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, que representa o valor mensal da locação.

7.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2,00% (dois por cento)**.

7.6.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

7.6.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.7. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.7.2. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. Será adotado para o envio de lances neste pregão o **modo de disputa aberto**;

7.12.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

7.12.2 Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.3 A prorrogação automática de que trata o item 7.12.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.12.4 Na hipótese de não haver lances 7.12.1 e 7.12.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.12.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.13. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a SURG poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, nos termos do disposto no item 7.13.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.17. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

7.21. No caso da existência de itens de cota reservada à MEI, ME ou EPP e esta for vencedora de ambos os itens - ampla concorrência e cota reservada - a contratação deverá ocorrer pelo menor preço, situação na qual o pregoeiro verificará e solicitará ao detentor da melhor proposta que ajuste o valor do item de forma igual.

7.21.1. Ao recusar-se a realizar o ajuste que trata o item 7.22 deste edital, o licitante será desclassificado de ambos os itens, ficando sujeito a sanções cabíveis.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, sucessivamente, aos bens produzidos por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

7.25. O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

7.26. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública ou encaminhada a proposta final na fase fechada, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3. Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos.

- 8.4. A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 8.5. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor.
- 8.6. O pregoeiro poderá quando todas as propostas estiverem acima do orçamento referencial, realizar consulta simultânea às proponentes sobre interesse em cobrir a meta da contratação. A negociação com os que manifestarem o interesse seguirá o ordenamento classificatório.
- 8.7. Será convocado o licitante subsequente, respeitando o ordenamento prévio e as disposições relativas à preferência para microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas que tenha direito ao tratamento diferenciado previsto na LC 123/06, quando o licitante anterior for desclassificado ou inabilitado na forma do item.
- 8.8. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será cancelado/revogado o item.
- 8.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Neste caso, a inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.2.2. Para obras e serviços de engenharia, a licitante que apresentar proposta com valor global inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: média aritmética dos valores das propostas das licitantes que participaram da fase de lance do certame superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou, (ii) valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.2.3. Para os demais bens e serviços em geral, a licitante que apresentar proposta com valor global ou unitário inferior a 70% (setenta por cento) do valor do orçamento estimado pela sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.3.1. Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

9.4. A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá:

9.4.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.4.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.4.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, e arredondados para baixo até 2 (duas) casas decimais.

9.4.4. Deverá conter todas as informações exigidas nos **ANEXOS I e IV** do Edital.

9.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, conforme as orientações presentes no Termo de Referência.

9.5.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.5.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.5.3. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos no Termo de Referência.

9.5.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.5.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.5.6. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.

9.5.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Da mesma forma ocorrerá em caso de não aceitação das amostras;

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

10.1.1. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.2. Se o licitante vencedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. SICAF;

10.2.2. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

10.2.3. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR, disponível no endereço <https://csrcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>.

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

10.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro verificará sua abrangência e, em caso da mesma contemplar a esfera da SURG, reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.

10.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:

10.6. Habilitação jurídica

- 10.6.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.6.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 10.6.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.6.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.6.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 10.6.6. Alvará de localização e funcionamento** da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado.
- 10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária**, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.
- 10.6.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 10.7.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- 10.7.2.** Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;
- 10.7.3.** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;
- 10.7.4.** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;
- 10.7.5.** Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS).
- 10.7.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).
- 10.7.7.** No caso de participação no certame de empresa matriz, em que a execução do objeto será realizada por filial, é obrigatória a apresentação dos documentos de regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial.

10.8. Qualificação Econômico-Financeira

- 10.8.1.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
- 10.8.2.** Balanço patrimonial com notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 10.8.2.1.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 10.8.2.2.** A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:
- a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;
 - b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial;
 - c) Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

10.8.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

10.8.3. Demonstrativo de capacidade financeira, conforme modelo do **Anexo V**, assinada por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, demonstrando a boa situação financeira do licitante, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "on line".

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente, e Solvência Geral igual ou inferior a 1 (um), deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.8.4. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1;

A justificativa para os índices contábeis acima, em atenção ao artigo 45, §1º e §5º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira do licitante, razão pela qual não representam restituidade indevida.

10.9. Para o item 03 Qualificação Técnica:

10.9.1. Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) objeto(s) desta licitação (similar ou superior).

Obs.: Esta declaração deverá conter carimbo com CNPJ da empresa declarante e firma reconhecida, exceto quando se tratar de órgão público, para o qual fica dispensado reconhecimento de firma.

10.10. Toda documentação poderá ser devidamente revisada pelo auxiliar da equipe de apoio anteriormente à decisão final da Autoridade competente em homologar o certame, a fim de evitar que as sessões sejam mais longas do que o habitual.

10.11. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.

10.11.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.12. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.13. Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento ou neste edital, deverão ter sido emitidos em até 120 (cento e vinte) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.17. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detenha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.17.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

11.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.19. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11 – DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, seguirá da seguinte forma:

11.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da manifestação.

11.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 5 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo das razões de recurso do recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – GARANTIA

14.1. Não aplicável na presente contratação.

15 – LAUDOS E AMOSTRAS

15.1. A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

16 – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

16.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Ata de Registro de Preço. Assinado a ata/contrato a licitante se compromete a entregar os itens quando solicitado pela SURG, mediante ordem de fornecimento.

16.1.1. Vigência da ata de registro de preços e do contrato: 12 (doze) meses.

16.1.2. Relativamente ao item 1, a gestão será realizada por meio de emissão de ordem de fornecimento, desde que cada pedido não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o art. 107, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

16.1.3. Relativamente ao item 2, uma vez que se trata de fornecimento contínuo, será realizado contrato da quantidade total prevista em ata para o período de 12 (doze) meses, podendo ser rescindido a qualquer momento havendo irregularidade por parte da contratada ou prorrogado caso exista saldo no final dos doze meses.

16.1.3.1. Como condição para a assinatura do contrato deverá ser apresentado os itens descritos nas letras "a", "b" e "c" a seguir:

a) Certidão de Registro e regularidade do responsável técnico emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;

b) Assunção de Responsabilidade Técnica (RT) do profissional responsável, emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;

c) Comprovação do vínculo do profissional de nutrição com a licitante. O vínculo deve ser comprovado através de Carteira profissional. Contrato de prestação de serviço registrado em cartório ou Comprovação de que é sócio da licitante, por meio do Contrato social.

16.1.4. A qualquer tempo, existindo saldo em ata, poderá ser formalizado contrato do saldo com as licitantes detentoras das atas de registro de preços, desde que realizado dentro do prazo de vigência da ata, observando os quantitativos remanescentes, preço mais vantajoso para a SURG e demais condições fixadas na respectiva ata.

16.1.4.1 Havendo celebração de contrato entre as partes, este seguirá a minuta constante no **Anexo III**.

16.1.4.2. O contrato poderá atingir até 12 (doze) meses de vigência e poderá ser prorrogado e reajustado, nos casos previstos em lei e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/contrato, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, TEL: (42) 3630-0500 ou no mesmo prazo, assinar eletronicamente e devolver no e-mail juridico@surg.com.br.

16.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas nesse Edital, podendo a

CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata.

16.5. Quando solicitado, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar, a saber: (i) documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa, se for o caso; e, (ii) Planilha de composição do novo preço (preço reajustado), com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa, juntamente com a cópia dos orçamentos e ou notas fiscais de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual e futura solicitação de revisão/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, (iii) apresentar as Certidões Negativas de Débitos Federais, CRF/FGTS e CNDT.

16.5.1. A não apresentação desses documentos implicará na pena de decair do direito à assinatura do contrato (quando for o caso) e sofrer as sanções cabíveis.

16.6. Previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

12.6.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.7. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.8. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

16.9. A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme **ANEXO I**) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;
- d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso;
- e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

16.10. As multas mencionadas no item 16.9 serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

16.11. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.

16.12. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.13. Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços da SURG, as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, no Decreto Municipal nº 1447/2007 e na Lei Federal nº 13.303/2016.

17 – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

17.2. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

17.3. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme item 17.4.

17.4. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II - Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III - Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura das propostas de preços;
- IV - Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

17.4.1. Faculta-se a juntada - no sistema eletrônico - de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

17.4.2. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no item 17.3, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

17.4.3. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.

17.4.4. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

17.5. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido

17.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.7. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão da ata/ contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

17.8. Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

17.9. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

17.10. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

17.11. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima

dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

18 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG

19.1. São obrigações da Contratante:

19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como nos contratos, atas e demais documentos que deles derivarem;

19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e nos contratos, atas e demais termos da presente contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

19.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.3. São obrigações da Contratada:

19.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

19.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

19.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a SURG, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;

19.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.

19.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

19.3.9. Prestar garantia de fábrica para os produtos ofertados.

19.3.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;

19.3.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (Anexo I) ou na minuta de contrato;

19.3.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

19.3.13. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

19.3.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

19.3.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

19.3.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

20 – DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência – Anexo I parte integrante desse edital.

21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

21.2. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

21.2.1. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

21.3. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;

III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI - incorrer em inexecução contratual; e

VII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

21.4. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

21.4.1. A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

21.4.2. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

21.5. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação.
- III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;
- IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

21.5.1. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

21.5.2. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedoros do Município para fins de registro.

21.5.3. Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

21.5.4. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

21.5.5. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

21.5.6. O valor da multa aplicada será:

- I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;
- II - pago por meio de Guia de Recolhimento;
- III - descontado do valor da garantia prestada; ou
- IV - cobrado judicialmente.

21.5.7. A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

21.6. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.6.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

21.6.2. Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

21.6.3. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

21.7. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail juridico@surg.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.surg.com.br e vincularão os participantes e a administração.
- 22.9. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e de suas alterações e das condições do objeto da presente licitação, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento das características do objeto da presente como elemento impeditivo da correta formulação da proposta de preço.

23 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 23.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
 - e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 23.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.
- 23.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

24 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO / CONTRATO

- 24.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2024, fica designada Gestora das contratações a Sra. Jorgete Lacerda.

24.2. Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:

- I - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (**Anexo I**), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- II - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XI - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XII - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XIII - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;
- XIV - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, descontinuidades;
- XV - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;
- XVI - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;
- XVII - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;
- XVIII - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIX - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

25 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

25.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2024, ficam designados como Fiscais de Contrato os Srs. Eduardo Moreira da Rosa, José Santos, Loacir Carlos da Fonseca, Rosângela Aparecida de Matos Fonseca, Silvana Cândido e Ataíze Paulena

25.2. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

- I** - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).
- II** - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;
- III** - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;
- IV** - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- V** - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;
- VI** - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;
- VII** - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;
- VIII** - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;
- IX** - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;
- X** - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;
- XI** - Elaborar Relatório de Análise Técnica.
- XII** - Verificar a qualidade dos serviços prestados ao final de cada evento e a cada 25 dias, no caso das refeições transportadas do tipo marmitex, através de pesquisa de satisfação, de acordo com o modelo constante no Anexo VI do presente edital;

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o SURG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

26.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.

26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.11. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.12. Os documentos assinados digitalmente pelos licitantes deverão ser passíveis de verificação pelo site <https://validar.iti.gov.br/>

26.13. Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.

26.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.surg.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, 02 de abril de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 - Processo Administrativo nº 07/2024

1. DO OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) **BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES)**, incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) **SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEIX)**, para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:

ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA

1.1. Detalhamento do objeto:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1.000	UN	<p>BUFFET: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETOALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.</p>
2	40.000	UN	<p>REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEIX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO:</p> <p>1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIOCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES.</p> <p>COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA BÁSICO DIÁRIO: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO Forno e OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIOCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. PRATO PRINCIPAL: CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDegas, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHÃO SUÍNO). FRANGO: NO MÁXIMO 2 VEZES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO. PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO. LINGUIÇA: NO MÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 60G (NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE NO MÍNIMO 120G). FEIJOADA: NO MÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E NO MÍNIMO 120G DE CARNE (COSTELINHA, LINGUIÇA, PELE E CHARQUE). COMPLEMENTOS: MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALHARIM, PARAFUSO); NHOQUE; LASANHA; PANQUECA; POLENTA OU QUIRERA; BATATA (SOUTÉ, ASSADA, CORADA OU PURÊ); BATATA DOCE; MANDIOCA; TORTAS SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES: NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO</p>

		<p>COMPLEMENTO. OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE. <u>SALADAS:</u> FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE. <u>SOBREMESA:</u> NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCES COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC. OBSERVAÇÕES: NÃO SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POR EXEMPLO, MAIONESE DE LEITE OU OVOS. <u>A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARFO E FACAS DESCARTÁVEIS.</u> <u>LOCAL DE ENTREGA:</u> OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS.</p>
--	--	---

1.2. Conforme disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016, bem como no art. 18 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, o valor de referência é **SIGILOSO** e somente será divulgado após a fase de lances.

1.3. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência.

2. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

2.1. Fornecimento do item 1:

- A contratante realizará o pedido de fornecimento com 10 (dez) dias para o item 2, indicando a quantidade, local, data e horário do evento.
- A entrega do objeto descrito no item 1 deve ser realizada em até 30 (trinta) minutos antes do fornecimento do mesmo para consumo, observando a quantidade e o cronograma do evento, o qual será informado pela contratante.
- A contratada deverá organizar a disposição dos itens na(s) mesa(s) onde os mesmos serão servidos e repor quando necessário.
- Ao término da prestação do serviço os objetos devem ser recolhidos e o espaço organizado e limpo.
- O objeto deverá estar adequadamente acondicionado em embalagens higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos. Todos os produtos devem ser frescos e produzidos no dia do evento.
- A contratada não poderá alterar o cardápio, salvo mediante solicitação prévia e justificada ao contratante que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer no mínimo 24 (vinte quatro) horas antes do evento.

2.2. Fornecimento do item 2:

- A contratada deverá entregar as marmitas nos horários, locais e quantidades designadas diariamente pelos fiscais de contrato, de segunda-feira a domingo, para almoço e jantar.
- Em regra, as entregas ocorrem nos 4 departamentos da SURG, localizados nos seguintes endereços: Rua Afonso Botelho, n. 63, Trianon; Rua das Rosas, s/n, bairro Pérola do Oeste; Rua Guaira esq. c/ Vicente Machado, Centro; Rua Joaquim Osório Duque estrada s/n, bairro Santana, bem como nos locais onde se encontrem as equipes de trabalho, podendo ser dentro do município de Guarapuava (inclusive bairro Jordão e Canil Municipal, localizado atrás do aeroporto) e nos distritos (Entre Rios, Guará, Guairacá e Palmeirinha).
- As marmitas deverão estar dispostas em embalagens próprias, sendo *marmite* de alumínio nº 9, acondicionadas em recipientes isotérmicos devidamente higienizados, visando impedir a penetração de elementos ou substâncias de qualquer natureza, mantendo a qualidade das refeições até o momento do consumo. A temperatura de entrega das marmitas não pode ser inferior a 65°C.
- O transporte das refeições deverá ser realizado em veículos apropriados da empresa contratada, devidamente higienizados e climatizado e em que estejam acondicionados em recipientes térmicos hermeticamente fechados.
- A contratada somente fará a entrega das marmitas mediante solicitação por meio das requisições assinadas pelos fiscais de contrato.

2.3. Disposições gerais para todos os itens:

- As refeições deverão ser preparadas conforme as Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais

Padronizados estabelecidos na RDC nº 275/2002 da ANVISA. O cardápio deverá ser conduzido sob a responsabilidade de profissional nutricionista e confeccionada no dia da entrega por profissionais qualificados para executar os serviços.

- A contratada deverá manter controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos, bebidas e demais itens.
- O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas em lei, pela má qualidade dos serviços prestados.
- A contratada responderá perante a contratante e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes do fornecimento do objeto deste instrumento ou por erros relativos à execução do objeto, incluindo-se quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados.
- Eventuais danos causados à saúde e ao bem estar físico dos empregados da SURG, por conta do consumo do objeto fornecido pela contratada, terão todas as despesas decorrentes custeadas por esta, tais como: despesas médicas, hospitalares, medicamentos, exames, internamentos, e eventuais danos permanentes, morais, estéticos, etc. Além disso, ocorrendo eventual afastamento do funcionário por questões de saúde, mediante atestado médico, deverá ser restituído à contratante o valor equivalente ao dia de trabalho do funcionário, conforme valor apurado pelo Departamento de Pessoal.
- A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.
- A contratada fica responsável também pelos produtos utilizados na fabricação do objeto, mesmo que obtidos de outro produtor, fornecedor, fabricante, industrial, etc.
- Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação do fornecedor/prestador com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da contratante.
- Todos os custos com o fornecimento são de responsabilidade da contratada, incluindo a preparação, acondicionamento, embalagens, descartáveis, transporte, conferência na entrega junto com o representante do contratante.
- Será sempre conferido pela contratante, no momento da entrega, a quantidade, a qualidade, devendo tudo estar de acordo com o solicitado, reservando-se a SURG o direito de recusar o fornecimento em desacordo com o pedido, podendo exigir que sejam substituídos, de modo satisfatório, sem qualquer ônus adicional.
- Não se obriga a contratante a contratar toda a quantidade prevista neste termo, uma vez que se tratam de estimativas de consumo.

3. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Os objetos serão recebidos:
 - a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
 - b. Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e da proposta;
- 3.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
- 3.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
 - 4.1.1. A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2, devem ser encaminhados ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.jorgete@surg.com.br, e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.
 - 4.1.2. **É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.**

4.2. A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- a) Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. **Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;

4.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.

4.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar à Receita Federal do Brasil (RFB).

4.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

4.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

4.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

4.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

4.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

5. LAUDOS E AMOSTRAS

5.1. A contratada deverá manter sob suas expensas uma amostra de cada item de alimento que foi preparado/fornecido, por um período mínimo de 48 horas, devendo ser armazenado em geladeira conforme os padrões da ANVISA. Se algum alimento apresentar irregularidade, a SURG solicitará as amostras da contratada e enviará a um laboratório de sua escolha para elaboração de laudos bromatológicos, físico-químico, bacteriológico e microscópico conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os alimentos se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa contratada.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo Sr. **HALMUNTH F. GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico Sr. **SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 05/2024 – Sistema de Registro de Preços**, realizado em de de 2024, às XXh00min, devidamente homologado, **RESOLVE**, registrar preços para a....., conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa(Nome da Empresa)....., cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida à Rua, bairro, CEP, inscrita no CNPJ sob nº, aqui representada por (sócio, procurador, etc.), inscrito no CPF nº, como segue:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços para

1.2. O Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 05/2024, dos produtos abaixo descritos:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.4. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

1.5. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.

1.6. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.

1.7. Cada fornecimento deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

1.8. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

1.9. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata).

2. DO PREÇO

2.1. O valor global do objeto é de R\$ ().

2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 4.1 desta ata.

2.3. Os preços dos produtos/serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.

2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

3.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos no Anexo I deste edital, que serão transcritos aqui no momento da ata definitiva.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL ficam nomeados os Srs. Eduardo Moreira da Rosa, José Santos, Loacir Carlos da Fonseca, Rosângela Aparecida de Matos Fonseca, Silvana Cândido e Ataíze Paulena, matrícula _____ a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao Gestor de Ata a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal de Ata, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG.

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Conforme critérios de pagamento descritos no Termo de Referência - Anexo I - desse edital, que serão aqui transcritos no momento da ata definitiva.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;

II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;

IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;

VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

III - houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no **Anexo II**.

13.3. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata/contrato, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

I - ausência de elevação dos encargos do particular;

II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;

IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros ou da própria administração, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, de de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha/Gestora do contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2024

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 057.836.209-04, e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 881.700.209-72, ambos com domicílio profissional no mesmo endereço indicado da SURG.

E de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede a Rua, nº, Bairro, CEP, (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preço nº .../2024**, nos termos da Lei nº federal 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024**, por Sistema de Registro de Preços, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato a, conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convencionam que a Contratante, no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º, do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:

Lote	Item	Quant	Unid	Descrição do material	Valor Unitário	Valor Total
						VALOR TOTAL R\$

1.5. A SURG procederá a aquisição do(s) produtos acima referidos de acordo com a oportunidade e conveniência do departamento solicitante, razão pela qual não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados no subitem acima (1.4), sendo que tal fato não gerará direito algum à contratada, acerca do recebimento total do valor ora contratado, e ou mesmo a aplicação de qualquer penalidade à contratante por suposto descumprimento parcial do contrato.

1.6. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de ... (.....) meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Conforme critérios de pagamento descritos no Termo de Referência - Anexo I - desse edital, que serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Conforme regras de estabelecidas no Edital, que serão aqui transcritas no momento do contrato definitivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DOS PRODUTOS

7.1. Os materiais deverão ter garantia contra defeitos ou imperfeições, deverão ser substituídos pela proponente sem ônus para a contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos no Anexo I deste edital e serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 246/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL ficam nomeados os _____, matrícula _____ e _____, matrícula _____. Sr. _____, matrícula _____, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.5. Compete ao Gestor de Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no Item 20 do Edital.

9.6. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no Item 21 do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

- 10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de gestor e fiscal;
- 10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.1.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.1.8. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações da Contratada:

- 10.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.3.2. Efetuar o serviço e fornecimento em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela SURG, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, emitindo-se a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de quantidade e valor;
- 10.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a SURG, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- 10.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.
- 10.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 10.3.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 10.3.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (Anexo I) ou na minuta de contrato;

10.3.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.3.12. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.3.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.3.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

11.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

11.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

11.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

11.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;

III - judicialmente, nos termos da legislação.

IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;

III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;

b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava, de de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha/Gestora do contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

.....
Testemunha/Fiscal do Contrato

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

Empresa: CNPJ

Endereço: Cidade: Estado:

Fone / Whatsapp: Email:

Dados Bancários:

Banco: Agência: Conta:

OBJETO:, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01						
02						

Valor global = R\$ (... por extenso ...)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: Conforme descrito no Termo de Referência.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 05/2024 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).

Local, de de 2024.

.....
Nome e Assinatura do sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante
(Nº Cédula de Identidade)

ANEXO V – MODELO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Identificação do Pesquisado (opcional)
Nome:
Setor:
Data:
O Pesquisado é:
<input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Membro <input type="checkbox"/> Público Externo
Notas de avaliação:
Insatisfeito (equivale a nota 3,0) / Pouco satisfeito (equivale a nota 5,0) Satisfeito (equivale a nota 7,0) / Muito satisfeito (equivalente nota 10,0)
1) Quanto à apresentação visual dos alimentos, conceitua:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito
2) Quanto à variedade dos alimentos:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito
3) Quanto à qualidade dos alimentos (sabor e frescor) servidos:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito
4) Quanto à quantidade dos alimentos:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito
5) Considerando as respostas acima de qual nota seria compatível com o serviço oferecido:
<input type="checkbox"/> Muito Satisfeito
<input type="checkbox"/> Satisfeito
<input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito
<input type="checkbox"/> Insatisfeito
Espaço para demais comentários (não será considerado para fins de avaliação)

ANEXO V – DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCERA
(modelo)

À Equipe de apoio de pregões

SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 05/2024

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		
AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo	
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo.	
PC: Passivo Circulante;		

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a % do valor estimado da contratação.

Local, de de 2024.

Nome do Contador

CPF nº

Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES) e (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) para equipes de trabalho da SURG.

HOME ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/](https://surg.com.br/surg/))

LICITAÇÕES ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/](https://surg.com.br/surg/licitacoes/))

CONCURSOS ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/](https://surg.com.br/surg/concursos/))

SOBRE ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/](https://surg.com.br/surg/sobre/))

PORTAL DO SERVIDOR ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/](https://surg.com.br/surg/portal-do-servidor/))

CONTATO ([HTTPS://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/](https://surg.com.br/surg/contato/))

OUVIDORIA ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA](http://surg.com.br/surg/ouvidoria))

E-MAIL ([HTTP://WEBMAIL.SURG.COM.BR](http://webmail.surg.com.br))

Licitações (<https://surg.com.br/surg/licitacoes/>) / Licitações 2024

Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA

Registro de preços para aquisição de mangueiras e terminais para veículos e máquinas da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA

Registro de preços para locação de motoniveladora.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA

Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA, (DO TIPO MARMITEIX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

Impugnação 02/04/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/04/5_Impugnacao_1.pdf)

Resposta a Impugnação 02/04/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/04/6_Resp-Impugnacao.pdf)

Aviso 03/04/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/04/8_Aviso-Retif-do-edital.pdf)

Edital Retificado 02/04/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/04/7_EDITAL-retif_05.24.pdf)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA

Registro de preços para locação de caminhões e máquinas.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Registro de preços para aquisição de materiais de demarcação e segurança para o Departamento de Sinalização Viária.

Resposta a Impugnação - 1 30/01/2024

(<https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/01/RESPOSTA-A-IMPUGNACAO-DO-EDITAL-SEM-NOME-DA-EMPRESA.pdf>)

Resposta a Impugnação - 2 05/02/2024

(<https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/site-RESPOSTA-A-IMPUGNACAO-DO-EDITAL.pdf>)

Licitação Suspensa 06/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/AVISO_DE_LICITACAO_SUSPENSAassinado.pdf)

Edital Retificado 22/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/8_EDITAL-RETIFICADO.pdf)

Aviso de Reabertura 22/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/9_Aviso-Reabertura.pdf)

Comunicado 26/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/comunicado_assinado.pdf)

Resposta a Impugnação 28/02/2024

(https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2024/02/RESPGSTA_A_IMPUGNACAO_DO_EDITAL_site_assinado.pdf)

 112

**TCEPR**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

114

[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA
Ano*	2024
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	5
Modalidade*	Pregão
Número edital/processo*	7
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Descrição Resumida do Objeto*	Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (I) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e
Forma de Avaliação	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	832.570,00
A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação	
Data de Lançamento do Edital	15/03/2024
Data da Abertura das Propostas	10/04/2024
NOVA Data da Abertura das Propostas	24/04/2024
Data Registro	15/03/2024
Data Registro	02/04/2024
Data de Lançamento do Edital	
Data da Abertura das Propostas	
Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não
Há cota de participação para EPP/ME?	Não
Percentual de participação:	0,00
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	Não
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	Não
Data Cancelamento	

Editar

Excluir

CPF: 4392393976 (Logout)

SURG**TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 07/2024**

Nos termos do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e pelos motivos de fato e de direito consignados no Parecer Jurídico nº 27/2024, de autoria da assessora jurídica, Samira Karam Semaan, que acolho como fundamento e razão de decidir, AUTORIZO e HOMOLOGO o presente processo de dispensa de licitação nº 07/2024, que visa a aquisição de lonas de caminhão, em razão do valor da contratação, objeto da requisição (datada de 06/02/2024) e do termo de referência (datado de 15/03/2024) de fls. 03-05-verso, no valor total de R\$ 8.980,22, com a empresa C. DONADELLO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.643.236/0001-04, com sede na cidade de São Sebastião, Rio Grande Do Sul, pois que observados, in casu, os requisitos do art. 120, II, do RILCC da SURG.

Guarapuava, 28 de março de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

115

AVISO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL E ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
AMPLA CONCORRÊNCIA

A SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, por intermédio de seu Diretor Administrativo, INFORMA a todos os interessados que, após pedido de impugnação, o edital em epígrafe foi retificado com a inclusão do seguinte requisito:

"16.1.3.1. Como condição para a assinatura do contrato deverá ser apresentado os itens descritos nas letras "a", "b" e "c" a seguir:

a) Certidão de Registro e regularidade do responsável técnico emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;

b) Assunção de Responsabilidade Técnica (RT) do profissional responsável, emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas, dentro do prazo de validade;

c) Comprovação do vínculo do profissional de nutrição com a licitante. O vínculo deve ser comprovado através de Carteira profissional, Contrato de prestação de serviço registrado em cartório ou Comprovação de que é sócio da licitante, por meio do Contrato social."

Tendo em vista a necessária republicação do edital, a abertura da sessão pública do presente processo será adiada para o dia 24 de abril de 2024, às 08h30.

A impugnação e sua resposta, bem como o edital retificado estão disponíveis no site da SURG - www.surg.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - www.gov.br/pncp/pt-br

Guarapuava - PR, 02 de abril de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

CONVOCAÇÃO

CONVOCO AS EMPRESAS: CONSTRUTORA RPL LTDA; CNPJ Nº 10.866.775/0001-06, FORTE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÃO LTDA; CNPJ Nº 46.671.612/0001-07, e a empresa H C PENTEADO ENGENHARIA LTDA; CNPJ Nº 46.565.166/0001-56, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados dessa convocação, assinar o contrato, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, com todos o documentos seguir descritos, bem como, os equipamentos para vistoria.

12.6. Condições de assinatura do contrato:

12.6.1. Para os itens 01 ao 15, como condição para assinatura a ata e/ou contrato, a vencedora deverá ainda apresentar a CARTEIRA de habilitação do motorista compatível com a categoria do caminhão/carreta, REGISTRO DO MOTORISTA na licitante vencedora (salvo se proprietário ou sócio) e os DOCUMENTOS DO CAMINHÃO regularizados e em dia para transitar, conforme os requisitos da legislação de trânsito vigente, o qual deverá estar em nome da licitante vencedora ou com contrato de locação devidamente registrado em cartório. Obs. Esses documentos deverão estar autenticado por cartório.

12.6.2. Para os itens 16 e 20, como condição para assinatura do contrato, a vencedora deverá ainda apresentar comprovante de capacitação do operador para o respectivo equipamento, REGISTRO DO MOTORISTA na licitante vencedora (salvo se proprietário ou sócio). Obs. Esses documentos deverão estar autenticado por cartório.

12.6.3. Para todos os itens, sempre que houver troca de motorista, operador ou caminhão, a empresa deverá comunicar ao fiscal de contrato e apresentar a nova documentação ao Departamento de Licitações e Contratos, a não comunicação e apresentação da nova documentação incidirá na rescisão da ata de registro e/ou contrato e multa.

Equipamentos solicitados no momento: itens 01 ao 15, 16 e 20.

Guarapuava - PR, 02 de abril de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER - DIRETOR ADMINISTRATIVO

PREGÃO 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2024

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

PARTICIPANTES E DECLARAÇÕES

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?
24933193000100	AMAZONIA BR SERVICOS ALIMENTACAO LTDA	07/04/2024 15:58	ME ou EPP	Sim
78455730000174	RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA	08/04/2024 09:51	ME ou EPP	Sim
05550909000137	FINO TRACTO NUTRISERVICE LTDA	23/04/2024 22:23	ME ou EPP	Sim
27208785000149	M.DA SILVA LOPES EXTENSAO E POS GRADUACAO	09/04/2024 22:31	ME ou EPP	Sim
24046457000103	CVA EMPREENDIMENTOS LTDA	23/04/2024 10:35	ME ou EPP	Sim

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?
03114885000148	BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA	02/04/2024 08:31	ME ou EPP	Sim

117V

PREGÃO 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2024

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

ARQUIVOS DA SESSÃO

Proposta Item 2

Documentos de habilitação



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
CNPJ 75.646.273/0001-07 - Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Triunfo

ANEXO IV – PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

Empresa: RESTAURANTE E PIZZARIA KANIG GANG LTDA CNPJ 78.455.730/0001-74.

Endereço: AL ELIO ANTONIO DALLA VECCHIA. Cidade: GUARAPUAVA. Estado: PR.

Fone / Whatsapp: 42.93300-3141 Email: RESTAURANTERU@HOTMAIL.COM.

Dados Bancários:

Banco: 001 Agência: 0299-2. Conta: 3625-5.

OBJETO: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (I) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste modelo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (II) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DOTIPO MARMITE), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
02	40.000	unidades	REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DOTIPO MARMITE) PREPARADA EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORME E INDIVIDUAIS, CONTENDO: 1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADO OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSOS OU 160G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NOME E MODO DE PREPARO, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCE. COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA BÁSICA DIÁRIA: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1, UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: AGRÉGUA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS SEM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIÓCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE.	KANIG GANG	R\$ 12,00	R\$ 480.000,00

RUA: SIMEAO CAMARGO VARELA DE SÁ, 03 - CASCAVEL - CEP: 85040-080 - GUARAPUAVA - PARANÁ

			<p>PRATO PRINCIPAL:</p> <p>CARNE BOVINA: NOMÁXIMO 3 VES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COM O ALMÔNDIGAS, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÉ, BIFE AO MOLHO.</p> <p>ACARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA.</p> <p>CARNE SUÍNA: NOMÁXIMO 2 VES POR SEMANA, EM DIAS ALTERNADOS (EXCETO SALSICHA E SALSICHA SUÍNA).</p> <p>FRANGO: NOMÁXIMO 2 VES POR SEMANA, PEITO DE FRANGO, COXA OU SOBRECOXA, ASSADO, FRITO, GRELHADO OU AO MOLHO.</p> <p>PEIXE: 1 VEZ POR SEMANA, ASSADO, FRITO OU GRELHADO.</p> <p>LINGUIÇA: NOMÁXIMO 1 VEZ POR SEMANA, ASSADA, GRELHADA OU FRITA, PESO MÁXIMO DE 80G.</p> <p>NESSE CASO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DE OUTRO TIPO DE CARNE QUE, AO TOTAL, COMPLETE O MÍNIMO 120G.</p> <p>FEIJÃO: NOMÁXIMO 1 VEZ A CADA 15 DIAS, SENDO 200G DE FEIJÃO E O MÍNIMO 120G DE CARNE.</p> <p>(COSTELINHA, LINGUIÇA, PELLECHARQUE).</p> <p>COMPLEMENTOS:</p> <p>MACARRÃO: (ESPAGUETE, TALLHARIM, PARAFUSO);</p> <p>MINHOQUE; LASANHA;</p> <p>PANQUECA;</p> <p>POLENTA OU QUIRERA;</p> <p>BATATA (SOTÉ, ASSADA, COZIDA OU PURÊ);</p> <p>BATATA DOCE; MANDIOCA;</p> <p>TORTA SALGADA; FAROFA OU VIRADO DE LEGUMES;</p> <p>NESSE CASO, DEVERÁ SER ACRESCIDO DE OUTRO COMPLEMENTO.</p> <p>OS COMPLEMENTOS DEVEM SER SERVIDOS ALTERNADAMENTE.</p> <p>SALADAS:</p> <p>FORNECIMENTO DE 02 TIPOS DE SALADAS, SENDO UMA DO GRUPO A (ACELGA, ALFACE, ESCAROLA, ALMEIRÃO, REPOLHO E OUTROS) E A OUTRA DO GRUPO B (TOMATE, CENOURA, BETERRABA, VAGEM, CHUCHU, BERINJELA E OUTROS). DEVERÃO SER EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS. ENVIO DIÁRIO DE TEMPEROS: ÓLEO, SAL E VINAGRE. SOBREMESA: NO MÍNIMO 3 VEZES POR SEMANA, DEVERÁ SER ALTERNADA COM FRUTAS E DOCE COMO PUDIM, GELATINA, SAGU, CANJICA, ETC.</p> <p>OBSERVAÇÕES: NÃO</p>		
--	--	--	---	--	--

			SERÃO PERMITIDOS VEGETAIS REFOGADOS QUE CAUSEM CHEIRO DESAGRADÁVEL NA MARMITA, COMO REPOLHO, ACELGA, COUVE FLOR, BRÓCOLIS E OUTROS. TAMBÉM ESTÃO PROIBIDOS ALIMENTOS QUE NECESSITAM DE REFRIGERAÇÃO ATÉ O CONSUMO COMO, POREXEMPLO, MAIONESE DEL EITE OU OVOS. A CONTRATADA DEVERÁ FORNE CER GARFO E FACAS DE SCARTÁ VEIS. LOCAL DE ENTREGA : OS LOCAIS DE ENTREGA SERÃO DEFINIDOS PELOS FISCIAIS DE CONTRATO, DIARIAMENTE, NO MOMENTO DO PEDIDO. EM REGRA, AS ENTREGAS OCORREM NOS 4 DEPARTAMENTOS DA SURG, LOCALIZADOS NO CENTRO, TRIANON E SANTANA, BEM COMO NOS LOCAIS ONDE SE ENCONTRAM AS EQUIPES DE TRABALHO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E NOS DISTRITOS		
--	--	--	---	--	--

Valor global = R\$ 480.000,00 (QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: Conforme descrito no Termo de Referência.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 05/2024 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).

GUARAPUAVA, 24 DE ABRIL DE 2024
EDUARDO PAIVA DAL SANTOS
CPF 055.905.799-70
RG: 8.201.465-9PR

EDUARDO
PAIVA DAL
SANTO:
05590579970

Assinado digitalmente por EDUARDO PAIVA
DAL SANTO: 05590579970
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Múltipla v5, OU=31325316000191,
OU=Presencial, OU=Certificado PF A1,
CN=EDUARDO PAIVA DAL SANTO:
05590579970
Razão: Eu sou o autor deste documento.
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.04.24 13:58:04-03'00'
Font Reader Versão: 10.1.1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.455.730/0001-74 DUNS@: 906761739
Razão Social: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 05/02/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com *** está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN	Validade:	11/06/2024	Automática
FGTS	Validade:	04/05/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	14/09/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Sem Informação	(*)
Receita Municipal	Validade:	19/12/2023 (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Sem Informação



122

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 78455730000174

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 24/04/2024 13:52:14

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**
CNPJ: **78.455.730/0001-74**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

CNPJ: 78.455.730/0001-74

NIRE: 41200579618

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

1. **ILMA PAIVA DAL SANTO**, brasileira, nascida no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, na data de 12/09/1958, empresária, casada em regime de comunhão universal de bens, portadora da Cédula de Identidade Civil registrada nº 2.004.263 SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 480.720.289-87, residente e domiciliada Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, número 800, Bairro Santa Cruz, CEP 85015-430, Guarapuava, Paraná.
1. **EDUARDO PAIVA DAL SANTO**, brasileiro, nascido no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, na data de 09/06/1985, maior, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade civil nº 8.201.465-9, expedida em 18/09/1997, SSP-PR, e inscrito no CPF/MF nº 055.905.799-70, residente e domiciliado na Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, número 800, Bairro Santa Cruz, CEP 85015-430, Guarapuava, Paraná.

Únicos sócios componentes da empresa denominada **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**, com sede e foro, na **ALAMEDA ELIO ANTONIO DALLA VECCHIA, 838, BAIRRO CASCAVEL, QUADRA RUA LAVADAS, CEP 85100-000**, Município de Guarapuava, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 78.455.730/0001-74, e registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 4120057961-8, em 20/08/1984, e última alteração contratual e consolidação registrada sob nº 20191514225, em 02/04/2019 resolvem alterar seu contrato social primitivo da sociedade e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira: Fica alterado o capital social da sociedade para **R\$1.000.000,00** (um milhão de reais), dividido em 1000 (mil) quotas, no valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) sendo o aumento de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) da seguinte forma:

- a) R\$100.000,00 (cem mil reais com aproveitamento da conta **lucros acumulados no balanço patrimonial de 31/12/2020**;
- b) R\$300.000,00 (trezentos mil reais), em moeda corrente deste país, neste ato, sendo R\$60.000,00 (sessenta mil reais) integralizados pela sócia **ILMA PAIVA DAL SANTO**, e R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) pelo sócio **EDUARDO PAIVA DAL SANTO**, ficando assim distribuído entre os sócios:

EDUARDO PAIVA DAL SANTO	800 quotas	80%	R\$800.000,00
ILMA PAIVA DAL SANTO	200 quotas	20%	R\$200.000,00
TOTAL	1000 quotas	100%	R\$1.000.000,00

124V

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

CNPJ: 78.455.730/0001-74

NIRE: 41200579618

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

Cláusula Segunda: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

Cláusula Terceira: À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o art. 2.031 da Lei nº. 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social e alterações, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações que, adequado às disposições da referida Lei nº. 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

CNPJ: 78.455.730/0001-74

NIRE: 41200579618

2. **EDUARDO PAIVA DAL SANTO**, brasileiro, nascido no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, na data de 09/06/1985, maior, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade civil nº 8.201.465-9, expedida em 18/09/1997, SSP-PR, e inscrito no CPF/MF nº 055.905.799-70, residente e domiciliado na Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, número 800, Bairro Santa Cruz, CEP 85015-430, Guarapuava, Paraná.
3. **ILMA PAIVA DAL SANTO**, brasileira, nascida no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, na data de 12/09/1958, empresária, casada em regime de comunhão universal de bens, portadora da Cédula de Identidade Civil registrada nº 2.004.263 SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 480.720.289-87, residente e domiciliada Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, número 800, Bairro Santa Cruz, CEP 85015-430, Guarapuava, Paraná.

Únicos sócios componentes da empresa denominada **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**, com sede e foro na **Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, número 838, Quadra rua Lavadas, Bairro Cascavel, CEP 85100-000, Guarapuava – Paraná**, inscrita no CNPJ/MF nº 78.455.730/0001-74, e registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 4120057961-8, em 20/08/1984, e última alteração contratual e consolidação registrada sob nº 20191514225, em 02/04/2019, resolvem, **CONSOLIDAR** seu contrato social primitivo e alterações posteriores mediante as seguintes cláusulas:

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

CNPJ: 78.455.730/0001-74

NIRE: 41200579618

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob nome empresarial de **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**, e tem sua sede e foro na Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, número 838, Quadra rua Lavadas, Bairro Cascavel, CEP 85100-000, Guarapuava – Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade iniciou suas atividades em 20/08/1984, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social da sociedade é de **R\$1.000.000,00** (um milhão de reais), dividido em 1000 (mil) quotas, no valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) totalmente integralizo, ficando assim distribuído entre os sócios:

EDUARDO PAIVA DAL SANTO	800 quotas	80%	R\$800.000,00
ILMA PAIVA DAL SANTO	200 quotas	20%	R\$200.000,00
TOTAL	1000 quotas	100%	R\$1.000.000,00

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da sociedade é **RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).**

CLÁUSULA QUINTA: As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade cabe ao sócio **EDUARDO PAIVA DAL SANTO**, com poderes e atribuições de **ADMINISTRAR**, o uso do nome empresarial **INDIVIDUALMENTE**, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os administradores não poderão delegar a administração, salvo se autorizado pela unanimidade dos sócios.

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

CNPJ: 78.455.730/0001-74

NIRE: 41200579618

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: O administrador, **EDUARDO PAIVA DAL SANTO**, declara sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, ou não, os lucros e perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade possui as seguintes filiais:

1 - a filial 01 da sociedade, inscrita no CNPJ 78.455.730/0002-55, e registrada na JUCEPAR sob NIRE 41901376551, em 02/04/2014, com sede e foro na Rua Elison Antonio Brunelli, nº 165, Santana, CEP 85.070-698, Guarapuava, Paraná, qual se destina para efeitos fiscais a parcela de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em moeda corrente do capital da sociedade, sendo seu objeto social dessa filial, apenas **FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).**

2- a filial 02 da sociedade, inscrita no CNPJ 78.455.730/0003-36, e registrada na JUCEPAR sob NIRE 41901376560, em 02/04/2014, com sede e foro na Avenida Professora Laura Pacheco Bastos, nº 800, Bloco O, R.U., Bairro Industrial, CEP: 85.053-525, Guarapuava, Paraná, a qual se destina para efeitos fiscais a parcela de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em moeda corrente do capital da sociedade, sendo seu objeto social dessa filial, apenas **RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá ter participação total ou parcial em outras empresas, autorizando-se, neste ato, os administradores a adquirir cotas ou ações, em qualquer momento que convier a sociedade.

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

CNPJ: 78.455.730/0001-74

NIRE: 41200579618

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

126

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sociedade poderá ter participação total ou parcial em outras empresas, autorizando-se, neste ato, os administradores a adquirir cotas ou ações, em qualquer momento que convier a sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o/ou incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Esta sociedade está regida por este contrato social, de acordo com as disposições legais descritas na Lei nº 10.406/2002, no que diz respeito às sociedades limitadas, bem como, de forma supletiva e no que for aplicável pela Lei 6.404/1976 que dispõem sobre as sociedades anônimas, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Para dirimir quaisquer questões oriundas desta alteração e consolidação contratual, fica eleito o foro da comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em única via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Guarapuava, 18 de novembro de 2021

ILMA PAIVA DAL SANTO

EDUARDO PAIVA DAL SANTO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 6 de 6

126 U

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05590579970	EDUARDO PAIVA DAL SANTO
48072028987	ILMA PAIVA DAL SANTO



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/11/2021 10:06 SOB Nº 20217745865.
PROTOCOLO: 217745865 DE 19/11/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12108463557. CNPJ DA SEDE: 78455730000174.
NIRE: 41200579618. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/11/2021.
RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA

SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: **EDUARDO PAIVA DAL SANTO** 1ª HABILITAÇÃO: **22/09/2003**

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: **09/06/1985 GUARAPUAVA/PR**

4a DATA EMISSÃO: **31/08/2023** 4b VALIDADE: **31/08/2033** ACC: **D**

4c DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF: **8201465-9 SESP PR**

4d CFE: **055.905.799-70** 5 Nº REGISTRO: **03070958902** 6 CAT. HAB: **AB**

NACIONALIDADE: **BRASILEIRO**

FILIAÇÃO: **NERI CARLOS DAL SANTO**
ILMA PAIVA DAL SANTO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		31/08/2033		D1			
A1				BE			
B		31/08/2033		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL: **CURITIBA PR**

ASSINATURA DO EMISSOR: **70808325455 PR924173700**

PARANÁ

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2677993780

PROIBIDO PLASTIFICAR 2677993780



MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ALVARÁS

128



Alvará de Licença de Localização e Funcionamento

3028/2023

VALIDADE: 30/04/2024

Cumprindo o que dispõe o CÓDIGO DE POSTURA MUNICIPAL em vigor, Lei Complementar nº 007/2004, e suas alterações, outorgamos o presente ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO durante o corrente exercício, do estabelecimento abaixo discriminado.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 220311	CPF / CNPJ 78.455.730/0001-74	DATA INÍCIO ATIVIDADE 20/08/1984	DATA DE EMISSÃO 27/09/2023	PROTOCOLO 35599/2023 IPM
NOME / RAZÃO SOCIAL RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA				ÁREA CONSTRUÍDA 324
LOGRADOURO ALAMEDA ELIO ANTONIO DALLA VECCHIA		NÚMERO 838	COMPLEMENTO ANEXO AO CEDETEG	
CEP 85.040-167	BAIRRO CASCATEL	MUNICÍPIO Guarapuava	ESTADO PR	
ATIVIDADE PRINCIPAL 0056.1/12.01 Restaurantes e similares				
ATIVIDADE SECUNDÁRIA(S) 0046.3/71.99 Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 0047.2/96.99 Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente				

OBSERVAÇÃO
ALVARÁ PROVISÓRIO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

PRAZO PARA REQUERIMENTO DE QUALQUER ALTERAÇÃO, BAIXA OU PARALISAÇÃO DEVERÁ OCORRER DENTRO DE 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DO EVENTO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.



LICENÇA SANITÁRIA Nº 2220/2023

VENCIMENTO: 14 / 09 / 2024

Razão Social: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA
Nome Fantasia: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA
CNPJ: 78.455.730/0001-74
Endereço: Élio Antonio Dalla Vecchia, 838 - Cascavel - Guarapuava/PR - 85040-167

ATIVIDADES LICENCIADAS:

4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
1099-6/04 - Fabricação de gelo comum
5611-2/01 - Restaurantes e similares

LOCAL E DATA: Guarapuava, 14 de Setembro de 2023

Bruna Tembil Marques Batista
Gestor da Vigilância Sanitária

Código de Autenticidade: 135B5B0E4AA8DCA26BB14E94B59506BE
Endereço para Validação: <https://www.sievisa.sesa.pr.gov.br/sievisa/validarLicenca>

Departamento de Vigilância em Saúde

Av. Manoel Ribas, 4017 – Conradinho. Fone: 3624-4441 - Guarapuava/PR

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
ESTE DOCUMENTO DEVE SER FIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO (ART.166 – LEI 13.331/2001)

Página: 01/01



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

130

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 78.455.730/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/08/1984
NOME EMPRESARIAL RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-01 - Restaurantes e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 10.99-6-04 - Fabricação de gelo comum 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AL ELIO ANTONIO DALLA VECCHIA	NÚMERO 838	COMPLEMENTO QUADRARUA LAVADAS
CEP 85.040-167	BAIRRO/DISTRITO CASCAVEL	MUNICÍPIO GUARAPUAVA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO RESTAURANTERU@HOTMAIL.COM		TELEFONE (42) 9921-1111
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 24/04/2024 às 09:42:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**
CNPJ: **78.455.730/0001-74**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:44:07 do dia 24/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/10/2024.

Código de controle da certidão: **ACE9.C142.8859.D36F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

132

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032800948-08

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **78.455.730/0001-74**
Nome: **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 04/06/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO CONTRIBUINTE Nº 7676/2024

Contribuinte

Nome/Razão: 219185 - RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA
CNPJ/CPF: 78.455.730/0001-74
Endereço: ALAMEDA ELIO ANTONIO DALLA VECCHIA, 838
Complemento: QUADRARUA LAVADAS
Bairro: CASCAVEL Cidade: Guarapuava - PR

Finalidade

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
05/02/2024	90 dias

CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos de competências e administrados pelo Poder Público Municipal. Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

Prefeitura de Guarapuava, 05 de fevereiro de 2024.

As informações aqui dispostas podem ser verificadas on-line no site <https://guarapuava.atende.net/>, utilizando o código acima ou QR CODE.

y

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 78.455.730/0001-74
Razão Social: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA
Endereço: AL ELIO ANTONIO DALLA VECCHIA 838 QD RUA LAVADAS / VILA CARLI / GUARAPUAVA / PR / 85040-167

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/04/2024 a 04/05/2024

Certificação Número: 2024040501360790754007

Informação obtida em 24/04/2024 09:41:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 78.455.730/0001-74

Certidão nº: 28505842/2024

Expedição: 24/04/2024, às 10:24:35

Validade: 21/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **78.455.730/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



136

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA**

OFÍCIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL
AVENIDA MANOEL RIBAS Nº 500 - FORUM ESTADUAL - VILA
SANTANA
GUARAPUAVA/PR - 85.070-18

TITULAR
NERY REGIANI DE MACEDO
JURAMENTADO
RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA EPP

CNPJ 78.455.730/0001-74, no período compreendido desde 02/01/1991, até a presente data.

GUARAPUAVA/PR, 03 de Outubro de 2023, 15:03:02

NERY REGIANI DE MACEDO



Certificação

NERY REGIANI DE
MACEDO:57391726915

Assinado de forma digital por NERY
REGIANI DE MACEDO:57391726915
Dados: 2023.10.04 15:03:58 -03'00'

ATIVO		
CIRCULANTE	1.232.479,34	1.253.789,28
CAIXA E EQUIVALENTES	996.574,62	751.789,16
CAIXA	143.864,54	453.562,52
CRÉDITOS	852.710,08	298.170,64
CLIENTES/PEDIDAS A RECEBER	701.231,56	222.721,12
ESTOQUES	91.478,50	75.455,52
NAO CIRCULANTE	235.904,72	502.000,12
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00	350.000,00
ADIANTEMENTOS E EMPRESTIMOS	0,00	350.000,00
IMOBILIZADO	235.904,72	152.000,12
BENS MOVEIS	550.064,94	450.930,09
(-) DE PRECACOES ACUMULADAS	-314.780,22	-298.919,97
TOTAL DO ATIVO	1.232.479,34	1.253.789,28
PASSIVO		
CIRCULANTE	1.232.479,34	1.253.789,28
DEBITOS DE FUNCIONAMENTO	198.351,68	128.163,47
FORNECEDORES	159.036,33	97.482,53
OBRIGACOES SALARIAIS	53.560,68	3.081,99
OBRIGACOES SOCIAIS E TRIBUTARIAS	10.613,47	6.219,07
DEBITOS DE FINANCIAMENTO	93.364,19	88.171,47
OUTRAS CONTAS A PAGAR	40.315,25	30.705,94
NAO CIRCULANTE	40.315,25	30.705,94
DEBITOS DE FUNCIONAMENTO	3.603,34	3.603,34
OBRIGACOES SOCIAIS E TRIBUTARIAS	3.603,34	3.603,34
PATRIMONIO LIQUIDO	1.039.522,42	1.122.022,47
CAPITAL SOCIAL	1.000.000,00	1.000.000,00
INTEGRALIZADO	1.000.000,00	1.000.000,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	30.522,42	122.022,47
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	30.522,42	122.022,47
TOTAL DO PASSIVO	1.232.479,34	1.253.789,28

EDUARDO PAIVA DAL SANTO

Socio Administrador

CPF 055.905.799-70

JOSIEL SCHMIDT MACHADO

Técnico Contábil

CRC PR 020040-9

EDUARDO PAIVA DAL SANTO

Administrador, Sôcio

CPF 055.905.799-70

JOSIEL SCHMIDT MACHADO

CONTADOR

CRC/PR 020040-09

Guarapuava, 01/01/2022

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 79, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, município Guarapuava, CNPJ nº 78.455.730/0001-74, Número de Registro (NIRE) 41200579618.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 20/08/1984

Ato constitutivo: 41200579618

Consolidação Empresa
NRE nº 508, NRE 412.6937981-8 de 20/08/1994.

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
RECEITA BRUTA	1.810.784,33	898.306,45
RECEITAS COM VENDAS	1.810.754,33	898.385,46
RECEITAS COM VENDAS	1.810.754,33	898.385,46
DEBITOS DA RECEITA BRUTA		
TRIBUTOS	125.937,41	48.104,82
IMPOSTOS SOBRE VENDAS	125.926,91	48.104,82
DEVOLUÇÕES	10,50	0,00
DEVOLUÇÕES/RENTAS CANCELADAS	10,50	0,00
RECEITA LÍQUIDA	1.684.846,92	850.201,63
CUSTOS		
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	560.847,33	142.389,79
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	560.947,33	142.389,79
LUCRO BRUTO	923.859,59	507.811,84
DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS OPERACIONAIS	466.379,64	412.416,16
DESPESAS OPERACIONAIS	477.650,88	416.565,33
DESPESAS OPERACIONAIS	477.650,88	416.565,33
DESPESAS OPERACIONAIS	161.718,08	131.742,84
DESPESAS OPERACIONAIS	38.620,04	126.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS	91.302,73	126.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS	20.803,00	103.713,26
DESPESAS OPERACIONAIS	163.573,99	103.713,26
DESPESAS OPERACIONAIS	10.871,21	4.146,17
DESPESAS OPERACIONAIS	10.871,21	4.146,17
DESPESAS OPERACIONAIS	3.759,83	4.200,57
DESPESAS OPERACIONAIS	8.911,38	57,40
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	-457.489,95	95.474,77
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	-457.489,95	95.474,77
LUCRO-PRÉJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-457.489,95	95.474,77

EDUARDO PAVIA DAL SANTO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 055.305.789-70

JOSIEL SCHMIDT MACIEL
Técnicos Contábeis
CRC PR 020000/O-9

137V

Mes/Ano: 12/2022

	Capital Social	Capital a integrar	Ativo em serviço de ações	Subvenções para investimentos	Ações em reserva	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingências	Reserva de lucros a realizar	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.632,47	0,00	1.132.632,47
Resultado do Ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros Distribuídos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-549.000,00	0,00	-549.000,00
Outras Transações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-549.000,00	0,00	-549.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Resultados Abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.489,95	0,00	457.489,95
Saldos Finais	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.532,47	0,00	1.030.532,47

Mes/Ano: 12/2021

	Capital Social	Capital a integrar	Ativo em serviço de ações	Subvenções para investimentos	Ações em reserva	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingências	Reserva de lucros a realizar	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.557,70	0,00	153.557,70
Resultado do Ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.474,77	0,00	95.474,77
Capital Social	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100.200,00	0,00	898.306,45
Lucros Distribuídos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.525,23	0,00	970.474,77
Outras Transações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Resultados Abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Finais	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.032,47	0,00	1.122.032,47

Método: Direto

Consolidação: Empresa
NIRE nº SOB NIRE 412.0057961-8 de 20/06/1984

Conta	Descrição	12/2022	12/2021
1	OPERACIONAIS		
1.001	Recebimento de clientes	-309.850,72	-488.933,57
1.010	Outros recebimentos	1.037.883,87	554.294,98
1.011	Venda de Mercadorias/Serviços	0,00	138,00
1.201	Pagamento a fornecedores	-34.560,00	1.625,00
1.205	Pagamento a empregados	-762.417,59	-330.606,35
1.206	Pagamento a Sócios	-110.908,41	-88.998,92
1.210	Pagamento de tributos	-55.000,00	0,00
1.220	Despesas gerais	-133.862,77	-89.615,69
1.225	Outros Pagamentos	-144.847,66	-143.513,72
1.226	Pagamentos a Sócios	-9.016,06	-21.835,88
		-166.152,10	-370.381,00
2	INVESTIMENTO	0,00	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00	875.000,00
3.005	Integralizações de capital	0,00	875.000,00
	Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	-309.850,72	386.066,43
	Caixa e Equivalentes de Caixa		
	No início do Período	453.592,52	87.864,09
	No final do Período	143.741,80	453.730,52
	Variação	-309.850,72	365.866,43

JOSIEL SCHMIDT MACHADO
Técnico Contábil
CRC PR 0330460-5

EDUARDO PAIVA DAL SANTO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 155.995.799-70

EDUARDO PAIVA DAL SANTO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 155.995.799-70

Demonstração dos Movimentos do Patrimônio Líquido

JOSIEL SCHMIDT MACHADO
Técnico Contábil
CRC PR 0330460-5

Folha 71
Data 06/04/23
Hora 17:11:39

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 20

Estabelecimento: 01 - RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - 70.455.730/0001-74

1. - CONTEXTO OPERACIONAL: a empresa tem como objeto social o ramo de GASTRONOMIA, atuando como restaurante. A tributação desta ano foi o SIMPLES NACIONAL. O capital social da empresa é de R\$1.000.000,00. A empresa não apresentou extratos bancários para requisitos não informando também se há créditos bancários, empréstimos e/ou financiamentos, houve distribuição de lucros no ano sendo:

Eduardo Paiva Dal Santo - R\$5.000,00
Eduardo Paiva Dal Santo - R\$5.000,00

2. - POLÍTICA ADOTADA: As demonstrações contábeis apresentadas estão conforme dispõe a Lei 11.492/2002 e demais legislações aplicáveis e aos princípios Contábeis, com como atendimento à ITC 1000. O Resultado é apurado de acordo com o Princípio da Conservação;

3. - TESTE DE RECUPERABILIDADE: Atendendo ao conteúdo da ITC 1000 a administração da empresa, fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos a tal resolução, levando em conta os principais indicadores de deterioração, tais como: contabilidade sensível, além do exposto, no valor de mercado do ativo; o valor líquido do ativo líquido e maior que o valor justo estimado observância ou dano físico do ativo; mudanças significativas que afetem o ativo; informações internas (empresa) que espelhem desequilíbrio econômico para que o esperado. Após esta análise a administração chegou à conclusão de que todos os ativos se encontram a valor recuperável através da Venda ou de uso, dispensando assim a realização de testes efetivos de Impairment uma vez que não existia indicação relevante de não recuperabilidade;

4. - NOTA: Todos os ATIVOS, PASSIVOS e RESULTADOS são apresentados na moeda REAL;

5. - CAIXA E EQUIVALENTES: neste grupo foram contabilizadas as transações que envolvem as entradas e saídas de Caixa. A empresa não registrou as contas bancárias, ainda que existam sob os riscos e sanções inerentes a essa decisão, caso tenha movimentação, o saldo de conta CAIXA bem como os demais grupos e PASSIVOS foram contados e achados no valor que se apresentam no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis;

6. - ESTOQUES: os estoques foram registrados por seu custo histórico e avaliados pelo custo médio. A empresa possui o mínimo de estoque por se tratar de produtos perecíveis;

7. - IMOBILIZADO: os bens estão registrados pelo seu custo histórico, e a empresa não efetuou AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL. As depreciações calculam-se sobre os percentuais atribuídos pela RFB, não havendo necessidade de ajustes;

8. - DE PASSIVO a empresa não possui registros de créditos bancários;

9. - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS: a empresa não teve operações descontinuadas;

10. - EVENTOS SUBSEQUENTES: para o ano seguinte a tributação também foi iniciada no SIMPLES NACIONAL;

11. - DECLARAÇÃO DE CONFIABILIDADE: A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a ITC 1000, e que não foram necessários ajustes em relação ao IFRS por já se apresentar seus demonstrativos nessas moldes.

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 79, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.

Guarapuava, 31/12/2022

EDUARDO PAIVA DAL SANTO
Administrador, Sócio
CPF 055.905.799-70

JOSIEL SCHMIDT MACHADO
CONTADOR
CRC/PR 020040-09

EDUARDO PAIVA DAL SANTO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 055.905.799-70

JOSIEL SCHMIDT MACHADO
Técnico Contábil
CRC PR 020040-09



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05590579970	EDUARDO PAIVA DAL SANTO
09168737904	JOSIEL SCHMIDT MACHADO

COMPONETE AUT. 10 DA IN DIREI 62/2021.
CERTIFICADO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 10/04/2023 15:14:00Z B*
1032409019
PROTOCOLO: 232409972 DE 05/04/2023, NIRE: 41200379618,
RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 10/04/2023
empresarial.jc@jucpar.pr.gov.br

ANEXO V – DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCERA
(modelo)**À Equipe de apoio de pregões**

SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 05/2024

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	996.574,62 201.956,92	4,93
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$	996.574,62 198.353,58	5,02
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$	1.232.479,34 201.956,92	6,10

AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Local, 24 de abril de 2024.

**JOSOEL
SCHMIDT
MACHADO:**
09168737904

Assinado digitalmente por JOSOEL SCHMIDT
MACHADO/09168737904
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Múltipla v3, CN=3137531000191
CN=MACHADO-J, OU=Certificado PF A1,
CN=JOSOEL SCHMIDT MACHADO,
O=16872804
Razão: Sou o autor deste documento
Localização: Rua, 24, 11, 09 23-0300
Data: 2024.04.24 11:09:23-0300
Font: Raster Version: 10.1.1

Josoei Schmidt Machado

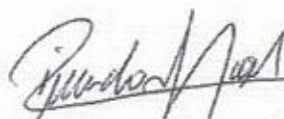
CPF nº 055.905.799-70

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO, CÂMPUS CEDETEG, CNPJ nº 77.902.914/0001-72, atesta para os devidos fins que a empresa RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, com sede e foro, no endereço Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, nº 838, no Bairro Vila Carli, CEP 85.040-167, na cidade de Guarapuava – Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 78.455.730/0001-74, representada por EDUARDO PAIVA DAL SANTO, brasileiro, nascido no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, na data de 09/06/1985, maior, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade civil nº 8.201.465-9, expedida em 18/09/1997, SSP-PR, e inscrito no CPF/MF nº 055.905.799-70, residente e domiciliado na Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, nº 800, Bairro Santa Cruz, CEP 85015-430, Guarapuava, Paraná, fornece diariamente 500 refeições, sempre de boa qualidade e satisfatoriamente, cumprindo os prazos de entrega, não tendo ocorrido nada que o desabone.

Por ser verdade, firmo o presente atestado.

Guarapuava, 10 de outubro de 2023.



Prof. Ricardo Yoshimitsu Miyahara,

Diretor-Geral do Câmpus Cedeteg.

Prof. Ricardo Yoshimitsu Miyahara
DIRETOR-GERAL DO CÂMPUS CEDETEG - UNICENTRO
PORT. 43/2020-GR/UNICENTRO

PREGÃO 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2024

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

TERMOS DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO



143

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 929391 - COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

PREGÃO 90005/2024

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto
Compra emergencial: Não
Objeto da compra: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES) e (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) para equipes de trabalho da SURG.
Entrega de propostas: De 02/04/2024 às 08:00 até 24/04/2024 às 08:30
Abertura da sessão pública: Dia 24/04/2024 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 11:30 e entre 13:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	24/04/2024 às 08:30:59	Bom dia, Senhores Licitantes. Agradeço a todos pela participação no Pregão Eletrônico nº 05/2024. Solicito que acompanhem as mensagens do chat.
Sistema	24/04/2024 às 08:31:36	ATENÇÃO: Os licitantes devem ler com atenção as especificações do objeto licitado, pois não serão aceitos produtos/serviços em desacordo com o edital. No momento do envio das propostas ajustadas, a descrição dos itens deve ser de acordo com a descrição do Edital.
Sistema	24/04/2024 às 08:32:45	Solicitamos às empresas participantes que ao apresentarem suas propostas e lances o façam com consciência e certeza de que terão condições de entregar o objeto licitado de acordo com as especificações do edital e nos prazos, preços e padrões de qualidade estabelecidos.
Sistema	24/04/2024 às 08:33:03	Ou seja devem prestar MUITA ATENÇÃO na hora de ofertar o seu lance, pois poderão NÃO SER ACEITOS OS PEDIDOS DE CANCELAMENTO. Assim, reforçamos que as propostas devem ser efetivadas de forma consciente, a fim de se evitar problemas tanto para a SURG como para as empresas participantes.
Sistema	24/04/2024 às 08:52:00	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	24/04/2024 às 08:56:14	Passaremos para a etapa de negociação de valores. Peço que respondam com brevidade, via funcionalidade do sistema, quando forem convocados.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
24/04/2024 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
24/04/2024 às 08:52:00	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Buffet

BUFFET: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECORA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBETOALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.

Valor estimado: R\$ 58,9700

Critério de julgamento: Menor Preço

Quantidade: 1000

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Fracassado

Fracassado por CPF ***.923.***-6 - LEILIANE APARECIDA SANTOS GASPAR

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
24.933.193/0001-00 - AMAZONIA BR SERVICOS ALIMENTACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 180,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 180,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1000
24.046.457/0001-03 - CVA EMPREENDIMENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 110,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 1.000.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1000
03.114.885/0001-48 - BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 90,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 90,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1000
78.455.730/0001-74 - RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 80,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 80,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1000

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
24/04/2024 08:34:25	24.046.457/0001-03	R\$ 120,0000
24/04/2024 08:48:07	24.046.457/0001-03	R\$ 110,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 08:30:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	24/04/2024 08:40:01	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	24/04/2024 08:41:51	A etapa aberta do item 1 foi reiniciada. Justificativa: Solicito que os licitantes ofereçam lances para o item. Solicitamos o envio de lances.

VERBA 9/144

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 08:51:52	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:04:12	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: A fim de obter uma contratação mais vantajosa para a SURG, questiono se a empresa aceita ofertar o item pelo valor proposto. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:10:31	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, mantendo R\$ 80,0000.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:15:05	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: O valor ofertado está acima do estimado pela SURG. Por gentileza verifique a possibilidade de redução ao valor sugerido, que é o máximo aceitável - R\$ 58,97 - caso contrário sua proposta precisará ser recusada. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos..
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:36:22	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, mantendo R\$ 80,0000.
Sistema para o participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:38:05	Sr. Fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: O valor ofertado está acima do estimado pela SURG. Por gentileza verifique a possibilidade de redução ao valor sugerido, que é o máximo aceitável - R\$ 58,97 - caso contrário sua proposta precisará ser recusada. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos..
pelo participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:41:27	o preço estimado pela contratante está fora da realidade ofertada pelo mercado, pois o cardápio exige itens com alto custo da matéria prima, o preço que a empresa consegue chegar é R\$ 75,00.
Sistema para o participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:43:31	Obrigada pelo retorno.
Sistema para o participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:43:57	O item 1 teve a solicitação de negociação de valor CANCELADA para o fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48. Motivo: Proposta desclassificada.
Sistema para o participante 24.046.457/0001-03	24/04/2024 09:46:27	Sr. Fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Senhores licitantes. Todas as propostas remanescentes encontram-se com o valor superior ao estimado pela SURG. Desta forma questiono se sua empresa aceita chegar ao valor de R\$ 58,97, que é o máximo aceitável..
Sistema para o participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 09:47:42	Senhores licitantes. Todas as propostas remanescentes encontram-se com o valor superior ao estimado pela SURG. Desta forma questiono se sua empresa aceita chegar ao valor de R\$ 58,97, que é o máximo aceitável. OBS.: Será respeitada a ordem de classificação da fase de lances, com prioridade ao licitante que ficou em terceiro lugar e assim consecutivamente.
Sistema para o participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 09:47:57	Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
Sistema para o participante 24.046.457/0001-03	24/04/2024 09:48:04	Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
pelo participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 10:00:17	bom dia!
Sistema para o participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 10:10:22	Bom dia
pelo participante 24.046.457/0001-03	24/04/2024 10:12:18	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03, mantendo R\$ 110,0000.
Sistema	24/04/2024 10:20:06	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 10:20:06	acréscimo de 30 minutos a partir de agora - até 24/04/2024 10:50:06.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
24/04/2024 08:30:00	Item aberto para lances.
24/04/2024 08:40:01	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
24/04/2024 08:41:51	Item com reinício da etapa aberta realizado. Justificativa: Solicito que os licitantes ofereçam lances para o item..
24/04/2024 08:51:52	Item com etapa aberta encerrada.
24/04/2024 08:51:52	Item encerrado para lances.
24/04/2024 09:04:12	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 convocado para negociação de valor.
24/04/2024 09:10:31	Negociação encerrada. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 manteve R\$ 80,0000.
24/04/2024 09:15:05	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 convocado para negociação de valor.
24/04/2024 09:36:22	Negociação encerrada. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 manteve R\$ 80,0000.
24/04/2024 09:37:20	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 80,0000. Motivo: Licitante não aceitou reduzir o valor após a negociação, ficando acima do estimado..
24/04/2024 09:38:05	Fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48 convocado para negociação de valor.
24/04/2024 09:43:57	Convocação de negociação de valor do fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48 encerrada automaticamente.
24/04/2024 09:43:57	Fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 90,0000. Motivo: Fornecedor informou via chat que não consegue reduzir o valor ofertado, estando o mesmo acima do máximo aceitável..
24/04/2024 09:46:27	Fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03 convocado para negociação de valor.
24/04/2024 10:12:18	Negociação encerrada. Fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03 manteve R\$ 110,0000.
24/04/2024 10:19:38	Fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 110,0000. Motivo: Licitante não aceitou reduzir o valor após a negociação, ficando acima do estimado..
24/04/2024 10:20:06	Fornecedor AMAZONIA BR SERVICOS ALIMENTACAO LTDA, CNPJ 24.933.193/0001-00 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 180,0000. Motivo: Licitante não respondeu no chat sobre negociação e o valor se encontra acima do estimado. .
24/04/2024 10:20:06	Item fracassado no julgamento / habilitação.
24/04/2024 16:03:45	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



145

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 929391 - COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

PREGÃO 90005/2024

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto
Compra emergencial: Não
Objeto da compra: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES) e (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) para equipes de trabalho da SURG.
Entrega de propostas: De 02/04/2024 às 08:00 até 24/04/2024 às 08:30
Abertura da sessão pública: Dia 24/04/2024 às 08:30 (horário de Brasília)

Característica: SRP - Registro de Preço
Modo de disputa: Aberto

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 11:30 e entre 13:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	24/04/2024 às 08:30:59	Bom dia, Senhores Licitantes. Agradeço a todos pela participação no Pregão Eletrônico nº 05/2024. Solicito que acompanhem as mensagens do chat.
Sistema	24/04/2024 às 08:31:36	ATENÇÃO: Os licitantes devem ler com atenção as especificações do objeto licitado, pois não serão aceitos produtos/serviços em desacordo com o edital. No momento do envio das propostas ajustadas, a descrição dos itens deve ser de acordo com a descrição do Edital.
Sistema	24/04/2024 às 08:32:45	Solicitamos às empresas participantes que ao apresentarem suas propostas e lances o façam com consciência e certeza de que terão condições de entregar o objeto licitado de acordo com as especificações do edital e nos prazos, preços e padrões de qualidade estabelecidos.
Sistema	24/04/2024 às 08:33:03	Ou seja devem prestar MUITA ATENÇÃO na hora de ofertar o seu lance, pois poderão NÃO SER ACEITOS OS PEDIDOS DE CANCELAMENTO. Assim, reforçamos que as propostas devem ser efetivadas de forma consciente, a fim de se evitar problemas tanto para a SURG como para as empresas participantes.
Sistema	24/04/2024 às 08:52:00	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	24/04/2024 às 08:56:14	Passaremos para a etapa de negociação de valores. Peço que respondam com brevidade, via funcionalidade do sistema, quando forem convocados.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
24/04/2024 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
24/04/2024 às 08:52:00	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces

VER DESCRIÇÃO NO EDITAL. REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO: 1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIÓCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES. COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA BÁSICO DIÁRIO: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIÓCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. PRATO PRINCIPAL: CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔNDegas, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÊ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: ... (continua no edital)

Valor estimado: R\$ 19,3400

Critério de julgamento: Menor Preço

Quantidade: 40000

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Aberto para recursos

Aceito e Habilitado por CPF ***.923.***-6 - LEILIANE APARECIDA SANTOS GASPAR para RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, melhor lance: R\$ 12,0000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
78.455.730/0001-74 - RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 12,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 18,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
03.114.885/0001-48 - BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 21,0000	-
Valor proposta: R\$ 21,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
24.046.457/0001-03 - CVA EMPREENDIMENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 25,0000	-
Valor proposta: R\$ 1.000.000,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
24.933.193/0001-00 - AMAZONIA BR SERVICOS ALIMENTACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 35,0000	-
Valor proposta: R\$ 35,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
05.550.909/0001-37 - FINO TRACTO NUTRISERVICE LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 12,7400	-
Valor proposta: R\$ 25,9000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
27.208.785/0001-49 - M.DA SILVA LOPES EXTENSAO E POS GRADUACAO Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 60,0000	-
Valor proposta: R\$ 60,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		

Lances do Item 2

146

Data/hora	Participante	Lance
24/04/2024 08:33:32	05.550.909/0001-37	R\$ 17,6200
24/04/2024 08:33:57	78.455.730/0001-74	R\$ 17,0000
24/04/2024 08:34:14	05.550.909/0001-37	R\$ 16,6500
24/04/2024 08:34:22	78.455.730/0001-74	R\$ 16,0000
24/04/2024 08:34:34	24.046.457/0001-03 CVA	R\$ 25,0000
24/04/2024 08:34:34	05.550.909/0001-37	R\$ 15,6800
24/04/2024 08:34:39	78.455.730/0001-74	R\$ 15,0000
24/04/2024 08:34:54	05.550.909/0001-37	R\$ 14,6900
24/04/2024 08:34:59	78.455.730/0001-74	R\$ 14,0000
24/04/2024 08:35:12	05.550.909/0001-37	R\$ 13,7100
24/04/2024 08:35:18	78.455.730/0001-74	R\$ 13,0000
24/04/2024 08:35:43	05.550.909/0001-37 Lino	R\$ 12,7400
24/04/2024 08:35:49	78.455.730/0001-74 Kaing	R\$ 12,0000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 08:30:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	24/04/2024 08:40:01	O item 2 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	24/04/2024 08:42:16	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:04:49	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: A fim de obter uma contratação mais vantajosa para a SURG, questiono se a empresa aceita ofertar o item pelo valor proposto. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:11:01	O item 2 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74. A negociação do item 2 foi recusada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, mantendo R\$ 12,0000.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 10:22:18	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 13:30:00 do dia 24/04/2024. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada para o item vencido por sua empresa, de acordo com o modelo de proposta do Anexo IV do Edital e a descrição nos itens constantes no Anexo I, bem como dos documentos de habilitação solicitados em edital.
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:17:16	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:17:16 de 24/04/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:36:31	Senhor licitante, em sua proposta enviada faltou apresentar valor unitário e quantidade. Favor ajustar. Prazo: 45 (quarenta e cinco) minutos.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:36:48	Vou abrir novamente o anexo.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:37:42	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 14:25:00 do dia 24/04/2024. Justificativa: Realizar ajuste na proposta conforme solicitado no chat.

146 V

Responsável	Data/Hora	Mensagem
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 14:11:21	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:11:21 de 24/04/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74.
Sistema	24/04/2024 14:30:37	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 30 minutos a partir de agora - até 24/04/2024 15:00:37.
Sistema	24/04/2024 15:29:39	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 30 minutos a partir de agora - até 24/04/2024 15:59:39.
Sistema	24/04/2024 16:03:45	A fase de recurso do item 2 está aberta até 02/05/2024.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
24/04/2024 08:30:00	Item aberto para lances.
24/04/2024 08:40:01	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
24/04/2024 08:42:16	Item com etapa aberta encerrada.
24/04/2024 08:42:16	Item encerrado para lances.
24/04/2024 09:04:49	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 convocado para negociação de valor.
24/04/2024 09:11:01	Negociação encerrada. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 manteve R\$ 12,0000.
24/04/2024 10:22:18	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 24/04/2024 13:30:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada para o item vencido por sua empresa, de acordo com o modelo de proposta do Anexo IV do Edital e a descrição nos itens constantes no Anexo I, bem como dos documentos de habilitação solicitados em edital.
24/04/2024 13:17:16	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 finalizou o envio de anexo.
24/04/2024 13:37:42	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 24/04/2024 14:25:00. Motivo: Realizar ajuste na proposta conforme solicitado no chat.
24/04/2024 14:11:21	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 finalizou o envio de anexo.
24/04/2024 14:30:37	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 12,0000.
24/04/2024 15:29:39	Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 foi habilitado.
24/04/2024 15:44:29	Fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
24/04/2024 16:03:45	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

PREGÃO 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2024

OBJETO: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

FASE RECURSAL

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG- ESTADO DO PARANÁ.

BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.114.885/0001-48, sediado na Rua Coronel Luís, 2231, Batel, Guarapuava/PR, por seu representante legal, que assina abaixo, vem respeitosamente à presença deste Ilmo. Pregoeiro, apresentar TEMPESTIVAMENTE,

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que declarou vencedora a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**, CNPJ78.455.730/0001-74.

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

De acordo com a inteligência do artigo Art. 165 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, inciso I, cumulado com o item 11 e 11.1 do Edital apresentamos as razões recursais contra a citada decisão.

In casu, a manifestação de intenção de recurso foi interposta em 24/04/2024 e aceita pelo Pregoeiro em 24/04/2024.

Logo, o prazo de 5 dias para interposição do recurso encerra em 02/05/2024, portando, tempestiva as razões apresentadas.

DO RESUMO DOS FATOS

Em apertada síntese, no dia 24/04/2024 foi realizada a

7/148V

disputa do pregão 005/2024, onde a empresa ora recorrente encerrou a etapa de lances sendo detentora da 3ª melhor oferta.

Após classificar e habilitar a 1ª (primeira) colocada, o Ilustre Pregoeiro declarou vencedora a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.**

Contudo, demonstraremos que tal decisão merece revisão e consequentemente a inabilitação da Recorrida, pois não cumpriu com as exigências constantes no Instrumento Convocatório, no item da **Habilitação jurídica**, por dois motivos, (**LIBERAÇÃO EM SEUS ALVARÁS SANITÁRIO E ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE FORNECIMENTOS DE REFEIÇÕES FORA DO SEU LOCAL ONDE ESTÁ ESTABELECIDO**) e ainda no item da **Qualificação Técnica**, o seu atestado de qualificação técnica não constar o fornecimento de refeições tipo marmitas embalada, objeto do lote que a empresa logrou vencedora. Como será demonstrado adiante.

DO MÉRITO

DO EDITAL

Conforme ficará demonstrado abaixo, uma análise simples do Edital bem como aos procedimentos realizados pela arrematante, após a fase de lances, demonstra que a Recorrida não cumpriu com as exigências constantes no Instrumento, o que por si só ensejaria sua desclassificação.

O item 10.6.6 e 10.6.7 do EDITAL assim dispõe:

10.6. Habilitação jurídica

10.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

Ora Senhora Pregoeira, o Edital é claro, nessa hipótese o licitante DEVERÁ ser desclassificado.

A regra de ouro para a melhor atuação das autoridades no procedimento de licitação, como não poderia ser diferente, é conduzir tais processos promovendo a ampliação da competitividade, porquanto somente assim é possível trazer efetiva economia aos cofres públicos.

Não estamos diante de uma faculdade e sim de uma obrigação.

Conforme análise dos Alvarás da empresa recorrida, a mesma não tem liberação para fornecimentos de alimentação fora do seu local, ou seja, não pode fornecer serviços de alimentação além do local que está estabelecida.

De acordo com o Alvará de vigilância sanitária, Alvará de localização e também em seu Contrato Social, constam apenas as atividades licenciadas de RESTAURANTE E SIMILARES, atividades essas, que só podem fornecer alimentos ao consumidor final, ou seja, somente podem ser comercializadas no local onde está estabelecida, nada além disso.

Isto posto, conforme se desprende do Edital, a presente licitação, tem como objeto contratação de empresa para fornecimentos de alimentação para o fornecimento de refeições embaladas e transportadas do tipo marmitex. Ou seja, o fornecimento será fora do local onde está estabelecida a empresa. De acordo com o edital, as entregas são nos perímetros da cidade de Guarapuava. (distrito da colônia vitória, palmeirinha e guará).

Diante disso, conforme estabelece o edital, as empresas participantes, devem comprovar que detém licenciamento perante aos órgãos de fiscalização do município, para prestar serviços de fornecimentos de alimentação além do local que se estabelece. O que não ocorre com a empresa Que foi declarada vencedora. Pois conforme pontuado acima, a mesma não tanto no seu estatuto social como em seus alvarás não consta a liberação para prestar serviços de alimentação

91149V

além do seu local onde está estabelecida.

De acordo com o contrato social da empresa, na Clausula Quarta, a mesma declara que as atividades exercidas pelas empresas são;

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da sociedade é **RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).** Vejamos:

milhão de reais), dividido em 1000 (mil) quotas, no valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) totalmente integralizo, ficando assim distribuído entre os sócios:

EDUARDO PAIVA DAL SANTO.....	800 quotas.....	80%.....	R\$800.000,00
ILMA PAIVA DAL SANTO.....	200 quotas.....	20%.....	R\$200.000,00
TOTAL.....	1000 quotas.....	100%.....	R\$1.000.000,00

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da sociedade é **RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).**

CLÁUSULA QUINTA: As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade cabe ao sócio **EDUARDO PAIVA DAL SANTO**, com poderes e atribuições de ADMINISTRAR, o uso do nome empresarial INDIVIDUALMENTE, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao

Vejamos que as atividades declaradas no seu contrato social não são compatíveis com o tipo de serviços que administração busca nessa licitação. Ou seja, a empresa deveria ter em seu contrato social as atividades de.

- ✓ **Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos).**

O que não ocorre com a empresa declarada vencedora, como aqui já frisado, a mesma só pode exercer as atividades de RESTAURANTE, atividades essas que mais se assemelham com o objeto da licitação, porém não preenchem os requisitos do termo de referência.

De acordo com CONCLA – IBGE, o CNAI de restaurante

destina ao atendimento ao público fechado, ou seja, consumidor final, somente vendas no local onde está estabelecida. Ainda as demais atividades não são compatíveis com objeto lícitado.

DA AUSÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO VÁLIDO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES OBJETO DA LICITAÇÃO.

Atente-se ao fato de que o Alvará Sanitário apresentado pela licitante ora recorrida foi emitido para atividade diversa da do objeto do certame, fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas (o que não se confunde com restaurante, que tem a finalidade específica)

De acordo com a exigência estabelecida no edital, em relação ao ALVARÁ DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, podemos perceber que o mesmo determina que atividade seja específica com o objeto lícitado. Vejamos;

Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto lícitado.

Ou seja, nesse caso a empresa deveria ter liberação para fornecer serviços além do seu local onde está estabelecida. Com atividade de **5620-1/01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas**, O que não constam no respectivo documento da empresa. Vejamos;

150 V

LICENÇA SANITÁRIA Nº 2220/2023

VENCIMENTO: 14 / 09 / 2024

Razão Social: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GARG LTDA
Nome Fantasia: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GARG LTDA
CNPJ: 78.456.730/0001-74
Endereço: Elio Antonio Dalla Vecchia, 538 - Cascavel - Guarapuava/PR - 85040-167

ATIVIDADES LICENCIADAS:

4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
4729-5/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
1099-6/04 - Fabricação de gelo comum
5611-2/01 - Restaurantes e similares

LOCAL E DATA: Guarapuava, 14 de Setembro de 2023

Bruna Temil Marques Batista
Gestor da Vigilância Sanitária

Código de Autenticidade: 130B5B0E4A8DCA206B14E94B50506BE
Endereço para Validação: <https://www.sievisa.sesa.pr.gov.br/sievisa/validarLicenca>

Isto posto, as atividades licenciadas no Alvará de vigilância sanitário da empresa, são atividades que buscam atender somente consumidor final, e não a prestação de serviços de alimentação fora do seu estabelecimento. O que é o caso dessa licitação, que busca a contratação de empresa para fornecimento de refeições aos funcionários que exercem suas atividades no perímetro de Guarapuava. Ou seja, as refeições não são consumidas no local onde está estabelecida.

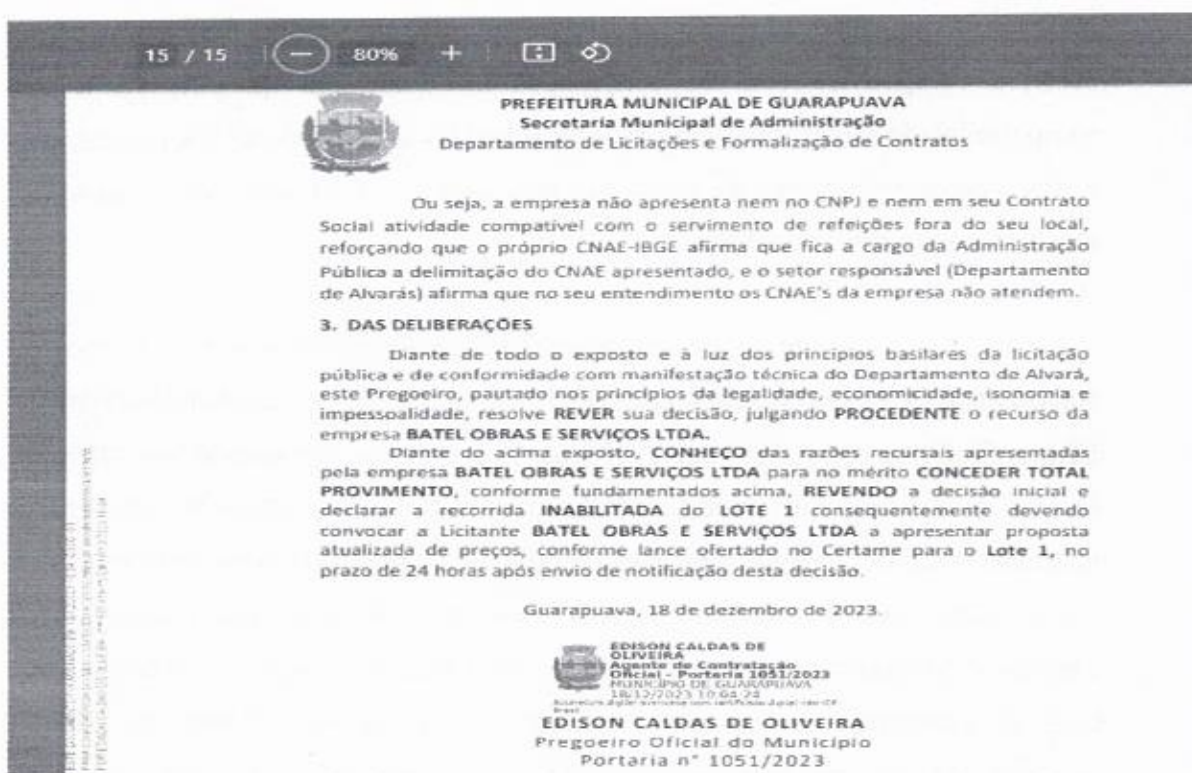
Note-se que as exigências técnicas para a expedição da licença sanitária de um Restaurante não se confundem com as exigências para fornecimento e operação de uma cozinha industrial, necessária ao preparo das refeições fornecidas.

Logo, a atividade para a qual a licitante ora recorrida foi licenciada não se confunde com a atividade objeto do certame, uma vez que, no caso concreto, não há prova de que a empresa esteja autorizada pela vigilância sanitária para o exercício da atividade de fornecimento de alimentos preparados para fornecimentos fora do seu local que está estabelecida.

Em verdade, para o preparo e fornecimento de refeições preparadas, há uma série de requisitos e procedimentos que não são observados em

uma inspeção para emissão de licença sanitária de um restaurante, (se limita à verificação das matérias primas rotuladas, apresentação de licença de fornecedores e os alvarás de funcionamento).

Nesse sentido, o entendimento da administração Pública de Guarapuava é pacificado, sendo que, em decisões recentes, como no pregão 104/2023, inabilitou a empresa do certame, devido a mesma não ter liberação do órgão da vigilância sanitária e do alvará de funcionamento, liberação para o fornecimento de refeições fora do local onde está estabelecida. Vejamos;



Sendo assim, a empresa recorrida deverá ser desclassificada diante do descumprimento de cláusula expressa do instrumento convocatório. Pois não cumpre os requisitos estabelecidos no edital.

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

De acordo que frisado no início, o atestado de qualificação

técnica apresentado pela empresa vencedora, a mesma não comprovou sua qualificação em relação ao lote 02, pois o atestado apresentado, somente se refere a refeições, e o lote 02 objeto do certame é refeições tipos marmitex embalada, sendo que o Edital é claro quando usa o termo específico, ou seja, deveria ter apresentado um atestado que já forneceu o objeto marmitex.

10.9.1. Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) objeto(s) desta licitação (similar ou superior).

Como se percebe pela simples leitura dessa exigência, o atestado de capacidade técnica deve comprovar que o proponente presta ou prestou serviços compatíveis com os estipulados no edital em questão, sendo tal compatibilidade aferida mediante a verificação das características, das quantidades e dos prazos envolvidos na prestação dos serviços. Portanto, não é qualquer atestado que se presta a tal fim.

Por oportuno, é bom de ver a balizada doutrina do mestre Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 6aEd., São Paulo, 1999, ao asseverar que a expressão "qualificação técnica" tem grande amplitude de significado, e continua, é evidente ser impossível eliminar o risco de a pessoa contratada revelar-se incapaz tecnicamente de executar a prestação devida. Ao estabelecer certas exigências, a Administração busca reduzir esse risco. Configura-se uma presunção: a comprovação da qualificação técnica, na fase de habilitação, induz que o sujeito, se contratado, disporá de grande probabilidade de executar satisfatoriamente as prestações devidas. Ou, mais precisamente, a ausência dos requisitos de capacitação técnica, evidenciada na fase de habilitação, faz presumir que o interessado provavelmente não lograria cumprir satisfatoriamente as prestações necessárias à satisfação do interesse público. A fixação das exigências de qualificação técnica é muito relevante. Não se pode fazer em termos puramente teóricos ou burocráticos. A relação de encargos tem de cumprir a função que justifica sua instituição.

Nessa esteira de entendimento, é claro que a verificação quanto à qualificação técnica do licitante não pode se limitar à simples exigência e recebimento de atestados, sem que se haja efetivamente comprovada tal

qualificação.

Veja-se, sobre o tema decisão proferida no âmbito do Tribunal Regional Federal Segunda Região, *ipsis verbis*:

"TRF2 - APELAÇÃO CÍVEL AC 201051010015416 RJ 2010.51.01.001541...
Data de Publicação: 04/02/2011 Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. INABILITAÇÃO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. Correta a decisão que denega a ordem quando a impetrante, inabilitada no certame licitatório, não comprova a aptidão técnica. O artigo 30, I da Lei nº 8.666 /1993 prevê que a comprovação da capacitação técnica será compatível em "características, quantidades e prazos com o objeto da licitação". E os atestados de capacitação apresentados pela impetrante eram de serviços alheio..." (os grifos não são do original)

Percebe-se daí que os atestados de capacidade técnica têm que ser compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Ora, como se aferir tal compatibilidade se os atestados fornecidos não fazem referência às características dos serviços prestados. a quantidade de marmitas e os prazos envolvidos nesta prestação.

Melhor detalhando a questão, tem-se que o atestado fornecido pela UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste - Campus Cedeteg, limita a informar que a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA** "presta serviços de refeições" o que indica que as refeições são fornecidas no local onde a empresa está estabelecida, ou seja, no campus do CEDETEG, para atendimento dos universitários. Desta feita, não há como afirmar que tal atestado comprova a qualificação técnica da licitante até então declarada vencedora do certame em foco, que a mesma fornece refeições do tipo marmitex, dentro do contexto de compatibilização com as exigências editalícias.

Por essas razões, tanto a norma de regência, como o edital do certame, reporta-se à necessidade de compatibilidade dos atestados fornecidos com o objeto da licitação, sendo, pois, necessária a descrição detalhada dos serviços prestados, a fim de permitir a aferição dessa compatibilidade.

Com suporte na doutrina e jurisprudência mencionadas acima, pode-se entender como desídia da Administração deixar de exigir a

comprovação técnica do licitante, nos exatos termos do edital e normas pertinentes, face ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de restar prejudicada a futura execução do objeto ora posto em licitação, em prejuízo ao interesse público do qual não se pode descurar.

No mínimo, o caso exige a realização de diligências externas por parte da contratante, para verificar se os contratos que deram origem ao atestado apresentado, ora impugnados, bem com a execução dos mesmos, mediante a verificação das notas fiscais emitidas nos respectivos períodos de suas vigências, são realmente compatíveis em características, prazos e quantitativos com o objeto do pregão em tela.

DOS REQUERIMENTOS

Ante todo o exposto, requer-se o RECEBIMENTO das razões de recurso administrativo e seu regular processamento, para que no mérito, seja-lhe dado INTEGRAL PROVIMENTO, para que seja reformada a decisão que declarou vencedora a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.**, retornando o pregão ao seu regular prosseguimento.

- ✓ Sucessivamente que seja declarada inabilitada a Recorrida por não ter comprovado no requisito habilitação jurídica, as liberações para fornecer alimentos além do seu local onde está estabelecida, e não constar no contrato social as atividades **Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos).**
- ✓ Sucessivamente que seja declarada inabilitada a Recorrida por não apresentar atestado de qualificação técnica, condizente com objeto do lote 02, referente a comprovação de fornecimento de marmitex, objeto do certame.

Não sobrevindo este entendimento, requer-se o encaminhamento para a Autoridade Superior competente, para que aprecie seu

mérito, sendo está a única forma de se alcançar a tão almejada Justiça!!!

 153

Em caso de não provimento do recurso que o processo seja remetido ao MP/PR para análise e confirmação do favorecimento e da quebra da isonomia do processo licitatório.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Guarapuava/PR, 25 de abril de 2024.

MOISÉS RIBEIRO

Representante legal

**MOISES
RIBEIRO**

Assinado de
forma digital por
MOISES RIBEIRO
Dados:
2024.04.25
19:45:21 -03'00'

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE SERVIÇO DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA, SURG.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO.

A empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 78.455.730/0001-74, com sede na Rua/Alameda Élio Antônio Dalla Vecchia, n.º 838, bairro Cascavel, na Cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP n.º 85.040-167, representada neste ato por seu procurador **EDUARDO PAIVA DAL SANTO** (cópia da procuração em anexo), brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil/RG sob o n.º 821.465-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 055.905.799-70, residente e domiciliado na Rua Presidente Zacarias de Góes, n.º 800, bairro Santa Cruz, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, vem através da presente apresentar contrarrrazões ao recurso administrativo interposto pela empresa **BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA**, nos termos que seguem.

Em síntese a Recorrente **BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA** defende que decisão que declarou a empresa Recorrida **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME** vencedora deve ser revista com a consequente inabilitação desta, pois não teria cumprido com as exigências constantes no Instrumento Convocatório, no item da **Habilitação jurídica**, por dois motivos, (LIBERAÇÃO EM SEUS ALVARÁS SANITÁRIO E ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE FORNECIMENTOS DE REFEIÇÕES FORA DO SEU LOCAL ONDE ESTÁ ESTABELECIDO) e ainda no item da Qualificação Técnica, o seu atestado de qualificação técnica não constar o fornecimento de refeições tipo marmitas embalada, objeto do lote que a empresa logrou vencedora.

Afirma que a Recorrida não possui alvará para fornecimento de alimentação fora do seu local estabelecido quando no alvará somente constaria como atividades licenciadas de restaurante e similares.

As razões levantadas e defendidos em sede de recurso administrativo não merecem acolhida como passaremos a expor.

O Edital em seu item 10.6 é claro ao prever que:

10.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado.

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

Tanto o alvará de localização e funcionamento como o sanitário preveem expressamente que deverá constar descrição de atividade compatível com o objeto licitado.

O objeto da licitação está descrito no item n.º 01 do Edital, vejamos:

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referência, Anexo I deste Edital.

Analisando o Contrato Social da Recorrida, Alvará de localização e funcionamento a Alvará sanitário observamos que a empresa presta os seguintes serviços:

4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;

4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente;

1099-6/04 - Fabricação de gelo comum;

5611-2/01 - Restaurantes e similares;

Sendo comércio varejista a Recorrida exerce suas atividades com o objetivo de compra, venda ou troca de valores, mercadorias, buscando obter lucro, diretamente com o comprador, seja ele pessoa física ou jurídica bem como com o Poder Público.

Evidenciasse, portanto, que a Recorrida cumpre todos os requisitos para prestar os serviços exigidos no Edital. Mesmo que se alegue que a Recorrida não possui a atividade cadastrada no CNAE ou alvará para tanto a aferição da compatibilidade dos serviços objeto do Edital deve ser realizada de forma ampla, vejamos o que diz a Receita Federal sobre esse assunto:

Diante disso, ressalta-se que não haveria a priori lesão e motivo para a exclusão da empresa por não apresentar todas as informações sobre a sua CNAE. Além disso, a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo da atividade lícitada por meio do seu contrato social (Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre - 6ª Turma, Portal Fazenda do Governo Federal. (Grifo nosso)

Já o Tribunal de Contas da União, neste mesmo sentido publicou o Acórdão n.º 1203/2011:

A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal

... a unidade técnica reputou como indevido o impedimento de participação da licitante no certame, mesmo com esta trazendo em seu contrato social objetivo compatível com o objeto desejado (transporte urbano de passageiros transporte urbano de cargas).

Nesse entendimento, o CNAE é um código identificador para a Receita Federal (sob a égide do IBGE), enquanto o Contrato Social determina, quais as atividades, realmente a empresa possa atuar, inexistindo CNAE específico para "refeição transportada".

sendo assim, é entendido que mesmo que o CNAE apresentado no CNPJ não seja compatível com o objeto licitado, porém o Contrato Social demonstra que esta atividade tem sido agraciada, não há nada a fazer, senão HABILITAR a empresa licitante, ora Recorrida.

E destacamos o fato de que tanto o Edital como os julgados acima preveem expressamente a palavra compatível, que significa: "que pode coexistir ou concordar com outro; que pode ser conectada (uma com outra); que funciona em conjunto com outra coisa; que, simultaneamente, pode ser exercido ou possuído por outrem; que pode ser usado em lugar de outro.

Resta evidente que a Recorrida apresenta em seu contrato social e CNAE serviços compatíveis com o objetivo da licitação.

A Recorrida ao menos nos últimos 05 (cinco) anos participou e foi habilitada como empresa vencedora em diversas licitações que tinham como objeto a prestação de serviços realizados a alimentação e fornecimento transportado de refeições, em especial atendendo as cadeias públicas das cidades de Maringá, Prudentópolis e Pinhão, como provam os contratos em anexo.

DOS PEDIDOS

EM FACE DO EXPOSTO, a empresa Recorrida **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, vem através desta, com o devido respeito e acatamento, requer seja o recurso

administrativo interposto julgado improcedente e por consequência mantendo sua habilitação enquanto empresa vencedora do certame.

Guarapuava, 09 de maio de 2024.

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG
LTDA:7845573000174
0174

Assinado digitalmente por RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG
LTDA:7845573000174
VIA: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=43677003000110, OU=AC SyngularID
Módulo: CN=RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA:7845573000174
Assinatura: Eu emito este documento por minha assinatura neste documento
Localização:
Data: 2024.05.09 14:22:18-0300
Formato: PDF Reader Versão: 12.0.1

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME

EDUARDO PAIVA DAL SANTO



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 0716/2023 – GMS N° 3928/2023

VALOR TOTAL GLOBAL PARA 365 DIAS R\$ 905.930,00

- 1.1 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição;
1.2 O Termo de Referência e o Termo de Dispensa de Licitação que deu origem à contratação;
1.3 A Proposta do Contratado;
1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO

2.1 Este contrato decorre através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 23379/2023**, conforme art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021 e art. 160 do Decreto Estadual 10.086/2022, objeto do processo administrativo 20.732.415-8, com autorização publicada no Diário Oficial do Estado nº 11477, de 08/08/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

- 3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato;
3.2 O valor diário do contrato é de **R\$ 2.482,00 (dois mil e quatrocentos e oitenta e dois reais)**, perfazendo o valor total de **R\$ 905.930,00 (novecentos e cinco mil novecentos e trinta reais)**;
3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

- 4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) ou ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo aplicado o que se mostrar mais vantajoso e menos oneroso à Administração na época do reajuste, tendo em vista que tais índices apresentam variações em determinados períodos, sendo assim, e a depender do período do reajuste deverá ser aplicado um ou outro, o que apresentará a menor variação em relação aos outros índices praticados no mercado.
4.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.
4.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o Art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Art. 170 do Decreto estadual nº 10.086/2022.
4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
4.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
4.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

157

2

Inscrito no Protocolo 20.732.415-8 por Carlos Alberto Rosa em: 03/08/2023 13:36. Download realizado por João Soares em: 02/08/2023 14:39

Assinatura Digital realizada por Adilson Luiz Lucas Prusse em: 08/08/2023 17:03. Inscrito no Protocolo 20.732.415-8 por Alex Sandro Medeiros em: 08/08/2023 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 3º de Decreto Estadual nº 7.347/2021. A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço: <https://www.aprotocolo.pr.gov.br/signatario/validarDocumento.com.e.config>. 95c3ad2c3ba3d3d317d95921131025.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 0716/2023 – GMS N° 3928/2023

CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO, COZINHA E FORNECIMENTO TRANSPORTADO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE: CADEIA PÚBLICA MARINGÁ, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.

PROTOCOLO nº: 20.732.415-8

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede localizada junto à Rua Cel. Dúcido, nº 800, Bairro Batel, CEP 80.420-170, Curitiba/PR, neste ato representada pelo senhor Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prusse, inscrito no CPF nº 752.181.279-49, portador da carteira de identidade nº 4.562.144-8, nomeado pelo Decreto nº 0033, de 03 de janeiro de 2023.

CONTRATADO(A): RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, registrada sob o CNPJ nº: 76.455.730/0001-74, com sede na Alameda Elko Antonio Dalla Vecchia, 838, Bairro Cascavel, Quadra Rua Lavadas, CEP 85.100-000, Guarapuava/Paraná, neste ato representado pelo Srº Eduardo Paiva Dal Santo, RG 8.201.465-9 SSP/PR e CPF 055.905.799-70, residente e domiciliado na Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, número 800, Bairro Santa Cruz, CEP 85015-430, Guarapuava, Paraná.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. O presente contrato Emergencial tem por objeto, pela parte do CONTRATANTE, a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO, COZINHA E FORNECIMENTO TRANSPORTADO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE: CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ**, fornecido pela CONTRATADA de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas e servidas ininterruptamente, inclusive em feriados, conforme Termo de Referência e proposta comercial da empresa.

Cadeia Pública de Maringá			
Item	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Diário R\$
Desjejum	176	1,70	299,20
Almoço	176	6,20	1.091,20
Jantar	176	6,20	1.091,20
Lanche noturno	6	0,10	0,60
TOTAL			2.482,00

Inscrito no Protocolo 20.732.415-8 por Carlos Alberto Rosa em: 03/08/2023 10:36. Download realizado por João Soares em: 02/08/2023 14:39

Assinatura Digital realizada por Adilson Luiz Lucas Prusse em: 08/08/2023 17:03. Inscrito no Protocolo 20.732.415-8 por Alex Sandro Medeiros em: 08/08/2023 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 3º de Decreto Estadual nº 7.347/2021. A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço: <https://www.aprotocolo.pr.gov.br/signatario/validarDocumento.com.e.config>. 95c3ad2c3ba3d3d317d95921131025.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – GMS Nº 3928/2023

CLÁUSULA QUINTA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao (à) servidor (a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto nº 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao (à) servidor (a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da CONTRATANTE.

5.3.1 Gestor do contrato: **Julio Cesar Vicente Franco**, RG: 005.238.544-8, CPF: 005.315.149-60, servidor público estadual, atualmente exercendo a função de Coordenador da Regional Administrativa de Maringá.

5.3.2 Fiscal do contrato: **Silvino José Molina de Sousa**, RG: 10.429.865-6, CPF: 221.334.168-037, atualmente exercendo a função de Chefe de Cadeias Públicas de Maringá.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1 Os serviços deverão ser prestados no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.1.1 Local dos serviços: **Cadeia Pública Maringá**;

6.1.2 Prazo dos serviços: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de 17/08/2023. Forma dos serviços: Fornecimento diário de Desjejum, Almoço, Jantar, Lanche noturno.

6.2 Não haverá recebimento provisório de serviço, de acordo com o contido no Termo de Referência.

6.3 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações no Termo de Referência e na proposta.

6.4 Quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, os serviços poderão ser corrigidos ou refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas do Contratado, e no caso de não serem atendidas as determinações deverão ser rejeitados.

6.5 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

6.6 Nos termos do art. 358, inciso II do Decreto nº 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

3

Revisão do Projeto de 20/12/2023 às 11:59 por Carlos Alberto de Almeida, em 07/08/2023 às 16:36, Documento validado por João Moura em 01/08/2023 às 16:20

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prosser** em 08/08/2023 às 12:05. Inscrição no processo 20.732.415-9 por: **Alex Sandro Molinari** em 08/08/2023 às 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 10 do Decreto Estadual nº 7.042/2023. A autenticidade desta assinatura pode ser verificada no endereço: <https://www.prf.pr.gov.br/spmex/validarDocumento> com o código: **95c31ad2c76b3d137f6d5521413420**.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – GMS Nº 3928/2023

6.7 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – FONTE DE RECURSOS

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: Gestão do Sistema Penitenciário;

Fonte de Recursos: 100, 101, 113, 147, 148 e/ou 164;

Programa de Trabalho: Dotação Orçamentária: 3917.06.421.13.6383

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA

8.1 O Contrato terá vigência de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados de **17/08/2023 a 15/08/2024**.

8.1.1 Observando o prazo máximo contido no item 8.1, o presente contrato será extinto se o procedimento licitatório sob o protocolo nº 19.954.642-2 relativo ao fornecimento do objeto indicado no item 1 deste instrumento for concluído e for viabilizado o início do objeto decorrente da licitação.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9. Obrigações do Contratado e do Contratante

9.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste contrato.

O Contratado obriga-se especialmente a:

9.1.1 Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do Contrato;

9.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.5 Relacionar os trabalhadores que executarão os serviços na sede do Contratante, além de provê-los conforme as exigências de segurança do trabalho, se for o caso.

+

Revisão do Projeto 20.732.415-9 por Carlos Alberto de Almeida, em 07/08/2023 às 16:36, Documento validado por João Moura em 01/08/2023 às 16:20

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prosser** em 08/08/2023 às 12:05. Inscrição no processo 20.732.415-9 por: **Alex Sandro Molinari** em 08/08/2023 às 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 10 do Decreto Estadual nº 7.042/2023. A autenticidade desta assinatura pode ser verificada no endereço: <https://www.prf.pr.gov.br/spmex/validarDocumento> com o código: **95c31ad2c76b3d137f6d5521413420**.

157 ✓



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – CMS Nº 39/28/2023

9.1.22 Arcar com o ônus decorrente da eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 346 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

9.1.23 Designar e informar às Unidades Prisionais, nome do funcionário/técnico responsável pelo atendimento às solicitações;

9.1.24 Retirar a ordem de compra, ou documento equivalente, em até 05 (cinco) dias úteis, após ser notificado pelo órgão contratante, sob pena de decadência do direito de contratar e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

9.1.25 Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado ou na entrega a ser efetuada;

9.1.26 O contratado deverá estar em dia perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), FGTS e Justiça do Trabalho, mantendo esta condição de regularidade durante toda execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública;

9.1.27 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o Decreto Estadual nº 10.086/2022;

9.1.28 Permitir, a qualquer tempo, o acesso às suas instalações de representantes do departamento para a realização de visitas, consultas, pesquisas, o mesmo se estende aos órgãos de fiscalização (TCU, TCE, Auditoria interna e demais órgãos de controle externo) pertencente à administração pública federal ou dos Estados e Municípios, no exercício de suas competências legais;

9.1.29 Permitir a qualquer tempo, a pedido, que os integrantes da Comissão de Recabimento de alimentos e as nutricionistas do Setor de Nutrição do Departamento Penitenciário tenham, sem agendamento prévio, acesso a todas as dependências dos serviços da contratada, podendo: examinar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias ao consumo e verificar a higiene e conservação das dependências, equipamentos, utensílios e veículos utilizados para o transporte das refeições;

9.1.30 Garantir que todo o transporte das refeições para os apenados e servidores seja feito em recipientes isotérmicos e que estejam em conformidade com as exigências contidas na RDC nº 216/2004 - ANVISA e Resolução nº 465/2013 - SESA ou aquela que vier a substituí-las ou alterá-las. Todas as portas do compartimento de carga, depois de carregados, deverão ser lacradas com lacre numérico previamente informado à Direção do Estabelecimento Penal ou Delegado chefe da Unidade Carcerária conforme o caso, diariamente pela contratada;

9.1.31 Garantir que todas as refeições para os presos deverão ser transportadas em recipientes isotérmicos adequados (calça hot box), devidamente higienizados, hermeticamente fechados, sem avarias e sem sujidade;

9.1.32 As refeições (almoço e jantar) deverão ser fornecidas e acondicionadas em embalagens de polietileno expandido branco e descartáveis;

9.1.33 Em cada caixa de armazenamento das marmitas (hot box) deverá constar informação indicando a quantidade de marmitas;

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luiz Lucas Prusse em 06/08/2023 17:03. Inscrição de 20.732.415-9 por: Alex Sandro Medeiros em 08/08/2023 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço: <https://www.aprotocolo.br/gov.br/signatario/validarDocumento> com o código: 95c3ad62cab1ed4762b521112120.

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luiz Lucas Prusse em 06/08/2023 17:03. Inscrição de 20.732.415-9 por: Alex Sandro Medeiros em 08/08/2023 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço: <https://www.aprotocolo.br/gov.br/signatario/validarDocumento> com o código: 95c3ad62cab1ed4762b521112120.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – CMS Nº 39/28/2023

9.1.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inobservância não transfere responsabilidade ao Contratante;

9.1.7 Instruir os trabalhadores que eventualmente executarem os serviços na sede do Contratante quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.8 Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.10 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.11 Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedor do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

9.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.1.13 Prestar o serviço obedecendo fielmente às quantidades requisitadas, horários, prazos e localidade estabelecidos e demais obrigações pertinentes;

9.1.14 A contratada deverá manter em sua sede mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo;

9.1.15 No início da vigência do contrato a contratada deverá fornecer colheres de sopa de plástico e canecas de plástico em polipropileno com, no mínimo, 350 ml, em quantidade suficiente para os presos, repondo-as sempre que o estado de conservação não estiver adequado ou sempre que a Direção ou responsável da unidade prisional solicitar, devendo a contratada repor no prazo de 24 horas;

9.1.16 Acelar, mediante solicitação da Direção do DEPPEN, que se procedam às mudanças nos dias e horários da prestação de serviços, em virtude de intempéries imprevisíveis, como molins, rebeldias ou outros fatores que alterem a rotina das Unidades Prisionais, as mudanças devem ser comunicadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

9.1.17 A empresa contratada fornecerá e atualizará regularmente a identificação de todos os seus empregados utilizados na preparação e na entrega das refeições assim como as placas dos referidos veículos, para o gestor do contrato;

9.1.18 Caberá à empresa contratada manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: falta d'água, energia elétrica, gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a manutenção do atendimento adequado;

9.1.19 Todas as comunicações sobre o desenvolvimento da execução do objeto do presente contrato serão formalizadas por escrito, mediante prova de recebimento ou protocolo dirigido à Direção do DEPPEN, conforme o caso;

9.1.20 Os funcionários deverão se submeter às normas de segurança e revista da Unidade Prisional;

9.1.21 Casos a conduta não esteja em conformidade com as normas, estes deverão ser substituídos;

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luiz Lucas Prusse em 06/08/2023 17:03. Inscrição de 20.732.415-9 por: Alex Sandro Medeiros em 08/08/2023 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço: <https://www.aprotocolo.br/gov.br/signatario/validarDocumento> com o código: 95c3ad62cab1ed4762b521112120.

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luiz Lucas Prusse em 06/08/2023 17:03. Inscrição de 20.732.415-9 por: Alex Sandro Medeiros em 08/08/2023 10:25. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço: <https://www.aprotocolo.br/gov.br/signatario/validarDocumento> com o código: 95c3ad62cab1ed4762b521112120.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – GMS Nº 3928/2023

9.1.34 Em cada caixa de armazenamento das marmitas (hot box) das refeições dos servidores deverá constar etiqueta identificando o peso de cada tipo de refeição, por exemplo, arroz XX Kg, feijão XX Kg;

9.1.35 Os Hot Box e as garrafas térmicas que apresentarem avarias (queimados, furados e outros danos) que prejudiquem o acondicionamento deverão ser substituídos;

9.1.36 As quantidades de refeições (marmitas) acondicionadas nos recipientes isotérmicos (hot box) não poderão ultrapassar a sua capacidade máxima;

9.1.37 É obrigatório a identificação dos hot box e das garrafas térmicas com o nome do Estabelecimento;

9.1.38 A contratada deverá certificar-se que não serão incorporadas às refeições (marmitas), objetos estranhos e ilícitos no ambiente penal, tais como celulares, drogas, armas, bebidas alcoólicas, entre outros;

9.1.39 Garantir que as refeições sejam entregues nos horários estipulados com uma tolerância de 15 minutos para mais ou para menos conforme Anexo, com uma temperatura mínima de 60° C para os pratos quentes e os pratos frios entregues em recipientes isotérmicos (hot box);

9.1.40 Estar ciente que não serão custeadas pela contratante, as dietas cujo peso esteja abaixo do mínimo estabelecido (700 gramas) para Unidades Prisionais cuja população é constituída de presos do sexo masculino, de (700 gramas) para Unidades Prisionais de presos do sexo feminino, bem como aquelas que estejam destampadas, quebradas ou viradas ou com sujidades e deverão ser repostas desde que solicitadas pelo Estabelecimento à empresa contratada;

9.1.41 Garantir que a salada, destinada aos presos, cuja composição é definida no Anexo B, seja embalada individualmente em saco plástico transparente e atóxico, porcionado individualmente ou de acordo com a quantidade de presos por cubículo ou por galeria a granel, conforme a necessidade de cada Estabelecimento, definida pelo gestor do Contrato;

9.1.42 Garantir que a salada, destinada aos servidores, cuja composição é definida no Anexo B, seja enviada em saco plástico transparente e atóxico, dentro de recipientes isotérmicos;

9.1.43 Garantir que será fornecida no almoxar 01 (uma) vez por semana, para os presos, e 03 (três) vezes por semana para os servidores, uma unidade de fruta da época, inteira, com casca ou sem casca, embalada, sendo definido pelo gestor do contrato o modo de preparo e forma de servimento. Para os servidores deverá ser servido nas quartas, quintas e sextas feiras;

9.1.44 Garantir que os pães para desjejum dos presos e servidores sejam acondicionados em embalagens plásticas, transparentes e atóxicas, com indicação de data de fabricação e de validade. Os pães poderão ser embalados em Kits (02 unidades), em quantidade de presos por cubículo ou a granel, conforme a necessidade do Estabelecimento e definido pelo Gestor do contrato;

9.1.45 O volume total do café, café com leite e chá, para os presos e servidores, no desjejum deverá ser transportado e distribuídos acondicionados em garrafas térmicas ou outro modelo, devidamente autorizado pelo Gestor do contrato, tantas quanto forem necessários;

7

Assinado em Brasília em 20/07/2023 por Carlos Alberto Rosa em: 07/08/2023 10:46, Data e hora de validação: por João Maria em 07/08/2023 16:20

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luiz Lucas Pente em 08/08/2023 17:02. Inscrição de pessoa física: 257324139-9 por: Alex Sandro Medeiros em: 08/08/2023 17:25. Documento assinado nos termos do Art. 36 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A veracidade deste documento pode ser validada no endereço: https://www.procuradoria-geral-estadual-rs.gov.br/validar_documento com o código: 99c43d6c2fab3d43776b537433450.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – GMS Nº 3928/2023

9.1.46 Em datas festivas tais como o Natal, Ano Novo, sexta-feira Santa e Páscoa, a contratada deverá fornecer cardápio especial, contendo, por exemplo: carnes assadas (frango, peru, cheddar, pernil, peixes, etc.);

9.1.47 Os funcionários da contratada devem se apresentar dentro do padrão de higiene e proteção individual específico para o desempenho das funções;

9.1.48 Observar que os gêneros alimentícios são qualificados conforme as preparações constantes nos cardápios mensais aprovados pelo DEPPEN;

9.1.49 Em caso de rebeliões ou molins, as refeições servidas no almoxar e jantar para servidores deverão ser substituídas por lanches rápidos, a pedido da Direção da Unidade Pena, devendo a empresa contratada fornecer lanche contendo:

9.1.49.1 01 (uma) fruta da época (mínimo 100 g), 03 (três) sanduíches de pão de leite (mínimo de 50g cada pão), embalados individualmente, contendo em cada um deles 01 (uma) unidade de hambúrguer (mínimo de 50g), 01 fatia de queijo mussarela (mínimo de 30g) e devendo ser acompanhado com suco ou café com leite na quantidade de 300ml por servidor, servidos separadamente ou 03 unidades de fatia de pizza ou torta salgadas com pesagem mínima de 100 gramas acompanhadas, 01 (uma) fruta da época (mínimo 100 gramas) de suco ou café com leite na quantidade de 300 ml por servidor;

9.1.50 Qualquer alteração no horário de entrega deverá a Unidade solicitar autorização da Direção do DEPPEN, conforme o caso, com concordância da empresa contratada;

9.1.51 Caberá à empresa contratada a remoção dos restos e sobras de alimentos diariamente;

9.1.52 Quanto às embalagens utilizadas nas refeições (marmitas), serão transportadas em sacos de lixo resistentes ou cordas de sisal, numa frequência mínima de três vezes por semana. Tais resíduos (orgânicos e inorgânicos) deverão ser retirados em veículos próprios para essa finalidade, não se admitindo a utilização dos veículos de transporte das refeições;

9.1.53 Nas unidades prisionais que contém até 30 (trinta) presos, a frequência para a retirada dos resíduos e embalagens poderá ser alterada, desde que autorizado pelo Gestor do contrato;

9.1.54 As embalagens (sacos de lixo) e as cordas de sisal serão fornecidas pela Contratada, conforme solicitação do gestor do contrato;

9.1.55 Realizar a disposição final dos resíduos sólidos em local devidamente licenciado, para tanto, devendo, ainda, observar as normas legais pertinentes;

9.1.56 A CONTRATANTE, segundo critérios de oportunidade e conveniência da administração pública, mediante aceite da CONTRATADA, poderá autorizar, em substituição às embalagens previstas neste termo, o fornecimento de refeições aos presos em sistema de buffet ou semi-buffet;

9.1.57 Designar uma nutricionista, sendo esta funcionária efetiva ou que atue em nome da contratada por qualquer outro instrumento jurídico válido, para atuar como responsável técnica pela execução do contrato;

9.1.58 Para os itens/Unidades administradas pelo DEPPEN;

9.1.58.1 No início do contrato a empresa deverá fornecer para os servidores: mesas, cadeiras, pratos, talheres e toalhas de mesa de plástico, substituindo-os sempre que o estado de conservação não estiver adequado ao uso;

8

Assinado em Brasília em 20/07/2023 por Carlos Alberto Rosa em: 07/08/2023 10:46, Data e hora de validação: por João Maria em 07/08/2023 16:20

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luiz Lucas Pente em 08/08/2023 17:02. Inscrição de pessoa física: 257324139-9 por: Alex Sandro Medeiros em: 08/08/2023 17:25. Documento assinado nos termos do Art. 36 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A veracidade deste documento pode ser validada no endereço: https://www.procuradoria-geral-estadual-rs.gov.br/validar_documento com o código: 99c43d6c2fab3d43776b537433450.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 0716/2023 – GMS N° 3928/2023

101 a 200	15% do salário mínimo;
201 a 300	10% do salário mínimo;
Acima de 301	5% do salário mínimo;

9.1.58.9 Será computada a média mensal de presos implantados nos canteiros de trabalho, levando-se em consideração o CNPJ da empresa contratada.

9.1.58.10 Os presos deverão ser substituídos prontamente nos casos em que suas condutas, segundo avaliação pela Direção ou responsável pelo Estabelecimento, sejam incompatíveis com as normas disciplinares do Estabelecimento, ou nos casos em que sejam agraciados(as) com a progressão de regime, alvará de soltura, transferência, ou outro motivo que resulte em sua ausência.

9.1.58.11 Fornecer aos presos(as) contemplados no convênio firmado entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, uniformes, luvas, máscaras descartáveis e protetores de cabelo, de acordo com a necessidade do serviço a ser executado, cabendo à Comissão de Recebimento de Alimentos, instituída pela Direção do Estabelecimento Penal, fiscalizar e exigir que os presos usem, rigorosamente, o material fornecido;

9.1.58.12 Caso a contratada opte por realizar os serviços descritos no item 8.1.58.7 sem a contratação de mão de obra prisional, por intermédio de seus funcionários, estes serão cadastrados previamente e serão acompanhados por agentes;

9.1.58.13 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

9.1.58.14 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.58.15 Atender as solicitações da Contratante quanto a substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência;

9.1.58.16 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.58.17 Disponibilizar em regime de comodato nas unidades da Contratante, para a perfeita execução dos serviços, no(s) local(is) de coleta estabelecido(s), equipamento(s) adequado(s) para depósito dos resíduos sólidos adequadamente segregados e acondicionados, cabendo à CONTRATADA, ainda, a fim de que os serviços não sofram solução de continuidade, manter equipamentos reserva, para substituir temporariamente os que se encontrarem em manutenção.

9.1.59 Garantir ao Contratante:

- a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

[Handwritten signature]



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 0716/2023 – GMS N° 3928/2023

9.1.58.2 Nos locais que contemplem mais de 10 (dez) servidores, as Contratadas deverão fornecer, no início do contrato, Buffet em balcão de aço inoxidável, com cobertura de vidro ou aço inoxidável, com sistema de banho Maria ou outro modelo devidamente aprovado pelo Gestor do contrato, além de galheteiros e outros utensílios necessários para o servimento em quantidade suficiente para atender o número de servidores do estabelecimento, substituindo-os sempre que o estado de conservação não estiver adequado ao uso. Nos locais que contem com menos de 10 servidores, as refeições (almoço e jantar) deverão ser fornecidos em mamatas, com caridápio idêntico ao serviço no sistema Buffet;

9.1.58.3 A contratada deverá fornecer semanalmente, em quantidade suficiente para atender o número de servidores da Unidade Prisional, copos descartáveis para água e café, guardanapo de papel, temperos (sal, óleo e vinagre) para salada, palito de dente e embalagens de saco plástico atóxico para talheres;

9.1.58.4 Proceder, em até 24 (vinte e quatro) horas, após ser comunicado pela Direção ou responsável da Unidade Prisional, à substituição dos equipamentos e utensílios considerados impróprios para o uso;

9.1.58.5 O custo referente ao fornecimento dos itens citados no item 9.1.58.1, 9.1.58.2 e 9.1.58.3, ocorrerá a expensas da contratada;

9.1.58.6 Elevar diariamente após o término das atividades, a sanitização do ambiente, materiais e utensílios, com produto sanitizante de comprovada eficiência registrado em órgão oficial;

9.1.58.7 Manter nas dependências da Unidade atendida o quantitativo mínimo de colaboradores, conforme Anexo C, necessários à execução dos serviços estabelecidos pelos respectivos Diretores ou responsáveis pela Unidade Prisional, visando manter o local, os móveis, equipamentos e utensílios em condições apropriadas de uso, no servimento das refeições aos agentes públicos e presos, na limpeza das embalagens, recolhendo as sobras das refeições, ensacando-as, separadamente dos demais resíduos, além de serviços de carga e descarga do caminhão, higienização do refeitório (quando possível) e distribuição das refeições aos agentes públicos e presos;

9.1.58.8 A Contratada terá a opção de celebrar convênio com Contratante, com a finalidade de atender os quantitativos mínimos estabelecidos no item anterior, visando a contratação de presos remunerados pelas empresas contratadas, nos termos da Lei Estadual 17.140/2012 e do § 2 do artigo 1º da Resolução 008/2014 do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná CEDIDEPEN de 12/12/2014;

9.1.58.8.1 Será autorizada a cobrança da parcela destinada ao FUPEN, encargos administrativos, das empresas cooperadas, conforme o número de presos implantados no canteiro de trabalho;

9.1.58.8.2 Os encargos administrativos terão seus percentuais decrescidos quanto maior for o número de presos implantados, conforme tabela abaixo:

Presos (média mensal)	Encargos Administrativos (canteiros internos e externos) - %	
	01 a 50	25% do salário mínimo;
	51 a 100	20% do salário mínimo;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – GMS Nº 3928/2023



b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratante.

9.2 São obrigações do Contratante:

- 9.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
9.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através da comissão ou de servidores especialmente designados, a quem caberá subsidiar o gestor para atesto das faturas apresentadas;
9.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
9.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
9.2.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

10.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto nº 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

10.3 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

10.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convenicionado que a taxa de compensação

11

Partida no Projeção 26/12/2023, 15:54 por Carlos Alberto Rosa em 07/08/2023 10:36, Download realizado por João Neto em 07/08/2023 16:20

Assinatura Qualificada realizada por Adilson Luiz Lucas Prosser em 06/08/2023 17:54, Inscrito no processo 26/12/2023-9 por Alex Sandro Medeiros em 06/08/2023 10:25.
Documento assinado nos termos do Art. 3º do Decreto Estadual nº 7.942/2023. A autenticação eletrônica do documento, por ser realizada em ambiente seguro, garante a sua integridade e a não existência de dúvidas quanto à sua autenticidade.
<https://www.aprecos.org.br/validar/validarDocumento> com o código: 994340627643417762652111320.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0716/2023 – GMS Nº 3928/2023

financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = (TX)$
 $I = (6/100) 365$
 $I = 0,00016438$
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.5 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10.6 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 A Contratada prestará garantia de execução, na modalidade a ser por ela definida na forma prevista no art. 96, § 1º e art 98 da Lei 14.133/21 inciso I art. 427 da Lei Estadual nº 10.086/22, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser assinado.

11.2 O adicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
11.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
11.3.2 seguro-garantia;

11.3.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

11.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12

Inscrito no Projeção 26/12/2023, 15:54 por Carlos Alberto Rosa em 07/08/2023 10:36, Download realizado por João Neto em 07/08/2023 16:20

Assinatura Qualificada realizada por Adilson Luiz Lucas Prosser em 06/08/2023 17:54, Inscrito no processo 26/12/2023-9 por Alex Sandro Medeiros em 06/08/2023 10:25.
Documento assinado nos termos do Art. 3º do Decreto Estadual nº 7.942/2023. A autenticação eletrônica do documento, por ser realizada em ambiente seguro, garante a sua integridade e a não existência de dúvidas quanto à sua autenticidade.
<https://www.aprecos.org.br/validar/validarDocumento> com o código: 994340627643417762652111320.



12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS DE EXTINÇÃO

13.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de ampla defesa ao Contratado.

13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento



11.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.8 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086 de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 0716/2023 – GMS N° 3928/2023



da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

15.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

15.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

15.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

15.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

15.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais;

15.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento;

15.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

15.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais;

15.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

15.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula;

15.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

15

Boletim do Protocolo 25.232, 01/04, por Carlos Alberto Rocha em: 07/08/2023 16:36, Inicializada pelo: João Mota em: 07/08/2023 16:20

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luis Lucas Prusse em 09/08/2023 17:01, Base do documento: 207.732.413-9 por: Alex Sandro Medeiros em: 09/08/2023 10:25, Documento assinado nos termos do Art. 36 do Decreto Estadual nº 7.368/2021. A autenticação deste documento, por ser realizada no sistema, pode ser verificada no endereço: <https://www.e-protochp.pr.gov.br/apex/validarDocumento.cem?origem=PRC&idDocumento=207732413926>.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 0716/2023 – GMS N° 3928/2023

15.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

15.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

15.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO;

15.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança;

15.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada;

15.20 O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo Aditivo, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

16.1 A CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus empregados, prepostos e/ou representantes faça uso das INFORMAÇÕES obtidas em cumprimento do CONTRATO;

16.2 A CONTRATADA responsabiliza-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às INFORMAÇÕES por seu intermédio, obrigando-se a ressarir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas;

16.3 A CONTRATADA se compromete a identificar seus empregados, prepostos e/ou representantes da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES referidas na Cláusula Primeira, parágrafo primeiro;

16.3 A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados, prepostos e/ou representantes ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, incluindo a RESCISÃO DO CONTRATO firmado entre as PARTES;

17.2 A CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Estado do Paraná, inclusive os de

16

Boletim do Protocolo 207.732, 41/04, por Carlos Alberto Rocha em: 07/08/2023 16:36, Inicializada pelo: João Mota em: 07/08/2023 16:20

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luis Lucas Prusse em 09/08/2023 17:01, Base do documento: 207.732.413-9 por: Alex Sandro Medeiros em: 09/08/2023 10:25, Documento assinado nos termos do Art. 36 do Decreto Estadual nº 7.368/2021. A autenticação deste documento, por ser realizada no sistema, pode ser verificada no endereço: <https://www.e-protochp.pr.gov.br/apex/validarDocumento.cem?origem=PRC&idDocumento=207732413926>.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - CONTRATO - Nº 0716/2023 - GMS Nº 3928/2023

ordem moral, sem prejuízo da apuração de responsabilidade no âmbito civil, criminal e administrativo após regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OTAVA - DA VIGÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

18.1 A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo terá validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por meios lícitos, ou mediante autorização escrita concedida pela CONTRATANTE, observados o interesse público, a boa-fé e a finalidade que justificaram a sua disponibilização.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS INFORMAÇÕES NÃO SIGILOSAS

19.1 As INFORMAÇÕES que se qualifiquem como dados pessoais não sigilosos, quando não digam respeito às atividades de segurança pública, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, serão objeto de cláusulas próprias, de acordo com o disposto na Lei n. 13.079/2018 (LGPD) e no Decreto n. 6.474 de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o Termo de Referência e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a contratação.

20.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

20.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no site eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

20.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, de de 2023.

Col. PM Adilson Luiz Lucas Prusse
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Resolução nº 390/2023 - SESP

Eduardo Paiva Dal Santo
RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA

TESTEMUNHA 1:

Adilson Luiz Lucas Prusse
Assessoria Jurídica

TESTEMUNHA 2:

Alex Sandro Medeiros
Assessoria Jurídica

Assinado no endereço: 20.732.415-9 por Carlos Alberto de Resende em 01/08/2023 10:36. Documento eletrônico por João Paulo em 01/08/2023 16:00

Assinatura e Documento eletrônico por Adilson Luiz Lucas Prusse em 01/08/2023 17:03. Documento eletrônico de 20.732.415-9 por Alex Sandro Medeiros em 01/08/2023 16:00
Documento eletrônico assinado por Alex Sandro Medeiros em 01/08/2023 16:00. A autenticidade pode ser verificada no endereço: <https://www.epprotocolo.pr.gov.br/sipweb/validarDocumento> com o código: 99c43add2cfab3ad3477d6523d33420.



ePROTÓCOLO

Documento: Anexo_2_07162023RESTAURANTEPIZZARIAKAINGANGANGLTDAEmentencialeMarfinga_assinado.pdf.

Assinatura Qualificada realizada por: Adilson Luiz Lucas Prusse em 01/08/2023 17:03.

Inscrito no protocolo 20.732.415-9 por: Alex Sandro Medeiros em: 01/08/2023 16:00.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço: <https://www.epprotocolo.pr.gov.br/sipweb/validarDocumento> com o código: 99c43add2cfab3ad3477d6523d33420.

161



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1052/2023 – GMS Nº 5799/2023

CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO, COCÇÃO E FORNECIMENTO TRANSPORTADO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE: CADEIA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS E CADEIA PÚBLICA DE PINHÃO, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A EMPRESA SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA.

PROTOCOLO nº: 21.207.890-5

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede localizada junto à Rua Cel. Dulcídio, nº 800, bairro Batel, CEP 80.420-170, Curitiba/PR, neste ato representada por seu Titular, Cel. PM RR Hudson Leônico Teixeira, RG 5.546.799-4, portador do CPF 840.630.419-72, nomeado pelo Decreto nº 00012, de 01 de janeiro de 2023.

CONTRATADO(A): SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA, registrada sob o CNPJ nº: 01.564.322/0001-26, com sede na Rua Avenida Pioneiro Antônio Ruiz Saldanha, nº 778, Zona 41, Maringá/PR, CEP 87.065-290, neste ato representado pela Lucas Panisson, RG nº. 3.887.350 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.500.849-10, residente e domiciliado na Rua João Bernardino da Rosa, 353, Casa 60, Bairro Pedra Branca, CEP 88.137-010, na cidade de Palhoça/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto, pela parte do CONTRATANTE, a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO, COCÇÃO E FORNECIMENTO TRANSPORTADO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA DA UNIDADE: CADEIA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS E CADEIA PÚBLICA DE PINHÃO, fornecido pela CONTRATADA de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas e servidas ininterruptamente, inclusive em feriados, conforme Termo de Referência e proposta comercial da empresa.

CADEIA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS			
Item	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
Desjejum	110	R\$ 5,10	R\$ 561,00
Almoço	110	R\$ 10,70	R\$ 1.177,00
Jantar	110	R\$ 10,70	R\$ 1.177,00
Lanche noturno	06	R\$ 2,00	R\$ 12,00
TOTAL			R\$ 2.927,00
			R\$ 1.068.355,00



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1052/2023 – GMS Nº 5799/2023

CADEIA PÚBLICA DE PINHÃO			
Item	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
Desjejum	60	R\$ 5,10	R\$ 306,00
Almoço	60	R\$ 10,70	R\$ 642,00
Jantar	60	R\$ 10,70	R\$ 642,00
Lanche noturno	06	R\$ 2,00	R\$ 12,00
TOTAL			R\$ 1.602,00
			R\$ 584.730,00

VALOR TOTAL GLOBAL PARA 365 DIAS R\$ 1.653.085,00

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO

2.1 Este contrato decorre através de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 43975/2023, conforme art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021 e art. 160 do Decreto Estadual 10.086/2022, objeto do processo administrativo 21.207.890-5, com autorização publicada no Diário Oficial do Estado nº 11539, de 10/11/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor diário do contrato é de R\$ 4.529,00 (quatro mil e quinhentos e vinte e nove reais);

3.3 O valor total do contrato é de R\$ 1.653.085,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta e três mil oitenta e cinco reais);

3.4 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) ou ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo aplicado o que se mostrar mais vantajoso e menos oneroso à Administração na época do reajuste, tendo em vista que tais índices apresentam variações em determinados períodos, sendo assim, e a depender do período do reajuste deverá ser aplicado um ou outro, o que apresentar a menor variação em relação aos outros índices praticados no mercado.

4.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

4.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o Art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Art. 170 do Decreto estadual nº 10.086/2022.

4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

162



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 1052/2023 – GMS N° 5799/2023

4.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

CLÁUSULA QUINTA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

6.1 O serviço terá início na Cadeia Pública de Prudentópolis em 06/12/2023.

6.2 O serviço terá início na Cadeia Pública de Pinhão em 03/12/2023.

6.3 Os serviços serão prestados na **Cadeia Pública de Prudentópolis e Cadeia Pública de Pinhão**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações no Termo de Referência e na proposta.

6.4.1 Quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, os serviços poderão ser corrigidos ou refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas do Contratado, e no caso de não serem atendidas as determinações deverão ser rejeitados.

6.4.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

6.5 Nos termos do art. 359, inciso II do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente 01/06/2023.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – FONTE DE RECURSOS

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: Gestão do Sistema Penitenciário;

Fonte de Recursos: 100, 101, 113, 147, 148 e/ou 164;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 1052/2023 – GMS N° 5799/2023

Programa de Trabalho: Dotação Orçamentária: 3917.06.421.13.6383

Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

Nota de Empenho: 23050565

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados de 03/12/2023 a 01/12/2024.

8.2 O Contratado concorda com a extinção antecipada do contrato na hipótese de homologação de procedimento licitatório em andamento sob Protocolo 19.954.642-2 e da consequente possibilidade de assinatura de novo instrumento contratual, sem direito ao pagamento de indenização.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste contrato.

9.2 O Contratado obriga-se especialmente a:

9.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do contrato;

9.2.1.1 Além daqueles inerentes ao serviço, o Contratado deverá, quando exigido, disponibilizar os materiais, equipamentos e peças, conforme especificado no Termo de Referência.

9.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.5 Relacionar os trabalhadores que executarão os serviços na sede do Contratante, além de providê-los conforme as exigências da segurança do trabalho, se for o caso;

9.2.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;

9.2.7 Instruir os trabalhadores que eventualmente executarem os serviços na sede do Contratante quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.2.8 Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.2.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.10 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 1052/2023 – GMS N° 5799/2023

9.2.11 Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedor do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

9.2.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.2.13 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência, nos termos do VII artigo 392 do Decreto Estadual nº 10.086/22; art. 6º XVII, da Lei 14.133/21;

9.2.14 Quando o projeto se referir à obra material de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

9.2.14 Quando o projeto se referir à obra material de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

9.2.15 Garantir ao Contratante:

a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratante.

9.3 O Contratante obriga-se a:

9.3.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.3.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.3.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.3.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.3.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;

9.3.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.3.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contrato em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 1052/2023 – GMS N° 5799/2023

mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

10.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

10.3 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

10.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convenionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.5 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10.6 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11 A Contratada prestará garantia de execução, na modalidade a ser por ela definida na forma prevista no art. 96, § 1º e art 98 da lei 14.133/21 inciso I art. 427 da lei Estadual nº 10.086/22, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser assinado.

11.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

163



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1052/2023 – GMS Nº 5799/2023

- 11.2.2 seguro-garantia;
- 11.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 11.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.
- 11.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 11.5 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.6 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, (art. 100 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 11.7 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
- 12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
 - b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
 - c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
- 12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
- 12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
- 12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
- 12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 10.086, de 2022, e na Lei nº 20.656, de 2021.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1052/2023 – GMS Nº 5799/2023

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS DE EXTINÇÃO

- 13.1 O presente instrumento poderá ser extinto:
- 13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 13.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
 - 13.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 13.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
- 13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.
- 14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
 - c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.
- 14.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 1052/2023 – GMS N° 5799/2023

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

15.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 8º da LGPD, especialmente o da necessidade;

15.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

15.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

15.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

15.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

15.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

15.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

15.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

15.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – N° 1052/2023 – GMS N° 5799/2023

15.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 42 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

15.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

15.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

15.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

15.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

15.20 O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo Aditivo, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

16.1 A CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus empregados, prepostos ou representantes faça uso das INFORMAÇÕES obtidas em cumprimento do CONTRATO.

16.1 A CONTRATADA responsabiliza-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às INFORMAÇÕES por seu intermédio, obrigando-se a ressarir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas.

16.2 A CONTRATADA se compromete a identificar seus empregados, prepostos ou representantes da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES referidas na Cláusula Primeira, parágrafo primeiro.

16.3 A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados, prepostos ou representantes ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, incluindo a RESCISÃO DO CONTRATO firmado entre as PARTES.

17.2 A CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Estado do Paraná, inclusive os de ordem moral, sem prejuízo da apuração de responsabilidade no âmbito civil, criminal e administrativo após regular processo administrativo ou judicial.

164



164 V

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1052/2023 – GMS Nº 5799/2023

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

18.1 A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo terá validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público por meios lícitos, ou mediante autorização escrita concedida pela CONTRATANTE, observados o interesse público, a boa-fé e a finalidade que justificaram a sua disponibilização.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFORMAÇÕES NÃO SIGILOSAS

19.1 As INFORMAÇÕES que se qualifiquem como dados pessoais não sigilosos, quando não digam respeito às atividades de segurança pública, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, serão objeto de cláusulas próprias, de acordo com o disposto na Lei n. 13.079/2018 (LGPD) e no Decreto n. 5.474 de 2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o Termo de Referência e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a contratação.

20.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

20.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no site eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

20.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, de _____ de 2023.

Cel. PM RR Hudson Leônicio Teixeira
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

LUCAS
Assinado eletronicamente
por LUCAS
PANISSON:00
Data: 2023.11.09
16:19:42 -0'30"

Lucas Panisson
SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA

TESTEMUNHA 1:

LUCAS IZAIR
Assinado de forma
digital por LUCAS
ANTUNES DE
IZAIR ANTUNES DE
CASTRO:05278
563982
Data: 2023.11.09
16:19:27 -0'30"

TESTEMUNHA 2:

VILSON LUIZ
Assinado de forma
digital por VILSON LUIZ
PANISSON:1
6359399920
Data: 2023.11.09
16:19:36 -0'30"



DECISÃO DE RECURSO – PREGOEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024

DATA DA SESSÃO: 10/04/2024

HORÁRIO: 08h30m.

OBJETO: *Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalho da SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.*

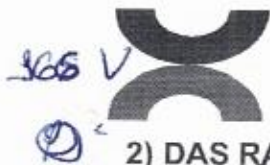
A Pregoeira da SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 006/2024, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2617 de 13 de maio de 2024 e, por força do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios desta Companhia, decide para os fins administrativos a que se destinam suas considerações às razões acerca do Recurso interposto pela licitante BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, em relação ao pregão em epígrafe.

1) RESUMO DO PROCESSO

Na data e horário marcados, foi iniciada a sessão pública para abertura do processo licitatório em suas respectivas fases, sendo, declarações, propostas de preços, lances e habilitação, tudo conforme ata de sessão em anexo ao processo.

Com relação ao item 02 que trata-se de REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO (...), essa pregoeira aceitou a proposta e habilitou a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, com o valor de R\$ 12,00.

Porém, a licitante BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, 3ª colocada no certame, com valor de R\$ 21,00, para o mesmo item, não conformada com a habilitação da concorrente interpôs recurso, conforme razões abaixo:



2) DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A recorrente BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, observando o disposto no item "09" do Edital, apresentou, tempestivamente, as razões recursais, as quais podem ser visualizadas no Portal de Compras do Governo Federal, resumidas abaixo:

Argumenta a recorrente que a empresa declarada habilitada não cumpriu com as exigências constantes no Instrumento Convocatório, no item da Habilitação jurídica, por dois motivos, (LIBERAÇÃO EM SEUS ALVARÁS SANITÁRIO E ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE FORNECIMENTOS DE REFEIÇÕES FORA DO SEU LOCAL ONDE ESTÁ ESTABELECIDO) e ainda no item da Qualificação Técnica, o seu atestado de qualificação técnica não constar o fornecimento de refeições tipo marmitas embalada, objeto do lote que a empresa logrou vencedora.

E ao final requereu:

a) que seja declarada inabilitada a Recorrida por não ter comprovado no requisito habilitação jurídica, as liberações para fornecer alimentos além do seu local onde está estabelecida, e não constar no contrato social as atividades Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos).

b) Sucessivamente que seja declarada inabilitada a Recorrida por não apresentar atestado de qualificação técnica, condizente com objeto do lote 02, referente a comprovação de fornecimento de marmitex, objeto do certame.

Após a apresentação das razões a licitante habilitada apresentou suas contrarrazões conforme descrita a seguir.

3) DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Após a disponibilização do recurso no Portal de Compras do Governo Federal, conforme disposto no item "09" do Edital, a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, apresentou, tempestivamente, as contrarrazões recursais, as quais também podem ser visualizadas no Portal de Compras do Governo Federal, alegando, em resumo, que atenderam o edital, pois o edital pedia a atividade compatível com o objeto da licitação, e, a licitante presta atividade compatível.

Alegando que o Tribunal de Contas da União, publicou o Acórdão n.º 1203/2011 que a aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela



Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal.

Nesse entendimento, o CNAE é um código identificador para a Receita Federal (sob a égide do IBGE), enquanto o Contrato Social determina, quais as atividades, realmente a empresa possa atuar, inexistindo CNAE específico para "refeição transportada".

Ao final requereu improcedente do recurso e por consequência que seja mantida a sua habilitação.

4) DA ANÁLISE

Em análise as razões e das contrarrazões de recurso, constatamos o preenchimento dos pressupostos recursais exigidos em lei, merecendo, assim, seu recebimento e análise quanto ao mérito.

Argumentou a recorrente que a recorrida não possui em seus Alvarás a liberação para fornecimentos de alimentação fora do seu local, que, deveria ter o CNAE com a atividade de "Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos", razão pela qual a recorrida não atende o item 10.6.6 e nem o item 10.6.7 do edital, que assim dispõem:

10.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado.

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

Quanto ao **item 10.6.6.** do edital, faz-se necessário expor, que ao habilitar a recorrida, essa pregoeira verificou no ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO as seguintes atividades:

ATIVIDADE PRINCIPAL	
0056.1/12.01	Restaurantes e similares
ATIVIDADE SECUNDARIA(S)	
0046.3/71.99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
0047.2/96.99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

Ou seja, foi verificada a existência da atividade “Restaurante e similares”, a qual entendeu essa pregoeira por ser atividade **COMPATÍVEL** com o objeto licitado, que é o fornecimento de Marmita. Definindo a palavra **compatível**, encontramos o seguinte “passível de coexistir ou conciliar-se, capaz de funcionar conjuntamente; harmonizável”.

Ainda, verificando no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi constatada que essa descrição da atividade compreende alimentação, comida, refeição, serviços de alimentação, restaurante e similares, vejamos:

Atividades		Estrutura	
busca por palavra chave ou código		classificação	buscar
5611201		CNAE-Subclasses 2.3	
Subclasses encontradas: 15			
Mostrar: 100 registros por página			
Código	Descrição		
5611-2/01	A ALMO: ALIMENTAÇÃO, COMIDA, REFEIÇÃO		
5611-2/01	A PESO: ALIMENTAÇÃO, COMIDA, REFEIÇÃO		
5611-2/01	A QUÍLO: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	ALIMENTAÇÃO COM SERVIÇO COMPLETO, SERVIÇOS DE		
5611-2/01	CHURRASCOARIA: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	EXPLORAÇÃO DE VAQUÊS-RESTAURANTES, POR TERCEIROS: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	PENSÃO: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	PIZZARIA COM SERVIÇO COMPLETO: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	RESTAURANTE COM SERVIÇO COMPLETO		
5611-2/01	RESTAURANTE POR COMIDA A QUÍLO: SERVIÇO DE		
5611-2/01	RESTAURANTES E BARES EM EMBARCAÇÕES EXPLORADOS POR TERCEIROS: SERVIÇO DE		
5611-2/01	RESTAURANTES E SIMILARES		
5611-2/01	ROTISSERIA: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	SELF-SERVICE: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		
5611-2/01	TRATTORIA: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO		

Ainda, a hierarquia da atividade no Instituto, assim dispõe:

Hierarquia	
Seção:	1 ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
Divisão:	56 ALIMENTAÇÃO
Grupo:	56.1 Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas
Classe:	56.11-2 Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
Subclasse:	5611-2/01 Restaurantes e similares
Notas Explicativas:	
Esta subclasse compreende:	
- as atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas ao público em geral, com serviço completo	

Não o bastante a nota explicativa, ainda esclarece a atividade de vender e servir comida preparada (...) “com serviço completo”.

Notas Explicativas:

Esta subclasse compreende:

- as atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas ao público em geral, com serviço completo



Assim, entendeu essa pregoeira que a recorrida atendeu plenamente o item 10.6.7 do edital, por apresentar atividade **COMPATÍVEL** com o objeto da licitação.

Também, com o mesmo argumento afirma que a recorrida não possui em seus Alvarás, liberação para fornecimentos de alimentação fora do seu local, descumprindo agora o **item 10.6.7.** do edital, que assim dispõe:

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.

Da mesma forma, verificamos no ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA da recorrida a atividade de "comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente, comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, restaurante e similares", vejamos:

ATIVIDADES LICENCIADAS:

4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
1099-6/04 - Fabricação de gelo comum
5611-2/01 - Restaurantes e similares

Ou seja, foi constatado novamente a atividade "Restaurante e similares" totalmente **compatível** com o objeto licitado.

Não o bastante verificamos ainda no contrato social consolidado da recorrida o seguinte as seguintes atividades:

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da sociedade é **RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).**

Ou seja, novamente consta a atividade 5611201, que é **RESTAURANTES E SIMILARES.**

Ainda, como condição de participação o edital em epígrafe descreve no item "4" que a participação é exclusiva de empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, vejamos:



4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

Analizando os documentos da recorrida, nada desabona a sua condição de fornecer o objeto licitado, por apresentar objeto COMPATÍVEL com o licitado, apenas não encontrei nos documentos da recorrida Objeto específico com o objeto licitado, porém, temos que, atualmente a orientações do TCU, é no sentido que uma empresa não poderá ser excluída do certame, apenas por não ter o CNAE específico do objeto licitado nos seus alvarás ou contrato social. Vejamos:

Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares à atividade principal." (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara).

Nesse mesmo sentido temos o Acórdão 1.203/2011 – plenário, também do TCU, vejamos:

[...] A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal [...]

Ou seja, o TCU já decidiu em vários acórdãos que a empresa não precisa ter o objeto idêntico nem mesmo no contrato social, que é o que realmente define o ramo da atividade a ser desenvolvida pela empresa.

Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes em linha geral são compatíveis, com o objeto da licitação. Ou seja, a licitante deve ser inabilitada apenas se houver incompatibilidade. Nesse sentido o documento constitutivo e liberativos não precisam dispor expressamente e especificamente sobre o objeto idêntico ao da licitação.

Nesse sentido, existindo no contrato social o CNAE 5611201, que é RESTAURANTES E SIMILARES, entendendo pela compatibilidade em linha geral, com o objeto licitado.

Inabilitar a licitante com não ter objeto idêntico ao da licitação é levar a norma extravagante a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade



do certame, o que configura irregularidade grave.

Não o bastante, entende-se que o Objeto do Contrato Social da empresa, prevalece sobre seu código CNAE. O CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

Ao analisar a definição da CNAE, constata-se que nada mais é do que um método utilizado pela RFB para padronizar os códigos de atividade econômica no país, com a finalidade de melhor administrar as questões tributárias, nada tendo a ver com o objeto social da empresa.

Portanto, o CNAE não se confunde com o Objeto da empresa, que por sua vez, tem sua previsão legal no art. 997, inciso II, do Código Civil vigente.

Assim, não se pode confundir o código CNAE com o objeto social da sociedade empresária, sendo que, o primeiro nada mais é do que um código identificador para a RFB e o segundo o que determina quais as atividades podem ser exercidas pela empresa.

Deste modo, caso a administração tivesse que agir com extrema fidelidade em todas as licitações, comparando objeto licitado com a atividade da empresa, seja por alvarás ou contrato social, tenho por certo que nenhuma empresa seria habilitada, pois, geralmente as empresas definem de forma ampla as suas atividades enquanto a administração define seus objetos/itens de forma estrita para adquirir o melhor produto para a administração.

Não o bastante, verificando em processos anteriores da SURG, mais especificamente no pregão 32/2019, constatamos que a recorrente que foi a vencedora na época e continuou por 5 (cinco) anos, mediante prorrogação de contrato tinha em seu contrato social e nos alvarás atividade idêntica ao da recorrida (anexo doc. 01, 02 e 03), e isso não a impediu de ser vencedora na época e praticar o contrato por 5 (cinco) anos, ou seja, se for agir da forma que a recorrente solicita hoje, nem mesmo ela poderia ter sido habilitada naquela época, assim, entendemos que o cadastro de atividades como “restaurante e similares” atende ao objeto da presente licitação, não será o alvará de Localização e de Vigilância Sanitária motivo suficiente para inabilitar a empresa recorrida, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame. Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante para verificar a compatibilidade. Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser



168 V interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame, conforme preceitua o parágrafo único, art. 4º, Anexo I, Decreto nº 3.555/2000, não haveria motivos para inabilitar a empresa recorrida.

Também, nos autos há a apresentação de **atestado** de fornecimento emitido pela Universidade Estadual do Centro - Oeste/Unicentro, Câmpus CEDETEG, o que demonstra a experiência da licitante para o objeto licitado.

Não o bastante a recorrida apresentou em suas contrarrazões contrato público de fornecimento de objeto similar ao da licitação para a a Secretaria de Estado de Segurança Pública, com marmitas a serem entregues na cadeia pública de Maringá.

Nesse sentido, conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho (em Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação".

Assim, existência de previsão, ainda que genérica com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de participação e habilitação jurídica impostos pela legislação, que tem como um de seus princípios basilares o da ampla concorrência, no qual o que deve ser avaliado pelo pregoeiro e equipe é se o particular atua na área do objeto licitado.

Nesse sentido, o Princípio da Competitividade que também tem relação com os Princípios da Impessoalidade (art. 37 da C.F.), e da Isonomia, pode ser explicado, como o princípio que dirige os atos do administrador público, na direção de incentivar a maior concorrência entre os interessados em contratar com a Administração Pública. Já o Princípio da Vantajosidade, que por sua vez é um desmembramento do Princípio da República, nada mais é, do que o norteammento do servidor público, para que em todos os seus atos, objetivem trazer para a Administração Pública a proposta mais vantajosa.

A busca pela melhor proposta é uma das finalidades da Licitação (art. 3º da lei 8.666/93). Por isso não podem ser adotadas medidas que comprometam decisivamente o caráter competitivo do certame. Assim, as exigências de qualificação técnica e econômica devem se restringir ao estritamente indispensável para garantia do cumprimento das obrigações.



Nesse sentido, a pregoeira entende que, por constar no contrato social da recorrida e nos seus alvarás o CNAE de "Restaurante e similares", exigir que a empresa tenha descrição idêntica a do edital é limitar, injustificadamente, o caráter competitivo da Licitação, e impor à Administração Pública um preço mais elevado, ferindo de morte os princípios da prevalência do Interesse Público e da Vantajosidade.

5) DA CONCLUSÃO

Em face do acima exposto, recebo o recurso por preencher os requisitos formais exigíveis a sua espécie e, no mérito, nego provimento ao recurso, mantendo-se inalterada a decisão que classificou e habilitou a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, para o item 02, com o valor de R\$ 12,00.

Importante destacar que a análise e a decisão deste pregoeira não vincula a decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo.

Desta forma, na forma da parte final do *caput* do art. 92¹, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, encaminho o processo apreciação da autoridade superior.

Guarapuava - PR, 15 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br LEILANE APARECIDA SANTOS GASPAR
Data: 16/05/2024 10:46:36-0300
Verifique em <https://assinaturas.gov.br>

LEILANE AP. SANTOS GASPAR

Pregoeira da SURG

¹ Art. 92. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não. Se acatá-lo, o ato contestado será anulado e reaberto o certame, se possível, e se não acatá-lo, encaminhará para deliberação da autoridade superior.



Município de Guarapuava

Secretaria Municipal de Saúde

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LICENÇA SANITÁRIA E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL Nº

002/2019

Ramo de Atividade

RESTAURANTE E SIMILARES

CNPJ/CPF nº 05/0001-48

Cod. ramo ativ.

Validade: 12 meses a contar da data de Vistoria

CONTRIBUINTE

PANIFICADORA BATEL - LTDA
Rua CEL. LUSTOSA 2208 - BATEL
GUARAPUAVA/PR

Sector

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome

Conselho Regional

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA
DE BOQUEIRÃO
Guarapuava - PR

Data

18 SET 2019

Observações

Atestamos a veracidade das informações fornecidas pelo contribuinte, conforme consta no documento apresentado. Dada a data de 18/09/2019. Emissor: Eduardo Augusto F. de Sá, Diretor Municipal de Saúde. Assinatura: Eduardo Augusto F. de Sá, Diretor Municipal de Saúde.

A afixação desta licença em local visível ao consumidor usuário é obrigatória.

Carimbo e Licenciamento



Data da Vistoria

04/01/2019

Responsável da inspeção

Carimbo e Assinatura

Responsável do Serviço

Rodrigo Chelova Silva
Médico Veterinário
CRMV 4285
Diretor de Defesa da Vigilância Sanitária

RECLAMAÇÕES

198



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



Alvará de Licença de Localização e Funcionamento

VALIDADE: 03/07/2020

Cumprindo o que dispõe o CÓDIGO DE POSTURA MUNICIPAL em vigor Lei Complementar nº. 007 de 2004 e suas alterações, outorgamos o presente ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO durante o corrente exercício, do estabelecimento abaixo discriminado:

Razão social: PANIFICADORA BATEL LTDA

Endereço: CORONEL LUSTOSA, 2208 - BATEL

Complemento:

CNPJ/CNPJ: 03.114.885/0001-48

Cadastro Mobiliário: 211184

Número do Alvará: 1563/2019

Número do Processo: 1563/2019

Início das Atividades: 03/05/1999

Emitido em: 12/07/2019

Atividades:

4712100 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

4721102 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda

4721103 - Comércio varejista de laticínios e frios

5811201 - Restaurantes e similares

5811203 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

Informações Complementares:

PROIBIDO MÚSICA AO VIVO E MECÂNICA (ART. 48, LEI COMPLEMENTAR Nº 7/2004 NENHUM ESTABELECIMENTO COMERCIAL OU DE DIVERSÕES NOTURNAS PODERÁ FUNCIONAR SEM O ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE MÚSICA AO VIVO E MECÂNICA). SUJEITO A PENALIDADE LEGAL.

PROIBIDO UTILIZAÇÃO DO LOGOTIPO PÚBLICO. SUJEITO A PENALIDADE LEGAL.

ORÁRIO DE FUNCIONAMENTO AUTORIZADO: DE SEGUNDA A DOMINGO DAS 8 HORAS AS 00 HORA (ART. 39 -A LEI 007/2004)

Observações:

a. O prazo para requerimento de qualquer alteração, baixa ou paralisação deverá ocorrer dentro de 30 (trinta) dias contados da data do evento.

b. Este documento deverá ser, obrigatoriamente, afixado em local visível no estabelecimento conforme Legislação Municipal.

c. ESTE DOCUMENTO NÃO VALE COMO COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS.

d. A aceitação deste Alvará está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 29f8acb8a

Funcionário Responsável: Marcelo Abrahão de Campos

199
172
D

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.114.885/0001-48 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/04/1999
NOME EMPRESARIAL PANIFICADORA BATEL LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-01 - Restaurantes e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
OGRADUADO (CORONEL LUSTOSA		NÚMERO 2208	COMPLEMENTO
CEP 85.015-340	BAIRRO/DISTRITO BATEL	MUNICÍPIO GUARAPUAVA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/08/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

emitido no dia 15/09/2019 às 22:05:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



173

PARECER sob nº 021/2024 - QUANTO A DECISÃO DE RECURSO

Processo: Pregão Eletrônico nº 05/2024.

Interessado: Pregoeira.

Assunto: Parecer quanto a decisão de recurso - Processo Licitatório Pregão Eletrônico Nº05/2024 - Registro de preços visando à contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como buffet e marmitas.

I - DOS FATOS E DO FUNDAMENTO:

Para exame e parecer, desta Advogada, a Comissão de Licitação submete o processo licitatório em destaque, dando conta de **RECURSO** apresentado das folhas 148 à 153, contrarrazões apresentada das folhas 154 à 156, decisão de recurso das folhas 15 à 169.

Versa a licitação pública na modalidade, Pregão Eletrônico, registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como buffet e marmitas.

A empresa: BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA., exercendo seu direito, no prazo legal, interpos recurso, no intuito de que a empresa, RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA. fosse inabilitada por não atender aos requisitos editalícios dos itens, 10.6.6 e 10.6.7. Alega, em sua peça, em suma, que a Recorrida não comprovou no requisito de habilitação jurídica, as liberações para fornecer alimentos além do seu local onde está estabelecida, e não constar no contrato social as atividades, fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos, bem como, por não ter apresentado atestado de qualificação técnica, condizente com objeto do lote 02, referente a comprovação de fornecimento de marmitex, objeto do certame.

Mediante, CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, a empresa, RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA. Contrapôs-se aos argumentos constante na peça recursal.

A Senhora Pregoeira, JULGOU IMPROCEDENTE no mérito o recurso interposto pela empresa: BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, e manteve a decisão de habilitação da empresa: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA., com o fundamento de que os requisitos editalícios foram atendidos pela mesma.

É o relatório.

Pois bem.



O recurso, em questão, aponta, que a empresa: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA., não deu atendimento ao contido nos itens 10.6.6 e 10.6.7 do edital, em razão de que não demonstrou haver, liberações para fornecer alimentos e atualão no local onde está estabelecida, assim como, não constar do contrato social, atividades para o fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos, bem como, por não ter apresentado atestado de qualificação técnica, condizente com objeto do lote 02, referente a comprovação de fornecimento de marmitex, objeto do certame

Na decisão da Senhora Pregoeira, está entendeu que correta a classificação e habiliação da empresa: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA., sob o fundamento da orientação do TCU, de que uma empresa não pode ser excluída do certame, em razão de não ter o CNAE específico do objeto licitados nos seus alvarás ou contrato social, a ainda seguindo o entendimento do acórdão 1.203/2011, no mesmo sentido. Fundamenta ainda sua decisão em razão de situação similar ocorrida no pregão 32/2019, dando conta que a recorrente, então vencedora na época, manteve-se contratada por 5 (cinco) anos *com alvarás/atividade idêntico ao da recorrida*, e que isso não a impediu de ser vencedora e de dar efetividade ao contrato por 5 (cinco) anos.


Assim, não há que se falar em dissonância editalícia, correta a decisão recursal da Senhora Pregoeira, que concluiu pela habilitação da empresa, RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA..

II – CONCLUSÃO:

A luz desses fundamentos, manifesta-se este Jurídico, pelo CONHECIMENTO e NÃO PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por, BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.114.885/0001-48, tendo em vista que a decisão da ilustre pregoeira desta, Sociedade de Economia Mista, ao habilitar a empresa vencedora do certame, RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA., não afrontou ao interesse público, itens editalícios e tampouco à finalidade do procedimento licitatório.

É o parecer.
À consideração Superior.

Guarapuava, 17 de maio de 2024.


Maria de Fátima M. C. L. de Souza
Advogada da SURG

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 05/2024

Processo Administrativo nº 07/2024

Objeto: Registro de preços visando à contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como buffet e marmitas.

Acolho, como fundamento e razão de decidir, as conclusões do Parecer nº 21/2024, de autoria da Assessora Jurídica da SURG, Maria de Fátima M. C. L. de Souza, bem como a Decisão de Recurso (fls. 165 a 169) dada pela Pregoeira Leiliane Aparecida Santos Gaspar, pelos motivos de fato e de direito ali consignados, pelo CONHECIMENTO e NÃO PROVIMENTO do Recurso Administrativo, interposto pela empresa BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

Guarapuava, 20 de maio de 2024.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER

Diretor Administrativo

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG– ESTADO DO PARANÁ.

BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.114.885/0001-48, sediado na Rua Coronel Luís, 2231, Batel, Guarapuava/PR, por seu representante legal, que assina abaixo, vem respeitosamente à presença deste Ilmo. Pregoeiro, Requer informações a respeito da Habilitação da empresa vencedora do certâmen pregão 005/2024, **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ78.455.730/0001-74.**

Como já é de conhecimento desse departamento de licitações e contrato, dessa COMPANHIA, foi interposto recurso administrativo, diante da habilitação da empresa acima citada. Sendo proferida a decisão em 16/05/2024. Mantendo a decisão da habilitação da mesma.

Contudo, após a interposição e julgamento do recurso, sobreveio fatos novos, que impedem por si só, a contratação da empresa vencedora, demonstrado a seguir;

Conforme e de conhecimento Público, a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**, possui sede as dependências do Campus Cedeteg da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Onde foi vencedora da concessão da exploração do espaço do restaurante das dependências da mesma, pregão nº 006/2019, contrato nº 001/2019.

Diante do exposto, em análise do contrato firmado entre as partes, constatou que a mesma não pode comercializar refeições ou qualquer outro tipo de refeições que não seja na sede onde do Campus, conforme Clausula Sétima,

175V

Item 7.1.26 do contrato. Ainda não pode receber qualquer Valor que não seja objeto do contrato, VEJAMOS; contrato anexo.

7.1.25 Não realizar ou permitir realização/pagamento/recebimento de qualquer serviço que seja ao objeto do contrato firmado com a CONCEDENTE nas dependências do restaurante, sendo esta ação considerada motivo de rescisão imediata do contrato, sem direito de qualquer pedido de ressarcimento e/ou indenização pela CONCESSIONÁRIA. Não executar quaisquer atividades para comercialização externa ou que não seja objeto deste contrato, sem autorização expressa da CONCEDENTE.

7.1.26 Não realizar ou permitir qualquer forma de fornecimento das refeições fora do Campus Cedeleg, seja por meio de marmitas, atendimento de unidades externas ao Campus, ou qualquer outra.

7.1.27 Comunicar, por escrito à DIRCAMP/C, qualquer dano ou avaria porventura ocasionados no imóvel, para a devida avaliação, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados.

7.1.28 Não realizar qualquer alteração, modificação ou reforma no espaço cedido, sem a aprovação prévia e por escrito da DIRCAMP/C, sendo o mesmo procedimento dotado para alterações em equipamentos.

7.1.29 Manter a equipe operacional em número e qualidade técnica capaz de prestar os serviços de cozinha, portaria, limpeza e caixas, sem interrupções, seja por

Home Page: www.cedeleg.com.br

Campus Santa Cruz: Rua Pius Zaccari 271 - Cx. Postal 1010 - Fone: (41) 3021-1000 - FAX: (41) 3021-1000 - CEP 25.015-400 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEBETE: Rua Sete de Abril 25 - Fone/FAX: (41) 3429-8150 - CEP 81.400-000 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Itaipu: RR 154 - Km 07 - Rpto. Ita - Cx. Postal 21 - Fone: (41) 3421-0000 - FAX: (41) 3421-3007 - CEP 84.800-000 - ITAITI - PR

Diante do exposto, vejamos que a empresa está impedida de formalizar contrato para fornecimento de refeições que não seja da exploração do Restaurante.

Diante de tal informação, vimos pelo presente pedido, respeitosamente, solicitar, que sejam tomadas as devidas providências a respeito da Habilitação da empresa e uma eventual assinatura do contrato. Pois, conforme demonstrado, essa empresa se quer pode usar as dependências da unidade para prestar qualquer tipo de serviços com o CNPJ que participou do certame.

Os questionamentos acima citados, sustentados pelo princípio da Transparência, da Isonomia, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Probidade Administrativa, da Igualdade, e principalmente, do Julgamento Objetivo, tem a intenção de Garantir a igualdade entre todos os participantes, uma correta contratação, Garantir a legalidade do certame, Evitar desclassificação por omissão de informação ou informação errônea, Garantir a qualidade objeto pela contratada, Identificar o padrão de julgamento da Proposta

MOISES
RIBEIRO
Assinado de forma digital por MOISES RIBEIRO
Dados: 2024.05.20 08:14:54 -03'00'

que segue os princípios legais da Lei de licitações, realizado por esta **COMPANHIA**.

E por estes motivos, requer atenção na leitura para que as respostas dos esclarecimentos possam ser feitas de forma clara, objetiva, exata, sem subjetividade e eliminando qualquer ruído no entendimento entre o licitante e a administração.

Não sobrevindo este entendimento, requer-se o encaminhamento para a Autoridade Superior competente, para que aprecie seu mérito, sendo esta a única forma de se alcançar a tão almejada Justiça!!

Em caso de não provimento dos pedidos exposto acima, requer que o processo seja remetido ao MP/PR para análise e confirmação do favorecimento e da quebra da isonomia do processo licitatório.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Guarapuava/PR, 20 de maio de 2024.

MOISÉS RIBEIRO

Representante legal

**MOISES
RIBEIRO**

Assinado de
forma digital por
MOISES RIBEIRO
Dados: 2024.05.20
08:15:27 -03'00'



Universidade Estadual do Centro-Oeste

reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

CONTRATO Nº 001/2021

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE UM RESTAURANTE NO CAMPUS CEDETEG, QUE ENTRE SI CELEBRAM UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO E A EMPRESA RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 77.902.914/0001-72, estabelecida na Rua Salvatore Renna - Padre Salvador, nº 875, bairro Santa Cruz, Guarapuava-PR, neste ato representada por seu Reitor, **Prof. Dr. Fábio Hernandez**, brasileiro, residente e domiciliado em Guarapuava-PR, portador da cédula de identidade nº 87730980 SSP/PR e CPF nº 250.206.138-51, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.455.730/0001-74, com sede na cidade de Guarapuava-PR, à rua Elio Antonio Dalla Vecchia, nº 838, bairro Cascavel, CEP nº 85.100-000, neste ato representada por seu sócio, o **Sr. Eduardo Paiva Dal Santo**, brasileiro, residente e domiciliado em Guarapuava-PR, à rua Salvatore Renna - Padre Salvador, nº 800, bairro Santa Cruz, CEP nº 85.015-430, portador da cédula de identidade nº 8.201.465-9 SSP/PR e CPF nº 055.905.799-70, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, tem justo e contratado o presente instrumento particular que se regerá pelo contido no Edital de Concorrência nº 06/2019, as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem por objeto a concessão de uso de espaço localizado na parte interna do *Campus Universitário Cedeteg*, no Prédio nº 18, medindo 400,91 m² (quatrocentos virgula noventa e um metros quadrados), para a instalação de um restaurante.
- 1.2 A CONCESSIONÁRIA deve produzir e fornecer refeições de almoço e jantar no *Campus Cedeteg*, que é o objetivo principal deste contrato.
- 1.3 A CONCESSIONÁRIA também pode produzir e fornecer produtos característicos de lanchonete.
- 1.4 A CONCESSIONÁRIA se declara em condições de executar o objeto deste contrato em estrita observância às condições contratuais e proposta apresentada.
- 1.5 Entende-se como **CONCEDENTE**, para fins deste contrato, a Reitoria da Unicentro e a Direção-Geral do *Campus Cedeteg*.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOCUMENTAÇÃO

- 2.1 Integram este contrato o ato convocatório da licitação e anexos, cardápios a serem seguidos, proposta da CONCESSIONÁRIA e parecer de julgamento.
- 2.2 Serão incorporadas a este contrato, mediante termos aditivos, quaisquer modificações

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Pres. Zaccarias 875 - Ds. Postal 2010 - Fone (42) 5021-1000 - FAX (42) 5021-1050 - CEP 85 015-400 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Rua Simão Camargo Varela de Sá, 03 - Fone/FAX (42) 5529-8100 - CEP 85 040-060 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Iratim: PR 153 - Km 07 - Rod. PR - Ds. Postal 21 - Fone (42) 3421-0000 - FAX (42) 3421-3057 - CEP 84 503-000 - IRATIM - PR

177 V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Instituída pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 6 de agosto de 1997

que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, e alterações nos prazos e normas gerais da execução do objeto do presente.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE CONCESSÃO

- 3.1 O prazo de concessão é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93, desde que exista interesse de ambas as partes e a aprovação do Conselho Administrativo do *Campus Cedeteg, CADCAM-C*.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO E VALORES DO CONTRATO

- 4.1 O valor do aluguel mensal é de R\$ 300,00 (trezentos reais), acrescido da disponibilização de 10 (dez) unidades de prato feito no almoço e 10 (dez) unidade de prato feito no jantar, diariamente, pela CONCESSIONÁRIA, para estudantes selecionados pela CONCEDENTE, em processo seletivo baseado na avaliação da situação socioeconômica dos estudantes.
- 4.2 A CONCESSIONÁRIA deve produzir e fornecer refeições de almoço e jantar no *Campus Cedeteg*, conforme especificações e valores a seguir:

Tipo de refeição	Tamanho	Descrição e composição	Preço
Prato feito (PF)	715 g	1 tipo de carne de boa qualidade 1 acompanhamento Arroz ou Arroz integral Feijão 1 salada cozida 1 salada crua 1 sobremesa ou 1 fruta da estação	R\$ 4,00
Buffet por quilo	Não se aplica	2 tipos de carne / vegetariana 3 acompanhamentos Arroz e Arroz integral Feijão 2 saladas cozidas 3 saladas cruas 1 sobremesa ou 1 fruta da estação – gratuitas	R\$ 17,00

Holme Page: 180 www.unicentro.br

Campus Santa Cruz: Rua Pres. Zé Carlos 875 - Cx. Postal 2010 - Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1090 - CEP 35.010-450 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Rua Simão C. Amato Varela do Sa. 03 - Fone/FAX: (42) 3629-0100 - CEP 35.040-000 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Ipatu: PR 150 - Km 07 - Roca Alta - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-0000 - FAX: (42) 3421-3057 - CEP 34.500-000 - RATI - PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Buffet livre	Não se aplica	Consumo livre, a vontade, de todas as preparações do buffet por quilo 1 sobremesa ou 1 fruta da estação – gratuitas	RS 9,00
--------------	---------------	---	---------

- 4.9 Os valores dos tipos de refeição são máximos, podendo a CONCESSIONÁRIA praticar valores menores.
- 4.10 Os cardápios diários de almoço e jantar devem ser compostos por diferentes preparações, conforme tipos e frequências dispostas nos anexos deste contrato, por grupo alimentar.
- 4.11 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a preparação das refeições de acordo com as normas descritas no Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (RDC 216/04), Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos (RDC 275/02), e demais normas federais, estaduais e municipais que se apliquem.
- 4.12 A CONCESSIONÁRIA deverá monitorar e registrar em documento próprio, a temperatura de recebimento dos gêneros, bem como a do pré-preparo e distribuição das refeições, para possíveis alterações ou adaptações, visando atendimento adequado à legislação vigente. As preparações devem ser acondicionadas em equipamentos adequados ou em recipientes isotérmicos devidamente fechados até o momento da distribuição.
- 4.13 A distribuição do almoço e jantar deve ser realizada pelo sistema de balcão térmico para preparações quentes e balcão refrigerado para saladas e sobremesas, devendo estes ser providos de cone-bandeja e protetor salivar. Os itens do cardápio devem ser repostos em quantidades adequadas para servir a totalidade dos clientes.
- 4.14 O prato feito deve ser montado nos balcões térmicos e refrigerados do salão, pelos funcionários da CONCESSIONÁRIA, para que os clientes possam visualizar a montagem do prato.
- 4.15 A CONCESSIONÁRIA deverá acondicionar apropriadamente os alimentos, em todas as etapas do processo de preparação, de forma a conservar a temperatura adequada dos alimentos até a distribuição (para alimentos quentes, temperatura superior a 65°C; e abaixo de 10°C para alimentos frios).
- 4.16 A CONCESSIONÁRIA deverá manter os balcões de distribuição em perfeito funcionamento, garantindo temperaturas acima de 80°C nos balcões aquecidos, e inferior a 10°C nas pistas frias dos balcões refrigerados.
- 4.17 Antecedendo o balcão de distribuição, devem ser disponibilizados, em tempo adequado e em quantidade suficiente para não afetar o fluxo de clientes, devidamente higienizados e em número suficiente para atender a demanda, acondicionados em mesas de apoio apropriadas, os seguintes utensílios: pratos brancos de louça ou de vidro ou bandejas de inox; talheres inox (garfos, facas, colher de mesa e colher para sobremesa); recipiente em inox para sobremesa; e guardanapos de papel.

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus São Carlos: Rua Pres. Zolotas, 575 - Cx. Postal 3510 - Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3601-1080 - CEP 35.015-430 - GUARAPUAVA - PR
 Campus CEDETEG: Rua Simão Carneiro Varela de Sá, 03 - Fone/FAX: (42) 3629-8100 - CEP 35.040-050 - GUARAPUAVA - PR
 Campus de Irati: PR 153 - Km. 07 - Riosulândia - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-2000 - FAX: (42) 3421-3067 - CEP 34.500-000 - IRATI - PR

178V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 6 de agosto de 1997

- 4.18 Podem ser fornecidos copos canecas resistentes e em material lavável para consumo de água durante as refeições e estes devem ser substituídos anualmente ou sempre que forem detectadas avarias de qualquer natureza.
- 4.19 A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar bebedouro provido de filtro para fornecimento de água aos usuários.
- 4.20 A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar guardanapos de papel não reciclado, totalmente branco.
- 4.21 As refeições do jantar devem ter a mesma qualidade das do almoço.
- 4.22 Todos os tipos de preparações das receitas devem respeitar a correta técnica de compra e procedimento quanto à qualidade sanitária e validade dos produtos, bem como a correta técnica de pré-preparo e preparo dos alimentos, em especial as formas de cocção, para que o alimento adquira qualidade, sabor e textura correspondentes à receita.
- 4.23 A CONCESSIONÁRIA deverá substituir o óleo utilizado para a preparação de frituras, sempre que forem detectadas alterações evidentes nas características físico-químicas ou sensoriais, tais como aroma e sabor, e formação intensa de espuma e fumaça.
- 4.24 O prato proteico não pode ser elaborado à base de miúdos, embutidos ou produtos industrializados, sendo permitido o uso de embutidos apenas quando estes fizerem parte de prato proteico misto.
- 4.25 Quando houver ingredientes de origem animal em qualquer uma das preparações, devem ser fornecidas opções das mesmas preparações para vegetarianos. Pode ser servida a mesma preparação sem o produto de origem animal, quando não descaracterizar o prato, ou a preparação pode ser substituída por outra sem produto de origem animal. Esta preparação deve ser composta de leguminosas (lentilha, ervilha seca, feijão e suas variações, grão-de-bico, soja e suas variações, etc.), trigo em grão, e suas combinações com legumes, verduras ou carboidratos, sendo que a gramagem de leguminosas deve ser, no mínimo, 80 g porção. Esta opção deve ser variada diariamente, e não pode ser repetida no almoço e jantar do mesmo dia. Sugere-se usar as sugestões de preparações para a elaboração destas receitas, conforme anexos ao contrato. No caso da sobremesa, a substituição deve ser feita por uma porção de fruta, variando diariamente.
- 4.26 Sempre que for servida alguma preparação que contenha leite e/ou derivados, deve ser oferecida opção sem lactose e proteínas do leite para aqueles indivíduos intolerantes ou alérgicos.
- 4.27 A CONCESSIONÁRIA deverá intercalar carne vermelha com carnes de ave, suínos e peixe, conforme frequência de carnes apresentada no Cardápio anexo.
- 4.28 Para definição da gramagem dos itens citados no cardápio deve ser considerado o "peso bruto cru" per capita, conforme Anexo.
- 4.33 A CONCESSIONÁRIA pode comercializar outros gêneros alimentícios e fornecer lanches frios e quentes nas dependências internas do espaço concedido, os quais devem ser vendidos a preço de mercado.
- 4.33.1. Todos os gêneros alimentícios, condimentos ou quaisquer componentes

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Frei Zaccarias, 978 - Cx. Postal 9010 - Fone: (42) 3521-1000 - FAX: (42) 3521-1090 - CEP 85.015-400 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEQ: Rua Síndico Cernargo Varela de Sá, 37 - Fone/FAX: (42) 3529-5100 - CEP 85.040-000 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Itaiti: PR 153 - Km 07 - Rio do Baixo - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3007 - CEP 84.500-000 - ITAITI - PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

- utilizados pela CONCESSIONÁRIA na elaboração de lanches, bem como seus acompanhamentos, devem ser de primeira qualidade e mantidos em perfeitas condições de preservação e armazenamento, garantindo a não deterioração ou contaminação de sua utilização, conforme legislação vigente para esse fim.
- 4.34 A CONCESSIONÁRIA deve atender, preferencialmente, estudantes, professores, agentes universitários e estagiários da CONCEDENTE, pacientes das unidades prestadoras de serviços de especializados do *Campus Cedeteg*, bem como os acompanhantes dos membros da comunidade acadêmica e dos pacientes, sem alteração nos preços máximos das refeições, definidos neste contrato.
- 4.35 A contratação confere direito de exclusividade à CONCESSIONÁRIA somente nas vendas de produtos alimentícios no interior do espaço cedido neste contrato, ou seja, fora do espaço do restaurante a CONCESSIONÁRIA não tem exclusividade de venda de produtos alimentícios na Universidade.
- 4.36 O horário de funcionamento do restaurante é de segunda a sexta-feira das 7h15min às 22h30min, em dias de expediente administrativo e pedagógico, conforme Calendário Universitário da Unicentro, ou em horários especiais, quando solicitado previamente pela CONCEDENTE.
- 4.37 O funcionamento do restaurante aos sábados, domingos e em dias não letivos dependerá de prévia e expressa autorização da CONCEDENTE.
- 4.38 A CONCESSIONÁRIA deve fornecer o almoço, entre as 11h15min e 13h30min, e o jantar, entre as 18h30min e 21 horas.
- 4.39 Os cardápios da semana devem ser fixados pela CONCESSIONÁRIA, no primeiro dia útil da semana, em local de fácil visualização para os clientes, bem como deve ser enviada cópia à DIRCAMP/C para disponibilização no site do *Campus Cedeteg*.
- 4.40 A CONCESSIONÁRIA deve fornecer cardápios com preparações variadas de modo a garantir boa aceitabilidade dos mesmos. Caso ocorra alteração do cardápio previamente aprovado, por algum motivo de força maior, esta deve ser informada à nutricionista responsável técnica da CONCESSIONÁRIA, e executada somente após aprovação.
- 4.41 Os cardápios de almoço e jantar não devem ser repetidos no mesmo dia.
- 4.42 A fiscalização do restaurante e da CONCESSIONÁRIA quanto ao cumprimento das condições concessionárias, cabe também à Comissão Consultiva para o Acompanhamento dos Serviços Terceirizados de Restaurante e Cantina do *Campus Cedeteg*, designada pela DIRCAMP/C, ouvidor o CADCAM/C.
- 4.43 Não é permitida a utilização das dependências da CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA, para qualquer outra atividade mercantil que não a estabelecida neste contrato, exceto para a prestação de serviços, por meio de contrato específico, a eventos, cursos e visitas técnicas autorizadas pela CONCEDENTE.
- 4.45 Em nenhuma hipótese é admitida a comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, remédios e produtos de uso proibido por lei.
- 4.46 O armazenamento ou utilização de materiais tóxicos ou inflamáveis que coloquem em risco a comunidade universitária será expressamente proibida.

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Frs. Zaccarias 375 - Cx. Postal 0610 - Fone (42) 3621-1000 - FAX (42) 3621-1050 - CEP 55 018-430 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Rua Simão I: Margem Verde de S. O. - Fone FAX (42) 3629-3100 - CEP 55 040-080 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Rápido - Cx. Postal 21 - Fone (42) 3421-3000 - FAX (42) 3421-3067 - CEP 54 500-000 - IRATI - PR

179V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

- 4.17 A CONCESSIONÁRIA pode utilizar os equipamentos já existentes no espaço, desde que responsabilize-se pela utilização e manutenção destes.
- 4.18 A CONCEDENTE pode, quando for o caso, repassar à CONCESSIONÁRIA recursos provenientes de convênios a serem firmados, relativos ao Programa de Auxílio-Alimentação ou outros subsídios destinados aos estudantes matriculados na Instituição.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO DO ALUGUEL

- 5.1 A CONCESSIONÁRIA pagará o valor do aluguel mensalmente à CONCEDENTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, através de boleto de cobrança emitido pela CONCEDENTE.
- 5.1.1 Os boletos de cobrança para pagamento serão impressos e entregues à CONCESSIONÁRIA pela CONCEDENTE, após a assinatura do CONTRATO, no prazo de até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela mensal.
- 5.1.2 Os comprovantes de pagamento mensal poderão ser exigidos a qualquer tempo pela CONCEDENTE, à título de comprovação de regularidade.
- 5.2 Os pagamentos não efetuados no vencimento serão acrescidos de multa de 10% ao mês, valor este que será somado à quantia devida no vencimento, mais juros legais.
- 5.3 A CONCESSIONÁRIA fica isenta do pagamento do aluguel no mês de janeiro, que é o período mais longo de recesso pedagógico.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

- 6.1 Os valores das refeições poderão ser reajustados a qualquer tempo, para manter o equilíbrio econômico-financeiro.
- 6.2 O procedimento para a solicitação do pedido de reajuste será da seguinte forma:
- a) A CONCESSIONÁRIA deverá protocolar solicitação devidamente justificada e documentação comprobatória comprovando a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que inviabilize a execução do contrato;
 - b) Considerar-se-á como prazo inicial a data da ocorrência do fato, desde que o pedido, por parte da CONCESSIONÁRIA, tenha sido realizado em até 30 dias;
 - c) Caso o prazo referido no item anterior não seja respeitado, considerar-se-á como início do reajuste a data do protocolo do pedido;
 - d) A alteração de valor em item específico serão tratados de forma isolada, não sendo influenciando os demais itens da planilha de composição de custos do contrato.
- 6.3 A solicitação será apreciada pelo CADCAM/C e os preços somente poderão ser alterados caso ocorra com autorização.
- 6.4 Somente será concedido o reequilíbrio do contrato se o valor solicitado estiver na média de variação de preços de mercado.
- 6.5 As alterações de preços autorizadas pelo CADCAM/C devem ser mantidas por, no mínimo, 12 (doze) meses.
- 6.6 Decorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato, o valor do aluguel poderá ser reajustado com base na variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas). Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do uso do IGP-M como índice de atualização de preços fica, desde já, eleito o

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Pres. Zaccarias 376 - Cx. Postal 3510 - Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1060 - CEP 35.015-430 - GUARAPUAVA - PR
Campus DEDETEG: Rua Smeão C. Augusto Varela de Sá 03 - Fone/FAX: (42) 3529-8100 - CEP 35.040-060 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Riozina - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3057 - CEP 34.507-000 - IRATI - PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 3 de agosto de 1997

índice que oficialmente vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

7.1 São obrigações da CONCESSIONÁRIA:

- 7.1.1. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu sua origem.
- 7.1.2. Manter, durante todo o período de execução do contrato, nutricionista responsável técnico para acompanhamento da qualidade das refeições, conforme legislação vigente, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição da 8ª Região – CRN/8.
- 7.1.3. Manter exposto aos clientes os dados do(a) Nutricionista Responsável Técnico pelo estabelecimento.
- 7.1.4. Comunicar imediatamente a CONCEDENTE, por escrito, sempre que houver alteração do titular responsável técnico, RT, acompanhando justificativa formal da necessidade da substituição e comprovações necessárias.
- 7.1.5. Disponibilizar no quadro da empresa, nutricionista habilitado, cujo quantitativo mínimo e carga horária deve seguir o previsto na Resolução nº 380/2005 do Conselho Federal de Nutrição.
- 7.1.6. Disponibilizar quadro de pessoal compatível com o objeto do contrato, sendo que os auxiliares de serviços gerais (limpeza) não sejam os mesmos funcionários que trabalham na preparação dos alimentos.
- 7.1.7. Garantir que os funcionários tenham funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 7.1.8. Não permitir a presença no preparo de alimentos de funcionários que apresentem ferimentos e doenças infectocontagiosas.
- 7.1.9. Manter sempre atualizada e à disposição da fiscalização do contrato, a escala de serviço mensal do pessoal que operará no restaurante, especificando todas as categorias com nome, respectivos horários e funções, para avaliação do cumprimento dos pré-requisitos necessários à atuação no contrato.
- 7.1.10. Instalar os equipamentos, móveis e utensílios pertinentes à prestação dos serviços.
- 7.1.11. Manter válido e exposto o Certificado de Inspeção da Vigilância Sanitária.
- 7.1.12. Manter as condições para a certificação do Corpo de Bombeiros, conforme normas adotadas na região de Guarapuava para esse fim, e providenciar as adequações necessárias, se solicitadas pelo Corpo de Bombeiros durante as vistorias.
- 7.1.13. Cumprir, pontualmente, todos os compromissos financeiros assumidos com a CONCEDENTE.
- 7.1.14. Comunicar por escrito, à CONCEDENTE, durante a vigência da concessão, qualquer alteração contratual ou estatutária, sob pena de, não o fazendo, rescisão contratual.

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Prof. Zezarias 676 - Cx. Postal 3016 - Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1060 - CEP 85 016-430 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Rua Simão G. Marinho Varela de Sá 03 - Fone/FAX: (42) 5529-8100 - CEP 85 043-090 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Rodo: 460 - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3057 - CEP 84 506-000 - IRATI - PR

180V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 5 de Agosto de 1997

- 7.1.15. Manter limpas e organizadas as instalações e utensílios do espaço cedido.
- 7.1.16. Não armazenar ou utilizar materiais tóxicos ou inflamáveis que coloquem em risco a comunidade universitária.
- 7.1.17. Não comercializar de bebidas alcoólicas, cigarros, remédios e produtos de uso proibido por lei.
- 7.1.18. Não conceder ou transferir, a qualquer título, os direitos e obrigações deste contrato, sem o expresse consentimento da CONCEDENTE.
- 7.1.19. Manter a disciplina e urbanidade no interior do espaço do restaurante.
- 7.1.20. Atender com máxima polidez e presteza os usuários do restaurante, respeitando as regras elementares da boa educação.
- 7.1.21. Garantir o atendimento preferencial a estudantes, professores, agentes universitários e estagiários da CONCEDENTE, pacientes das unidades prestadoras de serviços de especializados do *Campus Cedeteg*, bem como os acompanhantes dos membros da comunidade acadêmica e dos pacientes.
- 7.1.22. Disponibilizar todos os componentes do cardápio em quantidades adequadas para servir à totalidade dos clientes.
- 7.1.23. Manter tabela de preços dos serviços oferecidos sempre atualizada e em local visível a todos os usuários.
- 7.1.24. Não atrasar o início da distribuição das refeições. Caso ocorram atrasos, a CONCESSIONÁRIA deve justificar formalmente o motivo para que a Comissão Consultiva da CONCEDENTE possa analisar a aplicação das cláusulas contratuais e sanções administrativas, salvo se por motivo de força maior. Caso haja atraso na abertura do restaurante, o horário de atendimento aos usuários deve ser estendido por mesmo período.
- 7.1.25. Não realizar ou permitir realização/pagamento/recebimento de qualquer serviço que fuja ao objeto do contrato firmado com a CONCEDENTE nas dependências do restaurante, sendo esta ação considerada motivo de rescisão imediata do contrato, sem direito de qualquer pedido de ressarcimento e/ou indenização pela CONCESSIONÁRIA. Não executar quaisquer atividades para comercialização externa ou que não seja objeto deste contrato, sem autorização expressa da CONCEDENTE.
- 7.1.26. Não realizar ou permitir qualquer forma de fornecimento das refeições fora do *Campus Cedeteg*, seja por meio de marmitas, atendimento de unidades externas ao *Campus*, ou qualquer outra.
- 7.1.27. Comunicar, por escrito à DIRCAMP/C, qualquer dano ou avaria porventura ocasionados no imóvel, para a devida avaliação, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados.
- 7.1.28. Não realizar qualquer alteração, modificação ou reforma no espaço cedido, sem a aprovação prévia e por escrito da DIRCAMP/C, sendo o mesmo procedimento dotado para alterações em equipamentos.
- 7.1.29. Manter a equipe operacional em número e qualidade técnica capaz de prestar os serviços de cozinha, portaria, limpeza e caixas, sem interrupções, seja por

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Pres. Zaccarias 375 - Cx. Postal 2010 - Fone: (42) 3821-1000 - FAX: (42) 3821-1090 - CEP 85 015-450 - GUARAPUAVA - PR
 Campus CEDETEG: Rua Benedito Canargo Varela do Sa. 03 - Fone/FAX: (42) 3028-3100 - CEP 85 040-050 - GUARAPUAVA - PR
 Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Rod. 102 - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-2000 - FAX: (42) 3421-3067 - CEP 84 500-000 - IRATI - PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444 de 8 de agosto de 1997

qualquer motivo.

- 7.1.30. Considerar, para o planejamento da equipe operacional, o número de refeições servidas no restaurante, garantindo que em caso de faltas, férias ou licenças, a qualidade do serviço não seja prejudicada em função da ausência de funcionários.
- 7.1.31. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas sanitárias vigentes, normas disciplinares e éticas de trabalho.
- 7.1.32. Exigir de seus funcionários zelo com os bens que lhes foram confiados, limitando a presença destes nas dependências do restaurante nos seus horários de trabalho.
- 7.1.33. Responder pelo pagamento de toda mão-de-obra, salários, periculosidades e ou insalubridades, despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais (despesas civis e trabalhistas), seguros de seus colaboradores, bem como o recolhimento de taxas e quaisquer outros encargos tributários, civis ou comerciais incidentes sobre as atividades a serem exercidas.
- 7.1.34. Reconhecer que a inadimplência da CONCESSIONÁRIA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à CONCEDENTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 7.1.35. Manter sempre atualizados os pagamentos referentes à remuneração mensal, benefícios e demais obrigações trabalhistas dos seus funcionários, vinculados ao serviço ora contratado, sendo a CONCEDENTE isenta de quaisquer custas.
- 7.1.36. Assumir a defesa contra reclamações judiciais e extrajudiciais arguidas contra si, e arcar com os ônus decorrentes dos prejuízos e das ações judiciais que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços prestados para a CONCEDENTE.
- 7.1.37. Seguir todas as Normas Regulamentadoras, NR, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 7.1.38. Providenciar, sob orientação de Técnico de Segurança do Trabalho, descrição de procedimentos e devidos treinamentos sobre a forma correta de utilização dos equipamentos disponíveis no restaurante, bem como os riscos de operação e orientações constantes sobre os EPIs a serem utilizados na operação de cada equipamento.
- 7.1.39. Providenciar, sob orientação técnica adequada, descrição de procedimentos e devidos treinamentos com relação a métodos de ergonomia aplicada para atividades repetitivas, de transporte e movimentação de materiais e carga, de acordo com a legislação vigente.
- 7.1.40. Antes do início das atividades, e sempre que um novo funcionário for contratado, o mesmo deve receber orientações referentes às normas da empresa e participar de treinamento que aborde os seguintes temas: Higiene e Boas Práticas na Manipulação de Alimentos (higiene pessoal e cuidados com o uniforme, qualidade da matéria prima, noções de microbiologia de alimentos, produtos de higiene para a área de alimentos, higiene do local, equipamentos e utensílios, legislação); Normas e Ética no Ambiente de Trabalho e

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Frei Zaccaria 876 - Cx. Postal 3510 - Fone: (42) 3021-1000 - FAX: (42) 3021-1080 - CEP 85.015-400 - GUARATUVA - PR
 Campus CEDETEG: Rua Senador Firmino 1400 - Fone: (42) 3522-8100 - FAX: (42) 3522-8100 - CEP 85.043-000 - GUARATUVA - PR
 Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Rodovia - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-0000 - FAX: (42) 3421-3087 - CEP 84.508-000 - IRATI - PR

181V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 3 de agosto de 1997

Relacionamento interpessoal; Segurança do Trabalho (normas de segurança do trabalho, uso de EPIs, cuidados e orientações sobre o funcionamento dos equipamentos disponíveis); Descarte seletivo de resíduos; Prevenção de incêndios.

- 7.1.41. Providenciar os uniformes e equipamentos de proteção individual, EPIs, obrigatórios aos trabalhos realizados no restaurante, conforme legislação vigente.
- 7.1.42. Providenciar que o uniforme dos funcionários responsáveis pela preparação das refeições seja de cores claras, limpo e em adequado estado de conservação.
- 7.1.43. Disponibilizar os uniformes em tamanho e número adequado, permitindo a troca diária; utilizar tecido não sintético, que permita a transpiração. Exigir de seus funcionários a apresentação com uniformização adequada e completa em todas as etapas da preparação de refeições desde o recebimento até a distribuição das refeições, e também durante a higienização. Estes uniformes devem ser mantidos limpos e em adequado estado de conservação.
- 7.1.44. Fornecer opções de uniformes adequados ao clima frio (camiseta manga longa, moleton, jaqueta).
- 7.1.45. Permitir o acesso à cozinha somente de pessoas com a vestimenta adequada e EPIs exigidos.
- 7.1.46. Manter rigorosamente limpas e organizadas, dentro do mais alto padrão de limpeza e higiene exigido pelos órgãos de fiscalização, todas as áreas internas e externas, assim como mobiliários, equipamentos e utensílios dos restaurantes, providenciando sua higienização e desinfecção através de produtos específicos para uso em cozinhas industriais.
- 7.1.47. Retirar os resíduos do restaurante, quantas vezes se fizerem necessárias, devidamente acondicionados em sacos plásticos. Mantê-los acondicionados em recipientes, que devem ser mantidos fechados, e higienizados a cada troca de turno. Deverá haver obrigatoriamente a separação entre lixo orgânico, recicláveis e rejeitos durante todo o processo.
- 7.1.48. Responsabilizar-se pela destinação final dos resíduos, inclusive de óleo, através da contratação de empresa especializada, se necessário, que possua as devidas autorizações sanitárias atualizadas para esta atividade. Uma cópia do contrato e das licenças sanitárias deve permanecer no restaurante.
- 7.1.49. Disponibilizar a visitantes e prestadores de serviço, jalecos e toucas descartáveis sempre que seja necessário entrar nas áreas destinadas a preparação de refeições.
- 7.1.50. Abastecer banheiros-vestiários dos funcionários com papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido antisséptico e inodoro e álcool gel 70%.
- 7.1.51. Coletar diariamente amostras de todas as preparações durante o terço final da distribuição de cada refeição. As amostras (200 g ou ml) deverão ser coletadas em sacos plásticos esterilizados e mantidos lacrados e sob refrigeração pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, para eventuais análises microbiológicas às suas expensas, apresentando o resultado (laudo) à CONCEDENTE.

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Prof. Zelandino 375 - Cx. Postal 3016 - Fone: (42) 3021-1000 - FAX: (42) 3621-1090 - CEP 85.015-490 - GUARAPUAVA - PR
 Campus CEDETEG: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 - Fone/FAX: (42) 3329-8100 - CEP 85.040-090 - GUARAPUAVA - PR
 Campus de Itaipu: PR 153 - Km 07 - Rodeio - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3067 - CEP 84.600-000 - ITAIPU - PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 3 de agosto de 1997

- 7.1.52. Permitir o estágio supervisionado de alunos da CONCEDENTE, quando solicitado pela coordenação de estágio, estudantes e Chefias de Departamento Pedagógico.
- 7.1.53. Permitir, a qualquer momento, o acesso da Comissão Consultiva de Acompanhamento dos Serviços Terceirizados de Restaurante e Cantina do *Campus Cedeteg*, Direção-Geral do *Campus Cedeteg* e do Conselho Administrativo do *Campus Cedeteg*, CADCAM-C, nas dependências do restaurante, para fins de vistoria e averiguação de possíveis irregularidades relacionadas a este contrato.
- 7.1.54. Corrigir imediatamente eventuais falhas observadas e apontadas pela CONCEDENTE, tanto relacionadas à qualidade dos gêneros, quanto ao cumprimento das boas práticas.
- 7.1.55. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos causados a terceiros, decorrentes da alimentação fornecida, de uso e/ou manipulação de gêneros alimentícios inadequados, processamento incorreto dos mesmos, e/ou emprego indevido de materiais, equipamentos e/ou instrumentos.
- 7.1.56. Manter no espaço objeto da concessão, no mínimo, 170 lugares disponíveis.
- 7.1.57. Realizar controle integrado de pragas, nas áreas internas e do entorno do restaurante, de modo a evitar o abrigo e proliferação de insetos e roedores nos espaços. Os certificados de execução destes serviços devem ser mantidos arquivados pela CONCESSIONÁRIA nas dependências do restaurante.
- 7.1.58. Efetuar limpeza da caixa da água.
- 7.1.59. Efetuar a manutenção e/ou reestruturação dos equipamentos e infraestrutura do restaurante quando indicado pelo Gestor do Contrato.
- 7.2. O nutricionista responsável técnico da CONCESSIONÁRIA assume perante o Conselho Regional de Nutrição a responsabilidade técnica pelo restaurante, respondendo profissional e legalmente pela preparação das refeições.
- 7.3. É atribuição do(a) nutricionista responsável técnico da CONCESSIONÁRIA, para fins de fiscalização, e garantia da qualidade das refeições servidas, a supervisão de todos os processos de preparação, e, caso seja detectado algum procedimento em desacordo com as legislações vigentes, deve solicitar a imediata correção da falha ou dar encaminhamentos adequados para resolução.
- 7.4. Qualquer necessidade de manutenção e/ou reestruturação dos equipamentos e infraestrutura do restaurante, em decorrência do uso ou por exigências legais, deve ocorrer por conta da CONCESSIONÁRIA.
- 7.5. A CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com as despesas decorrentes do consumo de gás de cozinha (GLP), telefone, internet, limpeza de caixa de água e de gordura, manutenção dos equipamentos de prevenção e combate a incêndio, além de quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, e qualquer outro ônus que recaia sobre os serviços prestados no restaurante, seja qual for a forma de sua arrecadação, referentes às atividades desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA.
- 7.6. Para a limpeza da caixa da água, a CONCESSIONÁRIA deve obedecer a

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Pires Zaccarias 576 - Cx. Postal 3210 - Fone: (42) 3521-1000 - FAX: (42) 3521-1050 - CEP 06.215-400 - GUARAPUAVA - PR
 Campus CEDETEG: Rua Simão de Moraes Varzea de São José - Fone/FAX: (42) 3524-5100 - CEP 06.245-000 - GUARAPUAVA - PR
 Campus de Irati: PR 155 - Km 07 - Rápido - Cx. Postal: 21 - Fone: (42) 3421-0000 - FAX: (42) 3421-3067 - CEP 84.500-000 - IRATI - PR

182V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Instituída pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 2 de agosto de 1997

periodicidade exigida pela legislação sanitária vigente. A limpeza da caixa de gordura deve ser feita pela CONCESSIONÁRIA sempre que necessário.

- 7.7 Todas as obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas, sanitárias, controle integrado de pragas, e empresariais correm por conta da CONCESSIONÁRIA, com exceção das despesas com energia elétrica, água, esgoto e taxa de recolhimento de lixo, que ficam por conta da CONCEDENTE.
- 7.8 O custo com a manutenção dos equipamentos de prevenção e combate a incêndio deve ser assumido diretamente pela CONCESSIONÁRIA, que fica obrigada a mantê-los em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA: DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

- 8.1 Informar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o cancelamento ou alteração do objeto deste contrato.
- 8.2 A CONCEDENTE, por meio da Comissão Consultiva de Acompanhamento dos Serviços Terciarizados de Restaurante e Cantina, designada pela DIRCAMP/C e homologada pelo CADCAM/C, deverá avaliar os serviços prestados, incluindo a qualidade e quantidade das refeições produzidas, higiene ambiental e pessoal, variação de cardápio, o grau de satisfação dos usuários em relação à refeição, administração, gerenciamento e higiene do restaurante, por meio de pesquisa de satisfação aplicada ao menos uma vez ao ano.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

- 9.1 Pelas infrações contratuais, a CONCESSIONÁRIA está sujeita a aplicação das multas e sanções, sendo adotado a classificação de valores (tabela 1) e por gravidade (tabela 2), conforme estabelecido abaixo:

Tabela 1 – Valores das multas por gravidade das infrações.

Grau	Correspondência
1	RS 100,00
2	RS 500,00
3	RS 1.000,00

Tabela 2 – Classificação das infrações por gravidade

Item	Infrações	Grau
1	Descumprimento dos seguintes itens deste Contrato: 7.1.1; 7.1.3; 7.1.4; 7.1.5; 7.1.9; 7.1.10; 7.1.14; 7.1.15; 7.1.20; 7.1.21; 7.1.23; 7.1.24; 7.1.25; 7.1.26; 7.1.27; 7.1.29; 7.1.29; 7.1.30; 7.1.31; 7.1.32; 7.1.34; 7.1.37; 7.1.38; 7.1.39; 7.1.40; 7.1.41; 7.1.42; 7.1.43; 7.1.44; 7.1.45; 7.1.46; 7.1.47; 7.1.48; 7.1.49; 7.1.50; 7.1.51; 7.1.54; 7.1.56; 7.1.58.	1

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Frei Zaccarias 576 – Jd. Postal 3510 – Fone: (42) 3521-1000 – FAX: (42) 3521-1090 – CEP 85 015-430 – GUARAPUAVA – PR
Campus CEDETEG: Rua Símeão Camargo Varela de Sá, 05 – Fone/FAX: (42) 3526-8100 – CEP 85 049-080 – GUARAPUAVA – PR
Campus de Irati: PR 153 – Km 07 – Rm 162 – Cx. Postal 21 – Fone: (42) 3421-3000 – FAX: (42) 3421-3067 – CEP 84 509-000 – IRATI – PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 2 de agosto de 1997

2	Descumprimento dos seguintes itens deste Contrato: 7.1.2; 7.1.6; 7.1.11; 7.1.19; 7.1.22; 7.1.28; 7.1.33; 7.1.35; 7.1.52; 7.1.57.	2
3	Descumprimento dos seguintes itens deste Contrato: 7.1.7; 7.1.8; 7.1.12; 7.1.16; 7.1.17; 7.1.18; 7.1.36; 7.1.53; 7.1.55; 7.1.59.	3
4	Descumprimento dos cardápios estabelecidos no contrato e anexos.	1
5	Descumprimento das demais obrigações da Concessionária não relacionadas anteriormente.	1

9.2 Para a aplicação das penalidades serão adotados os seguintes critérios, referentes aos itens da tabela 2 do item 9.1:

- Item 1 e 4: notifica-se por escrito a CONCESSIONÁRIA com solicitação de adequação e, em caso de reincidência, notifica-se e aplica-se multa de R\$ 100,00 por evento;
- Item 2: notifica-se por escrito a CONCESSIONÁRIA com solicitação de adequação e, em caso de reincidência, notifica-se e aplica-se multa de R\$ 500,00 por evento;
- Item 3: notifica-se por escrito a CONCESSIONÁRIA e, em caso de reincidência, notifica-se e aplica-se multa de R\$ 1.000,00 por evento.

9.3 A aplicação das multas citadas no quadro da Tabela 2 não isenta a CONCESSIONÁRIA das demais multas e sanções definidas em lei e neste contrato.

9.4 A CONCESSIONÁRIA está sujeita as penalidades previstas nos artigos 150 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07 e/ou nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

9.5 A CONCESSIONÁRIA está sujeita a suspensão do direito de licitar junto a CONCEDENTE pelo prazo que for determinado, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Instituição.

9.6 Poderão ser aplicadas as penalidades de Advertência ou Suspensão Temporária, cumulativamente a aplicação das multas, nos demais casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado, conforme o disposto no artigo 78 da Lei nº 8666/1993 e alterações.

9.7 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONCESSIONÁRIA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666-93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato.

9.8 As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONCESSIONÁRIA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: REPAROS NA SALA COMERCIAL

10.1 Ao proceder-se qualquer tipo de benfeitoria na edificação, inclusive pintura, a

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Pres. Zaccarias 675 - Dq. Postal 3010 - Fone: (42) 3521-1000 - FAX: (42) 3521-1000 - CEP 85.015-400 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Rua Símeão Camargo Varela de Sá, 89 - Fone/FAX: (42) 3526-8100 - CEP 85.043-080 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Rodo. Anh - Cx. Postal, 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3057 - CEP 84.100-000 - IRATI - PR

183V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

- CONCESSIONÁRIA deverá solicitar a autorização e o acompanhamento da Direção do Campus Cedeteg, a qual fiscalizará e determinará o que for necessário para sanar quaisquer irregularidades decorrentes daqueles reparos, sendo que os custos de tais benfeitorias deverão ser arcados pela Concessionária.
- 10.2 A CONCESSIONÁRIA somente poderá efetuar modificações de fachada interna ou externa da sala comercial, com a autorização expressa da CONCEDENTE.
- 10.3 As obras que importem na segurança do imóvel, caso necessárias, são de responsabilidade da CONCEDENTE.
- 10.4 Será responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, a execução de reparos e adaptações nas instalações elétricas, hidrossanitárias e físicas internas, mediante prévia aprovação e autorização expressa da Direção do Campus Cedeteg.
- 10.5 A instalação de novos aparelhos ou equipamentos, assim como qualquer modificação das instalações elétricas ou hidrossanitárias, somente poderá ser providenciada pela CONCESSIONÁRIA mediante prévia aprovação e autorização expressa da Direção do Campus Cedeteg.
- 10.6 As benfeitorias vindas de quaisquer acréscimos ou melhorias realizadas, com autorização, serão incorporadas ao imóvel findado o contrato, sem ônus à CONCEDENTE.
- 10.7 Se o contrato for rescindido as benfeitorias serão incorporadas ao patrimônio da CONCEDENTE sem nenhum direito de ressarcimento.
- 10.8 Caso seja estabelecido mediante termo aditivo, os aparelhos e equipamentos instalados pela CONCESSIONÁRIA, desde que essa instalação seja autorizada pela Direção do Campus Cedeteg, e seus custos de instalação e retirada (ao fim do contrato) serão suportados pela CONCESSIONÁRIA.
- 10.9 A CONCESSIONÁRIA se obriga a realizar os reparos urgentes, assim classificados pelo Gestor do Contrato, ou autoridades sanitárias, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, desde que os reparos e os custos sejam devidamente autorizados pela Direção do Campus Cedeteg.
- 10.10 Nos casos preconizados pela legislação sanitária e sempre que necessário, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder a desinsetização e desratização nas instalações, bem como possuir o Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas conforme RDC nº 216 de 15/09/04, observando-se que tais serviços deverão ser em dias e horários compatíveis, que não venham a interromper os serviços do objeto contratual, devendo ser mantidos os registros das operações e os documentos comprobatórios (laudos) apresentados à Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR DE CONTRATO

- 11.1 Fica nomeado o Sr. Ricardo Yoshimitsu Miyahara, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava-PR, à rua Conselheiro Jesuino Marcondes, nº 511, bairro Santa Cruz, CEP nº 85.015-390, portador da cédula de identidade nº 253469843- SSP SP e do CPF nº 246.250.648-99, como Gestor de contrato.
- 11.2 O Gestor do contrato deverá:
- a) Analisar a documentação que antecede o pagamento;

Honre Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Frei Zévilas 676 – Cx. Postal 3910 – Fone: (42) 3621-1000 – FAX: (42) 3621-1790 – CEP 85.015-400 – GUARAPUAVA – PR
 Campus CEDETEG: Rua São João Camargo Varela de Sá, 65 – Fone/FAX: (42) 3526-8100 – CEP 85.540-060 – GUARAPUAVA – PR
 Campus de Irati: PR 163 – Km 07 – Rodo Viç – Cx. Postal: 21 – Fone: (42) 3421-3050 – FAX: (42) 3421-3067 – CEP 84.500-000 – IRATI – PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

- b) Analisar o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual;
- c) Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o Fiscal do contrato;
- d) Acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- e) Decidir provisoriamente a suspensão dos serviços;
- f) Convocar a CONCESSIONÁRIA e efetuar reparos julgados necessários e/ou urgentes;
- g) Outras atividades compatíveis com a função.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FISCAL DE CONTRATO

12.1 Fica nomeado o Sr. Dalton Luiz Shiessel, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava-PR, à rua Guaira, nº 1447, CEP nº 85.065-240, portador da cédula de identidade nº 9.774.298-7 SSP/PR e do CPF nº 637.786.459-00, como Fiscal de contrato.

12.2 São obrigações do Fiscal do contrato:

- a) O Fiscal do contrato fica designado como responsável para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e deverá determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- b) O Fiscal deverá auxiliar o Gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato;
- c) Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- d) Expedir, por meio de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- e) Adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;
- f) Conferir e certificar as faturas relativas à prestação dos serviços;
- g) Proceder as avaliações dos serviços executados pela CONCESSIONÁRIA;
- h) Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto contratado;
- i) Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando couber;
- j) Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONCESSIONÁRIA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- k) Receber designação e manter contato com o preposto da CONCESSIONÁRIA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;
- l) Expedir parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Pres. Zaccarias 675 - Cx. Postal 3010 - Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1090 - CEP 85.015-430 - GUARAPUAVA - PR
 Campus CEDETEG: Rua Simão Domingos Varela de Sá, 60 - Fone/FAX: (42) 3629-0100 - CEP 85.043-093 - GUARAPUAVA - PR
 Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Rota 110 - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3067 - CEP 84.500-000 - IRATI - PR

184 V



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 6 de agosto de 1997

- m) Propor, quando for o caso, a aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, atendidas as formalidades legais;
 - n) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - o) Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 118 da Lei Estadual nº 15.608, de 2007;
 - p) Outras atividades compatíveis com a função.
- 12.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Estadual nº 15.608, de 2007.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO INTERESSE ADMINISTRATIVO

- 13.1. Por motivo de conveniência ou de interesse administrativo, devidamente fundamentado, a CONCEDENTE pode encampar os serviços antes do vencimento do prazo concedido, ingressando de imediato na posse e administração do restaurante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 14.1. O presente contrato pode ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo entre as partes, por iniciativa da CONCEDENTE, por descumprimento de suas cláusulas ou pelos motivos elencados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.
- 14.2. No caso da CONCESSIONÁRIA, por qualquer motivo vir a rescindir o contrato de concessão antes do prazo estabelecido neste contrato, pagará à CONCEDENTE, a título de cláusula penal, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a importância equivalente ao valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 15.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei nº 9.648/98, a qual rege o presente contrato, juntamente às demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

- 17.1. O presente contrato obriga as partes, as quais elegem o foro da Comarca de

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Frei Zaccarias 886 - Cx. Postal 3010 - Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1000 - CEP 86.015-430 - GUARAPUAVA - PR
 Campus CEDETEG: Rua Simeão Corrêa Viana de Sá, 93 - Fone/FAX: (42) 3622-8100 - CEP 86.040-080 - GUARAPUAVA - PR
 Campus de Irati: PR 165 - Km 07 - Rod. Ino - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3067 - CEP 84.500-000 - IRATI - PR



Universidade Estadual do Centro-Oeste

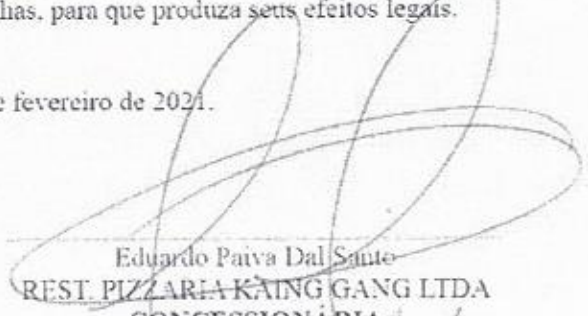
Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Guarapuava, Estado do Paraná, para dirimir possíveis dúvidas do presente instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

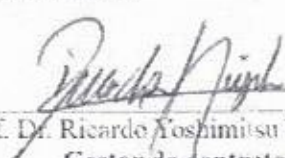
E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumentos em duas vias de igual teor e forma, juntamente às duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

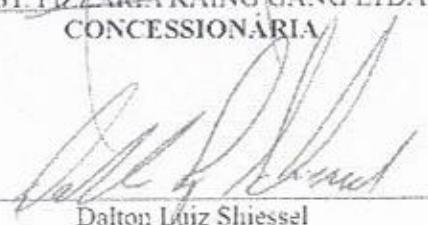
Guarapuava, em 01 de fevereiro de 2021.


Prof. Dr. Fábio Fernandes
Reitor UNICENTRO
CONCEDENTE


Eduardo Paiva Dal Santo
REST. PIZZARIA KATINGANG LTDA
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:


Prof. Dr. Ricardo Yoshimitsu Miyahara
Gestor do contrato
CPF nº 246.250.648-99


Dalton Luiz Shiesse
Fiscal do Contrato
CPF nº 637.786.459-00

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Pres. Zaccarias 875 - Cx. Postal 3010 - Fone: (42) 3621-1000 - FAX: (42) 3621-1090 - CEP 85.015-430 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Rua Símeão Carmo Maria de Sa. 03 - Fone/FAX: (42) 3626-8100 - CEP 85.040-050 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Irati: PR-153 - Km 07 - Rio do Iva - Cx. Postal 21 - Fone: (42) 3421-3000 - FAX: (42) 3421-3067 - CEP 84.600-000 - IRATI - PR

Assunto **PEDIDO DE PROVIDENCIAS PREGÃO 005 DE 2024**
De Restaurante e Panificadora Batel <panificadorabatel@hotmail.com>
Para juridico@surg.com.br <juridico@surg.com.br>
Data 20/05/2024 08:24



- pedido de esclarecimento surg.pdf(~329 KB)
- Contrato 01-2021 - CC 06-2019 - Restaurante Cedeteg - Kaing Gang - assinado (1).pdf(~4.8 MB)

bom dia, segue em anexo o pedido de providencias a cerca do pregão 005 de 2024.
conforme razões expostas no copo da Petição.
obrigado.

Atenciosamente

Panificadora e Restaurante Batel
Fone: (42) 3627 - 4339

MANIFESTAÇÃO

181 

Dentro do universo das licitações, os recursos administrativos são direcionados contra a decisão de um pregoeiro ou comissão de licitação.


Todos sabem que no pregão a função do pregoeiro é conduzir o certame e fazer cumprir com o disposto no edital, conduzir o pregão desde a análise das propostas, passando pela condução dos procedimentos relativos aos lances, pela análise dos recursos e no caso que entender conveniente requerer parecer jurídico sobre os atos do processo.

Por esse motivo, logo após receber um recurso, haja uma reconsideração do ato administrativo que causou o conflito ou seja mantida a decisão, os autos são remetidos para a autoridade superior analisar a decisão tomada pelo pregoeiro, não havendo oposição a decisão, ratificar/homologar.

No caso em questão já foi superada todas essas fases, inclusive essa pregoeira já decidiu o recurso interposto pela licitante BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.114.885/0001-48, a decisão se deu no dia 16 de maio de 2024, na qual essa pregoeira manteve sua decisão de habilitação da recorrida, na sequência, essa pregoeira encaminhou os autos a assessoria jurídica e ao diretor administrativo, os quais, nada se opuseram a decisão, inclusive ratificaram/homologando a decisão dessa pregoeira, conforme fol. 174.

Porém, no dia 20 de maio de 2024, chegou por e-mail a essa pregoeira o pedido de esclarecimento anexado em fol. 175 à 186.

Assim sendo, como o diretor administrativo já se manifestou no presente processo, e sabe-se que em processo licitatório não existem duas fases de recurso, é certo que não estamos diante de mais uma fase de recurso, não sendo competência dessa pregoeira se manifestar novamente no processo, uma vez que já foi superada a fase de recursos, inclusive com ratificação do diretor.

Certo de que essa pregoeira já cumpriu com a sua obrigação dentro das fases que era de sua competência (habilitação e recurso) e tendo em vista que nos autos já consta a decisão do senhor diretor dessa CIA., não compete a essa pregoeira desfazer o ato da autoridade superior, pois a autoridade superior é a autoridade máxima nessa companhia, razão pela qual, remeto o pedido em anexo ao diretor para análise, e para maior agilidade no processo informo que o mérito 

pedido é questão eminentemente jurídica, que surgiu após a homologação, razão pela qual encaminho ao jurídico para formalizar possíveis embasamentos legais para assessorar a decisão do diretor administrativo. (D)

Ou seja, de qualquer lado que se analise a questão, vale lembrar que o fato explanado na manifestação não compete a essa pregoeira, seja porque essa pregoeira já se manifestou sobre o recurso, seja porque o sr. Diretor que é a autoridade máxima também já se manifestou, seja porque já foi superada a fase de recursos. Portanto a questão levantada é eminentemente jurídica.


LEILIANE AP. SANTOS GASPAR

PREGOEIRA



SURG - Cia. de Serviços De Urbanização De Guarapuava

Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon - Guarapuava/PR

CNPJ 75.646.273/0001-0

881

PARECER sob nº 024/2024

Interessado: Pregoeira.

Assunto: Novas alegações refutando a habilitação da empresa, RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA..

I - DOS FATOS E DO FUNDAMENTO:

Retornou ao Jurídico o procedimento de licitação pública na modalidade, Pregão Eletrônico, registro de preços, no objetivo da contratação de empresa para fornecimento de serviços de alimentação, tais como buffet e marmitas, no objetivo de que se emita parecer quanto as questões novas apontadas pela empresa, BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA..

Pelo constante do processo licitatório:

- Ocorreu a habilitação da empresa, RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.;
- A empresa: BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA., exercendo seu direito, no prazo legal, interpos recurso, no intuito de que a empresa vencedora fosse inabilitada por não atender aos requisitos editalícios dos itens, 10.6.6 e 10.6.7.,;
- A empresa vencedora ofereceu CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, se contrapondo aos argumentos constante na peça recursal;
- A Senhora Pregoeira, JULGOU IMPROCEDENTE no mérito o recurso interposto pela empresa: BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, e manteve a decisão de habilitação da empresa: RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA., com o fundamento de que os requisitos editalícios foram atendidos pela mesma;
- Este jurídico acompanhou o entendimento da Senhora Pregoeira;
- As folhas 174, a Autoridade Superior, acolheu decisão de recurso, e com tal ato homologou a habilitação;
- Referida decisão/homologação não havia sido dada até o momento em que apresentado os novos fatos colocados pela empresa, BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

Ê o relatório.

Pois bem.

Sob a alegação de que, ".....após a interposição e julgamento do recurso, sobreveio fatos novos, que impedem por sisó, a contratação da empresa vencedora.."

Procegue dizendo que "...a empresa RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA., possui sede as dependências do Campus Cedeteg da



Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Onde foi vencedora da cconceção da exploração do espaço do restaurante das dependências da mesma, pregão nº 006/2019, contrato nº 001/2019. Diante do exposto, em análise do contrato firmado entre as partes constatou que a mesma não pode comercializar referições ou qualquer outgro tipo de refeições que não seja na sede onde do Campus, conforme Cláusula Sétima, item 7.1.26 do contrato. Ainda não pode receber qualquer Valor que não seja objeto do contrato...”

Na manifestação da Senhora Pregoeira, “...no dia 20 de maio de 2024, chegou por e-mail a essa pregoeira o pedido de esclarecimento anexado em fol. 175 à 186.” E na conclusão da mesma, não compete ao Pregoeiro se manifestar novamente no processo, eis que já superada a fase da decisão de recurso, com a anuência do Diretor Administrativo.

Cabe relembrar que, quando o Senhor Diretor, manifestou concordância com a decisão da pregoeira, subentende-se que ocorreu sua homologação, muito embora no se Despacho não tenha ocorrida a expressa colocação de sua homogação. **NO ENTRETANTO**, há que se verificar que tal decisão ainda não foi formalizada oficialmente até o momento. E tendo em vista que nosso RILCC, em seu artigo 36, dispõe que:

“É facultado à comissão de licitação e ao pregoeiro, em qualquer fase do certame, promover as diligências necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, ccorrigir impropriedades meramente formais na proposta e na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.”

E tendo em vista que o processo licitatório rege-se por princípios: **Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, publicidade e eficiência.**

Neste interm para dar atendimento a tais princípios, em especial da eficiência e da ampla defesa, **ENTENDO** que, para a efetividade na contratação, faz-se necessário, que a Senhora Pregoeira, diligencie no sentido de solicitar que a vencedora do certame venha a esclarecer os fatos novos levantados. Se tais fatos não forem impecílio para que se dê o efetivo atendimento contratual, sou pelo seu proceguimento.

É o parecer.

À consideração Superior.

Guarapuava, 22 de maio de 2024.


Maria de Fátima M. C. L. de Souza
Advogada da SURG

DOS PEDIDOS

EM FACE DO EXPOSTO, a empresa
Recorrida **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME**, vem através
desta, com o devido respeito e acatamento, informar a desistência
tanto em razão do transcurso do prazo de validade da proposta como
pela impossibilidade de cumprimento contratual sem que haja
prejuízo a empresa concorrente.

Guarapuava, 29 de agosto de 2024.

RESTAURANTE E
PIZZARIA KAING
GANG
LTDA:78455730000174

[illegible]

RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA - ME
EDUARDO PAIVA DAL SANTO

Assunto **Re: SURG: Pregão eletrônico nº 05/2024 – Processo Administrativo nº 07/2024 2 de 40 PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalhoda SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.**



De Fino Tracto Nutriservice <pedido@finotracto.com.br>
Para Jurídico Surg <juridico@surg.com.br>
Data 03/09/2024 17:46

191

Olá Leiliane, tudo bem!

Ficamos em segundo no certame com o valor de R\$ 12,90 . Na época, apesar de não fazer muito tempo, eu conseguiria fazer neste valor, atualmente com reajuste dos valores dos insumos derivados de animais e dos combustíveis que alterou o valor da logística eu conseguiria fazer com o aditivo dos 20 %, ficando no valor de R\$15,48. Fico à disposição.

Atenciosamente
Maickel Panassolo
Tel/wats 42 9 8418-0248.

Em ter, 3 de set. de 2024 às 16:15, Jurídico Surg <juridico@surg.com.br> escreveu:


Boa tarde,

Com relação ao Pregão 05/2024 - Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de: (i) BUFFET (ALMOÇO E JANTARES), incluindo os serviços correlatos de suporte e demais condições descritas neste termo de referência, para eventos institucionais, corporativos, palestras, reuniões e outros eventos internos, com data, hora e local a serem definidos, com a finalidade de atender as necessidades da SURG; e, (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava CNPJ 75.646.273/0001-07 - Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon Pregão eletrônico nº 05/2024 – Processo Administrativo nº 07/2024 2 de 40 PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), para equipes de trabalhoda SURG, a serem entregues em diversos locais (da cidade e distritos) e horários a serem definidos.

Considerando a desistência da licitante que se sagrou vencedora no certame, solicitamos a manifestação da empresa quanto a manutenção da sua proposta, no prazo de 24 horas.

Pregoeira: Leiliane Aparecida Santos Gaspar

--
--

 **SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**
Departamento de Licitações
Leiliane/Felipe/Nayara

Rua Afonso Botelho, nº 63 - Bairro Trianon - CEP: 85.070 - 165 - Telefone: 42 3630 - 0500

GRATOS POR SUA PREFERÊNCIA

RUA: Saldanha Marinho 2909, Guarapuava PR. CEP 85035-160 FONE: 42- 36238638

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 07/2024

REQUISIÇÃO PRELIMINAR: 05/2024 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE: (I) SERVIÇOS de BUFFET (COFFE BREAK, ALMOÇOS e JANTARES); (II) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), conforme condições descritas no termo de referência, ANEXO I do Edital.

192

PARECER JURÍDICO Nº 72/2024

Vem para este Departamento Jurídico, para análise jurídica final, em conformidade com a alínea "g", §único do art. 15 e art. 24, ambos Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, os autos de processo de licitação em epígrafe.

Em síntese é o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. Da vinculação à manifestação jurídica

A manifestação produzida pela assessoria jurídica, embora obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, desde que apresente as razões de fato e de direito que lhes dê sustentação.

Ressalte-se que não há como se produzir orientação jurídica condicionada ao seu cumprimento quando tal orientação não é vinculativa, ou seja, quando seu cumprimento não é impositivo.

Pode a assessoria jurídica, visando dar cumprimento ao princípio da celeridade processual e, assim, evitar que o processo licitatório ou da contratação direta, contendo as respectivas minutas, retorne para nova análise a partir da orientação jurídica exarada, proceder a exame e aprovação desses instrumentos com ressalvas, devidamente fundamentadas. O gestor pode acolhê-las ou não, motivando a decisão neste último caso. Se acolhidas, elas passam a integrar a própria motivação do gestor. Aprovar minuta com ressalvas não significa produzi-la para a Administração.

À assessoria jurídica compete examiná-la na integralidade e aprová-la, se condizente com as normas de regência. Se ressalvas forem feitas,

V192

cumpra à assessoria jurídica motivá-las, apresentando, inclusive, proposta de redação para alguns de seus dispositivos ou cláusulas, conforme a norma de regência aplicável, cuidando-se para que a proposição não adentre no campo da oportunidade e conveniência do gestor.

Cabe ressaltar que o presente Parecer Jurídico atende ao preconizado pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, no que diz respeito a celeridade do processo administrativo e sua eficiência.

2. Introdução

O presente processo licitatório foi realizado na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, com critério de julgamento pelo menor preço por item.

O pregão trata-se de uma modalidade de licitação pública, instituída através da Lei nº 10.520/2002, que, em seu art. 1º, dispõe que essa modalidade constitui uma faculdade posta à escolha do administrador público para a aquisição de bens e serviços comuns.

O legislador dividiu o pregão em duas fases: a interna, ou preparatória, na qual se desenvolvem os atos iniciais, e a externa, iniciada pela divulgação do ato convocatório, seguida do julgamento e terminada com a assinatura do contrato.

No Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, o pregão tem sua previsão no at. 65 e seguintes.

3. Da fase preparatória ou interna

Na fase preparatória ou interna, a qual abrange os elementos preparatórios do certame, tais como justificativa do setor solicitante e autorização para abertura da licitação, definição do objeto, pesquisa de preços / orçamento, designação do pregoeiro e equipe de apoio, bem como análise do conteúdo do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, incluindo o critério de julgamento pelo menor preço por item, foram cumpridas todas as determinações legais, conforme Parecer Jurídico Prévio nº 008/2024 (fl. 45), exarado pela advogada Maria de Fátima, e decisão emitida pelo Diretor Administrativo da SURG (fl. 53).

Registre-se ainda, que os atos preparatórios foram realizados pelo pregoeiro e equipe de apoio, designados através de Portaria, com a devida autuação, protocolo e numeração do processo, atendendo a ordem cronológica dos documentos.

O valor total máximo admitido para este Pregão Presencial foi de R\$ 832.570,00, conforme consta do item 1.1, do termo de referência. O valor máximo estimado do contrato correu sob sigilo, nos moldes previsto no art. 18, do Regulamento Interno da SURG.

193

4. Fase externa

A fase externa tem início com a divulgação do ato convocatório e vai até a contratação do fornecimento do bem, da execução da obra ou da prestação dos serviços.

4.1. Publicação

A publicação do instrumento convocatório é o meio de divulgação da existência da licitação. Efetiva-se com a publicação do aviso, que se caracteriza como o ato de comunicação pelo qual se dá ciência da abertura do pregão, a fim de que os interessados possam apresentar suas propostas, providenciar os documentos de habilitação hábeis à sua participação no certame licitatório e providenciar, querendo, o credenciamento de representante seu na licitação.

Nos termos dos artigos 60 e 61, inc. II, alínea "a", ambos do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, a convocação dos interessados ocorreu por meio de aviso, publicado, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, conforme documentos acostados ao processo eletrônico, a saber: (i) site Oficial da SURG – em 15/03/2024; (ii) no Diário Oficial do Município, em 15/03/2024; no átrio da SURG, em 15/03/2024; e, no site do Tribunal de Contas do Paraná, em 15/03/2024.

Ainda, cumprindo o disposto do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 e §1º do art. 60, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, no aviso de licitação publicado pelos meios acima especificados consta o objeto da licitação, a indicação do local, dia e horário em que pode ser obtida a íntegra do Edital, bem como o dia e horário para o recebimento e abertura das propostas e do início da sessão de disputa de preços, que foi designada para o dia 06/08/2024.

4.2. Da impugnação ao Edital

Oportunizado aos interessados prazo para impugnação/esclarecimentos ao conteúdo do Edital, a empresa Batel Obras e Serviços apresentou impugnação ao edital (Fls. 80 -82.verso), no sentido de se fazer necessário a inclusão no item 10.1, que trata dos documentos de habilitação, os seguintes requisitos:

- a. Indicação de profissional nutricionista;

b. Alvará de licença sanitário, expedido pelo órgão competente, contendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

Referida impugnação foi parcialmente acolhida, para os fins de incluir a comprovação de vínculo de profissional de nutrição, quando da assinatura do contrato, sendo, assim, redesignada nova data para abertura do certame, a saber: 24 de abril de 2024.

4.3. Credenciamento

Nos termos do item 3 e seguintes do Edital os interessados em participar do pregão deveriam credenciar-se perante o Pregoeiro, visando a comprovação de poderes para a formulação de propostas e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes. Credenciou-se no certame as seguintes empresas: a) Amazonia BR Serviços Alimentação Ltda.; b) Restaurante e Pizzaria Kaing Kang Ltda; c) Fino Tracto Nutriservice Ltda.; d) M. da Silva Lopes Extensão e Pós Graduação; e) CVA empreendimentos Ltda.; e, f) Batel Obras e Serviços Ltda.

4.4. Sessão do pregão

Aberta a sessão, as participantes apresentaram suas propostas para os itens licitados. De acordo com o resultado da análise das propostas tem-se que:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MÉDIA DOS VALORES	Valor ofertado	Desconto	Empresa	CNPJ	Situação
1	1.000	BUFFET	R\$ 58,97	R\$ 80,00	-35,66%	RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA	78.455.730/0001-74	FRACASSADO POR PREÇO
2	40.000	REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO:	R\$ 19,34	R\$ 12,00	37,95%	RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA	05.550.909/0001-37	

No caso em tela, foram respeitadas as disposições da Lei nº 10.520/2002, do RILCC da SURG, bem como a Lei Complementar nº 123/2006.

4.5. Habilitação

A empresa suprarreferida foi julgada habilitada no certame, tendo em vista que apresentou todos os documentos necessários à espécie.

4.6. Fase recursal

Após a declaração do vencedor, e devidamente oportunizado o prazo para a interposição de recurso nos termos do inciso XIV do art. 64 do RILCC da SURG, a empresa Batel Obras e Serviços Ltda. manifestou interesse em recorrer da decisão do pregoeiro, apresentando suas razões de recurso (fls. 148-153). O contraditório foi garantido, e a empresa Restaurante e Pizzaria Kaing Gang Ltda-ME apresentou suas contrarrazões (fls. 154-156).

O recurso foi considerado tempestivo, porém, no mérito, foi negado provimento com base nos fundamentos de fato e de direito expostos na decisão da pregoeira (movimento 165-169). Os argumentos utilizados pela pregoeira estão de acordo com a legislação aplicável ao caso, não havendo motivos para a reforma da decisão, conforme parecer jurídico (fls. 173) e ratificação pela autoridade superior (fl. 174).

Subsequentemente, a empresa Batel Obras e Serviços protocolou um novo recurso, com fundamentos distintos (fls. 175-186), alegando que a empresa Restaurante e Pizzaria Kaing Gang Ltda. possui sede nas dependências do Campus Cedeteg da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), onde venceu a concessão para exploração do espaço do restaurante, conforme o pregão nº 006/2019 e contrato nº 001/2019. Segundo a recorrente, a cláusula sétima, item 7.1.26, do contrato firmado entre a Unicentro e a vencedora, restringe a comercialização de refeições exclusivamente à sede do Campus, o que, segundo a recorrente, impossibilitaria a participação da vencedora na presente licitação.

Oportunizado novo contraditório à empresa impugnada, ela se manifestou somente quanto a desistência de sua proposta, tendo em vista que ultrapassado o prazo de 120 dias, deixando, assim, de se manifestar sobre o mérito da impugnação.

Não obstante, faz-se mister esclarecer que:

a. Competência para Desclassificação e Legalidade das Exigências

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui entendimento consolidado de que a desclassificação de licitantes deve observar estritamente as exigências previstas no edital e na legislação pertinente, sem considerar restrições de contratos de natureza privada que não têm reflexo direto na habilitação do licitante no certame.

Jurisprudência:

- **Acórdão TCU nº 1.749/2015 - Plenário:** O TCU destacou que "não é cabível a desclassificação de licitantes com base em cláusulas de contratos privados que não guardam relação direta com o objeto da licitação, salvo previsão expressa no edital que justifique a inabilitação com base em requisitos objetivos e previamente estabelecidos."

Essa decisão reafirma que as condições contratuais de negócios privados da licitante com terceiros, como as citadas pela recorrente, não podem ser usadas como critério de desclassificação.

b. Princípio da Competitividade e Vedação a Restrições Indevidas

A jurisprudência enfatiza que restrições ao caráter competitivo de uma licitação devem ser estritamente justificadas. A alegação de que uma empresa não pode operar em determinado local, com base em contrato privado, configura uma restrição indevida que não se relaciona com os requisitos de habilitação exigidos na licitação.

Jurisprudência:

- **Acórdão TCU nº 2.362/2018 - Plenário:** "Imposições que limitem a competitividade do certame devem ser fundamentadas na legislação ou em requisitos técnicos claramente justificados no edital, sendo vedado ampliar a interpretação de normas contratuais para prejudicar licitantes sem respaldo legal."

Essa jurisprudência reafirma que exigências de contratos que não dizem respeito à execução do objeto licitado não são fundamento válido para desclassificação.

c. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório

O princípio da vinculação ao edital impede que sejam criadas novas exigências que não constem do instrumento convocatório, especialmente quando essas exigências não têm correlação direta com o objeto da licitação.

Jurisprudência:

- **Acórdão TCU nº 1.071/2019 - Plenário:** O TCU assinalou que "a licitação deve ser conduzida com estrita observância aos requisitos do edital e da legislação aplicável, vedando-se a inclusão de novas exigências ou critérios de desclassificação após a publicação do instrumento convocatório, salvo para sanar vícios que comprometam o certame."

d. Conclusão

O recurso apresentado pela empresa Batel Obras e Serviços Ltda. não encontra respaldo legal ou jurisprudencial, uma vez que suas alegações baseiam-se em cláusulas de contrato de concessão entre a licitante vencedora e terceiros, o que não afeta a regularidade da habilitação no certame. Conforme jurisprudência reiterada do TCU, essas restrições não têm o condão de comprometer a competitividade do processo licitatório.

Assim, há que se negar provimento ao recurso supra, com fundamento na legislação vigente, nos princípios da competitividade, vinculação ao edital e legalidade.

4.7. Adjudicação

A empresa vencedora desistiu de sua proposta após o vencimento do prazo de garantia de 120 dias previsto no edital. A segunda classificada foi notificada para manifestar-se sobre a manutenção de sua proposta, mas também informou que não poderia cumprir o contrato pelo valor ofertado. A terceira empresa participante foi desclassificada por apresentar proposta superior ao preço médio estimado da licitação.

4.7.1. Da Desistência e da Inexistência de Propostas Válidas

Conforme a Lei nº 13.303/2016, a adjudicação de um objeto ao vencedor de uma licitação gera a obrigação de firmar o contrato, salvo motivos justificados. A desistência por expiração do prazo de garantia é justificável, especialmente quando o prazo previsto no edital é respeitado.

4.7.2. Da Notificação da Segunda Classificada e sua Recusa

A tentativa de convocar a segunda classificada atende ao princípio da continuidade e da busca pela proposta mais vantajosa. No entanto, a recusa da segunda classificada em manter os preços originais demonstra a inviabilidade de prosseguir com a contratação sem comprometer a vantajosidade, principal objetivo do processo licitatório.

4.7.3. Da Desclassificação da Terceira Classificada e Limite do Preço Médio

A terceira classificada foi corretamente desclassificada por apresentar preços superiores ao estimado. Segundo a Lei nº 13.303/2016, propostas que ultrapassam o preço médio estabelecido devem ser desclassificadas, assegurando o interesse público e a economicidade.

4.7.4. Da Homologação e sua Necessidade Condicionada a um Resultado Válido

A homologação de uma licitação é um ato administrativo que valida o procedimento licitatório apenas quando este alcança um resultado válido e vantajoso. Quando não há propostas que atendam aos critérios de economicidade e conformidade com o edital, a homologação não é obrigatória.

Jurisprudência:

- **Acórdão TCU nº 1.744/2015 - Plenário:** "A homologação de uma licitação somente deve ocorrer quando o certame atinge seu objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, sendo desnecessária sua homologação em caso de ausência de resultados válidos."

V195 §

• **Acórdão TCU nº 2.189/2018 - Plenário:** "O processo licitatório que não logra selecionar uma proposta válida, seja por desistência dos licitantes ou por desclassificação, pode ser revogado sem homologação, visando resguardar o interesse público."

III. DA CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Diante da inexistência de propostas válidas que atendam aos critérios do edital e às exigências legais, recomenda-se:

1. **Revogação do Certame:** A licitação deve ser revogada, uma vez que não alcançou um resultado válido e vantajoso para a administração, dispensando a necessidade de homologação;
2. **Nova Licitação:** Realizar um novo processo licitatório, ajustando os parâmetros de preço de referência conforme as condições de mercado, para tentar obter propostas que atendam aos princípios da economicidade;
3. **Negociação Direta (em casos de urgência):** Se o objeto for essencial e não puder aguardar um novo certame, deve-se considerar a negociação direta com os licitantes, conforme os limites impostos pela Lei nº 13.303/2016.

Assim, conclui-se que a homologação do certame não é necessária neste caso, devendo a administração adotar medidas que garantam a legalidade e a vantajosidade da contratação, resguardando o interesse público.

É o parecer.

Guarapuava, 05 de setembro de 2024.

SAMIRA KARAM SEMAAN

Assinado de forma digital por
SAMIRA KARAM SEMAAN
Dados: 2024.09.05 14:48:09 -03'00'
SAMIRA KARAM SEMAAN - OAB/PR 22.935
Assessora Jurídica

● **Overhead**

1962







doi:10.1017/S0022292412001609

Abstract not available.

Case 20-0303	4006
We created inside Santa Fe	65 11 3006

المجلة العربية للعلوم الإنسانية

Data entrada: 02/05/2024
Data entrada para decisão: 15/05/2024

Date of file print confirmation:
09/05/2024

A. *Bacillus p. pasteurianus*

03 114 885/0001-48
SATEL, CURSOS E SERVIÇOS LTDA
Recursos cadastrados

Intervall der ersten 100 Jahre

Interesse de recorre da habitação de interesse registrado às 15:44 de 24/04/2025

Environ

www.elsevier.com/locate/jbiotec

25/04/2024 19:53:56

Conclusions

79.455730/0001-24

DESTA, IGANTE E PIZZAFIA KAING GARG-LTD.

Co-transporter proteins

A. Decide to proceed

HOME

Decisão unânime
não procede

16/05/2024 17:50

Symptoms

[illegible]

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 07/2024

REQUISIÇÃO PRELIMINAR: 05/2024 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE:

(i) SERVIÇOS de BUFFET (COFFE BREAK, ALMOÇOS e JANTARES); (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), conforme condições descritas no termo de referência, ANEXO I do Edital.

PARECER JURÍDICO 72/2024 - SKS

I. DOS FATOS

Trata-se de licitação realizada com fundamento na Lei nº 13.303/2016. A empresa vencedora do certame desistiu de sua proposta alegando a expiração do prazo de garantia de 120 dias, conforme previsto no edital.


A segunda classificada foi regularmente notificada para manifestar-se acerca da manutenção de sua proposta, mas declarou impossibilidade de cumprimento contratual pelo valor ofertado inicialmente. A terceira classificada foi desclassificada em virtude de sua proposta exceder o preço médio estimado da licitação, conforme as disposições legais e editalícias.

II. DA ANÁLISE

Considerando o parecer jurídico emitido e a análise da pregoeira, verificou-se que:

1. A desistência da empresa vencedora foi motivada pela expiração do prazo de validade da proposta, justificativa compatível com o previsto no edital, não implicando em infração às normas licitatórias.
2. A negativa da segunda classificada em manter a proposta demonstra que as condições inicialmente apresentadas não são mais exequíveis, e a convocação da terceira classificada é inviável devido à sua proposta ultrapassar o preço médio estimado, em desacordo com o art. 51, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.
3. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que a homologação de uma licitação está condicionada à obtenção de um resultado válido e vantajoso para a administração. Não havendo propostas válidas, a homologação do certame não se faz necessária, devendo o procedimento ser revogado.

III. DA DECISÃO

198 

Diante dos fatos e das recomendações apresentadas no parecer jurídico, DECIDO:

1. **REVOGAR** o presente processo licitatório, tendo em vista a ausência de propostas válidas que atendam aos critérios de vantajosidade e economicidade, em conformidade com o art. 49 da Lei nº 8.666/1993, aplicada subsidiariamente à Lei nº 13.303/2016.
2. **DETERMINAR** a abertura de novo processo licitatório, com ajuste dos parâmetros de preço de referência, de modo a refletir a atual realidade de mercado e garantir a seleção de propostas exequíveis e vantajosas.
3. **ORIENTAR** a unidade responsável pela licitação a avaliar, em casos de urgência ou necessidade imperiosa, a possibilidade de negociação direta com os licitantes, observando os limites legais estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016 e a jurisprudência aplicável.

Esta decisão visa resguardar o interesse público, a legalidade e a economicidade dos atos administrativos, garantindo que a contratação ocorra de forma regular e vantajosa para a administração.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Assinantes**199** ✓ **HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**

Assinou em 06/09/2024 às 14:17:36 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.836.209-**

Eu, HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

J4V 0X5 K08 ZOY



COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

200

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 929391 - COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

PREGÃO 90005/2024

Às 09:29 horas do dia 09 de setembro do ano de 2024, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 07, Pregão nº 90005/2024.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto
Compra emergencial: Não
Objeto da compra: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES) e (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) para equipes de trabalho da SURG.
Entrega de propostas: De 02/04/2024 às 08:00 até 24/04/2024 às 08:30
Abertura da sessão pública: Dia 24/04/2024 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 11:30 e entre 13:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	24/04/2024 às 08:30:59	Bom dia, Senhores Licitantes. Agradeço a todos pela participação no Pregão Eletrônico nº 05/2024. Solicito que acompanhem as mensagens do chat.
Sistema	24/04/2024 às 08:31:36	ATENÇÃO: Os licitantes devem ler com atenção as especificações do objeto licitado, pois não serão aceitos produtos/serviços em desacordo com o edital. No momento do envio das propostas ajustadas, a descrição dos itens deve ser de acordo com a descrição do Edital.
Sistema	24/04/2024 às 08:32:45	Solicitamos às empresas participantes que ao apresentarem suas propostas e lances o façam com consciência e certeza de que terão condições de entregar o objeto licitado de acordo com as especificações do edital e nos prazos, preços e padrões de qualidade estabelecidos.
Sistema	24/04/2024 às 08:33:03	Ou seja devem prestar MUITA ATENÇÃO na hora de ofertar o seu lance, pois poderão NÃO SER ACEITOS OS PEDIDOS DE CANCELAMENTO. Assim, reforçamos que as propostas devem ser efetivadas de forma consciente, a fim de se evitar problemas tanto para a SURG como para as empresas participantes.
Sistema	24/04/2024 às 08:52:00	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	24/04/2024 às 08:56:14	Passaremos para a etapa de negociação de valores. Peço que respondam com brevidade, via funcionalidade do sistema, quando forem convocados.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
24/04/2024 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
24/04/2024 às 08:52:00	Início da etapa de julgamento de propostas

201

Item 1 - Buffet

BUFFET: SALADAS - MIX DE FOLHAS E MAIONESE; PRATOS QUENTES - ARROZ BRANCO, ARROZ À GREGA, FAROFA, LASANHA DE FRANGO, ESCALOPE DE CARNE BOVINA AO MOLHO MADEIRA OU ESTROGONOFÉ DE CARNE BOVINA COM CHAMPIGNON, COXA E SOBRECOXA DE FRANGO ASSADA E LEITÃO À PURURUCA OU COSTELA BOVINA ASSADA; SOBREMESA - MOUSSE DE MORANGO E MARACUJÁ; REFRIGERANTE DE PRIMEIRA LINHA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER JANTAR EM LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DE TALHERES EM INOX, PRATOS E LOUÇA BRANCA, COPOS DE VIDRO, TOALHAS, SOBRETOALHAS, GUARDANAPOS E APARELHAGEM PARA SERVIR EM INOX OU VIDRO, GARÇONS E AJUDANTES, SENDO NO MÍNIMO 1 PARA CADA 20 PESSOAS.

Quantidade:	1000	Valor estimado:	R\$ 58,9700
Unidade de fornecimento:	UNIDADE	Situação:	Fracassado e Homologado

Fracassado por CPF ***.923.***-6 - LEILIANE APARECIDA SANTOS GASPAR

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
24.933.193/0001-00 - AMAZONIA BR SERVICOS ALIMENTACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 180,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 180,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
03.114.885/0001-48 - BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 90,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 90,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
24.046.457/0001-03 - CVA EMPREENDIMENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 110,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 1.000.000,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		
78.455.730/0001-74 - RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 80,0000	Proposta desclassificada
Valor proposta: R\$ 80,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 1000		

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
24/04/2024 08:34:25	24.046.457/0001-03	R\$ 120,0000
24/04/2024 08:48:07	24.046.457/0001-03	R\$ 110,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
-------------	-----------	----------

202

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 08:30:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	24/04/2024 08:40:01	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	24/04/2024 08:41:51	A etapa aberta do item 1 foi reiniciada. Justificativa: Solicito que os licitantes ofereçam lances para o item.. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	24/04/2024 08:51:52	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:04:12	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: A fim de obter uma contratação mais vantajosa para a SURG, questiono se a empresa aceita ofertar o item pelo valor proposto. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:10:31	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, mantendo R\$ 80,0000.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:15:05	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: O valor ofertado está acima do estimado pela SURG. Por gentileza verifique a possibilidade de redução ao valor sugerido, que é o máximo aceitável - R\$ 58,97 - caso contrário sua proposta precisará ser recusada. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos..
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:36:22	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, mantendo R\$ 80,0000.
Sistema para o participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:38:05	Sr. Fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: O valor ofertado está acima do estimado pela SURG. Por gentileza verifique a possibilidade de redução ao valor sugerido, que é o máximo aceitável - R\$ 58,97 - caso contrário sua proposta precisará ser recusada. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos..
pelo participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:41:27	o preço estimado pela contratante está fora da realidade ofertada pelo mercado, pois o cardápio exige itens com alto custo da matéria prima , o preço que a empresa consegue chegar é R\$ 75,00.
Sistema para o participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:43:31	Obrigada pelo retorno.
Sistema para o participante 03.114.885/0001-48	24/04/2024 09:43:57	O item 1 teve a solicitação de negociação de valor CANCELADA para o fornecedor BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48. Motivo: Proposta desclassificada.
Sistema para o participante 24.046.457/0001-03	24/04/2024 09:46:27	Sr. Fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Senhores licitantes. Todas as propostas remanescentes encontram-se com o valor superior ao estimado pela SURG. Desta forma questiono se sua empresa aceita chegar ao valor de R\$ 58,97, que é o máximo aceitável..
Sistema para o participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 09:47:42	Senhores licitantes. Todas as propostas remanescentes encontram-se com o valor superior ao estimado pela SURG. Desta forma questiono se sua empresa aceita chegar ao valor de R\$ 58,97, que é o máximo aceitável. OBS.: Será respeitada a ordem de classificação da fase de lances, com prioridade ao licitante que ficou em terceiro lugar e assim consecutivamente.
Sistema para o participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 09:47:57	Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
Sistema para o participante 24.046.457/0001-03	24/04/2024 09:48:04	Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
pelo participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 10:00:17	bom dia!
Sistema para o participante 24.933.193/0001-00	24/04/2024 10:10:22	Bom dia

203

Responsável	Data/Hora	Mensagem
pelo participante 24.046.457/0001-03	24/04/2024 10:12:18	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor CVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 24.046.457/0001-03, mantendo R\$ 110,0000.
Sistema	24/04/2024 10:20:06	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 30 minutos a partir de agora - até 24/04/2024 10:50:06.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
09/09/2024 09:29:36	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento: 24/04/2024 10:50:06



COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

204

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 929391 - COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

PREGÃO 90005/2024

Às 09:28 horas do dia 09 de setembro do ano de 2024, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 07, Pregão nº 90005/2024.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021 Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de BUFFET (ALMOÇOS e JANTARES) e (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) para equipes de trabalho da SURG.
Entrega de propostas: De 02/04/2024 às 08:00 até 24/04/2024 às 08:30
Abertura da sessão pública: Dia 24/04/2024 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 11:30 e entre 13:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	24/04/2024 às 08:30:59	Bom dia, Senhores Licitantes. Agradeço a todos pela participação no Pregão Eletrônico nº 05/2024. Solicito que acompanhem as mensagens do chat.
Sistema	24/04/2024 às 08:31:36	ATENÇÃO: Os licitantes devem ler com atenção as especificações do objeto licitado, pois não serão aceitos produtos/serviços em desacordo com o edital. No momento do envio das propostas ajustadas, a descrição dos itens deve ser de acordo com a descrição do Edital.
Sistema	24/04/2024 às 08:32:45	Solicitamos às empresas participantes que ao apresentarem suas propostas e lances o façam com consciência e certeza de que terão condições de entregar o objeto licitado de acordo com as especificações do edital e nos prazos, preços e padrões de qualidade estabelecidos.
Sistema	24/04/2024 às 08:33:03	Ou seja devem prestar MUITA ATENÇÃO na hora de ofertar o seu lance, pois poderão NÃO SER ACEITOS OS PEDIDOS DE CANCELAMENTO. Assim, reforçamos que as propostas devem ser efetivadas de forma consciente, a fim de se evitar problemas tanto para a SURG como para as empresas participantes.
Sistema	24/04/2024 às 08:52:00	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	24/04/2024 às 08:56:14	Passaremos para a etapa de negociação de valores. Peço que respondam com brevidade, via funcionalidade do sistema, quando forem convocados.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
24/04/2024 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
24/04/2024 às 08:52:00	Início da etapa de julgamento de propostas

205

Item 2 - Fornecimento de refeições / lanches / salgados / doces

VER DESCRIÇÃO NO EDITAL. REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX) PREPARADAS EM PORÇÕES MÍNIMAS DE 850 GRAMAS, UNIFORMES E INDIVIDUAIS, CONTENDO: 1) ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO, PESO 300G; 2) FEIJÃO COM CALDO (CARIOCA OU PRETO) PESO 200G; 3) CARNE (BOVINA, SUÍNA, PESCADOS OU AVES - SEM PELE) PESO 120G SEM OSSO OU 150G COM OSSO; 4) COMPLEMENTO À BASE DE MASSAS, FARINHAS OU VEGETAIS, PESO 230G; 5) SALADAS: NO MÍNIMO DOIS TIPOS, PESO 90G; 6) SOBREMESA: FRUTAS E DOCES. COMPOSIÇÃO DE CADA MARMITA BÁSICO DIÁRIO: ARROZ: COZIDO, PARBOILIZADO TIPO 1 OU ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1. UMA VEZ POR SEMANA PODERÁ SER SERVIDA OUTRA FORMA DE PREPARO DE ARROZ, COMO POR EXEMPLO: A GREGA, RISOTO, CARRETEIRO, AO FORNO E OUTROS EM SUBSTITUIÇÃO AO ARROZ. FEIJÃO COM CALDO: COZIDO, TIPO 1, CARIOCA OU PRETO, SERVIDO ALTERNADAMENTE. PRATO PRINCIPAL: CARNE BOVINA: NO MÁXIMO 3 VEZES POR SEMANA, PODENDO VARIAR EM BIFE, TIRAS, PICADINHO, COSTELA OU EM MOLHOS, COMO ALMÔDEGAS, POSTA RECHEADA, BUFE À ROLÊ, BIFE AO MOLHO. A CARNE MOÍDA PODERÁ SER SERVIDA COMO COMPONENTE DO PRATO PRINCIPAL SOMENTE 1 VEZ POR SEMANA. CARNE SUÍNA: ... (continua no edital)

Quantidade:	40000	Valor estimado:	R\$ 19,3400
Unidade de fornecimento:	UNIDADE	Situação:	Revogado e Homologado

Adjudicado e Homologado por CPF ***.836.***.4 - HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER para RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, melhor lance: R\$ 12,0000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
24.933.193/0001-00 - AMAZONIA BR SERVICOS ALIMENTACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 35,0000	-
Valor proposta: R\$ 35,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
03.114.885/0001-48 - BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 21,0000	-
Valor proposta: R\$ 21,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
24.046.457/0001-03 - CVA EMPREENDIMENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 25,0000	-
Valor proposta: R\$ 1.000.000,0000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		
05.550.909/0001-37 - FINO TRACTO NUTRISERVICE LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada	R\$ 12,7400	-
Valor proposta: R\$ 25,9000 Valor negociado: Não informado Quantidade ofertada: 40000		

Fornecedor	206	Valor ofertado	Situação
27.208.785/0001-49 - M.DA SILVA LOPES EXTENSAO E POS GRADUACAO Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada		R\$ 60,0000	-
Valor proposta: R\$ 60,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 40000	
78.455.730/0001-74 - RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: Não informada		R\$ 12,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 18,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 40000	

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
24/04/2024 08:33:32	05.550.909/0001-37	R\$ 17,6200
24/04/2024 08:33:57	78.455.730/0001-74	R\$ 17,0000
24/04/2024 08:34:14	05.550.909/0001-37	R\$ 16,6500
24/04/2024 08:34:22	78.455.730/0001-74	R\$ 16,0000
24/04/2024 08:34:34	24.046.457/0001-03	R\$ 25,0000
24/04/2024 08:34:34	05.550.909/0001-37	R\$ 15,6800
24/04/2024 08:34:39	78.455.730/0001-74	R\$ 15,0000
24/04/2024 08:34:54	05.550.909/0001-37	R\$ 14,6900
24/04/2024 08:34:59	78.455.730/0001-74	R\$ 14,0000
24/04/2024 08:35:12	05.550.909/0001-37	R\$ 13,7100
24/04/2024 08:35:18	78.455.730/0001-74	R\$ 13,0000
24/04/2024 08:35:43	05.550.909/0001-37	R\$ 12,7400
24/04/2024 08:35:49	78.455.730/0001-74	R\$ 12,0000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/04/2024 08:30:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	24/04/2024 08:40:01	O item 2 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	24/04/2024 08:42:16	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:04:49	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: A fim de obter uma contratação mais vantajosa para a SURG, questiono se a empresa aceita ofertar o item pelo valor proposto. Prazo para resposta: 20 (vinte) minutos.
pelo participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 09:11:01	O item 2 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74. A negociação do item 2 foi recusada pelo fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, mantendo R\$ 12,0000.
Sistema para o	24/04/2024 10:22:18	Sr. Fornecedor RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74,

207

Responsável	Data/Hora	Mensagem
participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 10:22:18	you were invited to send attachments for item 2. Deadline for sending: 13:30:00 on 24/04/2024. Justification: I request the sending of the updated proposal for the item won by your company, in accordance with the proposal model of Annex IV of the Edital and the description of items constant in Annex I, as well as the habilitation documents requested in the edital.
pelos participantes 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:17:16	Item 2 had the invitation to send attachments closed at 13:17:16 on 24/04/2024. 1 attachment was sent by the provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:36:31	Mr. bidder, in your proposal sent, it failed to present unit value and quantity. Please adjust. Deadline: 45 (forty and five) minutes.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:36:48	I will open the attachment again.
Sistema para o participante 78.455.730/0001-74	24/04/2024 13:37:42	Sr. Provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74, you were invited to send attachments for item 2. Deadline for sending: 14:25:00 on 24/04/2024. Justification: Realize adjustment in the proposal as requested in the chat.
pelos participantes 78.455.730/0001-74	24/04/2024 14:11:21	Item 2 had the invitation to send attachments closed at 14:11:21 on 24/04/2024. 1 attachment was sent by the provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74.
Sistema	24/04/2024 14:30:37	Item 2 is in the proposal evaluation stage in the intention of appeals period, with an increase of 30 minutes from now - until 24/04/2024 15:00:37.
Sistema	24/04/2024 15:29:39	Item 2 is in the habilitation stage of providers in the intention of appeals period, with an increase of 30 minutes from now - until 24/04/2024 15:59:39.
Sistema	24/04/2024 16:03:45	The appeal stage of item 2 is open until 02/05/2024.
Sistema	03/05/2024 00:00:01	The appeal stage of item 2 was finalized within the deadline. The item is open for registration of counter-appeal until 09/05/2024.
Sistema	10/05/2024 00:00:00	The counter-appeal stage of item 2 was finalized within the deadline. The item is open for decision by the bidding officer.
Sistema	09/09/2024 09:28:07	Item 2 was revoked by the competent authority. Reason: Considering. 1. The desistance of the winner 2. The negative of the second classified in maintaining the proposal 3. The jurisprudence (TCU) reinforces that the homologation of a bidding is conditioned to the obtaining of a valid and advantageous result for the administration.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
24/04/2024 10:22:18	Provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 invited to send attachment. Deadline for sending: 24/04/2024 13:30:00. Reason: I request the sending of the updated proposal for the item won by your company, in accordance with the proposal model of Annex IV of the Edital and the description of items constant in Annex I, as well as the habilitation documents requested in the edital.
24/04/2024 13:17:16	Provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 finalized the sending of attachment.
24/04/2024 13:37:42	Provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 invited to send attachment. Deadline for sending: 24/04/2024 14:25:00. Reason: Realize adjustment in the proposal as requested in the chat.
24/04/2024 14:11:21	Provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 finalized the sending of attachment.
25/04/2024 19:53:58	Provider BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ 03.114.885/0001-48 registers appeal.
09/05/2024 14:31:11	Provider RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ 78.455.730/0001-74 registers counter-appeal to the appeal of provider 03.114.885/0001-48.
16/05/2024 17:50:31	Agent of contracting registers the decision for the registered appeals.
09/09/2024 09:18:52	Competent authority registers the review of the decision for the registered appeals.

208

Data/Hora	Descrição
09/09/2024 09:28:07	Item revogado. Descrição: Considerando. 1. A desistência da vencedora 2. A negativa da segunda classificada em manter a proposta 3. A jurisprudência (TCU) reforça que a homologação de uma licitação está condicionada à obtenção de um resultado válido e vantajoso para a administração..
09/09/2024 09:28:07	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contratações, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	24/04/2024 15:00:37
Intenção de recurso na habilitação:	24/04/2024 15:59:39
Recurso:	02/05/2024 23:59:59
Contrarrazão:	09/05/2024 23:59:59

Recursos realizados:

03.114.885/0001-48 - BATEL OBRAS E SERVICOS LTDA

Intenção de recurso na habilitação:	24/04/2024 15:44:29
Recurso:	(Cadastrado) 25/04/2024 19:53:58
Contrarrazões:	

78.455.730/0001-74 - RESTAURANTE E PIZZARIA KAING (Cadastrado) 09/05/2024 14:31:11

Decisão do agente de contratação:	(Não procede)	16/05/2024 17:50:31
Revisão da autoridade competente:	(Mantida decisão não procede)	09/09/2024 09:18:52

SURG**DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 07/2024****REQUISIÇÃO PRELIMINAR: 05/2024 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL****TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – AMPLA CONCORRÊNCIA****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE: (i) SERVIÇOS de BUFFET (COFFEE BREAK, ALMOÇOS e JANTARES); (ii) SERVIÇOS CONTINUADOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TRANSPORTADA (DO TIPO MARMITEX), conforme condições descritas no termo de referência, ANEXO I do Edital.****PARECER JURÍDICO 72/2024 - SKS****I. DOS FATOS**

Trata-se de licitação realizada com fundamento na Lei nº 13.303/2016. A empresa vencedora do certame desistiu de sua proposta alegando a expiração do prazo de garantia de 120 dias, conforme previsto no edital.

A segunda classificada foi regularmente notificada para manifestar-se acerca da manutenção de sua proposta, mas declarou impossibilidade de cumprimento contratual pelo valor ofertado inicialmente. A terceira classificada foi desclassificada em virtude de sua proposta exceder o preço médio estimado da licitação, conforme as disposições legais e editalícias.

II. DA ANÁLISE

Considerando o parecer jurídico emitido e a análise da pregoeira, verificou-se que:

1. A desistência da empresa vencedora foi motivada pela expiração do prazo de validade da proposta, justificativa compatível com o previsto no edital, não implicando em infração às normas licitatórias.
2. A negativa da segunda classificada em manter a proposta demonstra que as condições inicialmente apresentadas não são mais exequíveis, e a convocação da terceira classificada é inviável devido à sua proposta ultrapassar o preço médio estimado, em desacordo com o art. 51, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.
3. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que a homologação de uma licitação está condicionada à obtenção de um resultado válido e vantajoso para a administração. Não havendo propostas válidas, a homologação do certame não se faz necessária, devendo o procedimento ser revogado.

III. DA DECISÃO

Diante dos fatos e das recomendações apresentadas no parecer jurídico, DECIDO:

1. **REVOGAR** o presente processo licitatório, tendo em vista a ausência de propostas válidas que atendam aos critérios de vantajosidade e economicidade, em conformidade com o art. 49 da Lei nº 8.666/1993, aplicada subsidiariamente à Lei nº 13.303/2016.
2. **DETERMINAR** a abertura de novo processo licitatório, com ajuste dos parâmetros de preço de referência, de modo a refletir a atual realidade de mercado e garantir a seleção de propostas exequíveis e vantajosas.
3. **ORIENTAR** a unidade responsável pela licitação a avaliar, em casos de urgência ou necessidade imperiosa, a possibilidade de negociação direta com os licitantes, observando os limites legais estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016 e a jurisprudência aplicável.

Esta decisão visa resguardar o interesse público, a legalidade e a economicidade dos atos administrativos, garantindo que a contratação ocorra de forma regular e vantajosa para a administração.

Guarapuava, 06 de setembro de 2024

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
DIRETOR ADMINISTRATIVO